

**CASA DE OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE**

JÚLIO CESAR PAIXÃO SANTOS

**CUIDANDO DO CORPO E DO ESPÍRITO NUM SERTÃO PRÓXIMO:
A EXPERIÊNCIA E O EXEMPLO DA ESCOLA REGIONAL DE
MERITI (1921-1932).**

RIO DE JANEIRO

2008

JÚLIO CESAR PAIXÃO SANTOS

**CUIDANDO DO CORPO E DO ESPÍRITO NUM SERTÃO PRÓXIMO:
A EXPERIÊNCIA E O EXEMPLO DA ESCOLA REGIONAL DE
MERITI (1921-1932).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

ORIENTADOR: PROF. DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA

RIO DE JANEIRO

2008

S 237

Santos, Júlio Cesar Paixão

Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). / Júlio Cesar Paixão Santos. – Rio de Janeiro: s.n, 2008.

230 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

1. Educação 2. Saúde Pública 3. História 4. Brasil

CDD 362.1

JÚLIO CESAR PAIXÃO SANTOS

**CUIDANDO DO CORPO E DO ESPÍRITO NUM SERTÃO PRÓXIMO: A
EXPERIÊNCIA E O EXEMPLO DA ESCOLA REGIONAL DE MERITI (1921-
1932).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

APROVADO EM JUNHO DE 2008.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Antonio Teixeira (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ) - Orientador

Prof. Dr. Luiz Antônio de Castro Santos (Instituto de Medicina Social/UERJ)

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

SUPLENTES:

Profa. Dra. Nísia Trindade Lima (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

Prof. Dr. Flávio Coelho Edler (Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ)

RIO DE JANEIRO

2008

AGRADECIMENTOS

Depois de um bom tempo diante da tela, acho que este é o fim. Por enquanto. Um trabalho como este nunca é feito sozinho, mesmo que às vezes se queira, e sempre se tem muito a agradecer. Continuo acreditando que a metáfora do parto seja a que melhor simboliza este tipo de aventura... um parto de elefante! Muitos ajudaram com fórceps, água, café, bisturi, palavras, incentivos, toalhas, críticas, caminhos, empurrões, cervejas, colaboração ou não... para que esta dissertação hoje estivesse da forma que eu a apresento. Para tentar não esquecer de muita gente (sempre esquecerei) utilizarei o método que mais me convém: o cronológico.

Primeiramente, agradeço muito à minha família. Fernando, Glória, Victor colaboraram muito para que esta dissertação fosse concluída. Mesmo que nem sempre entendam o porquê de uma pessoa ficar horas e horas no computador, passar a noite no computador, almoçar na frente do computador pra escrever um texto que tem mais de 200 páginas. E aos meus parentes próximos, tios Jorge e Cid, minha madrinha Waldira, primos Sonia, Dalva, Bide, Leo, Erica, André, Alan que sempre me mostram como viver a vida com humor e afeto.

Agradeço à família que um dia também se tornou um pouco minha, Aline, Igor, Eveline, Ana, João, que tantas vezes me acolheram, me incentivaram, me apoiaram e me deram crédito. Em especial a Igor pelas várias revisões ao longo desta jornada e pelo mapa que ainda sairá e a Aline pelas traduções, sorrisos e palavras agradáveis. Sobretudo pela nossa grande amizade, já fazendo dez anos, com tanta harmonia sentimental e intelectual.

E, fundamentalmente, ao Senhor, que é justo, ama a justiça (Sl 11,7). E àqueles que trabalham na sua obra, especialmente à minha comunidade e aos amigos da pastoral da juventude.

Ao chegar ao Departamento de História da Uerj no ano de 2002 tive a possibilidade de conhecer pessoas incríveis, grandes amigos com os quais dividi salas de aula, debates, conversas, planos, dúvidas, certezas... Meu muito obrigado a Beatriz – que me mostrou o caminho da Uerj –, Leandro José, Luciane, Dino, Carlos Leal, Carlos Cunha, Paula, Caroline, Jean, Marcinha, Valéria, Renata, Vinícius, Helena Cristina, Daniel, Tiago, Henrique, Géssica, Suelen, Daniel, Felipe, Inês, Augusto, Fred, Bruno, Ramez, Pedro, Nayara que contribuíram com uma boa estadia na Uerj. Em especial a Luciana, Larissa, Letícia, Leozito, Márcio, Leandro, André Felipe, com quem até hoje

comungo de discussões intelectuais e grande amizade, seja em mesas de bar, por telefone, e-mail, MSN...

Na minha formação inicial de profissional de História, docentes de grande capacidade, inteligência e com grande conhecimento crítico do fazer histórico me ajudaram a produzir este texto e uma visão autônoma da área, sobretudo com a possibilidade de dialogar, debater com grandes historiadores como Luiz Edmundo, Márcia Gonçalves, Antonio Edmilson, Carlos Maia, Ma. Letícia Corrêa, André Campos, Alda Heizer, Lúcia Guimarães, Manoel Salgado, os dois últimos inclusive aceitando a função de orientadores, me mostrando o quanto o estudo historiográfico é fundamental para pensar a (e com a) História. No corpo de funcionários, até hoje Fernando da Biblioteca do nono andar e Ferreira continuaram colaborando, com sua simpatia e agilidade todas as vezes que voltei à instituição em busca de bibliografia ou tentando conseguir meu diploma no lento DAA da Uerj.

Este trabalho, na verdade, começou em 2002, quando no congresso da ANPUH-RJ conheci Alex Santos e Rosangela Wagner (da História/FEUDUC), com um projeto de formar um grupo de história das ciências na baixada. Em 2003, ao encontrar novamente com eles e conversar com seu orientador – Carlos Henrique Paiva – um mundo novo se abriu para mim, quando Carlos Henrique me apresentou autores como Castro Santos, Lima, Hochman. Embora eu nunca tivesse pensado a história das ciências como uma história da Saúde Pública, eles me aceitaram em seu grupo, donde saiu o projeto inicial de produzir um trabalho sobre as políticas públicas de saúde e saneamento na baixada. A estas grandes pessoas forte agradecimento, principalmente por permitir que eu continuasse a tocar minha pesquisa mesmo depois que o grupo já havia sido desfeito.

Agradeço também aos professores-pesquisadores da História da Baixada Fluminense Alexandre Marques, pelo incentivo, Guilherme Peres, do IPAHB, pelas conversas e indicações. Especialmente a Marlúcia Souza, por me ceder os originais da revisão de sua dissertação (que em breve, espero, se tornará um livro) e pelo grande ânimo com que trabalha a história com a História desta localidade e a Tânia Amaro, diretora do Instituto Histórico de Duque de Caxias (e sua equipe), por todo o apoio, incentivo e estima com que abriu o arquivo da Escola Regional de Meriti para esta pesquisa. E a Ana Mignot, autora de uma importante tese sobre a personagem principal desta dissertação, pelas dicas sobre a trajetória de Armanda e sobre a educação na Primeira República.

Ao começar a ler os trabalhos sobre Saúde Pública no Brasil, tive a ajuda fundamental de Lorelai Kury que além de, como professora da Uerj, ter dado ótimos curso de Introdução 2 e sobre construção da Identidade Nacional no século XIX, ainda colaborou com a compreensão da bibliografia e me mostrou o caminho da Casa de Oswaldo Cruz e do projeto integrado Saúde na Construção Material e Simbólica da Nação.

Como bolsista do projeto, conheci os pesquisadores que são parte fundamental desta construção, que me receberam muito bem, inclusive permitindo que eu participasse de suas reuniões. A Nísia Lima, Gilberto Hochman, Marcos Chor Maio, Robert Wegner, Ma. Teresa de Melo meu muito obrigado. Especialmente àqueles com quem trabalhei mais diretamente, que me ajudaram a compreender o trabalho de pesquisa e utilização das fontes: Jair Ramos, Cristina Fonseca; e a Dominichi de Sá, que de coordenadora da mesa de iniciação científica na ANPUH-RJ de 2004 passou a colaboradora, incentivadora, crítica, por que não dizer amiga. Nesta mesa acabei por conhecer Tamara e Érico, também bolsistas do projeto com quem dividi, e dividido, a caminhada neste campo.

Terminando a faculdade, com um projeto sobre as políticas de saúde e saneamento na baixada na Primeira República, foi quase que natural participar do processo de seleção para a Casa de Oswaldo Cruz. Fui recebido novamente muito bem, pelos funcionários Ma. Cláudia, Sheila, Paulo, Jean, Rose, Daniele, Vilma, Ivone, alguns deles já conhecidos desde o tempo de estadia no projeto integrado.

Na COC, além de profissionais dedicados à construção de um ótimo espaço institucional, conheci grandes amigos que me ajudaram a trabalhar, a caminhar, a enfrentar as dificuldades, ora com companheirismo, ora com cervejas. A Daiana, Roberto, Marcos, Ricardo, Renata, Julio, Vanderlei, Regina, Paula, Fernanda, Silvio, Vivian e à Josi, pelos inúmeros cafés, conselhos, dicas, teatros, conversas e por ter me apresentado à Mirian que mesmo distante se tornou uma grande amiga.

Assim, na COC, encontro novamente com a maioria dos pesquisadores do projeto integrado aos quais se somam os professores das disciplinas: Ma. Raquel F. da Fonseca, Flávio Edler, Jaime Benchimol, Luiz Otávio Ferreira, Luiz Antônio Teixeira e novamente Nísia Lima e Dominichi de Sá. Às duas últimas também sou grato por aceitarem fazer parte da banca de qualificação do mestrado, que terminou por mudar os rumos da pesquisa. Aos professores da Casa que, mesmo sem serem meus mestres, cooperaram para fazer desta permanência a mais agradável e útil possível. Conte com o

apoio institucional de uma bolsa de mestrado da Capes, órgão ao qual agradeço a possibilidade de passar estes dois anos pensando e construindo esta pesquisa. Tendo como âncora institucional Luiz Antônio Teixeira, pude contar com toda a estrutura da instituição e com várias revisões dos originais que melhoraram muito o trabalho em alguns aspectos. À Casa de Oswaldo Cruz o meu muito obrigado!

Muito obrigado a Luiz Antônio de Castro Santos por aceitar fazer parte da banca de defesa do mestrado e mais uma vez a Dominichi que novamente aceitou ler um texto meu e dialogar, o que já o tinha feito na graduação, na disciplina e na qualificação. Agradeço também a Nísia e Flávio por aceitarem ser suplentes nesta defesa.

Sumário

Introdução: Cuidando do Corpo e do Espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)	12
<hr/>	
I Parte: O Saneamento da baixada do estado do Rio de Janeiro e a incorporação dos sertões	41
I.1. A Baixada do Estado do Rio de Janeiro no Século XIX	44
I.2. Estradas de Ferro, Políticas de Saneamento na Virada do Século XIX-XX e a Política Fluminense na Primeira República	50
I.3. Descoberta dos Sertões, Nacionalismo Militante e a Construção de um Projeto de Modernização no Brasil	60
I.4. A Trajetória de Armanda Álvaro Alberto e a Educação no Brasil	80
I.5. Saúde e Saneamento na baixada na Década de 1920	94
<hr/>	
II Parte: Educação e Saúde na construção de um modelo educativo na década de 1920: “antecedentes”	114
II.1. Educação e Saúde nos Séculos XVIII-XIX: as mudanças na imagem e nos cuidados com a criança	116
II.2. Higiene, Saúde e Cuidados com a Infância	126
II.3. Higiene Escolar e Educação Integral	132
II.4. Puericultura, Ativismo e Escola Nova	137
<hr/>	
III Parte: Construindo um Meriti Salubre e Educado: a Criança, a Família, o Ambiente, a Escola	153
III.1. A Criança	157
III.2. A Família	170
III.3. O Ambiente	180
III.4. A Escola	197
<hr/>	
Conclusão: Cuidando do Corpo e do Espírito em Meriti, Construindo a Nação Brasileira	208
Fontes e Bibliografia	214

RESUMO

Esta dissertação analisa a construção da Escola Regional de Meriti, na baixada do estado do Rio de Janeiro entre 1921 e 1932, tendo como foco as relações entre os educadores e médicos no intuito de cuidar dos corpos e dos espíritos daquela população. No princípio do século XX, um grupo de intelectuais expressou seu descontentamento com a República recém-nascida em 1889. Dentre estes, Euclides da Cunha proclamava em *Os Sertões* (1902) o isolamento do sertão e o sertanejo como, ao mesmo tempo, forte fisicamente e fraco moralmente. Na década de 1910, os intelectuais envolvidos em projetos de modernização do Brasil procuraram educar e sanear, propondo ações públicas para o salvamento da nação. Nesta década, médicos, engenheiros e educadores construíram movimentos nacionalistas esperando assim eliminar o que consideravam os verdadeiros males do país – a doença e a ignorância – que se encontravam no sertão. Na virada do século XIX para o XX, a situação sanitária da baixada era extremamente precária, sobretudo a partir da construção das estradas de ferro. Não obstante, na década de 1910, a consciência da possibilidade de que as doenças da baixada se fizessem sentir na capital, que era cada vez mais crescente, se uniu à perspectiva da cura do sertão e do sertanejo. Assim, na década de 1920, Armanda Álvaro Alberto e um grupo de educadores e médicos da Capital Federal, através da Escola de Meriti, procuraram cuidar dos corpos e dos espíritos das crianças meritienses, baseando-se em experiências das escolas novas e ativas. Desta experiência de iniciativa particular num sertão próximo, constituíram suas carreiras e forjaram exemplos de possibilidades de ações educativas e saneadoras nos sertões.

ABSTRACT

This thesis analyzes the construction of *Escola Regional de Meriti*, in the lowlands of the state of Rio de Janeiro between 1921 and 1932, and focuses, mainly, on the relationship between educators and doctors in their effort to take care of the bodies and souls of the population in the area. In the beginning of the 20th century, a group of intellectuals expressed their discontent with the newly-born Republic, created in 1889. Euclides da Cunha, one of them, proclaimed in *Os Sertões* (1902) the isolation of the backlands and portrayed backland inhabitants as physically strong, on the one hand, and morally weak, on the other. In the 1910's, intellectuals involved in projects for the modernization of Brazil tried to promote education and sanitation, proposing the use of public measures to save the nation. In the same decade, doctors, engineers and educators created nationalist movements expecting to eliminate, this way, what they considered to be the real evils of the country – illness and ignorance – both of which were found in the backlands. In the turn from the 19th to the 20th century, sanitation conditions in the lowlands were extremely poor, especially after the construction of railroads. Nevertheless, in the 1910's, the awareness that illnesses commonly seen in the lowlands might affect the capital increased day after day, and this fact added to the prospects of cure for the backlands and their people. So, in the 1920's, Armanda Álvaro Alberto and a group of educators and doctors from the Federal capital, through *Escola de Meriti*, joined efforts to take care of the bodies and souls of the children from Meriti, based on experiences of progressive education. With this personal initiative in surrounding backlands, these people built their careers and provided examples of possible measures aimed at education and sanitation in the aforementioned areas.

Introdução:

Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão
Próximo: a experiência e o exemplo da Escola
Regional de Meriti (1921-1932)

INTRODUÇÃO

Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão Próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932) é o esforço de um ano em construir um texto alicerçado no tripé da História da Baixada Fluminense, da História da Saúde Pública e da História da Educação. Como todo o discurso construído, a particularidade do lugar de fala e do domínio em que realizo a investigação é sua marca indelével. Seja pela quantidade de páginas, pelo tempo e, principalmente, pela formação e ofício daquele que o produz¹. O fator relevante talvez seja a dificuldade com as perspectivas e possibilidades da história da educação, campo inexplorado por mim até então.

A Escola Regional de Meriti foi criada em 1921 por Armanda Álvaro Alberto e ao longo dos anos de sua existência teve a colaboração de inúmeros educadores, médicos, engenheiros e demais intelectuais da Capital Federal. Armanda e a Escola de Meriti estão arraigadas na memória coletiva daqueles que conhecem minimamente a história do município de Duque de Caxias, sendo que a instituição, apesar de suas inúmeras modificações ao longo dos tempos, existe até hoje. A instituição ficou marcada sobretudo por seu apelido “mate com angu”, refeição que Armanda servia para suas crianças.

Fazendo um panorama geral de sua história, podemos dividi-la em 5 períodos, embora estas datações não devam ser vistas com exatidão²:

(1) entre 1921 e 1932 (o período analisado por esta dissertação) a vila de Meriti era formada por uma população meio rural-meio urbana e a ERM procurou se adaptar a estas condições como uma instituição privada de caráter filantrópico, como procurarei analisar nas páginas subseqüentes, funcionando na rua Belisário Penna;

(2) entre 1932 e 1950, o distrito de Caxias, antes denominado Meriti, passou por modificações sociais e econômicas, com as políticas do período Vargas, a construção das estradas de rodagem e a industrialização que começava a atingir a localidade, transformando sua população em tipicamente suburbana, atrelada ao Rio. Em 1943, o distrito de Caxias é emancipado de Nova Iguaçu, transformando-se no atual município de Duque de Caxias. Neste período, os educadores envolvidos aumentaram seu prestígio na Capital através da imagem que construíram nos primeiros anos da ERM e da sua

¹ Para Certeau leva em conta recrutamento, meio, ofício, procedimentos de análise e construção de textos cabíveis. CERTEAU, 1982.

² Embora a periodização da Escola não esteja teorizada e organizada ela pode ser percebida em LIMA, GONZÁLEZ e COUTINHO, 2002 e no Livro-Documentário de Armanda. ALBERTO, 1968.

atividade social e política no Rio. A Escola, por sua vez, conseguiu aumentar sua infraestrutura, suas atividades e o número de alunos, procurando acompanhar as mudanças de Meriti;

(3) entre 1950 e 1964, a Escola Regional de Meriti começou a ver seu declive, pois não conseguia manter suas atividades, que tinham crescido entre 1932-50. A ERM passou a necessitar de ajuda pecuniária do Estado, fosse através do MEC, de órgãos vinculados ao Ministério, do governo do estado do Rio, do município de Duque de Caxias e de empréstimos junto à Caixa Econômica Federal. Contudo, procurou manter sua identidade de iniciativa particular, filantrópica e inovadora. Com estas colaborações públicas, a Escola Regional procurou manter o crescimento da instituição, reconstruindo seu lar-escola, criando uma discoteca, renovando os ambientes, construindo um novo pavilhão para a biblioteca e a oficina de trabalhos manuais, ampliando o Museu Regional e funcionando em 2 turnos. Somente no relatório de 1954 Armanda admitiu não ser mais a ERM uma “Escola Rural”, todavia não abriria mão do Clube Agrícola;

(4) entre 1964 e 1982, a Escola Regional começou a passar por sua principal modificação. Em 1963, Armanda e a Assembléia Geral dos Sócios decidem, por não conseguir mais manter os serviços da Escola, transferi-la para o governo do Estado. Contudo, reafirmavam na solicitação a história inovadora da Escola e exigiam que o governo mantivesse os serviços e as práticas educacionais na forma como concebidas. O governo do Estado do Rio respondeu determinando a doação de forma incondicional. Com esta resposta, Armanda decide doar a Escola para o Instituto Central do Povo (ICP), criado pelo Reverendo Metodista Tucker no começo do século para a educação popular e outras atividades filantrópicas. Em 1964, o ICP aceitou todas as condições e passou a controlar a Escola, modificando o nome desta para Escola Dr. Álvaro Alberto, pai de Armanda e patrono da Caixa Escolar. Armanda ficaria como assessora para assuntos pedagógicos até sua morte. Neste período, o projeto inicial começou a ser modificado, principalmente com a morte de Armanda em 1974. O ICP firmou convênios com a prefeitura de Duque de Caxias e aos poucos foi deixando de ter o controle da instituição. Em 1982, a prefeitura entraria na Justiça contra o ICP, para fazer valer sua autonomia, impedindo que o Centro Comunitário do ICP funcionasse na Escola;

(5) entre 1982 e 2008, a Escola Dr. Álvaro Alberto, antiga Escola Regional de Meriti, permaneceu sobre o controle da prefeitura municipal de Duque de Caxias, mesmo em terreno pertencente à Igreja Metodista. Em 1989, o Instituto Metodista de

Ação Social, antigo ICP, firmaria novo convênio com a prefeitura, desta vez cedendo ao governo municipal o espaço físico e a responsabilidade sobre o processo educacional. Hoje este convênio permanece e a rua não se chama mais Belisário Penna, mas Deputado Romeiro Junior, em homenagem a um político local. Assim, os projetos sociais da Escola foram esquecidos, restando apenas a memória da escola entre os munícipes conhecedores da história local. Para as crianças da Escola atualmente são apresentados, em festas comemorativas, os relatos da antiga “mate com angu”³.

Esta dissertação tem por objetivo compreender as formas pelas quais médicos e educadores envolvidos na construção da Escola Regional de Meriti, na baixada do Estado do Rio de Janeiro entre 1921 e 1932, se uniram para construir uma ação coletiva para cuidar do corpo e do espírito da criança, da população e do ambiente da vila de Meriti, construindo, através desta experiência, exemplos de possibilidades de sucesso.

Minha hipótese é a de que os intelectuais da Capital – educadores e saneadores – buscaram num sertão próximo (a baixada) um local de experimentação científico-saneadora e pedagógica, informados pela crítica a ordem republicana vigente, pela visão do sertanejo como doente e ignorante e pelo nacionalismo próprio do período de guerra. Educadores e sanitaristas procuraram, através destas e de outras experimentações, construir movimentos intelectuais e sociais em favor da construção de políticas públicas em Saúde e Educação, que incorporassem os sertões e os sertanejos à nação brasileira.

A partir da experiência na baixada se construiu um exemplo tanto de campanha sanitária que deu certo quanto de uma escola que, com princípios das escolas novas e ativas, modificaram o sertão próximo e poderiam modificar o Brasil. A ida destes intelectuais para esta localidade proporcionou-lhes alternativas discursivas e formas de pensar e agir voltadas para os sertanejos e a aquisição de novos partidários para suas cruzadas patrióticas. Neste sentido, os médicos do movimento sanitarista, e principalmente Belisário Penna – seu líder mais destacado –, construíram um discurso em que os planos de saúde e saneamento empreendidos pelo Brasil, e na baixada, poderiam salvar o Brasil, se transformados em políticas públicas centralizadas e unificadas.

A construção da Escola Regional de Meriti, pelos educadores Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto e Francisco Venâncio Filho, foi uma boa oportunidade para que educadores e sanitaristas fossem ao sertão próximo para sanear e

³ Os dados aqui referidos foram pesquisados, principalmente, na monografia de Lima, González e Coutinho em 2002.

educar, sem que precisassem se ausentar dos debates, da vida social e política da Capital. Deste lugar de fala, divulgavam entre os sertanejos de Meriti os ideais de educação, educação sanitária, nação, trabalho e puericultura, embora não comungassem necessariamente de concepções semelhantes sobre cada um destes ideais. A começar desta experiência estes construíram um discurso de caso exemplar de educação e saneamento para o Brasil, colocando a baixada – e mais especificamente Meriti – como um exemplo a ser seguido. Com a divulgação de resultados positivos os próprios movimentos – sanitarista e da escola nova – elaboraram um discurso de sucesso dos seus empreendimentos, se reconstruindo, a partir dos exemplos destas possibilidades, e conseguindo novos adeptos, através da divulgação de “experiências exemplares vitoriosas”, da qual se tornaram representantes.

Contudo, um ponto fundamental da análise ainda deve ser destacado. De forma alguma estou aqui considerando a baixada do Estado do Rio de Janeiro como o único local onde os intelectuais da Capital buscaram experiência e transformaram estas em exemplos das possibilidades de suas concepções de saúde e educação. Os livros de Belisário Penna estão repletos de exemplos de várias partes do Brasil. Ainda assim, considero que a baixada do Estado do Rio tem uma particularidade ao menos: a proximidade da Capital. Este fator faz com que seja possível a estes atores agirem tanto na localidade quanto na Capital Federal. A idéia de que as doenças da baixada poderiam chegar à Capital já era conhecida desde o século XIX, fazendo com que os médicos e os poderes públicos se preocupassem com o saneamento daquela região, além do que os rios da baixada eram os principais abastecedores de água potável da Capital.

Quanto à periodização, esta compreende da criação da Escola Regional de Meriti, em 1921, até a 5ª. Conferência Nacional de Educação, em 1932. Não obstante, nas partes I e II procurarei, antes deste período, ressaltar o ambiente político, social e intelectual no qual a proposta de criação da instituição surgiu e os conceitos e noções reelaborados pelos principais atores na construção da Escola.

O ano de 1921 marcou a criação da instituição analisada e os primeiros passos desta no cuidado dos corpos e das mentes em Meriti. Neste ano, os principais dirigentes da Escola tiveram suas primeiras dificuldades e conseguiram, junto a amigos da Capital, seus primeiros donativos, constituindo o primeiro esboço do que seria a Escola. Entre as tentativas, escolhas, erros e acertos, estes intelectuais foram ao longo dos anos construindo a Escola e sua própria trajetória como educadores.

O ano de 1932 se refere à 5ª. Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação (ABE), quando Armanda fez um balanço do primeiro decênio de sua Escola, notando mudanças em Meriti e como estas modificações na estrutura social da localidade demandariam de uma readaptação da Escola Regional. As transformações deste período, determinadas, sobretudo, pela emergência do governo provisório de Getúlio Vargas, se fizeram sentir não somente na baixada, mas também em todo o Brasil, com a discussão dos rumos das políticas públicas. Neste contexto, um grupo de educadores da ABE assina o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), escrito por Fernando de Azevedo, apresentando propostas ao Estado e ao povo no intuito de renovar a Educação do Brasil⁴.

No tocante às fontes, são quatro os acervos principais: o acervo de Belisário Penna, sob a guarda do Arquivo e da Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz; o arquivo da Escola Regional de Meriti, aos cuidados do Instituto Histórico de Duque de Caxias; o Livro-Documentário de Armanda Álvaro Alberto sobre a sua escola, publicado pelo INEP em 1968; e as teses da I Conferência Nacional de Educação, publicadas pelo INEP em 1997.

No arquivo pessoal de Belisário Penna encontram-se diversos discursos e relatórios sobre saneamento e educação sanitária no Brasil durante a década de 1920, entre eles o documento através do qual se iniciou a forma atual da presente dissertação. Trata-se de uma preleção de higiene feita por Belisário Penna em 1925 na Escola Regional de Meriti. A partir da descoberta deste documento e do incentivo da banca de qualificação da dissertação de mestrado, esta dissertação tomou a forma atual. Os folhetos e livros de Penna, encontrados na Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz, compõem um acervo fundamental para compreender as relações entre Saúde e Educação na década de 1920. Na composição deste texto, utilizei mais diretamente aquelas fontes que se referiam diretamente à baixada do estado do Rio de Janeiro e à Escola Regional⁵.

No acervo da Escola Regional de Meriti do Instituto Histórico de Duque de Caxias estão conservadas cópias da maioria dos relatórios anuais da Escola, além de

⁴ É importante ressaltar que, de acordo com a análise de Xavier, o texto do manifesto não foi discutido pelos educadores signatários, mas escrito por Fernando de Azevedo, com algumas sugestões (por correspondências) de Anísio Teixeira. Por não corresponder aos anseios dos grupos em disputa na ABE, o texto sofreria muitas críticas e mesmo intelectuais que assinaram o *Manifesto* não concordariam com todas as idéias expressas. XAVIER, 2002.

⁵ Cabe esclarecer que um dos obstáculos para traçar a trajetória de Belisário Penna, no que tange a Educação Sanitária, será o fato de que a grande maioria dos textos encontrados no Arquivo de Penna não está datada, dificultando uma análise do percurso intelectual do médico neste assunto.

alguns discursos, atas, correspondências e discursos. Deste arquivo, selecionei principalmente os relatórios anuais, nos quais Armanda descrevia as atividades da Escola para os sócios, pais e demais interessados, mostrando aquilo que considerava positivo e negativo na construção de sua instituição. Para além daquilo que considerava vitorioso, a diretora Armanda descreveu as dúvidas e insucessos, tornando a análise mais rica, ao evidenciar as possibilidades e escolhas dos atores. Assim, os relatórios não são simplesmente memórias do sucesso do empreendimento, mas tornam possível a compreensão dos limites da Escola e dos motivos alegados pela diretora para as dificuldades encontradas.

O Livro produzido por Armanda Alberto em 1968 é a reunião de artigos, discursos e documentos sobre a Escola Regional de Meriti entre 1921 e 1964. Este volume trouxe para esta análise os discursos dos membros da diretoria da Escola e de outros intelectuais que de alguma forma dialogaram com a Escola Regional de Meriti. A maioria dos textos traz obras que valorizam e glorificam a iniciativa particular de Armanda e seus sócios, embora traga também a ácida crítica de Tristão de Athayde. Dentre os autores publicados, destaco os médicos Belisário Penna e Savino Gasparini, os educadores Heitor Lyra da Silva, Lourenço Filho, e a escritora Julia Lopes de Almeida. A começar pela apresentação, feita por Moysés de Araújo, a idéia de construção de uma trajetória heróica para Armanda e sua Escola balizam o volume; não obstante, foi possível perceber algumas divergências entre os posicionamentos dos interlocutores.

O volume com as teses da I Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927), organizado em 1997 por Maria Ferreira da Costa, Denilson Shena Maria Schmidt, trazem a primeira exposição a nível nacional da Escola Regional de Meriti e as primeiras repercussões da instituição no âmbito do debate educacional. Durante esta conferência, na impossibilidade da presença de Armanda, o próprio Belisário Penna leu a tese de Armanda sobre a Escola. Neste período, Belisário Penna tinha o cargo de chefe da seção de Higiene e Educação Física da ABE, enquanto Armanda Alberto era a chefe da seção de Cooperação da Família.

Uma preocupação metodológica deve ainda ser salientada. Os estudos históricos na última década têm demonstrado sua inquietação diante dos arquivos pessoais, da memória construída pelos próprios atores através do arranjo de seus arquivos. Para Philippe Artières, “o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência (...) [logo] não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um

indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto”⁶. De acordo com Ângela de Castro Gomes, os historiadores muitas vezes se deixam levar pelos encantos dos arquivos privados como a “forma verdadeira” do produtor, fora do espaço público. Assim, para a autora, o pesquisador deixaria de compreender a história da sociedade analisada para descrever a memória de seus personagens, a partir de suas vicissitudes e dos caminhos que este construiu para a sua própria história⁷. A forma pela qual esta dissertação pretende se esquivar deste feitiço será perceber o conflito das perspectivas expressas nas fontes e com a bibliografia concernente, como um meio de enunciar aquilo que não está expresso em cada um dos discursos em particular.

Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão Próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932) será uma articulação entre os três campos mencionados, procurando, a partir destes três campos de pesquisa, compreender a História da Educação e da Saúde na baixada. Ao entrelaçar estas histórias, serão produzidos novos aspectos relevantes para a discussão de ambos os campos.

Nas próximas seções, ao fazer uma história da história de cada uma das sub-áreas, procurarei ressaltar pontos de discussão na historiografia que serão geradores da presente análise, apresentando uma análise de algumas noções e conceitos concernentes. Esta breve incursão pelos caminhos destas histórias do século XIX até a atualidade ajudará a olhar para o objeto com a percepção de como se escreveu sobre a baixada, a educação e a saúde no período analisado e de como estas são analisadas atualmente, vendo nestas historiografias a construção de identidades dos campos⁸.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA BAIXADA

As obras inaugurais que discorreram sobre a baixada foram relatos de viajantes ou memórias referindo-se aos acentos geográficos da localidade, à ocupação

⁶ ARTIÈRES, 1998:9-31.

⁷ GOMES, 1998.

⁸ Para Manoel Guimarães, pensar a forma como a História foi construída – sua identidade, seu sentido – é dessacralizar seus objetos e refletir sobre as construções da memória. Assim, retirar-se-á a atividade do historiador da formação de altares, devolvendo os objetos e o historiador para o mundo dos homens. Esta reflexão busca sobretudo perceber as profundas relações entre a disciplina, a vida social e seus significados políticos. Guimarães, ao pensar a História, ao invés de representá-la como “um fardo a pesar sobre nossas costas”, compreende esta como uma forma de pensarmos com liberdade o futuro que queremos, “um futuro que, como o passado, não resultou de uma natureza da História, mas das escolhas dos homens na História”. GUIMARÃES, 2000u.

populacional, à vida nas aldeias e portos locais e à organização administrativa. Datam principalmente do período colonial e do século XIX. Estes relatos confirmavam a crescente agitação comercial e populacional da região, como nas memórias de Saint-Hilaire em 1818⁹, ou ainda, ressaltavam a dimensão de passagem do litoral para o interior, de uma vida pelo menos semelhante à européia para um lugar onde se podia ver “os verdadeiros costumes do Brasil”, como no relato de Rugendas em 1824¹⁰.

A partir dos 100 anos da fundação da Vila de Iguassú, isto é, 1933, a *Polyanthéa Comemorativa ao Primeiro Centenário do Município de Nova Iguaçu*, de José Mattoso Maia Forte, iniciou uma nova fase onde a baixada será lembrada a partir de uma visão gloriosa e triunfal. Maia Forte era um político do grupo de Nilo Peçanha, e assim como aqueles, era saudosos de uma “idade de ouro” fluminense, que este transplantava para a história de Iguassú. A ligação entre a localidade e a Capital, nos seus vários momentos – cana, café, ouro, laranja – foi tomada em uma dimensão de engrandecimento da localidade que sofreu com a decadência na passagem do século XIX para o século XX. Estas perspectivas foram a tônica até os anos 1950, quando o enaltecimento ganha um tom nostálgico pela transformação da baixada numa conturbada periferia urbana do Rio de Janeiro¹¹.

Nos anos 30, com a organização dos cursos universitários de Geografia no Rio de Janeiro e em São Paulo(1934), a normatização da disciplina no ensino básico de alguns estados, a fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (1935) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(1939)¹², o Brasil passou por um período de institucionalização desta disciplina conformando uma comunidade de geógrafos no país que procurava interferir fortemente na produção e na divulgação do discurso espacializante, através de seu argumento institucional de autoridade, criando o seu *locus* de legitimação¹³.

E este movimento interfere na interpretação sobre a baixada, principalmente a produzida pelo IBGE, que em meados dos anos 50 passou a ter estudos sobre a localidade, sua ocupação humana, as mudanças provenientes do processo de urbanização, a manutenção de persistentes aspectos rurais e a incorporação desta região pelo Rio de Janeiro. Este grupo de pesquisadores, liderados por Pedro Pinchas Geiger,

⁹ SAINT-HILAIRE, 1974:124-5.

¹⁰ RUGENDAS, 1979:48-50.

¹¹ FORTE, 1933; FERREIRA, 1994; ALVES, 2003:16-17.

¹² MORAES, 1991:171.

¹³ Idem, 1991:171-172.

passou a analisar a diversificação da economia agrária fluminense e a sua integração com o Rio de Janeiro, baseado em teorias geográficas modernas e uma história marcada pelos aspectos econômicos¹⁴.

Da metade dos anos 1970 aos anos 1990 surgiram novas interpretações sobre a baixada, numa conjuntura de recente fusão entre o estado da Guanabara e o Rio de Janeiro, colocando a questão política e econômica como central na construção de uma região metropolitana do Rio de Janeiro. Com este aspecto surgiram estudos da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharias (COPPE/UFRJ), no mestrado de Planejamento Urbano e Regional, fundado em 1971 e que nos anos 1990 se tornaria o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ. Entre os temas estavam os investimentos públicos, a industrialização, as migrações, as relações centro-periferia, revelando a diversidade da região metropolitana do Rio e, mais tarde, estabelecendo programas de atualização de dados e produção de análises¹⁵. Nestas análises, as fronteiras da região de baixada ora se ampliavam, ora se encurtavam, de acordo com o elemento social ou político introduzido na análise como, por exemplo, o grau de urbanização, densidade populacional, níveis de pobreza, estatísticas de violência, etc.

A partir dos anos 1990, os trabalhos sobre a baixada se diversificaram, com grupos de pesquisadores e historiadores locais, ou mesmo pesquisas acadêmicas individuais vinculadas às diversas instituições acadêmicas, construindo um novo campo de pesquisa e reunindo interessados pela pesquisa histórica sobre esta região ou sobre personalidades que atuaram na localidade. Das lutas sociais em associações de moradores, em sindicatos de trabalhadores e em pastorais sociais da Igreja Católica surgiu um grupo de professores que procuraram pensar a história de sua localidade, através do referencial marxista e da sua própria vivência cotidiana. Assim, pesquisas sobre as organizações de moradores, a cultura local, a ocupação proletária, a atuação de grupos políticos na localidade, a questão da violência, a transição produzida pela urbanização, a organização de quilombos nas terras da baixada, os aspectos da educação, revelaram uma grande possibilidade de abordagens e de perspectivas para análises da região. A criação do Congresso de História da Baixada Fluminense, organizado pela Associação de Professores-Pesquisadores de História da Baixada Fluminense (APPH-CLIO), hoje em sua nona edição, tem cada vez mais divulgado as

¹⁴ Como por ex. GEIGER e SANTOS, 1954; ALVES, 2003:17.

¹⁵ Idem, 2003:17-18.

análises e aumentado o número de pesquisadores, em diversos campos, interessados por pesquisas sobre a baixada.

No caso da História da Baixada Fluminense, os grandes campos de discussão estiveram relacionados aos limites espaciais, políticos e sociais do conceito de Baixada e aos impactos das políticas agrárias, de transportes e de saneamento na região. Nestes debates, ficaram ressaltados os aspectos da precariedade e da inoperância das políticas públicas na Baixada e o aspecto da Baixada Fluminense como terra de sangue e violência, onde os acontecimentos políticos estavam vinculados aos grupos que constroem, através da força, sua hegemonia política¹⁶. Sem pretender negar esta precariedade ou a questão da violência que marca a região, esta dissertação pretende compreender a História da Baixada pela análise dos atores e das práticas sociais e políticas que construíram a baixada em cada período histórico. Assim, os problemas da baixada não seriam fruto de uma relação entre dominadores e dominados, mas sim de uma construção histórica e social marcada em cada período.

Neste sentido, procuro utilizar o conceito geográfico de baixada do estado do Rio de Janeiro, deslocando o significado da “Baixada Fluminense” de seus aspectos da violência e da falta de políticas de educação e saúde e produzir uma análise da baixada como uma área de interseção entre o interior e o litoral. Esta perspectiva já estava impressa nos relatos dos viajantes do século XIX e foi muito bem demarcada por Nielson Bezerra em sua dissertação de mestrado sobre as estratégias de resistência escrava nas áreas de ferrovias na baixada, ao analisar a região como “uma interseção importante entre litoral e interior, cuja função ultrapassava os limites econômicos, já que pessoas de diferentes posições sociais mantinham contatos próximos no caminho”¹⁷.

Por motivos de circunscrição da análise, reduzo esta região geográfica à baixada guanabarina (ou Recôncavo Guanabarina), que se estende dos limites do centro urbano da Capital Federal até a subida da serra do Mar, de São Gonçalo a Nova Iguaçu¹⁸. Não obstante, a baixada do estado do Rio é geograficamente a “planície que se estende paralelamente à costa em corredor entre a Serra do Mar e o oceano, tendo como limites

¹⁶ Estas perspectivas, advindas de uma primeira geração de professores-pesquisadores da Baixada Fluminense, que criaram a Associação de Professores-Pesquisadores de História (APPH-CLIO), tinham na percepção marxista dos anos 1970 o seu arcabouço teórico principal.

¹⁷ BEZERRA, 2004:27-28. Nielson Bezerra é o atual presidente da APPH-CLIO.

¹⁸ Nova Iguaçu, naquele tempo, compreendia todos os municípios que atualmente são conhecidos como Baixada Fluminense, chegando ao município ser conhecido como “terra mãe da baixada”. MARQUES, 2006.

Itaguaí, do lado ocidental, e a divisa com o Espírito Santo, do lado oriental”, como indicou Marieta Ferreira. Em função de suas particularidade e do extenso território esta foi dividida nas unidades fisiográficas da baixada de Campos dos Goitacazes, baixada de Araruama, baixada da Guanabara e baixada de Itaguaí¹⁹.

As fontes primárias utilizadas na análise da Escola Regional de Meriti reforçam a visão de que esta região de baixada – a guanabarina – era uma localidade meio rural, meio urbana, que guardava elementos de ambos os cenários²⁰. Para esta dissertação, este é um fator importante, pois indica ao mesmo tempo a possibilidade de intelectuais da Capital agirem diretamente sobre a região, sem perder a suas bases e sua repercussão no Rio de Janeiro e a influência dos valores e conceitos da Capital, em certos casos vistos como benéficos ao morador local e em outros vistos como maléficos. Assim, a possibilidade da investigação histórica sobre o recôncavo guanabarino representa uma possibilidade de analisar como os médicos, educadores e engenheiros brasileiros se apropriaram de experiências e experimentações numa localidade próxima para construir, debater ou reforçar suas teses.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DA SAÚDE

No campo da Saúde no Brasil, no século XIX, foram publicados periódicos médicos que davam especial atenção às atividades da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e da Academia Imperial de Medicina, publicando atas, relatórios de comissões e trabalhos escritos pelos acadêmicos. A discussão dos surtos epidêmicos de febres intermitentes recorrentes na região da baixada próxima à Corte, na década de 1830, proporcionou a invenção de uma agenda sanitária para a Corte e o primeiro trabalho da história das epidemias brasileiras, como ressaltou Ferreira. Em 1844, José Xavier Sigaud, um higienista francês, publicou em Paris a primeira tentativa de análise

¹⁹ FERREIRA, 1994:54.

²⁰ Intelectuais naquele período, como José Maria Bello e Armando Magalhães Corrêa reafirmariam a baixada guanabarina como uma interseção entre Sertão e Capital. No caso de Armando Corrêa, este via a região que se estendia de Jacarepaguá a Pavuna como um “sertão carioca”, que Franco e Drummond analisaram como “sertão quase metropolitano”. FRANCO e DRUMMOND, 2005. Na concepção de José Maria Bello o Brasil seria dividido não por critérios geopolíticos, mas pela presença de três grandes endemias, entre o litoral, a periferia do Distrito Federal (baixada) e o interior. ver HOCHMAN, 1998:70-71.

sistemática da situação sanitária brasileira, registrando a ocorrência de epidemias entre 1829 e 1843²¹.

As primeiras pesquisas publicadas no século XX eram históricos dos serviços públicos de saúde ou de condições sanitárias de regiões específicas, principalmente os produzidos por médicos e engenheiros ligados aos serviços. Dentre estes, podem ser citados *Os serviços de saúde pública no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, 1808 a 1907* (1909), de Plácido Barbosa e Cássio Barbosa Resende, escrito a mando de Oswaldo Cruz, e *La campagne sanitaire au Brésil* (1913), de Teophilo Torres²². Com a criação do Serviço de Saneamento Rural (1919) e do Departamento Nacional de Saúde Pública (1920), um segundo impulso nesta produção foi dado pelos periódicos *Arquivos de Higiene*, o *Boletim Sanitário* do DNSP e *Saneamento*, do Serviço de Saneamento Rural. Estes periódicos tinham estudos e históricos diversos sobre a saúde, a doença e o saneamento das diversas regiões do Brasil, geralmente escritos por médicos vinculados a alguma esfera do serviço público de saúde.

A partir da década de 1930, a partir das políticas públicas do governo Vargas, os estudos procuravam na República Velha os problemas sanitários e políticos que deveriam ser resolvidos. Deste momento são os estudos de Lintz e Parreiras sobre a epidemia de Febre Amarela de 1928-29 e os dois estudos de Hildebrando de Góes sobre o Saneamento da Baixada Fluminense²³. Nestes três volumes, procurou-se fazer um histórico dos serviços de saúde e saneamento na baixada durante a Primeira República, para planejar com eficácia – ou mesmo para comprovar a eficácia de – planos de saneamento da baixada na Era Vargas. Nestes estudos, se destacavam os detalhes técnicos das profissões médicas e de engenharia, de acordo com a formação. Nas décadas subsequentes, médicos se puseram a fazer a sua própria história, de maneira evolutiva e elogiosa, culminando com histórias da medicina brasileira como a seqüência cronológica da história dos grandes homens de ciência, em Lycurgo Santos Filho (1947,

²¹ FERREIRA, 1999; Sigaud era formado pela Faculdade de Medicina de Estrasburgo (1818) e, sofrendo perseguição política na Europa, veio ao Brasil em 1825. Estava entre os fundadores do *Jornal do Commercio* (1827), do periódico médico-científico *O Propagador das Ciências Médicas* (1827-28) e da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. Interessado pelas estatísticas médicas, propôs que a sociedade médica se dedicasse a ela, e produziu *Du climat et des maladies du Brésil* (1844) procurando explicar os fenômenos patológicos brasileiros relacionando-os ao ambiente natural e ao padrão sócio-cultural. FERREIRA, 1998.

²² Em 1909 foi fundado, por Oswaldo Cruz, o periódico *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, divulgando artigos científicos dos pesquisadores do instituto e congêneres.

²³ LINTZ e PARREIRAS, 1930; GÓES, 1934; GÓES, 1939.

1966), ou como a listagem dos cientistas brasileiros ou que atuaram no Brasil, em Carlos Lacaz(1966)²⁴.

Contudo, a partir da virada década de 1970 e nos anos 1980, as análises sobre a saúde ganham espaço em âmbito universitário. Nestes estudos, a vida social no Brasil, as lutas políticas e as discussões intelectuais giravam em torno das questões político-econômicas e da oposição ao regime militar. No campo da História do Brasil alguns estudos levaram em conta aspectos da saúde para a construção de significados, dentre eles o de Edgar Carone sobre a Primeira República e de Eulália Lobo sobre a História do Rio de Janeiro²⁵. Nestes, a questões da saúde se tornavam relevantes na medida em que influíam diretamente na política e na economia ou se tornavam um fato político em seu sentido mais institucionalizado. Nestas perspectivas, a saúde vinha a reboque das necessidades e demandas das oligarquias cafeeiras, seja pelas questões de saúde dos negros libertos ou da saúde dos portos e da Capital.

Neste contexto, pesquisadores começaram a analisar as questões da medicina social, notadamente marcada por um viés foucaultiano. Nestes trabalhos, o poder do discurso médico-higienista foi ressaltado como o fator central para a construção da sociedade burguesa nos séculos XIX e XX²⁶. Com esta perspectiva, alguns trabalhos foram produzidos sobre a relação entre saúde e educação, sobretudo no âmbito das discussões do Centro de Estudos de Educação e Sociedade da Unicamp, como *Estado, Educação e Saúde: a higiene da vida cotidiana*, de Nilson Costa, e *Educação Sanitária: uma visão crítica*, de Joaquim Melo²⁷.

Utilizando estes textos e a análise de fontes primárias, surgiram análises de história urbana, a partir da Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PUR/COPPE/UFRJ, fundado em 1971) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ, fundado em 1969), na virada das décadas de 1970-80. Destas instituições, os trabalhos de Jaime Benchimol e Nilson Costa colocam as disputas urbanas pelas políticas de saúde pública em primeiro plano²⁸.

²⁴ SANTOS FILHO, 1947; SANTOS FILHO, 1966; LACAZ, 1966.

²⁵ CARONE, 1969; LOBO, 1978.

²⁶ MACHADO, 1978; LUZ, 1982; COSTA, 1983. A partir de 1974, Madel Luz e Jurandir Costa estiveram envolvidos na construção da pós-graduação no Instituto de Medicina Social/UERJ.

²⁷ Em 1980 foi promovido um curso sobre educação e saúde, no qual diversos pesquisadores apresentaram suas posições sobre a relação entre estes campos. Alguns destes trabalhos foram publicados no Caderno do CEDES, n. 4, de 1984.

²⁸ BENCHIMOL, 1992; COSTA, 1986. A dissertação de Benchimol, no PUR/COPPE, foi produzida entre 1978-82, enquanto a dissertação de Costa, no IUPERJ, entre 1980-83, utilizando a historiografia e as análises da medicina social para analisar fontes primárias.

Numa outra perspectiva, análises como a de Simon Schwartzman, em *Formação da Comunidade Científica do Brasil*, de 1979, procuram no século XX, e principalmente a partir da valorização da construção dos primeiros cursos universitários, a gênese de uma comunidade científica brasileira, passando rapidamente pelo período colonial e imperial brasileiro. Em um apêndice deste livro, Schwartzman registrava, a partir de livro de Fernando de Azevedo, a existência de uma variedade imensa de instituições científicas desde 1500 até 1945²⁹. Mesmo ao ver o período que compreendia a Colônia, o Império e a República Velha como precário, dava assim, margem para investigações relacionadas à história das ciências e da saúde pública nestes diversos períodos históricos.

Ainda outro lugar de produção surgiu com a presença dos pesquisadores americanos (brasilianistas), enfocando temas relacionados à raça e à institucionalização das ciências no Brasil. Entre estes, destaco o trabalho de Nancy Stepan sobre a *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira* (1976), que via a criação do Instituto Oswaldo Cruz como a gênese da ciência nacional e a vitória do grupo de Oswaldo Cruz contra a febre amarela no Rio de Janeiro em 1904 como o sucesso da comunidade científica nacional, voltada para a ciência experimental, frente à doença e às autoridades públicas.

A partir de meados da década de 1980, foi feita a crítica destas perspectivas produzida até então. No âmbito da sociologia, Luiz Antonio de Castro Santos produziu sua análise sobre *O Pensamento Sanitarista na Primeira República*. Nesta perspectiva, ao lado dos aspectos políticos, econômicos e sociais, e principalmente da imigração, Castro Santos via a influência do ideal positivista nas reformas sanitárias.³⁰. Enquanto isso, na pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, Maria Amélia Dantes questionou a convicção de que antes de 1930 os institutos de ciências biomédicas eram os únicos centros de pesquisa relevantes para a História das Ciências no Brasil. Nesta pista, várias pesquisas foram iniciadas sobre instituições científicas nacionais, em diversos períodos, sob a órbita da posição de Maria Amélia Dantes. A diversificação conceitual da área da História, a partir da virada da década de 1980-90, possibilitou diversas análises históricas sobre instituições científicas no Brasil com arcabouço teórico-metodológico diversificado³¹.

²⁹ DANTES, 2001:17.

³⁰ CASTRO SANTOS, 1980; CASTRO SANTOS, 1985.

³¹ DANTES, 2001.

Estas pesquisas modificaram as demarcações temporais, espaciais e institucionais da História das Ciências da Saúde no Brasil, investigando novos espaços de atuação dos cientistas e intelectuais e o papel destes no desenvolvimento conceitual e no fortalecimento das práticas científicas no Brasil³². Estes estudos, focalizando a compreensão dos cientistas como intelectuais e como homens da política, contribuíram para abrir o leque de possibilidades de constituição de um campo de pesquisa para a história das ciências e da saúde.

No tocante à perspectiva de Castro Santos, esta abriu a possibilidade de uma investigação sobre a saúde pública no período republicano, e especificamente na Primeira República, através de temas como a descoberta dos sertões pela leitura de Euclides da Cunha, a análise do pensamento sanitarista como gerador de um movimento, de perspectivas nacionalistas particulares e das lutas deste movimento para construir políticas públicas de saúde. Deste ponto, as pesquisas de Gilberto Hochman, Nísia Lima, Dominichi Sá³³, entre outras, partiram criando concepções originais que articulam diversos conceitos das ciências humanas para compreender a construção nacional. Estas concepções, hoje, possibilitam a investigação da recepção e da regionalização destes movimentos de âmbito nacional na esfera local.

Para esta dissertação, as perspectivas que viram nas viagens dos intelectuais no sertão uma forma de construir a nação brasileira têm importância fundamental. A entrada de médicos, educadores e engenheiros pelo interior tinha relação com o impacto causado pela leitura de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que via ao mesmo tempo um sertanejo forte e viril fisicamente – capaz de domar as dificuldades geográficas e climáticas – e fraco moralmente – com uma degenerescência primordial e uma formação racial nefasta³⁴. Ao tomar consciência e se chocar com o ambiente sertanejo impresso na obra euclidiana, estes intelectuais da Capital foram ao interior e diagnosticaram, para além do isolamento do sertanejo – impresso no texto euclidiano –, a doença e a ignorância como os principais males dos sertões³⁵. Assim, criaram formas de atuação, seja pela iniciativa particular ou pela luta por políticas públicas, para a salvação do Brasil, através principalmente da Educação e da Saúde.

Do trabalho de Castro Santos vem a inspiração inicial deste argumento, que produzindo uma interpretação original sobre o movimento sanitário nacional,

³² SÁ, 2006:15.

³³ HOCHMAN, 1998; LIMA, 1999; SÁ, 1998.

³⁴ HERMANN, 2006:145

³⁵ LIMA, 1999.

possibilitou outras análises congêneres no campo de uma História da Saúde no Brasil. No trabalho deste autor, a idéia do texto de Euclides da Cunha como marco inicial de uma “descoberta dos sertões” aparece vinculada à entrada de médicos do Instituto Oswaldo Cruz no interior do Brasil. Os cientistas percebem os males do país no sertão e uma possibilidade de redenção a partir da cura do sertanejo, ignorante, doente, apático e indolente. A partir desta leitura se formou um movimento sanitário nacional que divulgou sua ideologia positivista e propôs mudanças nas políticas públicas. Segundo Castro Santos, na virada da década de 1910-20, o movimento chegou a conseguir alguma intensificação dos serviços de saúde, porém teve a sua bandeira ideológica esvaziada pelo Estado Varguista³⁶.

A análise deste movimento abriu as portas para análises no campo da Saúde Pública no Brasil e para sua importância na construção material e simbólica do país. Trabalhos como os de Gilberto Hochman e Nísia Lima aprofundaram pontos da análise de Castro Santos, através de análise da dimensão simbólica e do impacto dos escritos e relatórios médicos na agenda da saúde e mesmo das ciências sociais institucionalizadas. Nestas análises produziram a percepção de que a resignificação do Brasil e do brasileiro, de degenerado racialmente para doente, foi um ponto central para a modificação da visão da intelectualidade sobre o futuro do país. Com a campanha pelo saneamento do Brasil, a perspectiva de um Brasil doente tomou a Capital e conseguiu, a duras penas, conformar políticas públicas em saúde. O texto feito a quatro mãos por estes autores indicava, para além desta modificação, a entrada dos principais militantes do movimento na estrutura estatal e marcava o ano de 1920 como o “início da nacionalização das políticas de saúde e saneamento e a definição de uma nova identidade profissional para um grupo de médicos, a de profissionais de saúde pública vinculados à administração pública”³⁷.

Especificamente, o trabalho de Lima³⁸ traz a esta dissertação a concepção de que a visão do interior do Brasil sofreu diversas modificações ao longo da história, ao mesmo passo das variadas concepções intelectuais sobre o Brasil. As questões de fronteira, da dicotomia entre o litoral e o sertão e da construção do Brasil através de conceitos do sertão e do sertanejo ajudam a compreender o sentido encontrado pelos intelectuais da Primeira República para ir aos sertões, sejam eles próximos ou distantes,

³⁶ CASTRO SANTOS, 1980; CASTRO SANTOS, 1985.

³⁷ LIMA e HOCHMAN, 1996.

³⁸ LIMA, 1999.

em missão civilizadora. A descoberta do Brasil do interior, pelo texto Euclidiano e mais tarde pelas viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, já indicadas no texto de Castro Santos, encontra no texto de Lima contornos mais aprofundados e mais densos, ao unir o arcabouço teórico da sociologia do conhecimento e a interpretação do Brasil pelos intelectuais nativos.

Deste texto, dois pontos específicos serão incorporados a esta dissertação. O primeiro reside na análise das concepções de fronteira e do homem fronteiro. Em *Um Sertão Chamado Brasil*, Nísia Lima analisou a referência a um “homem fronteiro”, que estaria identificado com o “encontro de hábitos, de etnias, de linguagens, em suma, de culturas” na obra de Sérgio Buarque de Holanda, além de reconhecer na obra de Richard Morse a “existência de múltiplas e complexas experiências de fronteira”, não linear³⁹. No caso deste trabalho, proponho a análise da baixada como um lugar de interseção, ao mesmo tempo considerado como sertão⁴⁰, mas que guardaria suas especificidades pela proximidade com a capital (litoral). Esta perspectiva, como já adiantado, se une à perspectiva de Bezerra e está presente nas fontes. Assim, possibilita construir significados tanto para a historicidade da região quanto para a História dos movimentos intelectuais e políticos da Capital através da análise da fronteira e da relação entre os intelectuais da Capital com aqueles moradores locais. Este local, eu caracterizarei como *um sertão próximo à Capital Federal*.

A outra pedra de toque da análise, advinda da interpretação de Lima, reside na própria percepção da construção de um perfil, ou melhor, de um conceito de sertão e sertanejo construído pelos médicos que foram ao sertão e voltaram com a percepção de que este era doente e indolente. Através da publicação dos relatórios das viagens científicas do Instituto Oswaldo Cruz, estes médicos reconheceram e divulgaram a doença e a ignorância como os males dos sertões brasileiros. Divulgaram o seu discurso em prol do saneamento do sertão sob a máxima de que “O Brasil é um imenso hospital”. E a partir deste diagnóstico produziram, na campanha sanitária de saneamento dos sertões, uma imagem, uma construção simbólica dos sertões que associava a ignorância e a doença ao abandono da população sertaneja pelos poderes públicos⁴¹. Desta forma, mudanças nas estruturas políticas se faziam necessárias.

³⁹ Cabe ressaltar que, em Sérgio Buarque, o homem fronteiro será identificado como o sertanejo, na fronteira do encontro entre o português e o indígena. LIMA, 1999:43.

⁴⁰ Pois o Sertão começaria onde terminaria a Avenida Central. HOCHMAN, 1998l.

⁴¹ LIMA, 1999:79-131.

Este discurso, amplamente divulgado na Capital, foi ouvido e seguido não somente por médicos, mas por toda a sorte de intelectuais. Assim, o empreendimento da Escola Regional de Meriti, em levar educação e saúde ao sertão através de uma iniciativa particular, tinha nos membros do movimento sanitarista incentivadores e colaboradores. O desejo de reproduzir os feitos da Escola de Meriti por todo o Brasil e o clamor por iniciativas particulares e públicas semelhantes criaram o reconhecimento daquela instituição nos círculos em debate na década de 1920.

Esta dissertação busca, na tese de Hochman⁴², a relação entre as questões sanitárias, o debate político da Primeira República e o surgimento de uma consciência da interdependência sanitária neste período. Partindo também do texto de Castro Santos, o trabalho de Hochman expõe como instrumento analítico o conceito de “era do saneamento”, isto é, o momento de crescimento da consciência das elites com relação aos problemas sanitários nacionais e do sentimento coletivo de que o Estado deveria assumir mais o encargo dos problemas de saúde e saneamento. Nesta época, entre 1910 e 1930, diversos atores transformaram os efeitos externos das doenças em uma consciência de interdependência social e foram capazes de pressionar e convencer os poderes públicos a formular políticas, mesmo que não tivessem atributos para decidir sobre a estatização de uma atividade⁴³. Esta análise se baseia num cabedal teórico da ciência política e da administração pública para analisar a construção do Estado Nacional através disputas por políticas públicas de saúde.

A consciência da interdependência sanitária, de acordo com Hochman, seria a idéia de que as doenças que pegam não obedecem a fronteiras, fazendo com que as elites médicas e políticas, nas disputas pela formulação das políticas governamentais, construíssem uma infra-estrutura para cuidar da saúde da população rural, abandonada, ignorante e doente. Através desta construção material, levada a cabo a partir de uma construção simbólica do sertão, o Estado Nacional aumentava a sua territorialidade e seu poder coercitivo sobre a população em geral⁴⁴. No caso da baixada guanabarina, diversos postos sanitários de profilaxia rural foram criados, como uma forma de evitar que as doenças da baixada chegassem à Capital e para sanear o Sertão. Os objetivos conduzidos por médicos-sanitaristas naquela região sugerem uma consciência da

⁴² HOCHMAN, 1998.

⁴³ Idem, 1998:40-41.

⁴⁴ Idem, 1998.

interdependência sanitária muito próxima e evidente, além da possibilidade de atuação na região que ficava a poucas horas, podendo ser um espaço de experiência.

Porém, ao analisar a vila de Meriti, localidade que abrigava a Escola Regional, outros pontos relevantes são encontrados para enriquecer estas análises do movimento sanitário na Primeira República. Na análise da relação entre Educação e Saúde na Escola Regional de Meriti, salta aos olhos que, se na construção das políticas públicas de saúde nos anos de 1918 a 1920 a localidade de Meriti era contemplada com um Posto de Profilaxia e Saneamento Rural, este foi retirado em 1922, ficando para a iniciativa particular da Escola de Meriti o cuidado com a população local. Cabe ressaltar que muitas vezes os órgãos centralizados que deveriam distribuir medicamentos e demais materiais sanitários para os postos públicos entregavam-nos diretamente à Escola Regional de Meriti, que tinha em sua organização a presença de um médico, uma professora-visitadora (que fazia as vezes de enfermeira em alguns casos) e a presença de uma aluna auxiliar do médico. Assim, esta instituição, em muitos momentos, era a forma pela qual cuidados de Saúde chegavam à localidade. Para isto, contribuíam as relações pessoais entre os educadores que fundaram a Escola e alguns membros do movimento sanitário.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

No tocante à História da Educação no Brasil, os estudos de historiografia colocam nos trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a vertente primeira das análises. Ainda no século XIX foram produzidas obras em francês que tratavam da educação brasileira e em *O Império do Brasil*, editado em 1867, havia um capítulo sobre a “cultura intelectual” o qual trazia quantificações da presença de alunos nos vários ramos de instituições educacionais e culturais do país. Nesta produção saltava aos olhos o empenho em demonstrar a “pujança da instrução pública no Brasil” através de dados estatísticos, valorizando assim o Estado Imperial⁴⁵. Com a República, o foco da escrita da história da educação voltou-se para a constituição do Brasil, procurando dar a conhecer as riquezas e os progressos do Brasil em todas as suas atividades humanas. Contudo, o gosto pela catalogação e metodização de fonte e exposição de estatísticas se manteve⁴⁶.

⁴⁵ VIDAL e FARIA FILHO, 2003:39-42.

⁴⁶ Idem, 2003:42-43.

A partir da década de 1920, com o acirramento dos debates sobre educação e a formulação de reformas da instrução pública, intelectuais como Julio Afrânio Peixoto, Manuel Lourenço Filho e Fernando de Azevedo produziram estudos sobre a Educação, principalmente com a introdução da disciplina História da Educação no currículo da Escola Normal do Rio de Janeiro (1928). Em 1930, Lourenço Filho, ao publicar *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, produziu um grande interesse nos temas das escolas novas e um grande fluxo de idéias a respeito. A idéia de modificar a educação nacional, introduzindo princípios das escolas ativas, presente nas reformas da instrução da década de 1920 foi impressa no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) sob a perspectiva de Fernando de Azevedo, produzindo novas obras do gênero. O *Manifesto* procurou direcionar as lutas educacionais para um novo modelo educacional brasileiro, baseado em princípios das escolas novas. Afrânio Peixoto, em 1933, publicou o primeiro manual didático de História da Educação e a ele se seguiram Peeters e Cooman (1936), Bento de Andrade (1941), Fernando de Azevedo (1943), Ruy Bello (1945), Theobaldo Santos (1945)⁴⁷.

Em especial, a obra *A Cultura Brasileira*, de 1943, por Fernando de Azevedo, se tornou uma referência, e mesmo um marco, com a grandiosidade de seus três volumes, quase 800 páginas e fartamente ilustrado. No terceiro tomo, a transmissão da cultura trazia como objeto central os processos educativos. Esta obra inaugurou uma terceira vertente a partir da dupla inserção de Azevedo na academia – na sociologia da Universidade de São Paulo – e na política educacional – como reformador da instrução pública do RJ e SP e redator do *Manifesto* de 1932. Segundo Marta Carvalho, a narrativa de Azevedo compôs os personagens da História da educação no Brasil, instituindo os heróis e os vilões⁴⁸.

Com esta inserção acadêmica, nos anos 1950 e 1960 várias análises foram construídas na USP pela crítica dos documentos catalogados e das estatísticas expostas pelos estudos do IHGB e pela leitura dos textos dos reformadores das décadas de 1920-30. Assim, textos como o de Roque Spencer de Barros – *A Ilustração Brasileira* (1959) – e Jorge Nagle – *Educação e Sociedade no Brasil* (1966) – produziram novas possibilidades de investigações para o tema da educação. O surgimento dos programas de pós-graduação em educação, a partir da virada da década de 1960-70, trouxe consigo a diversificação de análises e referenciais teóricos, primeiramente com uma concepção

⁴⁷ Idem, 2003:46-52.

⁴⁸ Idem, 2003:52-54.

marxista – nas suas vertentes Althusserianas e Gramscianas – fruto do acirramento das questões políticas da ditadura militar e do ano de 1968, e depois já nos anos 1980 com a crítica do pragmatismo presente nas teses até então produzidas⁴⁹.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, surgiram e se fortaleceram a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd, criada em 1984), o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil da Unicamp (HISTEDBR, criado em 1986) e mais tarde a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE, criada em 1999). Nestes lugares de produção, a área se viu enriquecida e a partir destes lugares de produção construíram para si um lugar nos estudos históricos⁵⁰. A começar pelos debates nestes lugares, a produção se diversificou, o número de trabalhos cresceu, as possibilidades de demarcações teóricas foram alargadas, as temáticas da educação ampliaram-se, e novas conexões transdisciplinares e multidisciplinares foram criadas⁵¹. Nas reuniões anuais da ANPEd, em Caxambu/MG, pesquisadores reconhecidos nos seus campos eram chamados a falar sobre possíveis pontes entre os seus trabalhos e a História da Educação⁵².

Sobre a relação entre a educação e a saúde, Marta Chagas de Carvalho produziu sua tese sobre a higiene, a moral e o trabalho na construção da Associação Brasileira de Educação, Heloisa Pimenta Rocha produziu sua análise sobre o Instituto de Higiene de São Paulo e José Gondra estudou as teses sobre higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, abrindo caminho a outras análises do gênero. Nestas, diversos pontos de contato foram estabelecidos, de acordo com as especificidades das instituições analisadas⁵³.

A este ponto, os debates e as análises motivavam a criação de novos textos e novas possibilidades de divulgação. Algumas editoras universitárias se interessaram pela publicação destes textos – como a EdUSF a partir de 1998 – e mesmo as associações e programas de pós-graduação publicariam seus trabalhos através de revistas de Educação⁵⁴. Assim, a possibilidade de conhecimento por parte do público acadêmico aumentou consideravelmente, ajudando a aumentar o número de citações de

⁴⁹ Idem, 2003:55-58.

⁵⁰ Idem, 2003:55-58; CATANI e FARIA FILHO, 2002; Revista Brasileira de História da Educação, 2001.

⁵¹ Idem, 2002.

⁵² Como Luiz Felipe Baeta Neves, em 2003, sobre História Intelectual e História da Educação e Francisco Falcon, em 2004, sobre História Cultural e História da Educação. NEVES, 2006; FALCON, 2006.

⁵³ CARVALHO, 1998; ROCHA, 2003; GONDRA, 2004.

⁵⁴ Como a Revista Brasileira de Educação (da ANPEd a partir de 1995) e a Revista Brasileira de História da Educação (da SBHE, a partir de 2001). Há que se notar que mesmo antes disso circulavam os documentos de discussão e as avaliações dos grupos de trabalho da ANPEd.

trabalhos de História da Educação e a ampliar a possibilidade de trabalhos de mestrado e doutorado em diversas áreas que tenham uma ponte com a História da Educação.

Da História da Educação, a principal contribuição vem da tese de Ana Mignot, sobre a trajetória de Armanda Álvaro Alberto. Esta foi a primeira grande análise da trajetória de Armanda Álvaro Alberto e da Escola Regional de Meriti. Nela, Mignot compreende sob vários aspectos o ambiente no qual Armanda foi criada, a sua inserção intelectual e a contribuição desta para os movimentos e associações na década de 1920.

Armanda Álvaro Alberto, nascida em 1892 numa família de intelectuais, tinha como pai Álvaro Alberto da Silva, um médico reconhecido na passagem do século XIX para o XX pelo combate à Febre Amarela, tendo estudado no Brasil e no Exterior. Seu irmão, Álvaro Alberto da Motta e Silva, era militar e homem de ciências, e mais tarde seria um dos criadores do CNPq. Assim, Armanda foi criada num ambiente de letras e ciências, conhecendo a Capital Federal e os centros europeus. A sua formação, feita em parte por sua própria mãe e em parte no Colégio Jacobina⁵⁵, valorizava os novos ideais das escolas ativas e das escolas novas. Estes princípios seriam reelaborados por esta com uma perspectiva própria que levava em conta as especificidades de seus alunos⁵⁶.

A grande contribuição para esta análise e o grande mérito do trabalho de Mignot foi tirar do limbo a educadora Armanda, segundo Mignot, a construtora de um “legado pioneiro” para a Escola Nova. A autora persegue os rastros de uma nota presente no livro de Jorge Nagle sobre a *Educação e a Sociedade na Primeira República*, onde o autor coloca os empreendimentos de Armanda como acidentais, para construir uma interpretação onde as políticas em educação no Brasil teriam um viés diferente do Europeu. Para Nagle, no caso brasileiro as transformações se fariam sentir primeiro nas instituições públicas, enquanto no caso europeu as transformações começariam pelos empreendimentos privados⁵⁷. Na visão desta autora, a trajetória de Armanda guardou idiossincrasias que ultrapassavam o mero acaso ou acidente, fazendo com que a personagem fosse uma agente ativa dos processos sociais, educacionais e políticos⁵⁸.

Outro texto importante na construção de Mignot e que vai servir de referência a esta dissertação é a tese de Marta Carvalho sobre a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), colocando em relevo os aspectos da higiene, da moral e do trabalho

⁵⁵ Criado pela família Jacobina Lacombe, da elite intelectual carioca, o Colégio Jacobina procurava adotar os princípios das escolas ativas no Brasil, na primeira década do século XX. LACOMBE, 1962.

⁵⁶ MIGNOT, 2002.

⁵⁷ NAGLE, 1976: 241.

⁵⁸ MIGNOT, 2002.

como forma de construir a nação e o civismo pela ABE⁵⁹. Para o texto de Mignot, Carvalho ofereceu a pista sobre a trajetória de Armanda no movimento renovador da ABE. A interpretação de Carvalho tem seu alicerce no questionamento da hipótese explicativa de Nagle, sob a qual a penetração da campanha pela educação se deu em dois momentos: o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”.

Para Nagle, o primeiro estaria envolvido em um entusiasmo de caráter político nacionalista, com bandeiras cívicas, muito discurso e pouca prática. Enquanto no segundo momento, o otimismo pela pedagogia da Escola Nova teria tomado os intelectuais, pela crença nas virtudes deste novo modelo educativo. Assim, o “entusiasmo pela educação” se realizaria com os movimentos reformistas, pretendendo a alteração de um aspecto ou outro do processo; o “otimismo pedagógico” se realizaria com a remodelação das formas e práticas educacionais, pretendendo a substituição de um modelo por outro⁶⁰.

A crítica de Carvalho coloca em xeque a perspectiva essencialmente pedagógica do momento do “otimismo pedagógico”, ao demonstrar como na criação da ABE os aspectos políticos e educacionais estavam imbricados. Como demonstrou esta autora, a criação da ABE estava envolta na possibilidade de criação de um partido político, que não se concretizando, transformou-se na ABE. Nesta pista, a partir do final da década de 1920, revela como a ABE foi transformada em seus significados, procurando apagar o passado político de sua construção e de um de seus principais líderes – Heitor Lyra – em favor de uma instituição com a marca simbólica do apartidarismo e da educação nova como valor de construção da nação, independente de posicionamentos políticos⁶¹.

Tomando a explicação de Carvalho sobre a ABE, esta dissertação procurará perceber na relação entre os membros da direção da Escola Regional na ABE interações entre as discussões e ações da ABE e da ERM. Percebendo os construtores da Escola de Meriti como personagens ativos da formação da associação, as respostas às questões de saúde e educação construídas na Escola Regional de Meriti foram postas nos debates da ABE, principalmente através da seção de Cooperação das Famílias, da qual Armanda foi presidente durante muito tempo e líder destacada.

ARGUMENTO TEÓRICO GERAL DA DISSERTAÇÃO

⁵⁹ CARVALHO, 1998.

⁶⁰ NAGLE, 1978:264.

⁶¹ CARVALHO, 1998.

Em *Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão Próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)* pretendo mostrar como na construção da Escola Regional de Meriti tomaram parte diversos intelectuais da Capital Federal, no intuito de cuidar do Corpo e do Espírito Meritiense. Neste objetivo, os diretores, benfeitores, colaboradores ou divulgadores da instituição procuraram promover uma visão de Brasil, em parte ligada ao regionalismo, em parte ligada aos ideais da Civilização e da força da unidade nacional. Vendo o sertanejo como a alma do Brasil, procuravam integrar este na construção de uma nacionalidade brasileira – divididas em partes regionais de um todo – enquanto, através da construção de uma consciência sanitária e educacional nacional, pretendiam transformar o Brasil na grande pátria sonhada por todos os intelectuais da época.

Não obstante, neste grupo, cada um dos intelectuais que construíram a escola de alguma forma – mesmo entre os membros do Conselho Administrativo – tinha seus posicionamentos e ênfases próprias, de acordo com sua formação, suas preocupações, sua atuação. Ainda assim, produziram uma ação comum, ao tomar o empreendimento da Escola Regional de Meriti como uma forma de salvar aquela região e construir o Brasil. Procurarei mostrar que, na idéia de que a ação prática era a forma de agir em favor do Brasil, dominado pelos políticos e bacharéis que somente tinham o discurso e as promessas que não se cumpriam, estava a união entre estes intelectuais.

Para ajudar na compreensão, os conceitos expostos e utilizados por Ângela Alonso em *Idéias em Movimento*⁶² poderão estabelecer um nexos entre estas trajetórias. Pretendo demonstrar a forma pela qual os intelectuais envolvidos nos movimentos nacionalistas e na Escola Regional de Meriti comungavam de uma mesma *comunidade de experiência*⁶³. A localização social dos principais atores motivou a produção de formas coletivas de críticas às instituições, valores e práticas políticas, pelo descontentamento com a República nascida em 1889, o impacto do texto Euclidiano e as repercussões da Primeira Guerra Mundial. No texto de Euclides da Cunha viam a denúncia maior do descaso dos poderes públicos unida à valorização do sertão e do sertanejo. Estes intelectuais viam a doença, a ignorância e o atraso como os males do

⁶² ALONSO, 2002:38-45..

⁶³ Para Alonso, *Comunidade de experiência* pode ser traduzida como uma unidade de geração definida por um tipo particular de localização social que compartilha a marginalização política e procura formas coletivas de crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem política. Idem, 2002:42-43.

Brasil, principalmente no que tange ao sertão e ao sertanejo, como fruto do descaso dos políticos e dos bacharéis. Criticavam a República federalista, que impedia uma organização nacional, os valores bacharelescos, as práticas políticas vazias e o descaso das autoridades.

Procurarei compreender como as possibilidades dos debates da década de 1910, em função da Guerra e das precárias condições de educação e saúde no final da década de 1910 – em especial a influenza –, expandiram uma *estrutura de oportunidades políticas*⁶⁴ para a crítica ao estado das coisas. Com a ineficácia dos poderes públicos em responder às demandas de parte dos membros da própria comunidade política, sanitaristas, educadores e engenheiros propuseram novos caminhos para a nação, dando voz a suas demandas por educação e saúde, mesmo estando fora das instituições políticas. Assim, vários movimentos foram criados, lutando por educação e saúde e, em alguns casos, propondo e conseguindo entrar na estrutura estatal. Em outra frente, estas demandas foram aglutinadas na Escola Regional de Meriti, criando possibilidades de engajamento destes intelectuais nas ações coletivas de mudanças da estrutura social e política do país.

No contexto das críticas ao poder público, buscarei entender o surgimento de propostas e ações procurando modificar a curto, médio e longo prazo as estruturas do país, seja criando o Departamento Nacional de Saúde Pública, seja criando uma Escola Regional que serviria de exemplo de possibilidade para os poderes públicos e uma ação efetiva utilizada como argumento no debate político. Para Alonso, este modelo seria típico do *reformismo*⁶⁵, ao recorrer a propostas de modificação da ordem pública e de reorganização das estruturas políticas e intelectuais. Desta forma, procurarei compreender os projetos ligados à educação e à saúde, dois pilares fundamentais da civilização para esses grupos. No horizonte estava a cura dos males do Brasil. Para os intelectuais que criaram a Escola Regional de Meriti, a reforma educacional se apresentava sob os ideais da Escola Nova e ganhavam contornos nacionais a partir da regionalização da educação pela ênfase naquilo que estes intelectuais entendiam ser a

⁶⁴ De acordo com Alonso, *Estrutura de oportunidade políticas* traduzir-se-ia pela associação de momentos na qual o enfraquecimento das formas tradicionais de expressar demandas se faz sentir, seja pela ineficácia dos poderes públicos, seja pelo aumento da participação política. Nestas situações, os grupos insatisfeitos, mesmo que pequenos, conseguem vocalizar suas demandas mesmo fora das instituições políticas, fornecendo incentivos para as pessoas se engajarem em ações coletivas por afetarem suas expectativas de sucesso ou fracasso. Idem, 2002:41-42.

⁶⁵ No entender de Alonso, reformismo seria entendido como a contestação coletiva de dupla face, política e intelectual, contra a ordem política e social e de demanda por reformas estruturais, conferindo identidade às práticas e aos textos do movimento intelectual contestatório. Idem, 2002:45.

atividade natural da criança sertaneja. Enquanto a reforma sanitária, divulgada pelo apóstolo do saneamento Belisário Penna, tinha a sua base na possibilidade da construção de uma consciência sanitária nacional, que uniria o país.

Analisarei os membros destes movimentos *reformistas* unidos na construção da Escola Regional de Meriti, criados em uma mesma *estrutura de oportunidades políticas* e vindos de uma mesma *comunidade de experiência*, procurando perceber as suas singularidades quanto aos *repertórios*⁶⁶. Deste modo, pretendo compreender a relação de convergência e divergência entre os atores que, em alguns momentos, esbarravam em contradições entre suas concepções e as formas pelas quais estes trabalhavam numa mesma ação coletiva visando à contestação das estruturas vigentes e à transformação do Brasil. Por conseguinte, investigarei a construção da Escola Regional de Meriti vendo nesta um trabalho de ação coletiva, de intelectuais que, mesmo com *repertórios* diferentes, puderam tirar proveito desta experiência mesmo com suas contrariedades.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura de capítulos está organizada em três partes, ao longo das quais construirei um nexos entre a bibliografia concernente às três vertentes historiográficas mencionadas e as fontes primárias referentes à Escola Regional de Meriti e às políticas públicas de saúde e saneamento na baixada durante a Primeira República. Optando por utilizar como fontes principais os relatórios anuais da Escola Regional de Meriti, o Livro-Documentário de Armanda sobre sua Escola e o arquivo pessoal de Belisário Penna, procurarei analisar o tema em questão.

Na primeira parte, pretendo discutir como as propostas médico-pedagógicas se estabeleceram na baixada do estado do Rio de Janeiro, e mais especificamente em Meriti, para combater os males dos sertões. Iniciando com uma análise histórica que relaciona a formação social e econômica da baixada, a visão dos viajantes naturalistas sobre a baixada e as doenças que se alastravam por essa região no século XIX, procurarei compreender a chegada de médicos, engenheiros e educadores à baixada nas

⁶⁶ Na perspectiva de Alonso, *repertórios* são compostos não só pela forma de pensar, como também pela forma de agir dos personagens, a partir dos quais estes formam as ações coletivas. Estas formas de pensar e agir são concepções produzidas para responder aos problemas atuais, seja através de diálogos intelectuais com as idéias européias – entendidos não como uma simples importação de idéias, mas uma resignificação destas a partir dos problemas nacionais –, seja pela inovação a partir do perímetro dos repertórios existentes no próprio país. Desta forma, o repertório político-intelectual europeu funcionou como um conjunto de recursos intelectuais mobilizados conforme as necessidades dos agentes na luta política. ALONSO, 2002:43-44.

primeiras décadas do século XX. A relação entre a cura dos males educacionais e sanitários da região e a formação de uma nação forte estará no foco desta reflexão. Procuo demonstrar como a consciência dos males da interdependência sanitária, o projeto de incorporação dos sertões e as novas concepções de educação foram fundamentais para a constituição de uma escola com feições regionais na vila de Meriti.

Na segunda parte, procuro perceber, nos discursos destes atores, quais conceitos foram postos em jogo, explícita ou implicitamente, na construção do lugar observado. Nos debates sobre educação, desde o Iluminismo, analisarei os rastros dos *repertórios* que possibilitaram as concepções destes educadores e sanitaristas. Nas práticas e políticas voltadas para a higiene, discorrerei sobre a emergência da higiene escolar e da puericultura, procurando perceber como os médicos tomaram para si os cuidados com a criança. Das práticas dos cuidados com a infância, nascem novas inserções das mulheres na vida social e também novas perspectivas pedagógicas no final do século XIX. Assim, procurarei discutir a possibilidade de uma trajetória como a de Armanda Álvaro Alberto e de outros educadores preocupados com processos educativos inovadores no Brasil da Primeira República. Por fim, examinarei perspectivas pedagógicas nascidas das experiências de educadores com formação em medicina, vendo nestas possibilidades de *repertório* que fossem adequados às lutas por saúde e educação nas décadas de 1910 e 1920, que seriam utilizados de forma experimental na Escola Regional de Meriti.

Na terceira e última parte, procurarei compreender, partindo da experiência da educadora Armanda Álvaro Alberto e de seus colaboradores, como a Escola foi constituída para cuidar dos corpos e dos espíritos das crianças e da população da Vila de Meriti. Esta análise terá por base uma das primeiras diretrizes dadas por Armanda – o aperfeiçoamento da Escola pelo seu próprio meio, capacitando a Escola para agir eficazmente sobre o meio – e será dividida, na construção da escrita, entre as análises em relação à criança, à família, e ao ambiente meritiense, procurando, contudo, relacionar estas dimensões no processo educativo da escola. Através dos cuidados com as pessoas e o ambiente de Meriti, a Escola Regional foi construindo suas “feições próprias”, vinculadas aos ideais de civilização dos seus construtores e, ao mesmo tempo, levando em consideração os problemas de parte da população daquela localidade. Na última seção desta parte, procurarei analisar como a Escola Regional de Meriti possibilitou, através de sua experiência, novas questões para o debate médico-educacional, quais sejam, a questão da iniciativa particular e da higiene pública, do regionalismo e da construção da nação, da interseção entre sertão (rural) e litoral

(urbano) e mesmo da Escola Regional como uma possibilidade para a construção nacional.

Por fim, numa breve conclusão pretendo responder através das análises feitas ao longo da dissertação como educadores e sanitaristas envolvidos na construção da Escola Regional de Meriti criaram uma ação coletiva em um sertão próximo, mesmo com discordâncias de *repertórios*, para reformar a educação e a saúde no Brasil, através das suas ações e dos seus exemplos.

I Parte

O Saneamento da baixada do estado do Rio de Janeiro e a incorporação dos sertões

É a política sanitária em ação, a única capaz de elevar o prestígio econômico a que tem direito de aspirar o Estado do Rio, pequeno de área, mas rico de terras magníficas, entre as quais primam pela fertilidade e facilidade de cultura pelos modernos processos científicos, as da extensa e famosa baixada, outrora o grande celeiro do Estado e da Capital Federal, hoje abandonada e quase inabitável, por encharcada e dominada pela malária e pela opilação.

Rios obstruídos, canais entupidos, ou pântanos desaparecidos transformaram a baixada n'um vasto pântano, com trechos de pequena elevação, que escapam às inundações, mas cujas populações não escapam aos flagelos da malária e da ancilostomose, a primeira mantida pelas anofelinas, que aí encontram as condições ótimas de vida e a de atividade, a segunda pela ausência absoluta de educação do povo, a beber água contaminada uma e outra pelas próprias fezes atiradas a céu aberto⁶⁷.

Belisário Penna⁶⁸ foi um dos grandes críticos do abandono, da doença e da ignorância a que eram sujeitas as populações sertanejas. Ele era porta-voz de um amplo movimento da intelectualidade brasileira que emergiu na década de 1910, procurando incluir o interior no projeto de construção da nação. Ao se deparar com uma imagem de um sertanejo ao mesmo tempo forte e frágil, carente de civilização e dos cuidados da nação, formulou uma concepção de um sertão repleto de problemas a serem resolvidos com ações práticas, diferente do lugar idealizado pelos românticos – misto de natureza exuberante e morada indígena (símbolo da brasilidade)⁶⁹.

A descoberta dos sertões, a partir da leitura do texto de Euclides da Cunha, mostrava esta visão crua do sertão e do sertanejo e motivou estes intelectuais a conhecerem o Brasil do interior. Entre estas entradas estavam as expedições do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) destinadas ao trabalho profilático das regiões relacionadas às atividades econômico-exportadoras (principalmente das ferrovias)⁷⁰. Nestas viagens, Penna e outros médicos do IOC tomaram consciência dos problemas sanitários das

⁶⁷ PENNA, 1921c:157-158

⁶⁸ Belisário Penna nasceu em 1868, em Barbacena, filho do Visconde de Carandaí e matriculou-se em 1886 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, concluindo o curso na Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou em Minas Gerais como médico até maio de 1904, quando foi aprovado em concurso, tomando posse como inspetor sanitário no Rio de Janeiro. No ano seguinte foi transferido para o Serviço de Profilaxia da Febre Amarela, fazendo ao longo dos anos carreira nos serviços de saneamento nas cercanias das ferrovias. Em 1912, juntamente com Arthur Neiva viajou para estudar as condições sanitárias brasileiras, produzindo um relatório que marcaria a sua época. THIELEN e SANTOS, 2002.

⁶⁹ Sobre a visão dos naturalistas e românticos na construção da nação e da imagem do sertão no século XIX ver GUIMARÃES, 1988, GUIMARÃES, 2000h e LIMA, 1999:62-65.

⁷⁰ LIMA, 1999:79-80.

diversas regiões do país e divulgaram esta percepção na Capital Federal. A união entre os esforços dos médicos sanitaristas e dos educadores para construir uma Vila de Meriti – àquela época distrito de Iguassú, na baixada do estado do Rio – salubre e educada fazia parte deste movimento.

A situação política do estado do Rio de Janeiro durante a Primeira República, frente aos novos desafios da disputa oligárquica e à relação com o Distrito Federal, dificultava uma unidade de interesses dentro do estado e a disputa por uma melhor colocação no arranjo nacional de forças oligárquicas, fazendo com que a elite política do Rio de Janeiro conservasse um saudosismo de uma “idade de ouro”, na qual o Rio de Janeiro figurava como Corte e grande centro decisório do país⁷¹. A baixada do estado do Rio de Janeiro, vista como um sertão próximo à Capital Federal, tinha uma posição geográfica que favorecia a preocupação de intelectuais e políticos da Capital com os problemas sanitários da região, vista a possibilidade das doenças que atingiam a localidade se fazerem sentir na capital. Nesse contexto, o discurso médico sanitarista da Primeira República, no Rio de Janeiro, se vinculava ao discurso da volta do prestígio que o estado outrora havia perdido, facilitando acordos e promovendo as ações de saneamento mesmo que quase nunca com uma proposta a longo prazo. Os trabalhos de engenharia da Comissão Federal de Saneamento e Desobstrução dos Rios que Deságuas na Baía de Guanabara (1910-16) assim como a chegada da luz elétrica em Iguazu (1916) e da água potável (1918) pelas mãos de Nilo Peçanha⁷² foram bons exemplos destas políticas⁷³.

Não obstante, estando somente a alguns quilômetros do Distrito Federal, a baixada pôde servir para médicos e educadores da Capital como um local para observar os males do país, fazer experiências e extrair conclusões que serviriam de exemplo para todo o país. Neste sentido, o trabalho médico e pedagógico empreendido pelos membros da Campanha pró-Saneamento do Brasil e pelos renovadores educacionais que colaboravam com Armanda na Escola Regional de Meriti foi um elemento formador do ambiente da vila de Meriti. O sistema educativo criado em Meriti foi forjado através das leituras dos problemas nacionais por estes intelectuais, dos conceitos apreendidos de

⁷¹ FERREIRA, 1994.

⁷² Nilo Peçanha nasceu em 1864 em Campos/RJ, formando-se bacharel em Direito na Faculdade de São Paulo. Foi jornalista, educador, vice-presidente do Banco da República e fez importante carreira política, sendo durante a Primeira República um dos políticos mais influentes do Estado do Rio. Assumiu os cargos de Deputado Federal Constituinte (1903), Senador (1903, 1912), Presidente do Estado do Rio (1903, 1917, Vice-Presidente da República (1906-1910) e Presidente da República (1910), construindo uma grande base política tanto na política estadual quanto federal. Idem, 1994:81-82;91-92.

⁷³ ALVES, 2003: 56-59.

educadores estrangeiros e das questões práticas de uma localidade que sofria com as doenças endêmicas e epidêmicas e com a ignorância.

Os males da baixada, denunciados por Belisário Penna na citação acima e em diversos outros discursos, livros e folhetos, eram vistos, por estes intelectuais, como fruto do descaso dos poderes públicos em matérias de saúde e educação e da falta de condições estruturais do Estado em tratar das questões da educação e da saúde. O descontentamento com os caminhos da República recém-criada possibilitou a formação de movimentos de caráter associativo e/ou privado para a resolução dos problemas nacionais, seja através de iniciativas particulares, seja através da luta por políticas públicas nacionais dentro da estrutura estatal. Com esta união de fatores, desenvolveu-se uma *estrutura de oportunidades políticas* para o questionamento dos serviços públicos empreendidos e para a organização de ações coletivas privadas.

Neste capítulo, pretendo discutir como as propostas médico-pedagógicas se estabeleceram na baixada do estado do Rio de Janeiro, e mais especificamente em Meriti, para combater os males dos sertões. Iniciando com uma análise histórica que relaciona a formação social e econômica da baixada, a visão dos viajantes naturalistas sobre a baixada e as doenças que se alastravam por essa região no século XIX, procurarei compreender a chegada dos “missionários do progresso”⁷⁴ – médicos, engenheiros e educadores – à baixada nas primeiras décadas do século XX. A relação entre a cura dos males educacionais e sanitários da região e a formação de uma nação forte estará no foco desta reflexão. Procuo demonstrar como a consciência dos males da interdependência sanitária, o projeto de incorporação dos sertões e as novas concepções de educação foram fundamentais para a constituição de uma escola com feições regionais na vila de Meriti.

I.1. A BAIXADA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

Desde o início do século XVIII, a baixada do estado do Rio de Janeiro se estabeleceu como uma região de passagem de produtos para o porto da Capital, principalmente vindos de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e do interior do estado do Rio⁷⁵. Até então o transporte para a exportação no porto do Rio de Janeiro era feito pelo longo Caminho de Paraty e a principal função da via era o escoamento do

⁷⁴ HERSCHHMANN; KROPF; NUNES, 1996.

⁷⁵ PEREIRA, 1977:85-85; ALVES, 2003:40

ouro das minas gerais. A construção do ‘Caminho Novo’ por Garcia Paes(1704), filho do bandeirante paulista Fernão Dias Paes⁷⁶, e dos outros ‘caminhos novos’ construídos subsequentemente na baixada do estado do Rio facilitaram o transporte para a Capital, diminuindo a distância percorrida⁷⁷, economizando os custos dos transportes e possibilitando o transporte fluvial pelos rios nascidos na Serra do Mar e que cruzavam a baixada rumo a baía de Guanabara⁷⁸.

O tráfego não somente aproximou as duas regiões como também contribuiu para o desbravamento e a ocupação efetiva da região central da Serra Fluminense, acelerou o desenvolvimento do Rio de Janeiro e facilitou a fixação de sesmeiros ao longo das margens do Caminho Novo⁷⁹. A este, se seguiram outros caminhos novos, como variantes do primeiro, que melhoravam a passagem por regiões íngremes da serra e diminuíram a quantidade expressiva de mortes pelo rolar das pedras dos despenhadeiros e outros perigos da travessia. Seguiram-se o “Caminho Novo do Inhomirim”, construído por Bernardo Soares de Proença (1722) e o “Caminho Novo do Tinguá”, por Estevão Pinto (1728). Em 1811, a Junta Real do Comércio iniciou, com o apoio de comerciantes da região, a pavimentação do Caminho do Tinguá, ao qual deram o nome de Estrada do Comércio(1822). Esta iniciava na vila de Iguassú subindo Serra acima com destino às Minas Gerais e teve importância econômica preponderante ao ser a primeira estrada brasileira para o escoamento do Café⁸⁰.

No bojo desta mudança de eixo dos transportes, por sua posição geográfica favorável - a meio caminho dos lugares de produção e exportação -, por seus rios navegáveis e pela construção de outros caminhos novos e estradas e estabelecimento de portos protegidos ao fundo da baía de Guanabara, a baixada ganhou importância para a economia nacional. As localidades próximas aos trajetos foram se tornando convenientes aglomerações populacionais e se formou na baixada do estado do Rio uma

⁷⁶ Também conhecido como “o caçador de esmeraldas”. OLIVEIRA, 2004:9.

⁷⁷ O caminho novo de Garcia Paes reduziu de 90 dias para 15 dias o tempo gasto entre as minas e o porto do Rio de Janeiro. PERES, 1993:23.

⁷⁸ OLIVEIRA, 2004: 7-12; GERSON, 1970:13-21; PERES 1993; PERES, 2000; ALVES, 2003:33; SOUZA, 2006:42-44; LACERDA e TORRES, 2004.

⁷⁹ OLIVEIRA,2004: 10-11

⁸⁰ A importância desta estrada pode ser afirmada pela preocupação com a conservação e a melhoria das condições da via, visando à maximização dos fluxos pela Estrada do Comércio. A pavimentação também proporcionava a possibilidade de passar sem grandes riscos pela via (pelo menos no que tange à questão dos perigos da serra). Há que se lembrar ainda que a região era ocupada por quilombolas, que para seu sustento, frequentemente faziam saques nas estradas. OLIVEIRA, 2004:13; PEREIRA, 1970:42; BARROS, 1993:3; SOUZA, 2006:44; GOMES, 1995.

“elite local de grandes atravessadores” que lucravam “com a simples transação, o armazenamento, a negociação e o transporte de mercadorias pela localidade”⁸¹.

E juntamente com as ocupações para descanso e fixação dos tropeiros e viajantes se formaram portos, pelos quais não somente os comerciantes e atravessadores, mas também os viajantes estrangeiros passavam buscando conhecer a exuberância natural do Brasil. Um dos principais portos de entrada para a travessia da baixada rumo ao interior do Brasil era o Porto de Estrela, descrito e pintado por Rugendas⁸² em 1824.

Diante dessa situação [de ser o caminho entre o interior e a Capital, com algumas dificuldades de tráfego] não é de se espantar que o Porto de Estrela seja a um tempo muito animado e muito industrial. Os estrangeiros e principalmente os pintores devem visitá-lo; mesmo se não estiver em seu caminho. É um lugar de reunião para os homens de todas as condições sociais e podem-se observar suas vestimentas originais e sua atividade barulhenta. Aí se organizam as caravanas que partem para o interior e somente aí o europeu depara com os verdadeiros costumes do Brasil; aí deve ele despedir-se, não raro por muito tempo, de todas as facilidades e comodidades da vida européia e de todos os seus preconceitos (...)⁸³.

Este “sistema de transportes que articulava o litoral e o interior cortando a região do recôncavo guanabarrino” criou uma interseção importante entre o Litoral e o Sertão, podendo apresentar, como demonstra Nielson Bezerra, características específicas quanto às relações sociais seja pela formação de um lugar onde diversas origens sociais se estabelecem desde os tempos coloniais, seja pelos contatos próximos de pessoas de diferentes posições sociais nos caminhos⁸⁴. Em 1833, por decreto da Assembléia Geral Legislativa se criou a Vila de Iguassú, formada pelas freguesias⁸⁵ de N.S. da Piedade do Iguaçú, Piedade do Inhomirim, S. Antônio de Jacutinga, N.Sra. do Pilar, Meriti e Marapicu, desanexados da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, sendo a capital em

⁸¹ PEREIRA, 1977:85-87; ALVES, 2003:40

⁸² Johann Moritz Rugendas nasceu em 1802 em Augsburg, estudando na Academia de Belas Artes de Munique. Viajou pelo Brasil entre 1822 e 1825, integrando a comissão do cônsul-geral da Rússia, Barão de Langsdorff, como desenhista da missão científica. Viajando por todo o país, pintou e descreveu as mais diversas regiões do Brasil, entre elas localidades da baixada do estado do Rio de Janeiro. Começa a publicar na França em 1827 *Viagem Pitoresca através do Brasil*, em fascículos depois reunidos no livro onde ao lado de seus desenhos textos descreviam os locais retratados. ZENHA, 2002.

⁸³ RUGENDAS, 1979:48-50

⁸⁴ BEZERRA, 2004:27

⁸⁵ Distritos Eclesiásticos

Cava. Não obstante, problemas políticos locais fizeram o Município retroceder a sua condição de vilas em maio de 1836, subordinando-as a Niterói e a Magé, mas logo depois em dezembro de 1836, por reivindicação dos nobres da região de Iguazu esta foi restaurada⁸⁶. Diversas mudanças ainda se dariam na estrutura política da região da baixada no século XIX; todavia, não caberia aqui um detalhamento de todos os reveses políticos deste período⁸⁷.

Contudo, três fatores principais de desordem tensionam a organização social e política de Iguassú: as doenças, a presença de quilombos e a conturbada política local.

A região da baixada era, já no século XIX, conhecida pelas doenças que grassavam em seu território. José Xavier Sigaud, ao analisar a história das epidemias brasileiras entre 1829 e 1843, registrou a ocorrência de epidemias de “febres intermitentes” em Macacu, Magé, Iguazu e Irajá, na baixada do estado do Rio de Janeiro⁸⁸. Estas epidemias, que se alastraram pelo Rio de Janeiro entre os anos de 1829 e 1835, mobilizaram os médicos organizados na recém-criada Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro(SMRJ). Segundo Ferreira, dos estudos sobre a questão, a única lição alentadora que se pôde tirar foi a conclusão de que a causa eficiente das febres intermitentes eram os miasmas paludosos e que a quina seria o remédio mais indicado para tal doença. Com estes conhecimentos, os médicos da Capital teriam enfrentado a epidemia de 1829 e as outras que se seguiram⁸⁹.

A análise de Luiz Otávio Ferreira mostrou que uma polêmica em torno das epidemias agitou a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro e periódicos médicos do período, em especial sobre as causas, a extensão e a urgência das ações preventivas nas epidemias de febre na região da baixada. Em março de 1830, em sessão extraordinária da SMRJ foi recebida uma portaria, em caráter de urgência, solicitando um parecer da Sociedade para o relatório do cirurgião Joaquim Fernandes Milício sobre a existência de uma epidemia de febre em Magé.

Duas semanas depois, algumas reuniões e visitas haviam sido feitas e uma comissão formada por cinco membros titulares da SMRJ apresentou um parecer. O

⁸⁶ Marquês de Itanhaém (tutor de D. Pedro), Barão do Pilar, Barão de Palmeiras, Barão de Guandu, Conde de Iguazu (casado com a filha nascida de D. Pedro I com a Marquesa de Santos), Barão de Mesquita, Barão do Bonfim, Barão de Tinguá, Marquês de São João Marcos, Visconde de Gericinó, Conde de Sarapuú, Barão de Ubá, Conde de Aljezur etc. FORTE, 1933:58; PEIXOTO, 1968; SOUZA, 2006:46-47

⁸⁷ Para um detalhamento da questão ver a análise de Marlúcia Souza(2006).

⁸⁸ SIGAUD 1844:165-213 Apud FERREIRA, 1999:336. Sobre Sigaud ver a introdução desta dissertação e FERREIRA, 1998.

⁸⁹ Idem, 1999:337

parecer, no entanto, não apresentava um laudo específico, tratando-se apenas de um pequeno guia médico com instruções gerais aplicáveis a quaisquer circunstâncias semelhantes. Este definia as enfermidades locais como febres intermitentes e ensinava aos leigos que estas febres eram infecções, provenientes de exalações paludosas, que se manifestavam em estação quente e chuvosa, em pântanos inundados. Aconselhavam a diminuição da produção de exalações paludosas, mas não reconheciam a existência de uma epidemia e nem que a febre estudada fosse contagiosa⁹⁰.

A fama das febres da baixada, entretanto, era bem menos otimista do que o diagnóstico da Sociedade de Medicina e este otimismo não foi compartilhado por todos. Dentre as posições contrárias chamaram a atenção as interpelações de um leigo. O sr. João Antonio Medeiros, em cartas enviadas e publicadas no *Semanário de Saúde Pública* (1831), questionava o parecer sugerindo outras medidas cabíveis e denunciando a grande extensão e gravidade da epidemia. Para sr. Medeiros, seriam necessárias medidas preventivas como o dessecamento dos pântanos e a extensão e gravidade da epidemia seria muito maior, atingindo não somente Magé e Macacu, mas todo o recôncavo guanabario – Iguçu, Irajá, Meriti, Jacutinga, Pilar, Porto das Caixas – e alcançando até mesmo a cidade do Rio de Janeiro. Esta discussão num periódico médico surtiu algum efeito, gerando alertas da SMRJ ao governo e à população sobre as moléstias, além de novos aspectos terem sido incluídos em relatórios posteriores e mais cobranças ao poder público em matéria de saúde⁹¹.

Para além da presença de doenças, outro fator afligia os viajantes, comerciantes e atravessadores que utilizavam o espaço da baixada: a presença de quilombolas nas terras da baixada. Flávio Gomes, ao analisar a presença dos quilombos na região, verificou a presença de escravos fugidos nas margens dos rios Iguçu, Estrela, Pilar, Sarapuí, Suruí e nas áreas de manguezais, que eram tidos como indestrutíveis pelo grande conhecimento que estes quilombolas tinham da região, conseguindo sempre fugir das investidas policiais. Em 1878, o Ministro da Justiça Gama Cerqueira comparou os quilombos da baixada à Hidra de Lerna, chamando-os de “Hidra de Iguassú”, mostro da mitologia grega ao qual quando se cortava uma cabeça esta ressurgia com mais outras duas⁹².

⁹⁰ Idem, 1999:337-338

⁹¹ Idem, 1999:337-338

⁹² GOMES, 1995

Contudo, ao verificar a questão quilombola na baixada, o autor sugere uma interessante tensão entre a integração e a desintegração do sistema escravista na baixada. Ao mesmo tempo em que estes eram combatidos pelos grandes cafeicultores e autoridades cariocas, mantinham funcionando a máquina cafeeira do Rio de Janeiro. Como estavam no meio do maior caminho do escoamento da produção brasileira, era preciso combatê-los para que esta não fosse saqueada frequentemente. Apesar disso, as autoridades locais tinham extrema dificuldade para capturar os fugidos, pelo difícil tráfego pelos pântanos e pelo desconhecimento do local. Além disso, existia, através da venda de lenha pelos quilombolas, um grande interesse na manutenção destes nos sertões do Rio de Janeiro. Seu extrativismo era de madeira de muito boa qualidade, e estas eram vendidas aos taberneiros de localidades próximas a preços baixos, que por sua vez os revendiam aos grandes fazendeiros. Esse comércio de lenha, juntamente com a caça e a pesca mantinham os quilombos, ou seja, a manutenção destes se dava em grande parte aos cafeicultores que apesar de manterem postura contra os negros fugidos, se beneficiavam de sua estada naquela região⁹³.

O terceiro fator, que dificultava uma maior e mais coesa organização política local, era a intensa disputa política entre proprietários de terras pelo poder local, por cargos na Câmara e por títulos nobiliárquicos e privilégios. Neste período, a Câmara de Iguassú tinha atuação executiva, legislativa e administrativa, suas eleições eram fraudulentas, além das disputas entrarem pelo caminho da violência, inclusive entre membros de uma mesma família. Marlúcia Souza, em sua análise, expõe um bom exemplo, da década de 1850, na disputa entre o comendador Francisco José Soares (Partido Conservador) e seu próprio filho, o coronel Francisco José Soares Filho (Partido Liberal)⁹⁴. Estas alterações geraram uma reforma no código de posturas da Vila de Iguassú, em 1887. Entre as proibições estavam “dar tiros com arma de fogo”, “correr a cavalo na vila”, “ofender por qualquer modo o decoro público”, “fazer pasquim contra a vida privada”, “usar facas de ponta, exceto os tropeiros, carreiros, lenhadores e oficiais de justiça”, “jogar parada em vendas e tabernas” e “reunir-se 12 ou mais pessoas em tabernas se nada tivessem a vender ou comprar”. Tais posturas eram verificadas pelos inspetores de quarteirão “de coletes e grossas correntes”⁹⁵.

⁹³ Idem, 1995

⁹⁴ SOUZA, 2006:51-52.

⁹⁵ PEIXOTO, 1968:26-27; Idem, 2006:51-52

Em famoso dito popular da época se afirmava: “Deus nos livre da política de Iguazu e das febres de Macacu”⁹⁶.

I.2. ESTRADAS DE FERRO, POLÍTICAS DE SANEAMENTO NA VIRADA DO SÉCULO XIX-XX E A POLÍTICA FLUMINENSE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Na segunda metade do século XIX, começa a se desenhar uma nova estrutura de transportes, com a construção das estradas de ferro. A construção de uma ligação direta entre as regiões produtoras e exportadoras – sem a necessidade de atravessadores locais – modificará mais uma vez o arranjo social, econômico e político da baixada e ao mesmo tempo dará à questão da saúde e do saneamento na região uma nova variável a ser considerada. O impacto da construção das estradas de ferro no saneamento da baixada gerou várias resoluções, decretos e criações de comissões que pretendiam dar soluções ao problema, porém quase nunca com o sucesso esperado. A virada para a República trouxe um rearranjo da organização política e uma nova preocupação do Estado com a saúde e saneamento da baixada, tanto do governo do estado do Rio, quanto do Estado nacional brasileiro chegando à criação de comissões federais para o saneamento da baixada.

A primeira estrada de ferro do país teve origem na lei n. 641, datada de 26 de Junho de 1852, que autorizava o Governo Imperial a criar concessões para a construção de caminhos de ferro que, partindo da Corte, fossem em direção às províncias de Minas Gerais e São Paulo⁹⁷. Dois anos depois, em empreendimento do Barão de Mauá⁹⁸, seria construída a primeira estrada de ferro do país, num trecho que ligava o porto de Mauá à fazenda Fragoso e a Raiz da Serra⁹⁹. A Estrada de Ferro Barão de Mauá começou a modificar todo o eixo dos transportes na região, diminuindo o volume de mão-de-obra escrava necessária à realização dos transportes pela Estrada do Comércio, reduzindo os riscos da circulação dos produtos e principalmente reduzindo o tempo de viagem e facilitando o acesso a Petrópolis. Estes primeiros 14,5 km de linha férrea foram

⁹⁶ PEIXOTO, 1968:26

⁹⁷ DUNLOP, s/d.

⁹⁸ Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, nasceu em 1813, foi empresário, industrial, banqueiro e político liberal. Recebeu os títulos de Barão e Visconde de Mauá, sendo pioneiro em vários empreendimentos econômicos nacional, como por exemplo das ferrovias e dos estaleiros. CALDEIRA, 1995.

⁹⁹ FORTE, 1933:60

inaugurados solenemente, por Mauá e pelo Imperador, que via com bons olhos este empreendimento, ao qual se seguiram outros trechos e outras vias.

Com esta nova possibilidade, mais rentável para produtores e exportadores, o porto de Estrela e os outros portos da baixada, que faziam do transporte fluvial seu meio de vida, tiveram uma queda considerável, até a sua extinção. De outro lado, a realização do Barão de Mauá crescia rapidamente, com o aumento de cargas e de passageiros. Entre 1854, ano da criação do primeiro trecho, até 1869, já havia um crescimento de passageiros de 19.175 para 42.901¹⁰⁰. Não obstante, em 1855, começou a ser construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, com o primeiro trecho sendo concluído em 1858, ligando Maxambomba (que se tornaria a nova sede de Iguassú depois da construção da Estação) a Queimados e depois a Belém (hoje Japeri). E em seguida foi feita a subida a Três Rios. A ferrovia do Imperador afetou os lucros da linha do Barão de Mauá, pois não era mais necessário atravessar a baía de Guanabara rumo ao porto de Mauá, ao fundo da baía, para tomar o trem, nem seguir depois distâncias por estradas para chegar ao Vale do Paraíba¹⁰¹. A construção da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1886, foi o corte final na estrutura social e econômica de transportes formada até então, passando por Meriti, Pilar e Xerém.

A Construção de conexões entre regiões produtoras e exportadoras sem a necessidade de passar pelas mãos dos atravessadores locais fez com que as condições na baixada piorassem, pois a região deixou de ser economicamente interessante para os atravessadores, e os habitantes desta região deixassem, em grande parte, suas atividades econômicas, no último quarto do século XIX e na primeira década do século XX. As epidemias de cólera e malária atingiam a região frequentemente, começando a surgir um temor na Capital quanto à contaminação pelas doenças da baixada. Os problemas sanitários da baixada aumentaram, fazendo com que os moradores das áreas em piores condições migrassem em sua maioria para outros locais.

A história da Baixada Fluminense seria neste período, para Penna, a passagem da salubridade à pestilência. Belisário Penna, nas décadas de 1910-20, foi um dos grandes críticos da forma como as estradas de ferro passaram pela baixada, “sem a indispensável previsão higiênica”, agravando “de modo alarmante as condições de salubridade local”¹⁰². Penna afirmava, sobretudo, o seu discurso de que, ao invés de

¹⁰⁰ FRÓES, 1974:31

¹⁰¹ SOUZA, 2006:63

¹⁰² PENNA, 1918:103-104.

levar as linhas férreas ao interior longínquo do Brasil, seria muito mais econômico e lucrativo sanear e povoar a baixada do estado do Rio de Janeiro. Para o médico, esta localidade se caracterizaria como uma “vasta região às portas da Capital, de grande fertilidade, aptas por si só para suprir toda a população do país de cereais, legumes e frutas do consumo habitual, com sobras para a exportação”, onde as medidas de saneamento empreendidas por seu grupo trariam “enormes proventos” de “valor econômico inestimável”¹⁰³.

De acordo com Penna, haveria um tempo, no século XIX antes das estradas de ferro, “em que ela [a salubridade] floresceu e a vida ali transcorria com saúde, prosperidade e alegria”¹⁰⁴. Todavia, o discurso de Belisário Penna sobre os prejuízos das estradas de ferro para a saúde da baixada devem ser vistos com cuidado, pois, como vimos anteriormente, várias doenças já grassavam na baixada ao longo do século XIX, não sendo este o melhor dos mundos.

Contudo, a área da estação de Maxambomba, com a produção citrícola, consegue manter-se como um refúgio para os que ainda conseguiram se restabelecer, se tornando uma aglomeração em crescimento. Em 1862, Maxambomba se tornaria a sede da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga e em 1883 as laranjas começaram a ser vendidas para o Rio de Janeiro e São Paulo, embora o seu cultivo já viesse sendo desenvolvido havia algum tempo¹⁰⁵. O interesse pelas frutas motiva a volta de capitais da cidade para o campo, nesta área, não somente na aquisição de áreas para o cultivo, como também pelo financiamento dos fazendeiros, por parte dos negociantes de frutas¹⁰⁶.

Com o advento da República, a situação administrativa da baixada se modifica e as preocupações com a questão sanitária aumentam, proporcionando a criação de

¹⁰³ Idem, 1918:18-19.

¹⁰⁴ Para Penna, a história da baixada fluminense consistia num período inicial rico, com rios desembarçados e habitações organizadas em torno das fazendas, com as planícies cultivadas e as pequenas elevações ocupadas pelos trabalhadores rurais. Num segundo período, com a construção das Estradas de Ferro e o fim do trabalho escravo – que Penna considerava odioso – as terras ficaram abandonadas, os rios obstruídos (pois quem fazia a limpeza eram os escravos) e as linhas férreas construídas com elevações acima dos terrenos barravam as águas que, vindas dos rios obstruídos ou do mar para a baixada, inundavam a região. Um terceiro período poderia ser caracterizado pelo descaso do poder público da República recém-criada, o que teria agravado ainda mais a situação. O quarto e último período seria, portanto, a entrada dos médicos-sanitaristas na baixada, saneando a localidade e construindo o que Penna chamou de “renascimento pela salubridade”, já experimentado entre 1916-17 e 1921 em Meriti e que poderia ser levado a todas as localidades da baixada e mesmo do Brasil. PENNA, 1921p. Além de salvar a vida, a saúde e a atividade produtora de milhares de patrícios, ele pretendia eliminar os flagelos da malária e da ancilostomíase que assolavam a região. PENNA, 1918:18-19.

¹⁰⁵ ALVES, 2003:48; SOUZA, 2006:64

¹⁰⁶ GEIGER e SANTOS, 1954:298

comissões de saneamento para a baixada. Uma reforma administrativa, em 1891, modificou a denominação de Vilas e Freguesias, para Municípios e Distritos, fez com que Estrela perdesse sua condição de vila, sendo anexada em parte ao município de Magé, em parte a Iguassú e ampliou o município de Iguassú. O território passou a ser composto pelos Distritos de Santo Antônio de Jacutinga, Marapicu (Queimados), Piedade de Iguaçú, Meriti (atual Duque de Caxias), Sant'Ana de Palmeiras (Tinguá) e Pilar (composto por Xerém e a parte de Estrela que coube a Iguaçú)¹⁰⁷. Em 1916, S. Antônio de Jacutinga teria seu nome modificado para Nova Iguaçú, procurando reviver uma “idade de ouro” da vila fundada em 1833, desta vez com a grande produção dos laranjais.

No que tange ao saneamento na virada do século XIX para o XX, diversos decretos e comissões sobre o tema foram criados; todavia, este processo já havia começado ainda no período Imperial. Em 1934, Hildebrando de Araújo Góes, ao apresentar seu relatório como engenheiro chefe da Comissão de Saneamento da Baixada, referenciou entre 1883 e 1930 treze comissões para tratar dos atos de saneamento da baixada. O primeiro data de 1883, pelo Major Rangel de Vasconcellos, com uma segunda concessão em 16 de Abril de 1889 para o engenheiro civil João Teixeira Soares, que foi renovada em 16 de março de 1891. No governo de José Thomaz da Porciúncula (1892-94) no Rio de Janeiro, se forma a Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Estado do Rio (1894-1902), organizada pelo Governo Fluminense e tendo à frente o engenheiro chefe João Teixeira Teles e mais tarde Marcelino Ramos da Silva¹⁰⁸. Quintino Bocaiúva¹⁰⁹ ao relacionar, em 1901, as referências legislativas ao saneamento da baixada se depararia com 46 decretos, 11 leis e 4 resoluções, sendo o mais antigo de 1839¹¹⁰. Segundo Alves, neste contexto, emergiu o saneamento da baixada como grande tema e mito político sem, contudo, que uma solução eficaz e definitiva fosse tomada¹¹¹.

¹⁰⁷ SOUZA, 2006:65

¹⁰⁸ GÓES, 1934:19-20

¹⁰⁹ Quintino Bocaiúva nasceu em 1836, sendo jornalista e político no Rio de Janeiro, tendo atuação relevante nos episódios da proclamação da República. Na política fluminense teve participação decisiva na política empreendida por Nilo Peçanha, de quem era padrinho de casamento e amigo pessoal de longa data. A convergência entre as práticas políticas de ambos era notória e os estudos historiográficos afirmaram a ascendência de Nilo Peçanha sobre Bocaiúva. Foi Ministro das Relações Exteriores, dos Transportes, da Agricultura e Presidente do Estado do Rio (1910-1903), sendo sucedido no estado do Rio por Nilo Peçanha. FERREIRA, 1989.

¹¹⁰ PEREIRA, 1977:75-76; ALVES, 2003:44

¹¹¹ Idem, 2003:43-44

Em 1910, sob a presidência de Nilo Peçanha, o governo federal cria a Comissão Federal de saneamento e desobstrução dos rios que deságuam na baía de Guanabara (1910-1916), de cunho fiscalizador, vinculada à burocracia do Ministério da Viação e Obras Públicas. Esta Comissão Federal entregou os trabalhos de retificação, canalização e drenagem dos principais rios da baixada, por contrato, à empresa alemã Gebrüder Goedhart A.G., de Dusseldorf, proponente que em concorrência apresentou o menor orçamento¹¹². O contrato lavrado em 10 de Novembro de 1910 previa o término dos serviços até 1º de Julho de 1916. De acordo com o contrato, a execução dos trabalhos constaria da dragagem dos principais rios, alcançando da raiz da serra até 30 metros acima da preamar máxima da baía do Rio de Janeiro, da limpeza dos rios navegáveis, da retificação dos cursos naturais dos rios (para que as águas correntes desembocassem na baía sem represamento), de aterramentos e abertura de novos canais caso a comissão e a empresa julgassem necessário, além da dessecação dos terrenos marginais e da construção de diques para que os canais não fossem novamente obstruídos.

Após um ano de serviço, o engenheiro chefe Marcelino Ramos da Silva foi substituído pelo engenheiro Fábio Hostílio de Moraes Rego¹¹³. Este faz várias críticas ao projeto inicial e envia ao Ministro um relatório propondo mudanças, como no caso da construção dos diques:

A muitos poderá parecer necessária a construção de diques de faxina de ambos os lados do canal, constituindo o prolongamento da margem do estuário, como meio eficaz para a sua conservação. Realmente, com esses diques de faxina o canal estaria sempre desobstruído, mas há razão para supor-se que logo que estiverem construídos, um novo banco formar-se-á no canal dragado.¹¹⁴

Os serviços sob a chefia de Moraes Rego duraram até 1916, atuando sobre a dragagem e a retificação dos diversos rios da baixada. De acordo com a análise de Simone Fadel, o foco principal deste tipo de trabalho de engenharia estaria na

¹¹² Com orçamento de 6.890:312\$000. GÓES, 1934:330

¹¹³ Fábio Hostílio de Moraes Rego nasceu em 1849, formando-se em engenharia na Escola Central e trabalhando em órgãos estatais principalmente na construção de estradas de ferro. Permaneceu e atuou nas principais associações de engenharia de sua época, o Instituto Politécnico Brasileiro e o Clube de Engenharia. A partir de 1891, teve atuação nas empresas privadas de melhoramentos, assumindo em 1911 a chefia da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense. FADEL, 2005.

¹¹⁴ Apud GÓES: 1934:334

recuperação do ambiente e não em questões de Saúde Pública¹¹⁵. A preocupação de Moraes Rego foi, neste sentido, com a “vocação natural da região para a agricultura”, colocando o saneamento como um instrumento de revitaliza o da região, e com a “integra o efetiva deste território   vida nacional”, ou seja, as questões da Capital da Rep blica¹¹⁶. Assim, não havia um ataque aos focos de malária, embora por meio das obras de engenharia nos pântanos se eliminassem os principais focos desta doença. Contudo, como ressalta Amador,

os rios naturais com seus canais meândricos de maré, orlados de manguezais e povoados de vida, foram transformados em grandes valas retas e estéreis. As várzeas foram dessecadas e seus férteis sedimentos se perderam na baía. Canais artificiais foram interligados e a natureza dos ecossistemas e da baía foi brutalmente agredida¹¹⁷.

Juntamente com as a es dos engenheiros, os médicos, ligados ao Instituto Soroterápico Federal – mais tarde Instituto Oswaldo Cruz –, tinham uma atua o na baixada do estado do Rio de Janeiro e despertavam interesse de alguns setores políticos desde o combate   febre amarela por Oswaldo Cruz em 1903-04. Assim, diversos órgãos do governo procuravam o Instituto para auxiliarem na prote o   saúde dos seus funcionários e em outras atividades voltadas para a saúde pública. A base para a solicita o deste auxílio residia na crença de que estes médicos poderiam dar solu es práticas aos problemas apresentados, a partir de seus conhecimentos de bacteriologia e medicina tropical¹¹⁸. Em 1906, Sampaio Correia, engenheiro chefe do Serviço de águas da Capital Federal encarregou o diretor da Saúde Pública Oswaldo Cruz de uma campanha contra a malária nos serviços de capta o das águas dos rios Xerém e Mantiqueira, próximo   raiz da serra de Petrópolis. Oswaldo Cruz, por sua vez, enviou Arthur Neiva e Carlos Chagas para viabilizar as obras de abastecimento da cidade do Rio de Janeiro¹¹⁹.

Neste período, a taxa de mortalidade por malária era extremamente alta na baixada, uma região pantanosa onde os índices de infec o, segundo os dados do

¹¹⁵ Como no projeto médico de Oswaldo Cruz que será visto a seguir.

¹¹⁶ FADEL, 2005:28-31

¹¹⁷ AMADOR, 1992:235

¹¹⁸ STEPAN, 1976:109; SILVA, 2006:2-3.

¹¹⁹ Idem, 2006:3.

serviço sanitário, chegavam a 96% dos empregados¹²⁰. As péssimas condições de abrigo e trabalho dos funcionários agravavam ainda mais os problemas sanitários. Os serviços se iniciaram efetivamente em 1907, sob o comando de Carlos Chagas¹²¹, primeiramente no acampamento dos funcionários e depois chegando a localidades próximas. A criação do programa de quinição foi a medida utilizada para combater a doença, juntamente com a utilização de mosquiteiros na prevenção. Pela resistência dos funcionários, a direção do serviço terminou por administrar compulsoriamente a quinina aos funcionários e criar um pequeno hospital de isolamento no acampamento local, gerando demissões e deserções¹²².

Como analisou André Silva, a localidade serviu como um “sítio de pesquisas” para Neiva, a partir da observação dos fenômenos no próprio local da campanha. As formulações advindas desta primeira experiência serviram de base para as observações posteriores nos laboratórios, invertendo a via habitual sob a qual o conhecimento produzido no laboratório embasava as práticas de saúde pública no campo¹²³. A partir desta campanha, segundo Stepan, Oswaldo Cruz e os outros médicos do Instituto formaram novos programas antimaláricos e tiveram alguns êxitos que aumentaram seu prestígio e o alcance de seus questionamentos e propostas¹²⁴.

No princípio da República, o órgão federal responsável pela saúde era a Diretoria Geral de Saúde Pública, criada em 1896 e regulamentada no ano seguinte, tendo sua vinculação ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Suas atribuições principais eram: a direção dos serviços sanitários dos portos marítimos e fluviais; a fiscalização do exercício da medicina e farmácia; estudos sobre doenças infecto-contagiosas; a organização de estatísticas demográfico-sanitárias; e o auxílio aos estados, mediante solicitação dos respectivos governos, em situações especiais, como em uma epidemia, por exemplo¹²⁵. A partir da Campanha de Oswaldo Cruz contra a

¹²⁰ Sobre os dados estatísticos, será relevante lembrar a intenção dos atores em construir um quadro estatístico onde houvesse a necessidade clara dos serviços de saúde pública. Os dados quantitativos foram instrumentos discursivos fundamentais para os médicos do início do século XX, não somente mostrando que problemas sanitários graves existiam, como também criando demandas sociais para a saúde pública. Senra, em seu estudo sobre *O Saber e o Poder das Estatísticas*, analisou como a produção de dados estatísticos detecta e mesmo produz demandas a partir de uma complexa objetivação das individualidades, produzindo a possibilidade de analisar a sociedade a partir das técnicas de tipologia dos dados e dos usuários e da organização das séries estatísticas. SENRA, 2005.

¹²¹ Após curto período o comando foi dado a Neiva, pois o primeiro foi chamado para os serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil SILVA, 2006:3.

¹²² SILVA, 2006:3.

¹²³ Idem, 2006:4.

¹²⁴ STEPAN, 1976:109-110

¹²⁵ HOCHMAN, 1998:96

Febre Amarela na Capital e da influência crescente deste nas questões sanitárias, outra configuração começava a se desenhar.

No caso dos serviços de saúde na baixada, as disputas e as concessões na área de saúde serviam para conseguir apoios locais para grupos políticos em nível estadual ou federal. Como por exemplo, as diversas obras de saneamento, de canalização de águas na baixada, subsídio para construções e loteamentos e os decretos que favoreceram o escoamento da produção agrícola da baixada do estado do Rio, realizações de Nilo Peçanha para conseguir o apoio dos políticos da baixada¹²⁶.

Um evento marcante na política iguaçuana será aqui um bom exemplo para demonstrar a interferência e a disputa entre os poderes centralizados, no caso específico do estado do Rio, e os políticos locais de Iguassú. Em 1919 foi criada a prefeitura de Nova Iguassú, pelo decreto n. 1716 de 26 de Novembro de 1919, com o seguinte texto:

"Art. 1o. Nos termos do art. 11 da Lei n. 1614 de 29 de outubro do Corrente, serão executados os trabalhos de instalação da rede de esgotos na cidade de Nova Iguassú, de acordo com o projeto e o orçamento organizados pela comissão de saneamento e aprovados pelo Secretário Geral do Estado e criada a Prefeitura no referido município, ex-VI do art. 31, parágrafo 2o., n. II da reforma constitucional, de 18 de setembro de 1903"

[Assina o Presidente do Estado do Rio, Raul de Moraes Veiga]

Com esta criação, em decreto onde se pode notar a interligação entre a questão política na região e a questão sanitária, o presidente do Estado do Rio Raul Veiga¹²⁷ nomeia o sanitarista Mario Pinotti como prefeito do município. Pinotti tinha acabado de se formar, em 1918, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e assumido o comando do posto de Nova Iguassú. Até então o presidente da câmara de vereadores do município acumulava as funções de legislador, executor e intendente-geral, cargo naquele momento ocupado por Ernesto França Soares¹²⁸. Esta nomeação será mais tarde, em relatório do Serviço de Profilaxia Rural, enviado a Raul Veiga, aprovada e

¹²⁶ ALVES, 2003:49-50.53-61

¹²⁷ Raul Veiga, filho de proprietários rurais de São Francisco de Paula, foi presidente do estado de 1918 a 1922, com formação em engenharia civil e atuação na comissão de saneamento de Niterói (1921-25). Teve mandatos de deputado estadual (1907) e federal (1906,09) e fazia parte da base política de Nilo Peçanha. FERREIRA, 1994, cap. 3 e anexo. Com sua formação, investiu seu mandato na presidência do estado em acordos para obras de saneamento que agradaram aos médicos do movimento sanitário e principalmente a Penna, que sempre elogiava o trabalho de Veiga durante seu governo.

¹²⁸ NOVA IGUAÇU, 2003:21-22

apreciada por Belisário Penna, reafirmando a dimensão da tangência entre a medicina e o Estado frente às demandas sociais e políticas daquela localidade.

Esta decisão foi considerada pelos políticos do município como uma “violenta ação contra a autonomia municipal”¹²⁹. França Soares, em 1920, através de *habeas corpus*, reassume o controle do município apoiado pelos demais vereadores, sendo posto como prefeito por mandato judicial. Após sua morte, ainda em 1920, assume outro vereador, Octávio Áscoli. Nesta questão fica clara a influência da política estadual sobre a política na baixada e o embate entre estes interesses, e mesmo o prestígio da profissão médica nos destinos desta política regional.

A disputa de poder entre município, estado e União pelo controle dos serviços de saúde foi, na Primeira República, uma importante variável da disputa política no Brasil. Hochman, em sua análise sobre as políticas de saúde pública no princípio do século XX, demonstra como os constantes debates legislativos, nos mais diversos assuntos, tiveram o seu eixo de embate na dicotomia entre o Federalismo e a Centralização, que atuava diretamente sobre a forma de construção do Estado Nacional Brasileiro¹³⁰. A unidade e centralização dos serviços de saúde, pretendidos pelos médicos, esbarrava no princípio do federalismo da Carta constitucional de 1891. Outro fator de grande debate era a disputa entre os poderes locais e a união pela diretriz e a execução dos serviços públicos. Gilberto Hochman investigou a crescente consciência da interdependência sanitária como fator de influência nas questões sociais e políticas, motivando o interesse pelas questões de saúde e desafiando os limites estabelecidos pela ordem política brasileira à ação do Poder Público. E esse movimento se mostraria cada vez mais forte ao longo das três primeiras décadas do século XX¹³¹.

Desta forma, cada ação dos agentes de Estado nos diversos espaços de poder, num complexo de relações de força, forja o Estado Nacional Brasileiro de modo a não existir, segundo a análise de Elisa Reis, “um jogo de soma zero entre o poder privado e o poder público”¹³². Ou seja, não existe, de acordo com esta interpretação, um grupo particular que domine e use os serviços do estado sem que haja uma disputa de poder dentro do próprio Estado para a formulação destas políticas públicas, embates estes que são constantes na formação das instituições políticas. Nestas relações tanto os

¹²⁹ Idem, 2003:21-22

¹³⁰ Para esta análise, foi importante a concepção de Elisa Reis sobre a construção de Estado, segundo a qual, retomando a reelaboração de Van den Bergh para a argumentação de Norbert Elias, a construção de Estado é um “processo histórico-contínuo e não (...) um evento delimitado no tempo”. REIS, 1991:49.

¹³¹ HOCHMAN, 1998.

¹³² REIS, 1991:45

formuladores das políticas quanto os executores têm sua parcela, maior ou menor de acordo com o caso, na construção das relações entre Estado e Sociedade.

As forças políticas que atuam no comando do executivo da União procuram, desta forma, produzir – apoiadas na retórica dos médicos e dos engenheiros – o aumento da capacidade infra-estrutural estatal tornando fortalecida a Centralidade e a Territorialidade das relações sociais, contribuindo para a maximização do Controle Central. De acordo com a análise de Reis, reforçada pelo estudo de Jair Ramos, enquanto as forças políticas locais de maior abrangência procuram atuar de modo a descentralizar o controle da infra-estrutura estatal. As forças políticas dos estados de menor poder no cenário nacional, em geral, apóiam o governo central, procurando ter auxílio da União nos serviços públicos, já que estes não dão conta da organização efetiva dos serviços. A vitória de um grupo político sobre os outros acaba por ampliar o poder de controle do grupo detentor dos mecanismos estatais sobre os outros¹³³.

Assim, a luta pela centralização, ou descentralização, dos mecanismos de Estado é a disputa pelo controle territorial-burocrático entre a União e os Estados e, neste caso, também contra uma elite local. No caso específico do cenário político do Rio de Janeiro, além das disputas entre União e estados, existe também uma intensa disputa das elites fluminenses durante a Primeira República, elites que foram analisadas por Marieta de Moraes Ferreira como uma voz dissonante no coro das oligarquias, e extremamente saudosa de uma idade de ouro fluminense, embora a própria elite do Rio fosse fortemente fragmentada e tivesse forte interferência e sobreposição entre os interesses do estado e da Capital¹³⁴.

Os grupos políticos regionais fluminenses frequentemente disputavam espaço dentro do próprio estado, diminuindo assim sua força na luta por espaço e projeção nacional frente aos estados de maior força política – São Paulo e Minas Gerais. Dentre os políticos do Rio de Janeiro, geralmente, uma postura mais modernizadora esbarrava na cultura e na mentalidade dos proprietários rurais fluminenses ligadas a uma tradição plantacionista cafeeira e açucareira, sendo a produção de alimentos para o mercado interno encarada como uma atividade menor e pouco lucrativa, que não conferia prestígio, e era apenas temporária e auxiliar à grande lavoura¹³⁵. Segundo Marieta Ferreira, diversos grupos disputavam o poder da esfera estadual fluminense, sendo que

¹³³ RAMOS, 2002.

¹³⁴ FERREIRA, 1989; FERREIRA, 1994

¹³⁵ Idem, 1994:79

os principais eram os grupos de Campos, de Petrópolis, de Niterói, do Vale do Paraíba e da própria Capital Federal¹³⁶. Nesta composição política, na maioria das vezes, os políticos do município de Iguassú ficavam vagando pelos diversos pólos de poder, de acordo com o grupo que tinha a hegemonia política ou com a troca de favores por apoios políticos.

I.3. DESCOBERTA DOS SERTÕES, NACIONALISMO MILITANTE E A CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE MODERNIZAÇÃO NO BRASIL

A influência de médicos, engenheiros e educadores nos destinos da nação teve raízes nos projetos de modernização do Brasil na virada do século XIX para o XX e na perspectiva sob a qual estes poderiam solucionar os males da nação. As idéias de progresso e civilização difundidas na Europa chegavam ao país através de diversas leituras, seja para ver um Brasil degenerado e sem possibilidades de recuperar-se, seja para ver no atraso brasileiro o caminho possível para uma nação autêntica.

Os Sertões de Euclides da Cunha (1902) foi um importante capítulo deste debate, apresentando e definindo o Brasil e sua população sertaneja. Nesta coleção de reportagens e anotações depois transformada em livro, todo o isolamento do homem do sertão era apresentado com detalhes causando grande agitação entre os círculos intelectuais da época, abalo sem precedentes na história da literatura brasileira¹³⁷. A dureza da exposição euclidiana sobre um lugar até então citado, embora desconhecido, deu origem a uma grande campanha de recuperação daquela brasilidade que se perdia, movimento que era apoiado por setores descontentes com a nova República.

A visão sobre o sertão, neste momento, passava por grande discussão apresentando principalmente duas faces. De um lado havia uma perspectiva negativa do sertão, visto como resistência ao moderno e à civilização. Os intelectuais que defendiam este ponto de vista sonhavam com um Brasil moderno e que se elevasse, pelo progresso à moda européia, deixando de lado a barbárie e o domínio da natureza. De outro lado, existia uma perspectiva positiva em relação ao sertão, visto como o berço da autêntica nação brasileira. A preocupação em recuperar as raízes da nacionalidade no interior do

¹³⁶ Idem, 1994.

¹³⁷ ABREU, 1998:94. Euclides da Cunha foi a Canudos como correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, viajando para a Bahia em agosto de 1897. De acordo com Hermann, seu relato foi considerado durante muito tempo como “a História de Canudos”. HERMANN, 2006:139.

país estava, deste modo, ligada à busca de integração do sertanejo ao projeto de construção nacional¹³⁸.

A versão negativista do sertão estava fortemente associada a dois conceitos que de certa forma orientaram boa parte dos intelectuais na virada do século XIX para o século XX: Raça e Natureza¹³⁹. Para Nísia Lima, a posição de Nina Rodrigues foi típica desta posição, estabelecendo um contraste entre o litoral – “reduto da civilização e dos grupos brancos” – e o sertão – “dominado por uma população mestiça, infantil, inculta, em estágio inferior da evolução social”. Neste sentido, domesticar o indígena e submeter o negro seria ineficaz no intuito de civilizá-los, sendo estes inferiores¹⁴⁰. Assim, de nada adiantaria esforços para recuperar o irrecuperável, restando aos brasileiros “civilizados” a construção de uma nação brasileira baseada no litoral e em sua aproximação com a cultura européia.

No enfoque positivo do sertão, o que foi visto por alguns como atraso será visto como um possível caminho para o desenvolvimento de uma autêntica consciência nacional¹⁴¹. Este posicionamento se aproxima da crítica à civilização de copistas, valorizando uma cultura nacional que não poderia ser encontrada em outro lugar além do interior do próprio país. Esta percepção dá passos importantes ainda no século XIX, com a opção pela valorização romântica do índio como símbolo maior da nacionalidade, embora esta posição não representasse um consenso entre a intelectualidade nacional. A substituição do indígena pelo sertanejo tem, em parte, conexão com a experiência da incursão pelo interior do Brasil, e este se apresenta como uma alternativa à idealização romântica¹⁴².

O texto euclidiano foi largamente divulgado, até se tornar em pouco tempo uma obra consagrada, através de críticas literárias de intelectuais como José Veríssimo, Araripe Junior e Sílvio Romero. De acordo com a leitura de Regina Abreu, estes procuravam afirmar uma crítica mais consistente, a partir de critérios científicos. Na leitura de José Veríssimo, considerado o primeiro ensaio crítico de *Os Sertões*, no Correio da Manhã,

¹³⁸ LIMA, 1999; CASTRO SANTOS, 1985.

¹³⁹ LIMA, 1999:60

¹⁴⁰ Idem, 1999:60.

¹⁴¹ Idem, 1999:61.

¹⁴² GUIMARÃES, 1988:12; Idem, 1999:63-65.

O livro do Sr. Euclides da Cunha é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um geólogo, um etnólogo; de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista, que sabe ver e descrever, que vibra e sente tanto aos aspectos da natureza como ao contato do homem, e estremece todo, tocado até ao fundo da alma, comovido até às lágrimas, em face da dor humana, venha ela das condições fatais do mundo físico, ‘as secas’ que assolam os sertões do Norte brasileiro, venha da estupidez ou da maldade dos homens, como a Campanha de Canudos.¹⁴³

Seguindo a crítica elogiosa de José Veríssimo¹⁴⁴, Araripe Junior e Silvio Romero, cada um a seu tempo e a seu modo, colaboram para afirmar a autenticidade e a importância artística, histórico-filosófica e científica da obra de Euclides. Para Abreu, a interpretação de Araripe para o texto euclidiano acabou por se tornar uma matriz para uma representação do Brasil, evidenciando características do texto e do seu autor que lhe deram legitimidade. Entre estas distinções estava principalmente: a idéia de totalidade e síntese (científica, histórico-filosófica, artística e emotiva); o argumento de autoridade do pesquisador que viu os fatos, pesquisou *in loco* e experimentou a realidade observada; a familiaridade com os sertões, podendo o autor conhecê-lo, dando seu ‘justo valor’; e o fato de Euclides descrever e analisar uma campanha militar, sendo ele mesmo um militar, e logo, segundo Araripe, este “deve saber o que escreveu”¹⁴⁵.

A dimensão da qualificação de *Os Sertões* e de Euclides da Cunha atribuiu a ele “a imagem do ‘grande psicologista nacional’, do cientista que apontou o caminho para desnudar a ‘verdadeira alma’ da nação brasileira”¹⁴⁶, se tornando um ponto de inflexão importante para as futuras ações e para a construção de uma identidade intelectual das próximas décadas. Segundo a análise de Sá, a representação política do Brasil passou assim a ser expressa pela dicotomia do país real (sertões) e do país legal (litoral) criando um paradoxo entre uma “ordem ideal inadaptável” (nacionalismo baseado no

¹⁴³ Apud ABREU, 1998:101

¹⁴⁴ Apesar dos elogios de José Veríssimo, Alberto Venâncio Filho aponta que Veríssimo teria criticado o excesso de termos científicos na obra Euclidiana, ao que Euclides da Cunha teria se justificado. VENANCIO FILHO, 2002:XII.

¹⁴⁵ Apud ABREU, 1998:101-108

¹⁴⁶ SÁ, 1998:21.

estrangeiro) e uma “desordem empírica sufocante” (nacionalismo baseado no texto euclidiano)¹⁴⁷.

Por sua vez, Silvio Romero foi o responsável pelo elogioso discurso de recepção de Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, mesmo que o próprio Euclides estivesse constrangido pelo fato de ser um ‘homem de ciência’ numa casa de ‘homens de letras’. A consagração do autor como homem de ciência não pode ser desconectada da abrangência da discussão nacional que tomava ares de crítica social, através da renovação intelectual e política, aspirando a uma nova postura com base na ética, no valor do talento e do mérito – em oposição à ‘sociedade de corte’ –, na crítica a República construída a partir de 1889 e na busca de um novo caráter nacional¹⁴⁸.

A apresentação de Alberto Venâncio Filho para a reedição, em 2002, do clássico *História e Interpretação de Os Sertões* (1960) de Olímpio de Souza Andrade, informa que a bibliografia sobre Euclides da Cunha se iniciou em 1911, com a fundação do Grêmio Literário Euclides da Cunha, pelos alunos do Ginásio Internato Nacional (atual Colégio Pedro II). Estes, inspirados pela grande obra do escritor, editaram da fundação do Grêmio até 1939, a cada 15 de agosto, a sua Revista, com artigos sobre a vida e a obra de Euclides. Em 1914, sob patrocínio de Alberto Rangel, grande amigo do escritor, este empreendimento ganha âmbito nacional, sob o lema “Por protesto e adoração”. Logo no ano seguinte, em 1915, Francisco Venâncio Filho¹⁴⁹, um dos fundadores e diretor do Grêmio, publica *Euclides da Cunha – Notas Biográficas*, sendo o primeiro opúsculo escrito sobre a memória de Euclides¹⁵⁰.

A história do Grêmio (Literário) Euclides da Cunha se entrecruza com a história da Escola Regional de Meriti. Dois dos principais fundadores da associação – Edgar Sussekind de Mendonça¹⁵¹ e Francisco Venâncio Filho – foram, ao lado de Armanda

¹⁴⁷ Idem, 1998:21.

¹⁴⁸ ABREU, 1998:110

¹⁴⁹ Francisco Venâncio Filho nasceu em 1894, em Campos, filho de Francisco Ribeiro Venâncio, comerciante de ascendência portuguesa e D. Antônia Gomes Venâncio, de tradicional família de fazendeiros. Com a morte do pai, transferiu-se para o Rio, passando a estudar no antigo Externato Aquino, onde se tornou bacharel em Ciências e Letras, em 1910. Em 1911, matriculou-se na Escola Politécnica e participou da criação do Grêmio Literário Euclides da Cunha. Diplomando-se em 1916 na Politécnica, entrou por concurso na Escola Normal do Rio de Janeiro. Lecionou ao longo da carreira na Escola Normal, no Pedro II, no Colégio Bennet. Foi um dos fundadores da Escola Regional de Meriti e colaborou com Roquette Pinto nas transmissões da exposição do centenário. SUCUPIRA, 2002:399-407; MIGNOT, 2002.

¹⁵⁰ VENÂNCIO FILHO, 2002a: XIV-XV

¹⁵¹ Edgar Sussekind de Mendonça nasceu em 1896, no Rio de Janeiro, filho do escritor jornalista e jurista Lúcio de Mendonça e Anita Sussekind, de família judaica, tendo 2 irmãos. Em 1904 iniciou a escolarização no Colégio Americano-Fluminense, passando por outros colégios até que, em 1909, com o falecimento de seu pai foi estudar no Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos, atual Colégio Pedro II,

Alberto, fundadores da Escola Regional de Meriti. Estes dois intelectuais carregaram, ao criar a escola, um *repertório* de idéias que construíram juntamente com a construção desta organização estudantil. No decorrer da análise que farei sobre a construção da Escola Regional, será fundamental ter em mente o fato de que, ao ir para o sertão com o objetivo de educar, estes educadores pensavam estar realizando os objetivos construídos nas discussões e discursos de seu grêmio literário. Como observarei mais adiante, partiu de Edgar Sussekind a proposta de mudança de objetivos do grêmio, transformando em um empreendimento intelectual o que era até então uma associação para a glorificação da memória de Euclides e protesto contra seu assassinato¹⁵².

Para além disso, foi no âmbito do grêmio que estes dois educadores criaram alguns laços de amizade que seriam fundamentais na constituição e no amparo da escola. O conagraçamento de intelectuais na associação literária, por Edgar Sussekind, produziria, como veremos a seguir, estudos importantes sobre a obra de Euclides. Edgar Roquette Pinto¹⁵³ de acordo com a análise de Abreu, construiria uma Sala Euclides da Cunha de Etnografia Sertaneja no Museu Nacional, imbuído das discussões do grêmio. Não obstante, o empreendimento da Escola Regional de Meriti seria apoiado, mais tarde, por Edgar Roquette Pinto, Antonio Pacheco Leão e Alberto Rangel, intelectuais estes que foram atores principais na trajetória da organização¹⁵⁴.

em São Cristóvão. Em 1914, entrou para o curso superior na Escola Nacional de Belas-Artes, contudo suspenso em virtude de uma rebelião na Escola de Belas-Artes não retornaria. No período de suspensão iniciou a carreira no magistério atuando como professor particular, substituto na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária e como professor de Desenho na Escola Normal. Na Rádio Sociedade(1923), empreendimento de Roquette Pinto para a transmissão das comemorações do Centenário tornou-se o primeiro locutor da rádio. Atuou também nas reformas educacionais da década de 1920 e na criação da Associação Brasileira de Educação. Foi um dos fundadores do Grêmio Literário Euclides da Cunha e da Escola Regional de Meriti. VIDAL, 2002:285-290. MIGNOT, 2002.

¹⁵² Edgar Sussekind seria tão influente no Grêmio Literário Euclides da Cunha que, pouco tempo depois de sua fundação, este passou a ter sede em sua própria casa. Mignot, em sua análise, notou que, para Edgar, cultivar a memória de Euclides talvez tenha sido uma forma de reverenciar a memória do próprio pai, Lúcio de Mendonça, que tinha se empenhado para que *Os Sertões* fosse publicado. MIGNOT, 2002:100-101.

¹⁵³ Edgar Roquette Pinto nasceu em 1884, no Rio de Janeiro e terminou o curso de Humanidades no Externato Aquino, onde foi professor a partir de 1909, sendo professor de Venâncio Filho. Roquette Pinto formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1905, no ano seguinte seria nomeado professor assistente de Antropologia no Museu Nacional. Em 1912, participou da comissão para a construção das linhas telegráficas dirigida pelo Marechal Cândido Rondon. Durante sua carreira trabalhou como professor de história natural, fisiologia e biologia no Brasil e no Paraguai, além de representar o Brasil em diversos congressos internacionais. Teria a trajetória marcada pela vulgarização(divulgação) científica, fundando a Rádio Sociedade em 1923, entre outras, e incentivando a utilização do cinema como instrumento educativo. Teve importância relevante na construção da Escola Regional de Meriti. VÊNANCIO FILHO, 2002e:282-284; MIGNOT, 2002.

¹⁵⁴ Como veremos na terceira parte, Roquette Pinto e Pacheco Leão contribuíram fundamentalmente na construção do Museu Regional de Meriti, anexo à Escola. Alberto Rangel, por sua vez, louvaria o empreendimento como a confirmação de uma possibilidade para o Brasil, mesmo com a indiferença dos poderes públicos. RANGEL, 1968:129.

O Grêmio Euclides da Cunha foi um dos grandes divulgadores da obra do autor de *Os Sertões* e foi um dos pólos formuladores da vertente interpretativa da Guerra de Canudos (1893-1897) que segundo Jacqueline Hermann ficou conhecida como “euclidiana”¹⁵⁵. Esta vertente via no relato da testemunha ocular do conflito “a história de Canudos”, expondo uma face triste, miserável e tão diferente do litoral. Ao mesmo tempo, ainda segundo a autora, refletia sobre uma guerra fratricida entre Litoral (Civilizado) e Interior (Atrasado), identificando-a como um “impedimento estrutural para a construção de uma nacionalidade tal como pensavam os intelectuais do ‘Brasil civilizado’ (...) que aderiram à causa republicana”¹⁵⁶.

Em 1894, com o advento do primeiro governo republicano civil, tendo à frente um representante dos cafeicultores paulistas¹⁵⁷, com a divulgação das primeiras manifestações contra as leis da República (principalmente em Canudos) e com o auge da disputa entre militares e civis pelo poder, criou-se um momento político extremamente delicado, de disputas pela liderança da República. O embate entre diferentes projetos políticos e institucionais começava a se tornar explícito. Em 1902, o livro *Os Sertões* de Euclides da Cunha relembria este período, reforçando as disputas políticas nacionais, trazendo uma visão de abandono da nação e do sertanejo. Com a formulação de uma interpretação de *Os Sertões* pelo Grêmio, reforçava-se a ampliação da *estrutura de oportunidades políticas* para a crítica às instituições sociais e políticas.

Ao dar ao Grêmio o lema “Por protesto e adoração”, Alberto Rangel, Coelho Neto, Francisco Venâncio Filho, Edgar Sussekind de Mendonça, Carlos Sussekind de Mendonça, Roberto Lyra e tantos outros intelectuais se indignavam com a absolvição de Dilermano de Assis, assassino de Euclides da Cunha, e adoravam ao consagrado escritor que se revelou o “verdadeiro intérprete das massas ignoradas”, nas palavras de Coelho Neto, em 1915, à beira do túmulo de Euclides. No ano seguinte (1916), Alberto Rangel enviou seu discurso por carta, para ser lida na cerimônia, em que fazia uma relação entre o martírio de Euclides pelas mãos de Dilermano e uma conspiração dos que não queriam fazer do Brasil uma sociedade autenticamente nacional. Segundo Rangel, “fuzilaram-no [Euclides] à queima-roupa”¹⁵⁸. O protesto contra a absolvição por legítima defesa se tornava também o protesto contra um modelo de sociedade europeizada e contra aqueles que se opunham à autêntica nacionalidade sertaneja.

¹⁵⁵ HERMANN, 2006:138-139.

¹⁵⁶ HERMANN, 2006:138-139.

¹⁵⁷ Prudente de Moraes, em 1894.

¹⁵⁸ Apud ABREU, 1998e:299-302

Ao mesmo tempo, se organizava um outro grupo na Capital Federal em torno das bandeiras da “Alfabetização” e da “Defesa Nacional”. A Liga Brasileira contra o Analfabetismo, fundada em 21 de Abril de 1915 no Club Militar, tinha como propósito principal a difusão do ensino primário no Brasil. Sua finalidade era explicitamente “combater o analfabetismo esforçando-se para que no centenário de sua independência política possa a Nação Brasileira proclamar livres do Analfabetismo as suas cidades e vilas”. Entre os seus principais ativistas estavam Olavo Bilac, Antonio Ennes de Souza, Luiz Palmier, Leopoldo Teixeira Leite, Raimundo Seidel, Reverendo Tucker, Corinto da Fonseca e Maria Nascimento Reis Santos¹⁵⁹.

Apesar de alguns avanços no campo das idéias, segundo Mignot, a Liga imprimia uma visão muito simplista dos problemas educacionais, com um programa de instrução básico baseado no “conhecimento de leitura, elementos de aritmética, desenho geométrico e noções de instrução cívica” e com medidas restritivas aos analfabetos. Com um plano de trabalho descentralizado, esta organização chamava a atenção para a necessidade de criar comissões escolares em cada município com o intuito de alfabetizar todas as pessoas, com cursos diurnos e noturnos gratuitos nas zonas urbanas e rurais, com um corpo de professores ambulantes e subvenção a escolas particulares que admitissem alunos carentes gratuitamente. Entre as medidas de caráter restritivo figuravam a proposta de legislação que impedisse a admissão de analfabetos em cargos públicos, com multas para os órgãos contratantes e impostos para os analfabetos maiores de 10 anos que imigrassem para o país¹⁶⁰.

Um ponto fundamental, que acabou por influenciar outras medidas educacionais ao longo da década seguinte, foi a proposta de criação de Caixas Escolares, organizadas pelas comissões municipais e que contariam, além da doação em dinheiro, com a doação de livros, dando amparo aos alunos carentes. Não obstante, o compromisso dos sócios ia além da contribuição em dinheiro, bens ou serviços, deveria ser demonstrado através do próprio exemplo, influenciando “pessoalmente a favor da instrução de um analfabeto no mínimo”. Assim, a Liga Fluminense contra o Analfabetismo foi criada em 1916, tomando como primeira medida o envio de questionários às câmaras municipais pedindo dados sobre a localidade como o número de escolas, de matrículas, frequência,

¹⁵⁹ NOFUENTES, 2006: 3-4; MIGNOT, 2002:142-144. Mignot sublinha a presença de dez mulheres entre os cerca de trinta sócios fundadores da Liga contra o Analfabetismo, como uma prova da adesão das mulheres ao chamamento nacionalista, e mesmo de um novo modelo de mulher e de sociabilidade, levando-as do enclausuramento do lar para as associações. Idem, 2002:141-142

¹⁶⁰ Idem, 2002: 142.

localização e programas adotados, além de solicitar a criação de ligas locais, com uma superintendência de ensino que deveria comunicar à Liga Fluminense quais escolas não estavam convenientemente instaladas de maneira a “possibilitar a ciência da realidade escolar do estado”¹⁶¹. Muitos municípios fluminenses aderiram à Liga contra o Analfabetismo no estado do Rio, sendo que alguns destes ganhariam destaque pela instalação de ligas locais como São Gonçalo e Campos. Salta aos olhos, contudo, neste trabalho, que na listagem feita em 1916-17 não consta a municipalidade de Iguazu, donde conluo não existir uma preocupação dos políticos do município com a questão da educação na região.

Neste mesmo ano de 1916 foi criada a Liga de Defesa Nacional (LDN), em 7 de Setembro, por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, dando ao Presidente da República – neste momento Wenceslau Brás – a presidência do Diretório Central da Liga. Com duas coordenadas básicas, o Serviço Militar Obrigatório e Instrução, a Liga de Defesa Nacional teve atuação sistemática na divulgação de conteúdo moral e cívico, acentuando o caráter patriótico e influenciando a juventude com idéias de coesão e integridade nacional, de difusão da instrução militar em diversas instituições e de desenvolver o civismo pelo culto ao heroísmo, ao escotismo, aos batalhões patrióticos e à educação popular e profissional, combatendo o analfabetismo. A pretensão de criação de diretórios regionais estava presente, assim como na Liga contra o Analfabetismo, no qual, como no Diretório Central, o Presidente do Estado deveria assumir a função de presidência. Segundo Nagle, apesar da grande agitação discursiva, os trabalhos, muito frequentemente se esgotaram no pronunciamento de conferências em diversos pontos do país, sobretudo por Bilac e outros¹⁶².

Em meio a elogios e críticas à Liga, foram criados os Diretórios Estaduais, sendo o do Rio de Janeiro criado em 29 de Janeiro de 1917. Em estudo sobre a Liga contra o Analfabetismo, Nofuentes ressalta a ligação de pessoas e objetivos entre as duas Ligas. Assumiu a presidência do diretório estadual Leopoldo Teixeira Leite, que neste período era também o presidente da Liga Fluminense contra o Analfabetismo. Vários personagens principais da fundação da Liga contra o Analfabetismo também o foram na fundação da Liga de Defesa Nacional, como Olavo Bilac e Luiz Palmier, sendo o último envolvido principalmente na instalação de linhas de tiro e na Federação Fluminense de Escotismo, objetivos apontados pela LDN.

¹⁶¹ NOFUENTES, 2006: 4.

¹⁶² NAGLE, 1976:44-47.

A agitação intelectual da Capital Federal no ano de 1916 teve ainda um outro aspecto fundamental, que se tornaria o pilar de mais um movimento nacionalista: a bandeira do saneamento dos sertões. Influenciados pelo diagnóstico de isolamento de *Os Sertões*, os intelectuais do movimento sanitário associaram ao discurso o termo abandono, responsabilizando as elites intelectuais e políticas pela situação do sertanejo¹⁶³. Em outubro deste ano, Miguel Pereira pronunciou um discurso que se tornou famoso e muito citado, no qual diria a frase “O Brasil é ainda um imenso hospital”, diagnosticando a doença como um mal de todo o país. Esta frase dialogava com a pregação das ligas criadas por Olavo Bilac e criticava a ingenuidade e a ignorância do deputado federal mineiro Carlos Peixoto que se propôs a, em caso de guerra, ir aos sertões convocar os caboclos para defender o país. O discurso do prestigiado médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e presidente da Academia Nacional de Medicina, estava embasado no relatório da expedição científica promovida pelo Instituto Oswaldo Cruz de Janeiro a Outubro de 1912, no qual Belisário Penna e Artur Neiva davam inúmeros exemplos do abandono e das condições de insalubridade do sertão¹⁶⁴.

O relatório de Penna e Neiva sobre a *Viagem Científica pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Pará e de Norte a Sul de Goiás* foi publicado em 1916 e causou polêmica na imprensa, nos círculos médicos, intelectuais e políticos. Estes viajaram pelo interior do Brasil, muitas vezes em cima de lombos de cavalos e mulas, para estudo do quadro sanitário brasileiro. Pesquisaram as condições de vida e trabalho das populações locais, a flora e a fauna da região, com ênfase em seu interesse médico, e fizeram mapeamento das principais doenças encontradas nestas áreas¹⁶⁵. Até então nenhum outro diagnóstico de tamanha duração e extensão territorial havia sido feito. Segundo Sá,

Fiéis ao ideal civilizador, Penna e Neiva construíram um amplo retrato do sertão do Brasil como um espaço atrasado, resistente ao progresso, despovoado e tomado pelas doenças: a cura das moléstias encontradas, assim como o povoamento do interior do Brasil passam a afirmar, a corroborar uma intervenção no nível nacional da saúde pública e a instituição de sua ciência. (...)

¹⁶³ LIMA e HOCHMAN, 1996:29.

¹⁶⁴ HOCHMAN, 1998:63-66.

¹⁶⁵ LIMA, 1999:87.

A expedição destacou-se, sobretudo, pela riqueza no levantamento sistemático das informações e pela preocupação em registrar através da fotografia, tanto as imagens da precariedade da paisagem rural, quanto as imagens dos doentes encontrados no interior do país¹⁶⁶.

A viagem de Penna e Neiva estava a serviço da Inspetoria das Obras contra a Seca, que pertencia ao Ministério da Viação e Obras Públicas, mesmo ministério que nesta época financiava a construção de estradas de ferro pelo país e à Comissão federal de saneamento da baixada do Estado do Rio. Este ministério foi um dos responsáveis pelas primeiras iniciativas estatais que procuraram uma interiorização dos serviços públicos. Porém, com a publicação do relatório de viagem, os objetivos iniciais do Ministério da Viação e Obras Públicas foram superados, criando o ponto de inflexão mais importante para o movimento sanitário nacional que, de acordo com Castro Santos, superaria a sua fase urbana, com “a nova bandeira do saneamento dos sertões”¹⁶⁷. As condições sociais, que estavam vinculadas à Natureza e à Raça, passaram a ser conectadas a questões sociais e políticas, como a abolição repentina do trabalho escravo, o aumento repentino da malha ferroviária e a ausência de incentivo para a atividade rural.

A partir da publicação e com base neste relatório, Belisário Penna passou a publicar no jornal *Correio da Manhã*, entre Novembro de 1916 e Janeiro de 1917, artigos sobre as condições de salubridade do país e sobre planos de saneamento nacional, no qual conclamava o país para uma campanha pelo saneamento do Brasil, causando uma controvérsia ainda maior¹⁶⁸. Com relação à baixada do estado do Rio Penna afirmou no artigo *Interior do Brasil = Doença e Miséria*:

Faça-se uma excursão à Jacarepaguá ou à Guaratiba e a impressão será desoladora. Estenda-se essa excursão pela baixada do estado do Rio, e a desolação se transformará em profundo abatimento e desanimo diante da hecatombe da população e do desamparo em que ela se encontra dos poderes públicos, esquecidos de que essa

¹⁶⁶ SÁ, 1998:28.

¹⁶⁷ CASTRO SANTOS, 1985:199

¹⁶⁸ Estes artigos foram reunidos no livro "Saneamento do Brasil", publicado em 1918 e republicado em 1923. Esta obra é fundamental a esta dissertação por ser a exposição mais política, densa e unificada que Penna faz sobre a questão, por ser obra inaugural da Liga Pró-saneamento do Brasil - da qual o autor foi líder destacado e por tratar de demonstrar seu trabalho com exemplos de diversas regiões onde trabalhou, incluindo diversas referências à baixada do estado do Rio.

gente aplica a sua atividade na única indústria – a agricultura – da qual vive a nação¹⁶⁹.

A partir destes eventos, os intelectuais que comandavam a campanha pelo saneamento do Brasil definiam sua missão como a procura de soluções para as doenças do organismo social, observando os problemas sanitários e sociais e propondo a união de esforços para a cura dos males nacionais. A localização do sertão seria identificada por Afrânio Peixoto, professor de Higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, bem perto da Capital, logo ao término da Avenida Central¹⁷⁰. Sem integração nacional – principalmente no que se refere a saúde e educação – não haveria “a conscientização generalizada da pertença à unidade nacional”, não obstante, a construção de uma nação só seria alcançada pela recuperação e integração da população sertaneja¹⁷¹.

Ainda em 1917, o Grêmio Euclidiano passava por uma reforma de objetivos, baseada no “Plano de Campanha” pronunciado por Edgar Sussekind de Mendonça na cerimônia de visita ao túmulo do escritor naquele ano. Para Edgar Sussekind, o movimento deveria passar de uma fase de “glorificação da memória” e “protesto contra o assassino impune” para uma nova fase, com objetivos mais intelectualizados. Nas suas palavras para os membros do movimento, “além das demonstrações de nossa adoração (...) temos que promover uma série de estudos sobre os variados aspectos da personalidade e da obra de Euclides da Cunha”. Neste propósito, “grandes figuras da intelectualidade” – membros do Grêmio – deveriam realizar conferências sobre a obra de Euclides e “para melhor alcance do seu intento, publicando-as pelo Brasil inteiro”. Em outro item do “Plano de Campanha” propunha a redação de uma “biografia e a difusão da obra em estudos críticos divididos por áreas” e ainda a ereção de um monumento em bronze no Morro da Babilônia, Praia Vermelha, onde ficava o clube militar, segundo Edgar, “o cenário do primeiro gesto expressivo da série de gestos irmãos que ele havia de fazer na vida”¹⁷².

Essas conferências, realizadas na Biblioteca Nacional, mapearam um amplo leque de preocupações de Euclides da Cunha, e foram publicadas em 1919 com o título de “In Memoriam de Euclides da Cunha – Por protesto e adoração”. A vertente

¹⁶⁹ PENNA, 1918:13.

¹⁷⁰ HOCHMAN, 1998:70. Esta concepção segundo HOCHMAN guarda muito mais uma característica social e política do que geográfica e foi pronunciada em 19 de Maio de 1918 em um discurso em homenagem a Miguel Pereira.

¹⁷¹ SÁ, 1998:21.

¹⁷² ABREU, 1998e:302-303.

“naturalista” foi tarefa de Roquette-Pinto, os “estudos amazônicos” de Pacheco Leão, a vertente “histórica” ficou com Ignácio do Amaral, os “traços psicológicos” foram analisados por Juliano Moreira e as vertentes “geográfica, filosófica, da originalidade estilística, de crítica literária, da engenharia, das expedições, da cartografia e da arte” ficaram a cargo de Basílio de Magalhães, que procuraria ver nestes aspectos a “preocupação nacionalista”, a “feição nacional” da obra do grande patrono do Grêmio.

O “Plano de Campanha” de Edgar Sussekind, como demonstrou Regina Abreu, promoveu um grande levantamento de fontes, cartas, documentos e relíquias do escritor, nunca antes visto na história do país, e gerou outras medidas por parte de membros do Grêmio, como a abertura da Sala Euclides da Cunha no Museu Nacional, organizada por Roquette-Pinto, em 1917 e sua posterior integração à seção de Etnografia Sertaneja. A sala com o nome do escritor ficava ao lado da Sala Humboldt, grande naturalista alemão, com o qual Roquette-Pinto identificava Euclides. No discurso de inauguração da sala, Afrânio Peixoto comparou o escritor com os bandeirantes, fazendo uma “nova entrada para a alma da nacionalidade brasileira” e Francisco Venâncio Filho no ano seguinte, na Revista do Grêmio, afirmava a pretensão dos euclidianos em transformar a Sala Euclides da Cunha num pequeno museu dedicado a sua memória, perpetuando as lembranças dos sertões, do qual o homenageado seria o maior historiador¹⁷³.

Como analisou Abreu, a integração da sala à seção de Etnografia Sertaneja só viria confirmar a representação póstuma e o caráter simbólico e material da interiorização proposta pelos euclidianos, com base em *Os Sertões*, e evidenciavam a consagração científica póstuma do escritor. Na obra de Roquette-Pinto, este trabalho de organização da sala se coaduna ao ensaio “Euclides da Cunha naturalista”, escrito também em 1917¹⁷⁴, no qual o compara a grandes estudiosos como Vanhargen – preocupado com a conexão entre ciências sociais e naturais, “ecologista” –, e Ratzel – que considerava a nação um pedaço de terra habitado por um povo. Além disso, este utilizava a obra e a memória de Euclides para se contrapor ao pessimismo de Agassiz e Gobineau e dos intelectuais brasileiros adeptos das teses das desigualdades raciais e do branqueamento¹⁷⁵, referindo-se à dificuldade do observador de outra cultura captar, descrever e interpretar a etnografia sertaneja expressa na obra euclidiana¹⁷⁶.

¹⁷³ ABREU, 1998:304-305.

¹⁷⁴ E em 1933 publicado na coleção *Brasiliana*.

¹⁷⁵ ABREU, 1998:305-307.

¹⁷⁶ LIMA, 1999:131

O avanço da campanha nacionalista com ênfase no sertanejo ganhava corpo em 1917, seja pelo avanço do movimento sanitarista, seja pelo novo plano de campanha do euclidianismo lançado por Edgar Sussekind de Mendonça, quando chega a notícia da morte do Oswaldo Cruz, a grande personalidade médica nacional. Contudo, este revés propiciou ao movimento um importante instrumento simbólico para catalisar suas forças¹⁷⁷. Em fevereiro do ano de 1918, o movimento sanitarista se reuniria para enfatizar a continuidade do empreendimento sanitário de Oswaldo Cruz¹⁷⁸ através da criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, colocando o combate às endemias rurais como o foco principal das suas atividades. A obra fundadora da Liga Pró-Saneamento do Brasil foi *Saneamento do Brasil* de Belisário Penna, que reunia os artigos publicados entre 1916-1917 do principal ativista da campanha, no qual divulgava as precárias condições do país e seu plano de saneamento rural.

A criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil enfatizou a recuperação e integração do país e do sertanejo e reunia um amplo leque de atores sociais, como médicos de várias instituições, militares, educadores, juristas e até o próprio Presidente da República.¹⁷⁹ A Campanha pelo Saneamento do Brasil, com sua postura contra a condenação racial e climática do povo brasileiro, causa alívio a parte da intelectualidade da época, como no desabafo de Monteiro Lobato no livro *Problema Vital* (1918)¹⁸⁰. A ciência experimental nacionalista deu uma saída para a questão absolvendo o povo e encontrando neste um réu. O sertanejo era indolente, preguiçoso e improdutivo porque doente e abandonado pelos governantes. Sanear o Brasil seria povoá-lo, enriquecê-lo, moralizá-lo, enfim, redimir o país das endemias rurais, uma obrigação das elites políticas.

Na expressão de Lobato, tornada famosa pelo movimento, “O Jeca não é assim: está assim”, ou seja, curando o corpo e o espírito do povo sertanejo este poderia formar uma nação civilizada. Os livros de Monteiro Lobato se destacariam pela inclusão destes temas na literatura infantil. Armanda Alberto foi um das protagonistas do incentivo à leitura infantil nesta época, sobretudo da valorização da literatura infantil de Monteiro Lobato, que reunia os aspectos ideológicos de salvação do Brasil a uma leitura

¹⁷⁷ BRITTO, 1995:31.

¹⁷⁸ É importante ressaltar que o comando e a influência de Oswaldo Cruz no campo médico e mesmo no Instituto Oswaldo Cruz não eram unânimes, como expôs Idem, 1995:44-52.

¹⁷⁹ LIMA e HOCHMAN, 1996:26.

¹⁸⁰ “Respiramos hoje com mais desafogo. O laboratório dá-nos o argumento por que ansiamos. Firmados nele contraporemos à condenação sociológica de Le Bon a voz mais alta da biologia” Apud LIMA e HOCHMAN, 1996:23

agradável para os jovens. Sobre Lobato, Armanda declarava ser ele o “início de uma genuína literatura brasileira infantil”, sendo, “antes e depois de Monteiro Lobato (...) duas épocas que dividem o que há escrito em livros destinados à juventude”¹⁸¹.

As 16 crônicas publicadas em *Problema Vital* foram escritas inicialmente para o jornal *O Estado de São Paulo*, entre Março e Junho de 1918, eram textos sobre o Saneamento do Brasil que davam a contribuição do autor ao impulso inicial da campanha pró-saneamento¹⁸². O incentivo para a reunião dos artigos em livro foi, dentre outros, do médico Renato Kehl, que escreveu o proêmio. Neste Kehl afirmaria “a franqueza patriótica em ação” de “uma das mais brilhantes e promissoras mentalidades da nova geração brasileira”. O objetivo da publicação seria conseguir mais aliados para o que Kehl denominou “a maior preocupação do momento nacional: o saneamento”. Este seria o “Problema Vital” segundo a visão expressa nos artigos de Lobato¹⁸³.

Numa *Preleção de Higiene* no Cinema de Meriti, na abertura do curso de público de higiene rural da Escola Regional de Meriti, em 12 de Junho de 1925, Belisário Penna dialogou com esta concepção do problema do saneamento como o problema vital. Nesta palestra, a pergunta central que circunscreveu o discurso seria “Qual a solução prática desse problema vital da nacionalidade?”. Penna enunciou sua perspectiva sobre a criança e sua condição no Brasil, anunciou a sua pergunta fundamental e procurou responder a este questionamento com prescrições à Escola, à Mulher, à Professora. O intuito era fazer com que a mulher-professora tivesse conhecimento e aplicasse os conceitos de higiene, educação sanitária e puericultura nas escolas¹⁸⁴. Após sua pregação, Penna declara:

O clarividente e culto espírito da benemérita Da. Armanda Álvaro Alberto, fundadora da Escola Regional de Meriti, antecipou este projeto e o está realizando com a força que lhe empresta a fé no nosso futuro, com a abnegação e o entusiasmo de uma alma idealista, que é o apanágio dos benfeitores e a glorificação póstuma, quando somente se apreciam os ideais de aperfeiçoamento que, com o tempo se vão corporificando em realizações práticas¹⁸⁵.

¹⁸¹ ALBERTO, 1978l. Para uma análise histórica da literatura de Monteiro Lobato, relacionando teorias raciais, eugenia e nacionalismo, ver HABIB, 2003.

¹⁸² Idem, 2003:35.

¹⁸³ KEHL, 1918:4-6 Apud HABIB, 2007:3.

¹⁸⁴ PENNA, 1925. Este discurso será analisado no terceiro capítulo, examinando a concepção de Penna e analisando-a em relação às propostas educativas da Escola Regional de Meriti.

¹⁸⁵ PENNA, 1968s:76.

A Escola Regional de Meriti, para Penna, seria a solução do problema vital. Assim, através de realizações práticas como a de Armanda, este acreditava que poderia se corporificar o Brasil do futuro desejado. A Escola Regional passaria, com o tempo, a ser tida como um exemplo de possibilidade de realização dos objetivos dos movimentos sanitário e educacional, como veremos na terceira parte.

A penetração destas campanhas nacionalistas de cunho *reformista* promovia as bandeiras da “defesa nacional”, da “educação”, da “saúde” e da “integração do sertão” como a cura para os males do país em várias esferas da vida pública – legislativo, burocracia, círculos militares, faculdades de medicina, academias de Ciências e Medicina, imprensa – e em vários segmentos da sociedade, transformando a nação num palco de intenso debate nos últimos anos da década de 1910. Debates estes que se entrecruzavam, ora unindo seus principais atores, ora pondo-os em campos opostos. O projeto de uma nacionalidade brasileira, no início do século XX, passava por uma grande mudança, criando uma ligação explícita entre o progresso – pela via da razão científica e da técnica – e a construção de um futuro para a nação¹⁸⁶. Como demonstra Sá, nas academias, ligas e periódicos os intelectuais da Capital propunham a especialização científica, ao mesmo tempo em que circulavam pelas diversas casas, experimentando do prestígio acadêmico e colocando sua forma de discurso técnico como linguagem própria para pensar o país¹⁸⁷.

Contudo, este discurso de construção de uma nação forte e moderna não pode ser desconectado de dois focos principais dos debates políticos e sociais do período: o descontentamento com a República e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Uma nova forma de nacionalismo, emergente do período de guerra, pretendia, por meio da educação dos habitantes da pátria, transformá-los em uma nação, por meio da via sentimental e da ação patriótica¹⁸⁸. O país não deveria se desguardar num momento em que os ânimos nacionalistas estavam exacerbados e os ecos da Grande Guerra ameaçavam se espalhar por todo o mundo. Assim, a doutrinação de cunho educacional, baseada na moral e no civismo, foi proposta por diversos grupos intelectuais e profissionais, gerando uma profusão de idéias novas, ora apropriadas do repertório dos movimentos intelectuais e científicos europeus, ora originadas da própria discussão de

¹⁸⁶ SÁ, 2006:107.

¹⁸⁷ Idem, 2006.

¹⁸⁸ NAGLE, 1976: 44.

um *ethos* brasileiro. Concomitantemente, a crença no progresso inequívoco dos europeus foi abalada, produzindo uma visão distintiva entre os valores decadentes europeus e a América como um espaço da nova civilização e do futuro, reafirmando a crítica à cópia do modelo europeu¹⁸⁹.

Lúcia Lippi de Oliveira nos informa sobre um “nacionalismo militante”, na década de 1910, que propunha “um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país”¹⁹⁰. Para esta autora, este novo nacionalismo procurou colocar em primeiro plano a formulação de uma nova identidade em detrimento dos modelos biológico-racistas, recusando-os como uma impossibilidade para o futuro. Oliveira inclui na sua interpretação uma outra vinculação deste movimento, ligada ao descontentamento e ao subsequente afastamento entre os intelectuais e a política que se instituiu como *modus vivendi* da nova República, chamada analiticamente de “política dos governadores” ou “política do café com leite”¹⁹¹.

Intelectuais como Lima Barreto e Euclides da Cunha¹⁹², que tanto influenciou a geração atuante na década de 1910-20, criticaram constantemente os descaminhos da República, expondo a desilusão de parte de uma geração que tinha lutado pela transformação do país. A estes se juntaram Monteiro Lobato, Alberto Torres e Olavo Bilac denunciando um Brasil atrasado, arcaico, dominado pelos bacharéis¹⁹³ e pelos políticos incompetentes, burocratas, pouco ligados ao “país real”. Destarte, de acordo com Lima e Hochman,

o papel atribuído ao médico não pode ser dissociado da crítica à República, especialmente dirigida à adoção do federalismo na Carta Constitucional de 1891 (...) Atribuir à ciência, mais especificamente à medicina, o papel-chave numa nova organização nacional, parece sugerir (...) um (...) elemento de oposição. De fato, no discurso da elite médica do período, era comum o descontentamento com a subordinação das áreas de educação e saúde ao Ministério da Justiça e

¹⁸⁹ OLIVEIRA, 1997:189.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, 1990:145

¹⁹¹ OLIVEIRA, 1997:188.

¹⁹² Euclides da Cunha teria expressado seu descontentamento ao dizer “esta não é a República dos meus sonhos”. OLIVEIRA, 1997:188.

¹⁹³ Para Lima Barreto, “homens forçados a parecerem inteligentes”. Idem, 1997:189.

Negócios Interiores, visto como uma agência dominada pelos políticos e pelos bacharéis¹⁹⁴.

No caso da saúde, o órgão federal responsável, desde 1897, pelas políticas públicas era a Diretoria Geral de Saúde Pública pertencente à estrutura do MJNI, que tinha seu poder restrito pelo princípio constitucional de autonomia estadual e municipal, da Carta de 1891, e por isso mesmo com dificuldades em ações coordenadas em âmbito federal¹⁹⁵. Com a repercussão pública da campanha pelo saneamento, a saúde pública começou a se destacar como uma possibilidade importante para o Estado, gerando propostas de soluções dos males nacionais pela saúde no legislativo. A doença e as endemias rurais passaram a ter um papel central na explicação dos problemas do país. Contudo, com o passar do tempo, somente em momentos de maior agitação do movimento ou por conta das epidemias o tema retornava às manchetes, ficando a discussão restrita aos círculos profissionais¹⁹⁶.

Nas associações e faculdades, porém, não existia um consenso sobre que medidas deveriam ser tomadas para solucionar o problema da saúde pública e, por conseqüência, do Brasil. Assim, em 1917 formou-se uma comissão na Academia Nacional de Medicina para estudar e propor um projeto de reorganização dos serviços sanitários, com membros do Instituto Oswaldo Cruz, da Academia Nacional de Medicina, da Diretoria Geral de Saúde Pública e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os mais destacados e significativos da elite médica. O relatório apresentado ao próprio presidente da República, Wenceslau Brás, aconselhava o governo a criar uma agência federal, técnica, independente e autônoma, um Ministério da Saúde Pública. Não obstante, sensível às dificuldades políticas, sugeriam a formação de um Conselho Superior de Higiene, para coordenar as ações de saúde e saneamento no país¹⁹⁷.

Ainda que Wenceslau Brás não pudesse, e nem lhe conviesse, arcar com as dificuldades da adoção das medidas propostas pela comissão, algumas medidas, mesmo que moderadas, foram efetivadas e o debate retornou à baila no legislativo com várias propostas de mudança da burocracia como criação de órgãos e ministério autônomo e unificado para a saúde, porém sem muita adesão. Mesmo assim, dois decretos conseguiram aprovação. Em 1º de maio de 1918, foram aprovados os decretos 13.000

¹⁹⁴ LIMA e HOCHMAN, 1996:25

¹⁹⁵ Embora outras medidas fossem empreendidas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, principalmente no campo da engenharia. Ver nesta dissertação páginas 51-53 e 65.

¹⁹⁶ HOCHMAN, 1998:111-112

¹⁹⁷ Idem, 1998:117-119

e 13.001. O primeiro criava o Serviço de Medicamentos Oficiais, pelo qual o governo compraria quinina e fabricaria remédios para vendê-los e distribuí-los no combate a malária, enquanto o segundo possibilitava a presença de Serviços Federais de Saneamento Rural¹⁹⁸ nos estados por intermédio de acordos de cooperação entre as esferas federal e estadual¹⁹⁹. A organização do Serviço de Profilaxia Rural do Distrito Federal e das zonas limítrofes do estado do Rio foi feita ainda em junho e julho de 1918, através de acordo entre o serviço Federal e o governo do estado do Rio de Janeiro, logo após a regulamentação do serviço em 6 de junho de 1918²⁰⁰. Contudo, nenhuma medida de maior vulto no que tange à construção de organização mais centralizada foi empreendida. Até que surge um fato novo.

O elemento catalisador dessa mudança foi uma epidemia urbana que, ao explicitar os efeitos negativos da crescente interdependência social, promoveu uma consciência sobre a necessidade de soluções amplas e de largo alcance²⁰¹.

Esta epidemia de gripe espanhola – a Influenza –, ou como se dizia na época, *La dansarina*, evidenciou a inabilidade das organizações sanitárias da época em tratar dos assuntos de saúde pública e, principalmente, causou um grande impacto social e psicológico pelo grande número de mortes na Capital e em outros estados da federação, colaborando para a dilatação de uma *estrutura de oportunidades políticas*²⁰². Entre Outubro e Dezembro de 1918, a Influenza grassou no Distrito Federal, desorganizando a vida social, com exposição de cadáveres pelas ruas, falta de alimentos, negligência e impotência das autoridades públicas, desinformação sobre os meios preventivos e desconfiança dos poderes públicos. Faltavam medicamentos e mesmo uma posição mais contundente por parte da Diretoria Geral de Saúde Pública, impondo uma pressão cada vez maior sobre o presidente Wenceslau Brás e sobre o diretor do DGSP, Carlos Seidl²⁰³.

¹⁹⁸ O Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural estava vinculado a Diretoria Geral de Saúde Pública. PENNA, 1920h:1.

¹⁹⁹ HOCHMAN, 1998:119-120.

²⁰⁰ PENNA, 1920h.

²⁰¹ LIMA e HOCHMAN, 1996:35.

²⁰² BRITO, 1997. Ver também o dossiê sobre a gripe espanhola no Brasil na revista História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 1, Jan.-Abr., 2005.

²⁰³ Idem, 1997; HOCHMAN, 1998:130-136; GOULART, 2005:120. Alguns jornais, como A Gazeta de Notícias, acusavam-no de descuido e pouco caso com a doença, chegando a se referir à Influenza como “mal de Seidl”. Idem, 2005:120.

Apesar do engajamento de Seidl ao movimento sanitaria, este terminou sendo considerado, por grande parte da imprensa e por setores políticos influentes, o grande responsável pela epidemia, mesmo sob protesto dos homens de ciências como Carlos Chagas. Em 18 de outubro de 1918, com a exoneração de Seidl, assume Theophilo Torres, porém, sem muito apoio, a situação termina por se agravar. Neste ponto, a posição do diretor do prestigiado IOC, daquele que carregava a imagem de herdeiro científico de Oswaldo Cruz, ganhava cada vez mais crédito: a imprensa e a população exigiam Carlos Chagas. O governo acata a exigência, como forma de evitar maiores perdas políticas, e os membros da campanha sanitaria entrevêm como possibilidade a reafirmação, consolidação de suas posições. Proposta pelo movimento sanitaria anteriormente, a expansão dos serviços de saúde pública, centralizados no plano federal, conseguia apoios importantes para uma aprovação²⁰⁴.

Passada a epidemia, em 9 de abril de 1919, sob o n. 13.358, seria aprovada a criação do Serviço de Profilaxia Rural, não mais vinculado à Diretoria Geral de Saúde Pública, mas diretamente ao MJNI, com atribuições mais amplas. A discussão sobre mudanças na estrutura dos serviços de saúde continuou no executivo e no legislativo, a partir de uma nova sugestão de um Ministério autônomo para a Saúde Pública, culminando com a mensagem do Presidente da República recém-eleito, Epitácio Pessoa, solicitando a criação de um Ministério da Saúde e Instrução Pública, no qual previa a uniformização, unificação e centralização dos serviços. Entretanto, apesar de aprovada pela comissão de Finanças no Congresso, a proposta de criação do ministério teve parecer contrário da Comissão de Saúde Pública²⁰⁵. Sem embargo, estava clara para a maioria da elite política a necessidade de um aumento da capacidade coercitiva, pois a consciência da interdependência sanitária se encontrava já bem difundida. Após discussão, vários pedidos de urgência, emendas, a apresentação de substitutivos e uma rápida votação no Senado, foi aprovada nos últimos dias de 1919 a criação de um Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), na estrutura burocrática do MJNI²⁰⁶.

Assim, a campanha dos sanitarias saía deste exaustivo debate com uma vitória, ao menos parcial, a criação do DNSP, segundo Lima e Hochman, “um avanço

²⁰⁴ GOULART, 2005.

²⁰⁵ Estava em jogo, novamente, a autonomia estadual e municipal, a burocratização do Estado, a disputa de poderes entre o legislativo e o executivo e o aumento da capacidade territorial e coercitiva do Estado. HOCHMAN, 1998:139-143.

²⁰⁶ Idem, 1998:141-143.

considerável no papel do poder central nos campos da saúde pública e do saneamento rural”²⁰⁷. Para estes autores,

"O ano de 1920 marcou o início da nacionalização das políticas de saúde e saneamento e da definição de uma nova identidade profissional para um grupo de médicos, a de profissionais de saúde pública vinculados à administração pública"²⁰⁸.

Os médicos que comandaram a campanha pelo saneamento do Brasil assumiram os principais cargos no novo departamento e começaram a dar a diretriz dos serviços federais, sendo Carlos Chagas empossado como Diretor do DNSP e Belisário Penna como Diretor do Serviço de Profilaxia Rural. Neste cargo, Belisário Penna atua como médico-sanitarista e divulgador das idéias de educação sanitária que professava. Este momento foi um divisor de águas na questão das políticas estatais de saúde e saneamento no Brasil, sendo, pelo menos em parte, implementadas algumas mudanças propostas pela Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Contudo, nas disputas para a sucessão presidencial de 1922, um quadro político de esgotamento das relações de poder novamente se apresentou. Segundo Marieta Ferreira, o lançamento da chapa oficial, com Artur Bernardes e Urbano Santos, defendida por paulistas e mineiros gerou discordâncias importantes no seio das oligarquias regionais, pela exaltação de vozes dissonantes no período. As oligarquias dos estados de segunda grandeza – Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul – articularam um movimento que ficaria conhecido como Reação Republicana, apoiando a candidatura de Nilo Peçanha e J. J. Seabra²⁰⁹.

Marieta Ferreira interpreta este movimento como uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação destes estados. A plataforma da Reação Republicana previa a crítica ao imperialismo dos grandes estados, à sucessão presidencial, à influência exercida por SP e MG nas bancadas dos estados mais fracos. Propunham a regeneração dos costumes políticos, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, a conversibilidade da moeda e a adoção de orçamentos mais equilibrados, não se resumindo à disputa política sucessória. Assim,

²⁰⁷ LIMA e HOCHMAN, 1996:36.

²⁰⁸ LIMA e HOCHMAN, 1996:36.

²⁰⁹ FERREIRA, 2006:393-394.

procurando mobilizar as massas urbanas, se revestia de apelo popular, pregando com urgência “arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos”²¹⁰.

Artur Bernardes, saindo vencedor da disputa, teve um governo (1922-1926) marcado por várias revoltas, decretações de estado de sítio, repressão violenta aos movimentos civis, militares e operários. A trajetória de Belisário Penna, neste momento, tem uma nova inflexão. Em 1923, Penna deixou o cargo de diretor do Serviço de Profilaxia Rural contrariado pela burocracia que ainda tomava conta do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do qual o Departamento Nacional de Saúde Pública fazia parte. Este deixava de lado, algumas vezes, os aspectos técnicos da formação médica em favor de decisões puramente político-institucionais. Logo depois, em 1924, Belisário Penna assumiu a diretoria de propaganda dos laboratórios Daudt de Oliveira e Cia., uma importante instituição para a divulgação de educação médica, que publicou vários dos seus panfletos de educação sanitária. E ainda passaria seis meses preso, em 1924, por apoiar em carta aberta uma revolta contra o governo Arthur Bernardes²¹¹.

I.4. A TRAJETÓRIA DE ARMANDA ÁLVARO ALBERTO E A EDUCAÇÃO NO BRASIL²¹²

Neste ínterim, em 1919, Armanda Álvaro Alberto começava seu trabalho, considerado um modelo de escola ativa, em Angra dos Reis. Com um grupo de 50 crianças, esta educadora fez funcionar uma escola ao ar livre, procurando adotar ideais montessorianos²¹³, num empreendimento que a partir da experiência desta no Colégio Jacobina, serviu de base para a criação da Escola Regional de Meriti²¹⁴. Armanda acompanhava seu irmão, Álvaro Alberto da Motta e Silva, no período em que este servia à Marinha em Angra dos Reis, começando “a viver o magistério como um meio de afirmação pessoal e social, resultante da necessidade de atura no mundo, provocar,

²¹⁰ Idem, 2006:395.

²¹¹ SÁ, 1998:27.

²¹² Os aspectos do repertório intelectual de Armanda e da construção da Escola Regional de Meriti serão aprofundados nas partes segunda e terceira, respectivamente.

²¹³ Sobre Maria Montessori ver a segunda parte desta dissertação.

²¹⁴ O que para a análise NAGLE seria uma “iniciativa acidental”, pois sua teoria pressupunha que no Brasil o movimento da Escola Nova tinha surgido de iniciativas de caráter público, para MIGNOT foi um dos pontos de partida de uma compreensão da trajetória de Armanda e seu “legado pioneiro”. NAGLE, 1976:361, nota 2, cap. III,4.; MIGNOT, 2002:32;139.

mudanças, conferir sentido à própria existência”²¹⁵. Segundo Armanda, na experiência de Angra dos Reis,

(...) lidava com crianças e adolescentes que não sabiam sequer dar nomes às coisas, salvo dos frutos verdes e maduros, que ignoravam sua condição de brasileiros, que dos engenhos da civilização moderna, apenas conheciam os vapores costeiros e os navios de guerra de vez em quando ancorados na baía²¹⁶.

Aquelas crianças pobres da região, filhos de pescadores, com idades entre 3 e 16 anos, não tinham qualquer idéia de nação, civilização ou ciência e chegavam em canoas ou caminhando, ficando o dia inteiro sob os cuidados de Armanda. Esta funcionava com mobiliário bem tosco, à sombra de bambus, com as crianças sentadas em esteiras. A proposta de Maria Montessori tinha base na liberdade de manipulação senso-motora das crianças, na sua experiência e nos seus interesses nas atividades, o que para Armanda foi traduzido pela utilização de “conchas, pedrinhas, folhas, frutos [e] retalhos de fazendas diversas na fabricação de material pedagógico”. As atividades diárias se dividiam pela manhã em banhos de mar, asseio da cabeça, cuidados com ferimentos, aplicação de remédios – revelando a preocupação com higiene própria de Montessori –, enquanto à tarde, modelagem de barro e desenho²¹⁷.

Nesta atividade, Armanda tinha apoio de sua mãe, fornecendo materiais de higiene e vestuário, de seu irmão, responsável pelos livros e uns poucos materiais (papel, lápis, lápis de cor, etc.), de Francisco Venâncio Filho, que enviava do Rio remédios obtidos na saúde pública e de Ernesto de Otero, que doava vestuário para as crianças. Seu irmão permaneceu pouco tempo em Angra dos Reis²¹⁸, fazendo com que o trabalho de Armanda fosse interrompido, todavia Armanda tinha encontrado uma compreensão do papel da escola e da mulher na tarefa de “civilizar e assistir as crianças do povo”²¹⁹.

²¹⁵ Idem, 2002:140.

²¹⁶ ALBERTO, 1968:35. Apud MIGNOT, 2002:148.

²¹⁷ Idem, 2002:149-151.

²¹⁸ Uma hipótese para a transferência de Álvaro Alberto da Motta e Silva para Angra dos Reis, por um curto espaço de tempo, pode ser a própria epidemia de gripe espanhola de 1918.

²¹⁹ Idem, 2002:151. Esta compreensão seria fruto do novo papel da mulher nas associações de assistência social e da elite na educação do povo brasileiro em vista da salvação nacional, perspectiva cada vez mais disseminada na década de 1910-1920.

Ao voltar ao Rio em 1920, Armanda encontra um ambiente um pouco mais propício à participação das mulheres na vida cotidiana e nos círculos sociais ou políticos. O debate do feminismo e da posição da mulher na sociedade aumentava os espaços de sociabilidade da mulher nos teatros, salões, jornais, revistas e associações. Na década de 1920, mulheres como Maria Lacerda de Moura, Bertha Lutz, Cecília Meireles, Julia Lopes de Almeida, entre outras lideravam o avanço feminino, escrevendo artigos em jornais, livros e participando ativamente dos destinos da nação. A criação de associações femininas era cada vez mais estimulada.

Entre elas, Armanda Álvaro Alberto, ingressa num grupo que cria a Associação Cristã Feminina (ACF), em 1920, como uma dissidência da Sociedade Cristã de Moças, formada por mulheres da Igreja Fluminense Protestante. O principal ponto discordante seria a marca notadamente religiosa da entidade, que segundo as dissidentes limitava o alcance da obra social. No ano anterior, tinham chegado ao Rio de Janeiro as missionárias da Comissão Mundial de Londres, representantes da primeira Associação Cristã Feminina, fundada em 1855, para colaborar com o desenvolvimento de dons de “todas as mulheres que tenham o desejo de tornarem-se úteis à sociedade e a si próprias”. Estas missionárias contribuíram para um convívio coletivo, entre as 805 sócias fundadoras, dos mais diferentes credos, não havendo necessariamente um cunho evangelizador na ACF²²⁰.

Contudo, alguns modelos de mulher e de vida baseados no protestantismo eram valorizados por esta organização, valores que se aproximavam dos padrões das classes médias urbanas inglesas e americanas. A igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges, o padrão de moralidade e condenação ao adultério, o cumprimento de deveres sociais – com atividades ligadas à educação, aos cuidados higiênicos e à assistência social – e a responsabilidade da mulher pela ascensão cultural do casal e da família eram alguns princípios que aportavam na Capital, junto com as missionárias protestantes. Este tipo de ética protestante já estava arraigado em algumas iniciativas do reverendo metodista Tucker, um dos fundadores da Liga Brasileira contra o Analfabetismo e do Instituto Central do Povo, criado em 1906 na zona portuária, para atividades ligadas à educação, saúde, higiene, trabalho, lazer e pregação religiosa para os pobres²²¹.

²²⁰ Idem, 2002:153-154.

²²¹ Segundo CAMPANTE, Reverendo Tucker simbolizava uma tendência minoritária do protestantismo, defendendo o envolvimento dos cristãos nas lutas sociais e uma evangelização das classes pobres. Este

Em 1921, com a repressão ao movimento operário e o fechamento do Club Militar, a Liga Brasileira contra o Analfabetismo passaria a funcionar no prédio da Associação Cristã Feminina, possibilitando uma maior influência de Tucker nas atividades da ACF. Assim, as atividades se voltariam principalmente para a preocupação com os pobres e com as questões sociais latentes no país. No jornal da ACF – o Triangulo Azul – foram divulgados artigos de combate ao analfabetismo e exortando as mulheres a participarem da cruzada cívica pela educação para a salvação do país. Neste contexto, surge a proposta da Escola de Meriti e Armanda Álvaro Alberto se torna um modelo para as mulheres, se unindo em importância àquelas mulheres que tanto admirava.

Armanda foi até a baixada para uma visita a fábrica de explosivos Rupturina, de propriedade de seu irmão e de Francisco Venâncio, na Vila de Meriti, no município de Iguassú, em 1920. Vendo a precariedade da região e informada pelos valores até aqui explicitados e por ideais educacionais europeus, segundo seus biógrafos sensibiliza-se com a precariedade daquela população. No ano de 1921 fundou, juntamente com Edgar Sussekind de Mendonça – com quem tinha um *flirt* – e Francisco Venâncio Filho – amigo de Armanda e Edgar –, a Escola Proletária de Meriti, com o objetivo de ser uma escola regional²²². A Escola tinha em Armanda, sua diretora, uma grande incentivadora de ideais educacionais, sanitários e científicos. A escola funcionaria num barracão doado por Bernardino Jorge, médico local, e seria mantida pela firma F. Venâncio & Cia. (Explosivos Rupturina) e por um grupo de amigos de Armanda²²³.

Neste momento, Armanda, Álvaro Alberto, Edgar Sussekind e Francisco Venâncio tinham um grande círculo de amizades, seja no movimento feminista, nas organizações médicas, entre os euclidianistas, nos movimentos protestantes, no Colégio Jacobina ou nas associações e ligas de salvação nacional. Somente no primeiro ano já tinham o apoio de Roquette-Pinto, Pacheco Leão, Elisabeth Otero, Lucy Hertz, Maria

caminho contrastava com as demais escolas metodistas, voltadas para as classes médias e altas dos setores progressistas da Capital Federal. CAMPANTE, 1985.

²²² Na década de 1920, enquanto Armanda e seus companheiros construía a Escola de Meriti no sertão com conceitos das escolas novas, nos grandes centros Sampaio Dória (SP, 1920-21), Antonio Carneiro Leão (RJ, 1922-26 e PE, 1928-29), Anísio Teixeira (BA, 1925) e Fernando de Azevedo (SP, 1927-31) faziam suas reformas da instrução pública com inspiração escolanovista. NUNES, 1996:183-185; NAGLE, 1976:189-201. Os diretores da Escola de Meriti tomariam parte em algumas destas reformas e em 1929 em apoio à uma campanha civilista empreendida por Vicente Licínio Cardoso e Fernando de Azevedo, não apoiada pela direção da ABE, renunciariam ao conselho diretor da instituição defendendo uma aliança construída durante a reforma paulista, da qual participaram com Cardoso e Azevedo. CARVALHO, 1998:66-70;110-111.

²²³ PERES, s.d.:1

dos Reis Santos, e muitas outras personalidades engajadas nas lutas políticas e sociais do país²²⁴. No segundo ano de funcionamento foi montada a Caixa Escolar Dr. Álvaro Alberto, para custear as despesas da Escola, contando com a adesão de dezenas de sócios ao longo dos anos²²⁵.

A relação entre a Armanda, Penna e outros médicos e intelectuais da capital foi importante tanto para a formação da escola pelos apoios que recebeu, quanto para a divulgação de idéias de saúde e educação sanitária pela região da baixada, principalmente em Iguassú. Neste sentido, a Escola de Meriti pode ser considerada um importante pólo de divulgação dos ideais higiênicos, no qual os médicos envolvidos no saneamento rural puderam encontrar espaço para divulgar suas idéias junto às professoras, às crianças, aos pais e mães e mesmo à população em geral.

A Escola Proletária de Meriti era um empreendimento totalmente condizente com a perspectiva de salvação do país através da incorporação do sertão, do povo pobre do interior e como tal tinha todo apoio dos membros dos movimentos intelectuais que germinaram nesta época²²⁶. Com este empreendimento educacional, Armanda fortaleceu sua identidade como educadora, sua própria imagem passou a ser vinculada à imagem da Escola. A professora passou a ser cada vez mais um modelo para as mulheres de sua época e mesmo para os movimentos de construção nacional, além de ter cada vez mais acesso a publicações na imprensa.

Ainda em 1923, Armanda assumiu a vice-presidência da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, mostrando a força que seu nome tinha no âmbito das elites intelectuais. Não obstante, a Escola de Meriti, mudaria de nome em 1924, de “Proletária” para “Regional”, o que faz Ana Mignot ao analisar a trajetória de Armanda perguntar, sem resposta, a relação entre esta mudança e a situação política turbulenta e repressiva aos movimentos e organizações operárias, própria do governo Bernardes como vimos anteriormente²²⁷. Na criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, Armanda ficou responsável pela seção de Cooperação da Família. E, em 1925, como

²²⁴ ALBERTO, 1921:1-2.

²²⁵ ALBERTO, 1922:1.

²²⁶ As características, objetivos e atividades da Escola Regional de Meriti serão alvos das análises empreendidas na parte III.

²²⁷ Não obstante, como lembra a própria MIGNOT, já existia a proposta, desde a criação da escola, de a escola tornar-se uma “acabada “escola regional”, aperfeiçoada pelo seu próprio meio”, sendo capaz de “reagir eficazmente sobre ele”. ALBERTO, 1921.

secretária da biblioteca da ACF, publicou *Biblioteca para Moças*, com uma lista de livros dos autores consagrados da literatura nacional²²⁸.

A Associação Brasileira de Educação foi fundada, em Outubro de 1924, por iniciativa de Heitor Lyra da Silva²²⁹, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com a assinatura de mais de uma dezena de intelectuais²³⁰. Estes atribuíam-se objetivos pedagógicos de “promover no Brasil a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas que tendam, direta ou indiretamente, a esse objetivo”. Para os idealizadores da proposta, a importância de uma reforma educacional, sem menosprezar outros problemas do país, era fundamental para a construção política do Brasil, pois a educação da população era fator e não resultado das reformas políticas. Segundo Francisco Venâncio Filho²³¹, a mudança do projeto inicial de um partido político para uma associação seria uma “modificação instrumental, mas não de finalidade”²³².

Contudo, como analisa Carvalho, na imagem que a ABE construiu para si com o passar do tempo, o projeto político inicial foi omitido em favor de uma idéia de cunho meramente pedagógica. Primeiramente como recurso para escapar da repressão política do governo de Artur Bernardes, entre 1924-1925, que já havia prendido três associados de primeira hora, Everardo Backeuser, Mário de Brito e Ferdinando Labouriau. Depois

²²⁸ MIGNOT, 2002:142;157.

²²⁹ Heitor Lyra da Silva nasceu em 1887, no Rio de Janeiro, e iniciou sua educação no seio da própria família. Em 1890 ingressou no Ginásio Nacional, em 1896 tornou-se bacharel em Ciências e Letras e, em seguida, formou-se na Escola Politécnica em Engenharia Civil no ano de 1911. No magistério lecionou no Colégio Jacobina(1907-26), no curso de Arquitetura da Escola de Belas-Artes(a partir de 1912) e em outras instituições, procurando divulgar os métodos das escolas novas européias no Brasil. Colaborou e atuou na construção da Escola Regional de Meriti, sendo um dos seus principais entusiastas, impedindo inclusive que seus diretores abandonassem o projeto nos primeiros anos. LEAL, 2002:435-440; MIGNOT, 2002.

²³⁰ No que se refere à criação da ABE, segundo os estudos de Marta Carvalho, Heitor Lyra da Silva promoveu uma reunião no Hotel Glória, em março de 1924, com a presença de Lysimacho da Costa, Everaldo Backeuser, Edgar Sussekind de Mendonça e Francisco Venâncio Filho para discutir a viabilidade de uma Federação de Associações de Ensino. Contudo, a decisão tirada da reunião foi a criação de um partido político, a Ação Nacional, e não da Federação. Estes redigiram um documento partidário, prevendo a adesão de 500 signatários, no qual vinculavam propósitos educacionais reformistas a um programa de reordenação político-jurídica do país. Quando estourou uma revolução em São Paulo, que parecia vitoriosa em 5 de julho, um dos signatários foi encontrar os paulistas revolucionários para conseguir-lhes a adesão e o apoio. Com a queda da revolução e a repressão intensa que se seguiu nos meses subsequentes, a Ação Nacional no Rio de Janeiro também caiu. Numa segunda reunião com as mesmas pessoas, excetuando-se Lysimacho da Costa, no restaurante Sul América em agosto de 1924, foram lançadas as bases da ABE, sob o malogro da Ação Nacional. CARVALHO, 1998:53-55.

²³¹ A base do relato de Marta Carvalho está expressa no discurso de Francisco Venâncio Filho – diretor da ERM – em homenagem a Heitor Lyra da Silva, considerado por esta autora o mais detalhado e menos suspeito dos relatos, por tratar-se de um personagem que não integrava nenhuma das duas correntes que, entre 1927-1928, procuraram construir um passado que justificasse diretrizes para a instituição Idem, 1998:101, nota 2.

²³² Idem, 1998:54-56.

como forma de abafar os desentendimentos sobre a criação do Partido Democrático do Distrito Federal – que reativaria a dimensão política do projeto –, do qual quase metade do Conselho Diretor da ABE, abalando a unidade da associação em virtude da discussão política²³³.

Por fim, de acordo com Carvalho, com a morte de Heitor Lyra em 1926 e de Ferdinando Labouriau em 1928 – dois dos principais personagens da associação que propunham uma atividade efetivamente política para a instituição –, consolida-se a posição de Fernando Magalhães, que pretendia ver a ABE como uma organização apolítica. Em 1926, a ABE já contava com cerca de 400 sócios dos mais diversos grupos sociais e profissionais interessados em levantar a bandeira da educação²³⁴. Fernando Magalhães, no seu discurso após a morte de Heitor Lyra, em dezembro de 1926, ignora a veia política dos fundadores da ABE afirmando:

Não há ainda 2 anos, quatro sonhadores resolveram enfrentar a solução dos graves problemas do país em crise, pela educação nacional. Guiava-os uma vontade firme e serena, por isso, em pouco tempo, os quatro eram quatrocentos companheiros de uma empresa cheia de imprevistos e de alegrias, tal a terra longínqua que em mar desenvolto, vem surgindo silenciosa a asseguradora, contornada e extensa, pitoresca e agasalhosa ao olhar ansioso do viajante de longos e angustiosos dias. Esse milagre de proselitismo, descontadas a decadência da época e a fadiga dos homens, recorda a epopéia franciscana, nascida da jogralidade de três mendigos e culminada na glória de todos os bem-aventurados.

A idéia de se fundar a Associação Brasileira de Educação, com um programa que é um apostolado, só podia brotar de uma alma cheia de esplendores. E porque a tenacidade sagrada de Heitor Lyra da Silva comandou o movimento de ressurreição cívica, cresceram os entusiasmos, e seguindo bonançosamente, entre boas idéias e melhores esforços, a iniciativa venceu os limites de um desejo íntimo para tornar-se a energia de uma coletividade prestante. (...) Nós, Associação Brasileira de Educação, somos a criação de um criador predestinado, pelo seu feitio fomos plasmados, corre-nos pela estrutura a seiva de seu exemplo, enrija-nos a vontade a força de seus propósitos, vence-nos o desânimo a robustez de sua crença²³⁵.

²³³ Idem, 1998:56-57.

²³⁴ Idem, 1998:58-59.

²³⁵ Apud Idem, 1998:104-105, nota 15.

Heitor Lyra da Silva, considerado um grande educador já nesta época, era quem vinha dando as cartas na organização, colocando prioridades e organizando as seções. E sua morte poderia inviabilizar a instituição, em um momento de pluralização das possibilidades políticas marcado pelo início do governo de Washington Luís. Deste modo, pareceu apropriado, para a parte da associação que não gostaria de uma organização plural e disputada, a construção da imagem de uma associação apolítica, com um legado baseado puramente numa identidade pedagógica de Heitor Lyra²³⁶.

Os diretores da Escola Regional de Meriti estiveram envolvidos diretamente no debate dos anos 1926-1929, se posicionando no objetivo de construir uma entidade capaz de abrigar diferentes tendências em favor da educação e da causa cívica de combate à indiferença das elites, como ressaltou Mignot²³⁷. Com o acirramento das disputas, na reunião do Conselho Diretor em 16 de abril de 1928, Edgar Sussekind propõe que se “firmasse de uma vez para sempre não aderir a ABE a nenhuma manifestação que pudesse ser taxada de política”²³⁸. Francisco Venâncio Filho, por sua vez, afirmava explicitamente não se aliar a nenhuma das duas correntes que reconhecia existirem no Conselho²³⁹. Enquanto Armanda Alberto, via na imagem de Heitor Lyra “um espírito de rara lucidez e um dom especial de congregar personalidades vindas das mais diversas correntes de opinião”²⁴⁰.

Apesar das disputas, foi a partir de 1927, principalmente com a Primeira Conferência Nacional de Educação (I CNE), que a campanha educacional conquista maior publicidade. A associação – que até então resumia suas atividades a organização interna, estabelecimento de contatos, delineamento de diretrizes de ação e alguns ensaios de intervenção cultural no Rio de Janeiro – conquistou o debate na sociedade e conheceu dias de prestígio²⁴¹. Em abril de 1927, o médico Miguel Couto receberia o

²³⁶ Contudo, a polarização continua entre os partidários de Ferdinando Labouriau e de Fernando Magalhães até a morte do primeiro e de seu grupo em um desastre, em dezembro de 1928. Nos anos seguintes, a posição que visava uma ABE apolítica seria majoritária. Idem, 1998:56-65.

²³⁷ MIGNOT, 2002:225.

²³⁸ Apud Idem, 1998:116.

²³⁹ Idem, 1998:111.

²⁴⁰ ALBERTO, 1978e:123.

²⁴¹ Não obstante, para Carvalho, a I CNE (1927) foi restrita à participação de delegações estaduais e ao círculo educacional paranaense, ficando as teses restritas à expressão da posição de seus defensores. Para a autora, a II CNE (1928) foi a mais importante da década de 1920, ao representar os grupos ou tendências do movimento. Na III CNE (1929), Carvalho vê um momentâneo esvaziamento do movimento, fruto de dissensões no mesmo. CARVALHO, 1998:64. Contudo, não podemos esquecer que os mais diversos intelectuais do país – educadores, médicos, engenheiros, advogados, etc. – enviaram

título de presidente honorário da Associação, na solenidade onde proferiu a conferência intitulada “No Brasil só há um problema nacional: a Educação do Povo”. A conferência de Miguel Couto, segundo Carvalho, ressoou nos círculos intelectuais e na imprensa como emblema do programa da ABE, ampliando o quadro social da instituição com a imagem do apelo cívico pela “causa educacional”²⁴².

Para a trajetória da Escola Regional de Meriti e de Armanda Alberto, a I CNE foi um divisor de águas. Nesta oportunidade, pela primeira vez numa audiência nacional, a Escola Regional de Meriti mostrou a sua experiência de escola ativa. Armanda enviou à conferência sua tese intitulada *A Escola Regional de Meriti – Uma Tentativa de Escola Moderna*, além de outra, não oficial, denominada *Um Exemplo de Escola Ativa*²⁴³. Sua tese foi pronunciada por Belisário Penna e divulgava um resumo das atividades da Escola nos sete anos de sua existência.

Na conclusão deste discurso, a autora reforçava a utilização dos métodos das escolas ativas, colocando como um obstáculo a falta de professores aptos para aplicar aquela pedagogia. Expunha a sua concepção de escola primária regional e brasileira, que deveria adaptar-se ao meio para agir eficazmente sobre ele. Revelava a percepção de que no meio rural a escola seria o único centro de vida intelectual, devendo portanto sentir as necessidades e tomar iniciativas para o progresso da região. Divulgava a sua compreensão sob a qual a cooperação da família na obra da escola é indispensável. E finalizava, afirmando que sem a iniciativa particular o Brasil não resolveria tão cedo o problema da educação do povo, colocando a “máxima aspiração” da Escola Regional de Meriti em “ser reproduzida por todo o País”, pelos fazendeiros, industriais, capitalistas, poderes públicos, centros de educação²⁴⁴.

O trabalho de Armanda teve repercussão em outros discursos no encontro e voto especial de aplauso da I CNE. Antonio de Albuquerque, em sua tese *Considerações preliminares à uniformização do ensino primário no Brasil*²⁴⁵, afirmou existirem dois grupos de escolas que deveriam ser levadas em conta, as “escolas ricas” – “mantidas pelos municípios ricos dos grandes centros ou por particulares, podendo pagar bons professores” – e as “escolas pobres” – “mantidas por particulares, subvencionadas ou

e/ou participaram da I CNE, sendo esta representativa do movimento educacional que se expandia naquele ano e foi empreendido no Brasil nas décadas de 1920-30.

²⁴² CARVALHO, 1998:59. Esta frase é tão marcante na memória da instituição que hoje está impressa no cabeçalho do site da ABE. www.abe1924.org.br

²⁴³ ALBERTO, 1997:446-451; ABE, 1997:98.

²⁴⁴ ALBERTO, 1997:451.

²⁴⁵ ALBUQUERQUE, 1997:586-590.

não, contando com poucos recursos e tendo como professores a pessoa mais instruída do local”. Segundo este conferencista,

Pertencendo a esse segundo grupo, sem nenhuma subvenção por parte dos poderes públicos, temos um exemplo a imitar na Escola Regional de Meriti, organizada pela senhorita Armanda Álvaro Alberto.

Para esse tipo de escolas é que se devem voltar também os esforços e trabalhos dos nossos dirigentes e dos verdadeiros patriotas.

Uma comissão de estudiosos de todos os estados deveria reunir-se em congresso ou conferência para discutir as bases de sua uniformização em suas idéias gerais (...) ²⁴⁶

Sobre a perspectiva de Albuquerque, deve-se observar que a sua proposta vai de encontro a alguns princípios da Escola de Meriti, além de existir uma falha de interpretação do autor sobre o que seria a instituição de Armanda. Os educadores que criaram a Escola Regional de Meriti não propunham a uniformização do ensino primário. Estes caracterizavam a sua instituição como um “exemplo de possibilidade” de aplicação dos métodos das escolas ativas, adaptadas ao meio e agindo sobre ele, como analisarei na terceira parte desta dissertação. Para além disso, não se pode dizer que a ERM fosse uma “escola pobre”, com poucos recursos e tendo a pessoa mais instruída do local como professor. A Escola de Meriti era um empreendimento de intelectuais capacitados nos métodos mais recentes e com grande capacidade de conseguir apoios externos ²⁴⁷. Mas a citação de Albuquerque, ainda assim, é representativa do alcance e reconhecimento que o empreendimento de Armanda começava a ter.

A tese de Armanda foi divulgada pelos círculos intelectuais e, mais tarde, amplamente conhecida. Em 1930, Manuel B. Lourenço Filho ²⁴⁸, ao publicar *Introdução*

²⁴⁶ ALBUQUERQUE, 1997:590.

²⁴⁷ Mesmo que tivessem dificuldades de conseguir professores aptos nos métodos que conheciam e procuravam aplicar, como destacou Armanda em vários de seus relatórios.

²⁴⁸ Manuel Bergstrom Lourenço Filho nasceu em 1897, na Vila de Porto Ferreira/São Paulo, filho de pai Português e mãe Sueca. Em 1906 viajou para Portugal e, em 1912, ingressou na Escola Normal Primária de Pirassununga. Em 1914 tornou-se normalista e lecionou no grupo escolar local até que, em 1916, mudou-se para São Paulo. Na Escola Normal da Praça da República (SP) foi aluno do educador Sampaio Dória – que mais tarde seria um conhecido reformador educacional – e recebendo o diploma em 1917, passou a lecionar em Escolas Normais, principalmente na área da psicologia da educação. Através de seus inúmeros trabalhos divulgou os conceitos das escolas novas e ativas no Brasil. Através da citação em seu

ao *Estudo da Escola Nova*, incluiu um breve texto baseado na tese sobre a ERM, no qual incluía na íntegra as conclusões da tese de Armanda. Na primeira obra de fôlego sobre a Escola Nova no Brasil, Lourenço Filho propagou a escola para todo o Brasil, como um “notável ensaio brasileiro de educação renovada”, que se utilizava de princípios montessorianos²⁴⁹.

A partir desta publicação, diversos setores sociais passaram a visitar a Escola Regional e requisitar a presença de Armanda para palestras sobre a educação no interior do Brasil. Ana Mignot demonstrou a existência de excursões de professoras que chegavam de trem da Capital e mesmo de outros estados, para pequenos estágios²⁵⁰. A Sociedade Nacional de Agricultura também se interessaria pelo trabalho de Armanda. A instituição discutiu, em Outubro de 1931, a obra de Armanda Álvaro Alberto e a convidou para uma conferência sobre a Escola Regional de Meriti. Em Outubro de 1932, convidaria a educadora para uma palestra sobre o ensino da agricultura nas escolas primárias e designaria uma comissão para visitar a Escola, levando autoridades públicas. A comissão visitou a escola em 12 de Novembro daquele ano e no mesmo dia Alberto Sampaio, naturalista do Museu Nacional, faria o relato da visita²⁵¹.

Na construção da ABE e no encaminhamento das seções que repartiam a associação atuaram diversos intelectuais, membros de academias científicas e de outros movimentos interessados em aspectos do debate educacional. Não obstante, um dos grandes diferenciais das lideranças do movimento criador da ABE era uma afinação com conceitos advindos das concepções européias das escolas novas e do ativismo, relida de acordo com os problemas nacionais, diferentemente de movimentos anteriores

livro, a Escola Regional de Meriti atingiu audiência nacional. GANDINI e RISCAL, 2002:746-754; MIGNOT, 2002.

²⁴⁹ Ao longo das edições o texto original foi modificado ligeiramente. No Livro-Documentário se encontra o texto da primeira edição. LOURENÇO FILHO, 1968:91-94.

²⁵⁰ MIGNOT, 2002:191. Estas excursões começaram com a propaganda da Escola na Capital, aumentaram com a I CNE e depois ainda mais com a referência de Lourenço Filho.

²⁵¹ Cartas da Sociedade Nacional de Agricultura à Armanda Álvaro Alberto. 31/Out/1931; 27/Out/1932; 29/Out/1932. As considerações de Alberto Sampaio serão analisadas nos capítulos posteriores. SAMPAIO, 1968. A Sociedade de Amigos de Alberto Torres (SAAT), em 23 de Fevereiro de 1933, enviaria carta a Armanda afirmando que imprimiria a sua conferência sobre *Uma Experiência de Escola Regional*, pronunciada na V CNE (1932), e acrescentaria no programa do curso para professoras regionais, que a Sociedade daria em Abril de 1933. A SAAT solicitava a Armanda o programa da matéria dada pela educadora neste curso, além de outras sugestões que julgasse necessárias.

que tinham na educação muito mais uma bandeira idealizada do que uma concepção teórico-metodológica e pedagógica²⁵².

A criação da Associação Brasileira de Educação, em meados da década de 1920, fez com que os diversos membros dos movimentos salvacionistas e das academias científicas criadas ao longo da década de 1910 fossem congregados na proposta de uma associação de cunho educacional, pois a questão da instrução se mostrava como fundamental para suas bandeiras. A organização em seções, pulverizando a atuação da associação sob diversos comandos, e a organização de departamentos regionais possibilitou ainda mais a grande extensão de temáticas e a adesão de diversos grupos sociais na instituição²⁵³.

Belisário Penna teve importante atuação na ABE, sendo ele o chefe da Seção de Higiene e Educação Física no período da I CNE. Foi dele a primeira tese da conferência, intitulada *Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar*, e mais outras duas²⁵⁴. Além de constituir a mesa preparatória, ser membro da terceira comissão de Teses Gerais, presidente da Comissão de Teses sobre Educação Higiênica e citação para vários conferencistas. Na suas conferências ressaltou a educação higiênica escolar como forma de realizar o que ele considerava a “tripla finalidade biológica do homem”, “entreter, defender e melhorar, incessantemente, a própria vida, (...) a vida da família e da sociedade (...) a vida da espécie”²⁵⁵. Mais tarde, em Setembro de 1931, a ABE faria uma moção ao presidente pedindo a efetivação de Penna no cargo de Ministro da Educação²⁵⁶. Sendo efetivado, chamou Armanda para participar de um intercâmbio cultural internacional, visitando Montevidéu em 1931, para estudar a organização do ensino primário²⁵⁷.

²⁵² Esta diferença fundamental fez com que Nagle organizasse analiticamente o movimento pela educação entre o ‘entusiasmo pela educação’ dos primeiros tempos – marcado pela ideologia política – e o ‘otimismo pedagógico’ – fundamentalmente técnico-pedagógico. NAGLE, 1976.

²⁵³ CARVALHO, 1998:60-65.

²⁵⁴ *Política Agrossanitária, Colonizadora e Educadora* (Tese 101) e *Qual o melhor processo para a Educação da Memória?* (Tese 102), além da apresentação da tese não-oficial *Educação Sanitária*. PENNA, 1997: 1997: 622-642. ABE, 1997:98.

²⁵⁵ PENNA, 1997:28-32.

²⁵⁶ Armanda Alberto, Edgar Sussekind, Venâncio Filho, Paschoal Lemme, Laura Jacobina Lacombe e diversos outros membros importantes da instituição assinaram a proposição. Esta moção estava baseada entre outros motivos no fato de que Penna seria capaz de “organizar a grande conferência de educação que está se preparando para Dezembro” e geraria manifesto contrário de Cecília Meirelles na Página de Educação do *Diário de Notícias* (16/Set/1931). MIGNOT, 2001:159.

²⁵⁷ MIGNOT, 2002:93.

A seção de Cooperação da Família foi designada à responsabilidade de Armanda Alberto, pelo próprio Heitor Lyra em agosto de 1925²⁵⁸. Esta partição da ABE foi uma das mais ativas da organização, ao produzir ações práticas para o conhecimento da realidade das escolas, procurando formar pais e professores. Na sua seção reuniram-se as professoras das redes particular e pública de ensino, as militantes das associações femininas, do Colégio Jacobina, da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, da Associação Cristã Feminina, do Instituto Central do Povo, da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Segundo Mignot, a diversidade desta composição permitiu a incorporação de diferentes contribuições, a experimentação de novas idéias, a diluição de orientações de cunho religioso e político, pelo menos nos primeiros anos²⁵⁹.

Tomando a Escola Regional de Meriti como o seu laboratório, a educadora pensou a relação com a família a partir da sua prática pedagógica, levando sua experiência para a Cooperação da Família da ABE. Com seções quinzenais, debatia os estatutos, definia princípios, fazia inquéritos nas escolas, promoviam cursos para as mães e professoras, publicava folhetos educativos, buscava promover novos círculos de pais e professores, publicava literatura infantil, além de fomentar uma campanha pela criação de uma seção infantil na Biblioteca Nacional²⁶⁰. Armanda como chefe da seção não se restringia ao tema da “Cooperação da Família”, mas atuava sobre outros assuntos, como os divertimentos infantis e a educação sexual, com ou sem a colaboração das seções concernentes²⁶¹. O programa da Seção de Cooperação da Família seria largamente difundido na Escola Regional de Meriti, sendo a relação entre a seção e a Escola uma via de mão dupla. Se por um lado a experiência de Armanda tinha sua base formadora na Escola, por outro as professoras da seção algumas vezes cooperavam com as ações da Escola de Meriti, principalmente com o Círculo de Mães.

Apesar da posição de Armanda Alberto e Edgar Sussekind dos anos 1926-29 sobre a politização da ABE, no começo da década de 1930, assumiriam outra postura política, manifestando simpatia ao Partido Comunista. Em discussão na sessão do dia 5

²⁵⁸ ALBERTO, 1978e:123.

²⁵⁹ MIGNOT, 2002:204.

²⁶⁰ ABE, 1997:89-91 (Relatório da Seção de Cooperação da Família, por Armanda Álvaro Alberto) Idem, 2002:204-213.

²⁶¹ Especialmente, o tema da leitura, principalmente a leitura infantil, foi muito caro a Armanda, sob o qual publicou artigos e organizou coleções de livros para crianças e mulheres. Publicou também volumes com listas de livros como *Esboço Provisório de uma Biblioteca Infantil*, *Biblioteca para Crianças e Adolescentes* e *Biblioteca para Moças*, este último em 1925, com uma lista de livros dos autores consagrados da literatura nacional, no período em que atuou como secretária da biblioteca da Associação Cristã Feminina. Idem, 2002:167;208.

de Setembro de 1932, ocorreu uma grande discussão sobre a proposta de manifestação da ABE em favor da pacificação do país. Edgar, nesta reunião, declarou-se “‘profundamente comunista’ e convicto de que o arbitramento era solução utópica para uma questão que só a ‘paz comunista’ poderia resolver”. Armanda, por sua vez, declarou estar pronta a votar na proposta que defendesse principalmente o proletariado. Em 14 de Novembro de 1932, em outra sessão da ABE, Edgar seria advertido pela Associação por pronunciar uma conferência sobre o marxismo e a Escola Nova, gerando altercações de Edgar Sussekind com Anísio Teixeira que não chegaram a ser publicadas nas atas²⁶².

Não obstante, a interpretação de Mignot aponta para uma posição conciliatória por parte de Armanda Alberto, Edgar Sussekind e Francisco Venâncio Filho. Segundo a autora, esta postura “visava impedir que a ABE se colocasse ao lado dos partidos que defendiam os interesses da burguesia”²⁶³. Ao analisar a criação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) para além do campo educacional, Libânia Xavier afirmaria esta perspectiva, ao revelar que, mesmo com restrições ao papel centralizador do Estado no *Manifesto*, Edgar, Francisco e Armanda “assinaram o documento, provavelmente, por que priorizaram a causa genérica da renovação educacional”, mesmo que tivessem uma postura de valorização do empreendimento privado²⁶⁴, como veremos na terceira parte.

Armanda Álvaro Alberto, Edgar Sussekind de Mendonça, Francisco Venâncio Filho, Olavo Bilac, Belisário Penna, Roquette Pinto, Antonio Pacheco Leão e tantos outros intelectuais da Capital Federal estavam envolvidos, guardando suas especificidades, no mesmo projeto de modernização e salvação do país. Nos termos expressos por Ângela Alonso, eles comungaram de uma mesma *comunidade de experiência* e percorreram momentos de expansão e retração das *estruturas de oportunidades políticas* semelhantes.

Deste modo, imbuídos da bandeira da salvação do Brasil e no âmbito dos movimentos nacionalistas, Armanda e seus consócios puderam construir uma ação coletiva que, por sua existência e exemplo, era uma crítica ao descaso das autoridades públicas em matérias de saúde e educação. Se por um lado o projeto de incorporação dos sertões, de modernização e o nacionalismo militante formaram a Escola Regional de

²⁶² CARVALHO, 1998:114.

²⁶³ MIGNOT, 2002:228.

²⁶⁴ XAVIER, 2002:27.

Meriti, por outro a Escola devolvia a estes projetos argumentos e exemplos de possibilidades, formando-os.

Na próxima seção analisarei as políticas de saúde e saneamento na baixada durante a década de 1920, procurando verificar que serviços eram, ou deveriam ser, empreendidos na localidade pelo setor público.

I.5. SAÚDE E SANEAMENTO NA BAIXADA NA DÉCADA DE 1920

Com as mudanças de estrutura dos serviços públicos, provenientes de programas de integração do interior e da luta política dos setores intelectualizados da Capital, a baixada guanabarina no final da década de 1920 começou a ter, mesmo que não de forma eficiente, serviços públicos nas áreas de saúde e saneamento²⁶⁵.

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI) fundou em junho de 1918 o Serviço de Profilaxia Rural no Distrito Federal e Zonas Limítrofes do Estado do Rio, vinculado à Inspetoria de Profilaxia da Diretoria Geral de Saúde Pública e, pela instrução de 1919, este foi subordinado diretamente ao MJNI. A diretoria do serviço ficou a cargo de Belisário Penna. Este serviço foi organizado por acordo entre o governo federal e o governo do estado do Rio de Janeiro. Logo após, com a organização do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, estes serviços viriam a ser incrementados.

Simultaneamente, no Ministério da Viação e Obras Públicas, seria criada uma comissão de estudos e saneamento efêmera, em março de 1920 e, em 11 de março de 1921, o empreendimento de mais longa duração até então. Por concessão federal ao engenheiro Alencar Lima e ao Banco Português do Brasil, a “Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense” duraria até Fevereiro de 1931²⁶⁶. No final daquele mesmo ano, uma segunda comissão, desta vez de cunho fiscalizador, funcionaria sob o nome de “Fiscalização da Baixada Fluminense”, criada em dezembro de 1921, durando até março de 1932.

²⁶⁵ No estado do Rio de Janeiro, por acordo entre o estado e a Fundação Rockefeller, foram iniciados os serviços de saneamento e profilaxia rural em 1916, sendo o primeiro posto de tratamento e profilaxia da ancilostomíase em Rio Bonito (1917). A partir de 1917, as atividades da fundação ganhariam impulso no Distrito Federal, no Rio de Janeiro e em outros estados da federação. CASTRO SANTOS e FARIA, 2003: 69-71.

²⁶⁶ GOÉS, 1934:20; SOUZA, 2006:23-24

No mesmo tempo e espaço, atuavam dois órgãos públicos, responsáveis pelos serviços de saúde e saneamento na baixada, o primeiro na burocracia do MJNI e sob a liderança dos médicos, o segundo vinculado por concessão ao MVOP e a cargo dos engenheiros, com um órgão fiscalizador para verificar as suas atividades. Não existem, contudo, até o momento, evidências que mostrem como eram as relações entre estas duas entradas na baixada. Seriam estas concorrentes, auxiliares ou tinham espaços demarcados? Por enquanto, relatarei a construção dos dois serviços somente.

Serviço de Profilaxia Rural – Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Os primeiros 10 postos do Serviço de Profilaxia Rural foram criados de modo a atender toda a área rural do Distrito Federal, contando cerca de 1027 km² e 350000 habitantes. A instalação dos postos se deu nas localidades da Gávea, Jacarepaguá, Madureira, Pilares, Penha, Bangu, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e Ilha do Governador, fechando um primeiro cerco no entorno da capital federal. Nestes postos contavam-se dois médicos, inspetores sanitários da DGSP, um microscopista, médico ou acadêmico de Medicina, um escriturário, guardas sanitários em número variável e dois serventes, além de uma turma de trabalhadores para serviços de valas e sarjetas²⁶⁷.

Os serviços principais eram os ambulatoriais, no tratamento de verminóticos e impaludados, além de assistência geral aos pobres em outras doenças, de propaganda e educação higiênica - seja por impressos ou preleções -, de vacinação contra a varíola, de laboratório para pesquisa de vermes, para exame de sangue, de escarros, de urina, etc. Um pouco depois era iniciado o serviço de colheita de material para exame e tratamento a domicílio das pessoas infectadas²⁶⁸.

Neste primeiro momento, o serviço se restringiu ao que atualmente é considerado o município do Rio de Janeiro até que, por uma instrução do Ministro do Interior em Julho de 1919, o Serviço de Profilaxia Rural foi efetivamente desligado da DGSP e vinculado diretamente ao MJNI e consideravelmente ampliado. Assim, foram criados mais 2 postos na zona rural do Distrito Federal - Anchieta e Vila Proletária - e alguns na zona limítrofe do estado do Rio com o Distrito Federal. Foram eles: Meriti, São de João Meriti, Pavuna, Nova Iguassú, Itaguaí e Mendes, sendo que este último recebeu além de um posto, o Hospital Oswaldo Cruz para 40 leitos. Estes novos postos

²⁶⁷ PENNA, 1920h:1.

²⁶⁸ Idem, 1920h:1.

criavam um segundo anel em volta da capital federal, na área em que hoje a geografia socio-política chama de baixada fluminense²⁶⁹.

Procurando uma maior eficiência do serviço foram estabelecidos sub-postos em Queimados, Paracamby e José Bulhões (dependentes de Nova Iguaçu); em Jeronymo de Mesquita (dependente de Anchieta); na Raiz da Serra (dependente de Merity); na Ilha da Madeira, em Itacurussá e Mangaratiba (dependentes do de Itaguaçu). Os esforços acabaram aumentando o controle sanitário do Estado na região da baixada, sob um regime rígido e intensivo. Foram nomeados para dirigir os postos 13 médicos da Saúde Pública e 34 médicos auxiliares, iniciando-se um serviço intensivo de tratamento sistemático a domicílio, de cadastro das habitações e de recenseamento da população. No relatório de Julho de 1920 já contavam-se 13091 visitas a domicílio para estes fins.

Os postos do Serviço agora executavam – além da assistência ambulatorial mais geral, laboratorial, vacínica e propaganda – o trabalho de visitação a domicílio, de hidrografia sanitária de modo mais denso, como drenagem e aterramento de pântanos, limpeza, abertura de valas, limpeza e retificação de rios, e mesmo pequenas intervenções cirúrgicas de “úlceras tropicais”, cuidados empreendidos por toda a região²⁷⁰. Somando-se a isto, a construção de fossas e de poços higiênicos destinados à alimentação e à rega de plantações, o aterramento dos defeituosos ou imprestáveis e a destruição de plantas que pudessem ser focos de procriação de culicídeos²⁷¹.

Estes serviços, se por um lado cuidadoso do ponto de vista científico, por outro desagradava alguns grupos das áreas rurais do entorno da Capital, gerando inclusive protestos contra os procedimentos adotados no Conselho Municipal do Rio de Janeiro, num enfrentamento entre o conhecimento científico e a opinião dos leigos²⁷². Não

²⁶⁹ PENNA, 1920r:1-2.

²⁷⁰ Idem, 1920r:2-3.

²⁷¹ Idem, 1920r

²⁷² Em Fevereiro de 1920, a prefeitura do Rio solicitou a indicação de medidas de saneamento para o MJNI, que por sua vez incumbiu Belisário Penna, então diretor do Serviço de Saneamento Rural, da tarefa. Este, em 19 de Março de 1920, indicou a obrigatoriedade da “instalação sanitária para esgoto de dejetos nas habitações, uma dependência imediata e imprescindível” que deveria ser custeada pelos proprietários das habitações e sem a qual não seria dado o “habite-se” das casas pela prefeitura. Em Junho de 1920, o Conselho Municipal do Rio de Janeiro (CMRJ) entrou em embate com a proposta de Belisário Penna. Segundo lei aprovada no CMRJ, reunido em 5 de Junho de 1920, estava desobrigada a construção de fossas do modelo produzido por Belisário Penna nas áreas rurais em lugares sem água canalizada, pois esta imposição estava causando prejuízos, devido ao não escoamento dos detritos. Por conseguinte, em 14 de Junho de 1920, Penna enviaria correspondência ao Ministro afirmando ser o questionamento uma hostilidade direta e pessoal ao chefe do Serviço de Profilaxia Rural. De acordo com o médico, não existiria um “modelo Belisário Penna”, mas sim medidas sanitárias universais, aplicáveis nesse tipo de lugar em qualquer parte do mundo, citando o exemplo da baixada, onde os mesmos tipos de fossas eram construídos sem qualquer problema. Assim, Penna pede providências ao Ministro. Arquivo Nacional, Arranjo Boullier, Série Saúde IS1-113.

obstante, o serviço também conseguia apoios entre industriais, negociantes, fazendeiros e principalmente nas escolas locais. Nestas se verificava as condições de saúde dos alunos, se faziam tratamentos médicos, além de ser um espaço para preleções médicas e divulgação científica.

Em *O Clamor da Verdade* (1921), Belisário Penna dedicou um capítulo às obras de Saneamento da Baixada e a um elogio da atuação política do presidente do estado do Rio Raul Veiga (1918-1922)²⁷³. Segundo Penna, um dos grandes responsáveis pela mudança das condições sanitárias do Rio foi o presidente do Estado do Rio, com sua “brilhante plataforma (...) [que] ocupou-se com grande elevação do problema do saneamento, prometendo cuidar seriamente do assunto”²⁷⁴. Na epígrafe do capítulo *Saneamento da Baixada* do referido livro, consta o texto:

Com o saneamento surgirão dessa zona de destruição da vitalidade e da energia, a saúde, o vigor, a alegria e a prosperidade, com a cultura inteligente das terras e o ressurgimento econômico de uma região, que é uma jóia de valor inestimável²⁷⁵.

É isto o que, segundo Penna, aconteceu na baixada, com a grande cooperação de Raul Veiga. Para o médico, o plano de campanha de Veiga, um “notável documento”, não ficou somente nas “belas explanações e promessas, que se não cumprem”, mas foi executado com êxito, imortalizando o “jovem e preclaro presidente (...) como um dos maiores benfeitores dessa cruzada patriótica”. Os trabalhos de saneamento são empregados no texto como uma solução de problemas da pátria. A criação de postos sanitários e de um projeto, do presidente do Estado aprovado pela Assembléia Legislativa, sobre fossas e águas de alimentação, como uma execução que traria benefícios inestimáveis para a população e para a economia do estado²⁷⁶. Mostrou-se mais uma vez a relação entre as benfeitorias sanitárias e o progresso político-econômico da região, um grande argumento para as práticas médico-científicas no período. De acordo com Penna,

²⁷³ Raul Veiga, filho de proprietários rurais de São Francisco de Paula, foi presidente do estado de 1918 a 1922, com formação em engenharia civil e atuação na comissão de saneamento de Niterói (1921-25). Teve mandatos de deputado estadual (1907) e federal (1906,09) e fazia parte da base nilista. FERREIRA, 1994, cap. 3 e anexo). Com sua formação, investiu seu mandato na presidência do estado em acordos para obras de saneamento que agradaram aos médicos do movimento sanitário e principalmente ao dr. Penna que sempre elogiava o trabalho de Veiga durante seu governo.

²⁷⁴ PENNA, 1921c:156.

²⁷⁵ Idem, 1921c:156.

²⁷⁶ Idem, 1921c:156-157.

"É a política sanitária em ação, a única capaz de elevar o prestígio econômico a que tem direito de aspirar o Estado do Rio, pequeno de área, mas rico de terras magníficas, entre as quais primam pela fertilidade e facilidade de cultura pelos modernos processos científicos, as da extensa e famosa baixada, outrora o grande celeiro do Estado e da Capital Federal, hoje abandonada e quase inabitável, por encharcada e dominada pela malaria e pela opilação"²⁷⁷.

Esta política sanitária tão aguardada é aquela executada no governo de Raul Veiga e isto poderia elevar o Rio ao "prestígio econômico a que tem direito de aspirar", numa clara referência à política nacional e à posição do Rio neste jogo político. Este outro argumento motivador da adoção de medidas sanitárias no estado do Rio, outro ponto de convencimento dos políticos fluminenses para a execução de obras de saneamento.

No que tange especificamente a Meriti, Penna relatou ao Presidente do Estado do Rio Raul Veiga em Julho de 1920

Uma das localidades do E. do Rio, que pode servir de paradigma para as vantagens incalculáveis do saneamento é a de Meriti, na Estação do mesmo nome da Leopoldina Railway.

Com cerca de trezentas casas, e uma população pouco inferior a 2000 pessoas, não havia aí noção de estado hígido.

A opilação e o impaludismo castigavam aquela gente de modo inclemente, não havendo alguém que não fosse vítima das duas terríveis doenças.

Era famosa a localidade pela insalubridade, e quem queria fazer um estudo detalhado do impaludismo, sob todas as suas modalidades, ia ali buscar fartos elementos de observação e de estudo dessa doença.

Fundado ali um Posto Sanitário, a 19 de Agosto do ano passado [1919], sob a direção do dr. Renato Kehl, iniciou desde logo com intensidade trabalhos de hidrografia sanitária, para dessecamento dos terrenos baixos, escoamento das águas e destruição dos imensos e inúmeros focos de anofelinas, transmissoras do impaludismo -, cuidando igualmente e de modo sistemático do exame e tratamento de toda gente. (...) O resultado desse serviço não se fez esperar -

²⁷⁷ Idem, 1921c:157.

desapareceram quase as anofelinas, e com elas os casos novos de impaludismo.

Trabalhos acessórios continuam a ser realizados, como a derrubada de matas em torno das habitações e o aterro de terrenos baixos.

O exame e tratamento sistemático dos casos crônicos de impaludismo, dos portadores de gametos, veio completar a profilaxias da doença, e visivelmente a localidade renasce.

Já se pintam as casas, já se constroem jardins, já se cultivam os quintaes (...)

Exceto alguns casos rebeldes de impaludismo, toda essa gente está curada, e grande parte educada e preparada para não se reinfestar de novo.

Além do tratamento dessas doenças [verminoses e impaludismo], a população é assistida quanto às demais doenças²⁷⁸.

Considerando o entusiasmo de Belisário Penna, poderíamos ver na criação do Serviço de Profilaxia Rural a solução dos problemas sanitários e educacionais de Meriti. Contudo, se verificarmos os relatórios da Escola Regional de Meriti, desde o seu primeiro ano (1921), serão perceptíveis os problemas sanitários em Meriti, atingindo diretamente as atividades da escola, seja através das doenças das crianças, seja pela doença de seus pais – que os impediam de ir à escola. Sobre isto escreveu a diretora da escola, Armanda Álvaro Alberto

Entre os motivos que determinam a fraca assiduidade, as doenças preponderam, e entre todas, o paludismo. Em setembro demos inícios a essa estatística interessante. Se em outubro, por exemplo, não houve uma só falta por moléstia, em novembro 17 alunos faltaram às aulas por esse motivo, num período de 2 a 7 dias cada um. Desses alunos, _____ eram impaludados. Ao lado de paludismo, dos resfriamentos, etc. – a rudeza da vida pobre avulta a perturbar a frequência a Escola. Senão, veja-se. Nesse mesmo mês de novembro, 13 crianças do 1º. Grau atrasado deixaram de comparecer dias seguidos ou não, por ficarem “tomando conta da casa” na ausência das mães, por estarem

²⁷⁸ PENNA, 1920r:4-5.

“sujos os seus vestidos”, por “terem ido fazer lenha”, por terem as mães doente e serem precisas em casa (...) ²⁷⁹

Por esta preocupação com a frequência dos alunos de Armanda em 1921, ficam evidenciados os problemas sanitários de Meriti. Apesar do discurso de Belisário Penna, a situação em Meriti não é tão boa quanto este faz parecer em seus relatórios e livros. Outras várias questões relativas à saúde das crianças, ao ambiente meritiense e às doenças que frequentemente grassavam na região estão bem marcadas nos relatórios anuais da Escola de Meriti, evidenciando que a situação da baixada guanabarina, durante a década de 1920, tinha pouco do grande renascimento pela salubridade ao qual continuamente se referia Penna ²⁸⁰. Nos relatórios, Penna afirmou a presença do profissional médico como peça fundamental entre a população da baixada, por sua eficácia na resolução dos problemas sanitários e sociais desta população. Com isso, procurou conseguir apoio político e social para o movimento sanitarista. Não obstante, procurou também mascarar a existência física da doença, que continuava a impedir as crianças de ir à Escola e as mães de cuidarem da casa e de seus filhos ²⁸¹.

Ainda em 1922, a população de Meriti ficaria sem o seu Posto de Profilaxia Rural. Com isto, a situação da população tendia a piorar. No caso da Escola Regional de Meriti, o médico escolar passou a, além de cuidar das crianças, também tratar das doenças das famílias destas ²⁸². Não obstante, a população que não tinha um contato com a Escola ficou desguarnecida de um pronto atendimento. No relatório de 1926, na seção “Planos para 1927”, Armanda sonhava ainda com uma melhor condição de vida para a população de Meriti, animada por uma visita do Genserico de Souza Pinto, da Comissão Rockefeller. Neste momento, ainda procurava saber o “que é preciso fazer, ignorando o como fazer”, e valorizava a obra de Penna, afirmando que “Merity já foi há anos saneado pelo Belisário Penna, cuja obra foi posteriormente abandonada pelo Governo”. Penna tinha deixado o cargo em 1923. Armanda lutava ainda pela construção

²⁷⁹ ALBERTO, 1921:5. Há que se destacar o fato de que, em quase todos os textos dos relatórios anuais da Escola Regional de Meriti, Armanda Álvaro Alberto sempre coloca o Impaludismo como a doença que acomete a população de Meriti, mesmo que se saiba, por exemplo, que o surto de 1928-29 foi de Febre Amarela. Em 1922, Armanda relata uma epidemia de Sarampo e Coqueluche e, em alguns anos esta se refere ao adoecimento de crianças vítimas da tuberculose. ALBERTO, 1922:4.

²⁸⁰ PENNA, 1918:115-117; PENNA, 1918:122; PENNA, 1921p:21; PENNA, 1921c:156-159.

²⁸¹ A relação entre a Saúde e a Educação na Escola Regional de Meriti, e entre Belisário Penna e Armanda Álvaro Alberto será um dos pontos de destaque dos próximos dois capítulos.

²⁸² ALBERTO, 1922:3.

de uma ponte sobre o rio Merity, “medida de que muito depende o progresso local”, segundo a professora²⁸³.

Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense – Ministério da Viação e Obras Públicas

No Ministério da Viação e Obras Públicas, a análise do processo de construção de um serviço para sanear a baixada traz algumas evidências da mudança de objetivos para a região, demonstrando a inclusão desta num plano de construção da nação²⁸⁴.

Entre 1910 e 1916, o saneamento da baixada guanabarina estava sob a jurisdição da Comissão Federal de Saneamento e Desobstrução dos Rios que Deságuam na Baía de Guanabara e os trabalhos eram executados pela empresa alemã Gebrueder Goedhart A.G.²⁸⁵. Este serviço deixara de funcionar em 1916, pela escassez de verba e pelo final do contrato com a empresa²⁸⁶. Em Janeiro de 1918, a empreiteira propôs ao governo a venda do material, a preço de custo, contudo a cláusula XXIX do contrato previa a compra pelo governo com redução de 50% sobre os custos, caso o governo ficasse com a totalidade dos pertences, ou com 34%, no caso de ficar apenas com uma parte²⁸⁷.

A empresa julgando inaplicável a cláusula, pois os trabalhos não estavam concluídos e não se considerava responsáveis pela paralisação, ainda pedia indenizações, num valor total superior a 4.000:000\$000. O governo de Delfim Moreira, tendo entrado em guerra contra a Alemanha, determinou o seqüestro dos bens em poder da firma alemã²⁸⁸. Ao realizar o inventário e avaliação do material, o Ministro da Viação engenheiro Tobias L. de Martins Moscoso chegou a um laudo pericial com valor total de 1.229:768\$940, reduzindo 57% do valor apresentado pela empresa. Considerando infundados os motivos do seqüestro, a empresa propôs a cessão de todo

²⁸³ ALBERTO, 1926:10.

²⁸⁴ Este relato dos serviços de saneamento do MVOP está baseado no trabalho organizado pelo engenheiro Hildebrando de Araújo Góes, no qual este demonstra objetivos claros de mostrar como o saneamento da baixada estava muito mais entregue, na Primeira República, às discussões políticas, aos “planos que não se cumpriam” e às obras “tecnicamente falhas” do que a um planejamento e execução tecnicamente eficientes. A eficiência se mostra nos livros de Góes, nos planos executados pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, sob seu comando a partir de 1934. Contudo, quando foi publicado o primeiro relatório este estava há somente três meses no cargo. GÓES, 1934; GÓES, 1939.

²⁸⁵ Ver página 52 desta dissertação para mais informações.

²⁸⁶ Determinada por decreto n. 12.212, de 28 de junho de 1916. A esse tempo, já haviam sido gastos 17.000:000\$000 e a empresa tinha em seu poder materiais no valor de 2.143:000\$000. Idem, 1934:354.

²⁸⁷ Apud Idem, 1934:354-355.

²⁸⁸ Idem, 1934:364.

material ao Governo, sob as condições da cláusula XXIX²⁸⁹. A próxima cartada seria dada pela União em acordo com o Estado do Rio, em 26 de julho de 1919, com as seguintes cláusulas:

I. A União continuará, desde já, a execução das obras de saneamento da Baixada Fluminense, que concluirá no prazo de 7 anos, contados a partir do presente acordo retificando os rios e melhorando as terras, na área do Estado que se limita: pela beira-mar, segundo o contorno da baía do Rio de Janeiro; pela divisa do Distrito Federal, na bacia dos rios Meriti e Pavuna; e pela curva que, com a altitude constante de 30 metros, medida acima do nível do mar naquela baía, circunda os vales dos cursos d'água dela tributários.

II. À medida que forem sendo concluídas as obras do saneamento, o que deverá fazer-se, ordenada e sistematicamente, por bacias hidrográficas completas, o Governo Federal as entregará ao Estado para conservação indispensável, salvo se, na vigência do presente acordo, for verificada a conveniência de ficar essa conservação à autoridade da União. Em um ou outro caso, a despesa do respectivo custeio será feita por conta do produto da taxa de melhoria, de que faz menção a cláusula terceira.

III. O Governo do Estado lançará sobre as propriedades imóveis, compreendidas na área saneada, uma taxa de melhoria, que será, anualmente, de 2%, no mínimo, sobre os valores acrescidos, resultantes do benefício adquirido por aquelas propriedades²⁹⁰.

No final de 1919, o engenheiro Jerônimo Teixeira de Alencar Lima apresentou ao congresso um pedido de concessão para obras de saneamento na baixada. O projeto constava da abertura de um canal desde a Fazenda de Manguinhos até Raiz da Serra, margeado por uma estrada de rodagem à direita e por um dique de contenção que permitisse a irrigação da área ocidental com as águas acumuladas no canal. O requerente, para financiar as obras, propôs orçamento de 9.638:000\$000 pago pelo governo em títulos de 5% da dívida pública que seria amortizado com a partilha de 50%

²⁸⁹ Idem, 1934:354-355. Esta questão se arrastaria até 30 de Dezembro de 1920, com a transferência dos materiais em posse da firma Gebrueder Goedhart para a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, como será referido a seguir. Idem, 1934:364.

²⁹⁰ Apud Idem, 1934:355.

do que lhe coubesse dos impostos sobre a produção da região beneficiada, durante 20 anos²⁹¹. Ainda em seu requerimento, Alencar Lima objetivava

solucionar, num projeto, de modo mais racional, sob o ponto de vista técnico, do modo mais útil sob o ponto de vista econômico e do modo mais fácil de realização do ponto de vista financeiro, as três seguintes importantíssimas questões:

1º) – saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro, na parte ocidental da baía de Guanabara;

2º) – valorização de uma grande obra federal abandonada – a estrada União e Indústria – construindo uma rodovia entre a Capital e a Raiz da Serra, para reabri-la ao tráfego;

3º) – auxílio às populações flageladas do Nordeste, localizando, pelo menos, cem mil almas nessa região da baixada, depois de saneada²⁹².

Ao examinar a proposta, uma comissão do Congresso afirmou ser a concepção brilhante e digna de aplausos, apesar da não apresentação de uma proposta técnica, na qual constassem nivelamentos e medição da região, exibição de plantas e divisão dos terrenos coloniais, observações hidrográficas e pluviométricas e estudos físico-químicos do solo, sem a qual o requerente não justificaria tecnicamente a viabilidade do planejamento. Sem tais esclarecimentos a comissão não tinha condições de emitir parecer sobre o valor técnico da obra. Por sua vez, o parecer financeiro, pela situação econômica do país naquele momento, foi contrário. Assim, pela falta de parecer técnico e de verba a comissão concluiu que “o requerimento deveria ser indeferido, embora a idéia, em suas linhas gerais, fosse digna de aplausos”²⁹³.

Neste pedido, e na resposta do Congresso, podemos perceber algumas questões latentes sobre o saneamento da baixada e sobre a utilidade deste território para a nação.

Primeiramente, em razão do pacto federativo, a União só poderia entrar nos estados mediante acordos, contudo procurava, através dos acordos, ter o controle das obras de saneamento, pelo menos no que se refere à baixada. Isto posto, o interesse do estado do Rio em acordos com a União, em matéria de saneamento, denota a vinculação do Presidente do Estado Raul Veiga a um projeto de saneamento e valorização das áreas

²⁹¹ Logo, propunha que a Taxa de Melhoria, prevista na cláusula terceira do contrato entre União e estado, fosse dividida entre o estado, o requerente e a União.

²⁹² Apud Idem, 1934: 355-356.

²⁹³ Apud Idem, 1934:356.

do estado do Rio de Janeiro²⁹⁴, compatível com o empenho da campanha sanitária em incorporar os sertões. Verificando a área proposta na cláusula I do acordo, esta coincidia com o que a geografia chama de baixada guanabarina, a mesma região sob a qual trabalhava o Serviço de Profilaxia Rural do estado do Rio.

Na proposta de Alencar Lima, louvada pelo Congresso, foram explicitados algumas intenções e objetivos, que seriam considerados brilhantes pelos deputados²⁹⁵. Nestes, mostra-se mais uma vez o interesse social e econômico da baixada guanabarina, e propostas de utilização desta região, em benefício dela mesma e da nação. A volta a uma hipotética “idade de ouro” da baixada, revalorizando a região com plantações – propiciadas pela contenção dos rios e pela irrigação – e com o tráfego rodoviário – através da revitalização das estradas da região – proporcionaria a vinda de flagelados do Nordeste em número de “pelo menos cem mil almas” e da volta da circulação de mercadorias entre interior e capital. Segundo esta proposta, a baixada teria uma posição estratégica na solução dos problemas do país.

Tendo sido esta proposta negada, Alencar Lima apresentou, entre Fevereiro e Março de 1920, outra proposta dessa vez com vários dos detalhes técnicos pedidos pela comissão que avaliou o requerimento anterior. Neste, o requerente propunha a construção da estrada de rodagem entre a Capital e a Raiz da Serra, canais com diques de contenção margeando-a, além do dessecamento e saneamento da região no entorno da obra, desde Manguinhos, passando por Meriti, até a raiz da serra de Petrópolis. Na área de Manguinhos e na linha da Leopoldina seriam construídos canais navegáveis junto aos rios, avenidas, ruas, parques e jardins. As áreas que seriam saneadas sofreriam desapropriação em nome da empresa e, depois, as benfeitorias e os terrenos beneficiados seriam revendidos com lucro para a empresa. Segundo o parecer do Inspetor de Portos e os estudos aprovados pelo Ministro da Viação, ainda em março de 1920, esta proposta somente teria saldo positivo se fosse feita em conjunto, pois na área do Estado do Rio limítrofe a Capital existiria um déficit²⁹⁶.

²⁹⁴ Raul Veiga era engenheiro civil. Sobre sua trajetória política ver nota na seção sobre os serviços do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

²⁹⁵ Levando em consideração que os pareceres técnico e financeiro foram negativos, logo, somente as intenções e os objetivos foram considerados “brilhantes e dignos de aplausos”. Veremos mais à frente que Alencar Lima ainda conseguiu a concessão destes serviços, mesmo sob parecer contrário da seção técnica do ministério e sob protesto do Tribunal de Contas aos termos do contrato. Idem, 1934:356-367.

²⁹⁶ A renda seria retirada da venda dos terrenos beneficiados – que seriam desapropriados pela empresa – subtraída do custo das obras. Assim, os saldos dos serviços de Manguinhos e do Distrito Federal seriam de 21.200:000\$000 e 1.770:000\$000, respectivamente, enquanto o déficit das obras na baixada seria de 5.160:000\$000. Desta forma, a obra da baixada não poderia ser feita isoladamente, pois causaria

Uma comissão nomeada pelo ministro da viação, por sua vez, estudou a hidrografia e avaliou as propriedades, sob o comando do engenheiro João Batista de Morais Rego. De 1912 até 1920 a comissão percebeu um aumento de população de 3.015 para 4.499²⁹⁷, sendo em Iguassú um aumento de 543 para 1.676 propriedades, com aumento de valor venal de 3.182:519\$000 para 4.340.716\$275. Tendo sido aprovado o requerimento de Alencar Lima pela comissão, este executou obras de limpeza do rio Macacú e do rio Aldeia. Em novembro de 1920, o mesmo Alencar Lima ainda fazia dois novos requerimentos ao Ministro da Viação. O primeiro, dia 17, pedindo a transferência dos direitos e compromissos da firma alemã Gebrueder Goedhart A.G. para o engenheiro Alencar Lima em consórcio com o Banco Português do Brasil – com a concordância da empresa alemã. Outro dia 27, apresentando uma nova proposta de concessão dos serviços de saneamento da Baixada Fluminense²⁹⁸.

Tendo pareceres do chefe da comissão nomeada pelo Ministro – engenheiro João B. de Morais Rego – e do chefe da seção técnica da Inspetoria Federal de Portos Rios e Canais – engenheiro Luis J. Le Cocq de Oliveira – o requerimento teve duas avaliações completamente opostas.

Morais Rego concluiu “pela perfeita executabilidade do problema indicado pelo engenheiro Alencar Lima”, sendo “perfeitamente aceitável em seus traços gerais, (...) dependendo dos estudos já feitos por esta comissão”. A avaliação das questões financeiras, para Morais Rego, traria a execução em caráter de urgência, sem qualquer ônus para o Governo Federal, e “resolvendo vários problemas de utilidade pública, concorrendo para o aumento da renda pública”²⁹⁹.

Para Le Cocq de Oliveira, ao contrário, o projeto era desconhecido do ponto de vista técnico, embora o engenheiro Alencar Lima afirmasse a aprovação do projeto pelo Governo. De acordo com o chefe da seção técnica, não existia na proposta justificativa alguma, seja da conveniência das obras projetadas, do seu custo, de suas dimensões, além de existir a afirmação do peticionário, em cláusulas do próprio contrato, de que os

prejuízos. O empreendimento do conjunto das obras, contudo, ficaria com saldo de 17.810:000\$000. GÓES, 1934:358.

²⁹⁷ Embora a comissão tenha se equivocado na listagem de municípios, já que, em 1912, a medição foi feita em Iguassú, Magé, Itaboraí, São Gonçalo e Santana de Japuiba e, em 1920, os municípios arrolados foram Iguassú, Magé, Itaguaí, São Gonçalo e Santana de Japuiba. Idem, 1934:359.

²⁹⁸ Segundo Góes, esta “nova proposta” tinha as mesmas características técnicas dos planos anteriores, “a separação das águas dos rios e do mar, (...) ponto de vista (...) diametralmente oposto aos trabalhos de saneamento até então executados, que consistiam em dragar as barras dos rios, facilitando, portanto, a propagação das marés”. Idem, 1934:360.

²⁹⁹ Apud Idem, 1934:360-361.

estudos ainda seriam feitos. Assim, sem uma previsão de organização do projeto definitivo, não considera racional “garantir desde já ao peticionário o contrato de empreitada das obras, mas, sim aguardar a terminação dos estudos”, pois abriria a porta para as reclamações por lucros exorbitantes, dada a hipótese de que as obras não fossem iniciadas e ficassem proteladas por tempo indeterminado.

Depois de terminadas, ainda segundo Le Cocq de Oliveira, deveria-se estabelecer concorrência para a execução, reservando a preferência, em igualdade de condições, ao peticionário por sua iniciativa. Além disso, o chefe da seção técnica ainda faz diversas observações do ponto de vista financeiro, seja por suspeita de incorreção na administração pública, por restrições impostas ao Governo pelo requerente ou por erros de avaliação dos valores das obras³⁰⁰.

Porém, a decisão final foi influenciada pelo Inspetor de Portos, Rios e Canais, Lucas Bicalho, assegurando ao Presidente da República que as divergências explicavam-se pelo fato de que a seção técnica ainda não tinha recebido os resultados de campo efetuados pela comissão nomeada pelo Ministro. Logo, segundo o inspetor, Le Cocq de Oliveira não “pôde melhor julgar das condições técnicas do projeto apresentado”, porém os estudos garantiriam a eficácia do projeto delineado pelo engenheiro Alencar Lima, ao promover medidas opostas às empreendidas até então³⁰¹.

Por estes esclarecimentos vindos do Ministério, em 24 de dezembro de 1920, o Presidente da República Epitácio Pessoa levantou o seqüestro do material pertencente à firma alemã e autorizou a transferência de todos os direitos e compromissos (inclusive o material) com a Gebrueder Goedhart para a associação entre Alencar Lima e o Banco Português do Brasil, sob o decreto n. 14.588. O contrato previa a concessão dos serviços e prosseguimento das obras de saneamento do Distrito Federal e da baixada da guanabara, com o aproveitamento das terras para colonização, sob o decreto n. 14.589³⁰².

Depois das obras de infra-estrutura, ainda previa a demarcação de lotes urbanos em Manguinhos, lotes rurais em todos os terrenos restantes desapropriados e colonização de toda a área na proporção de 1 colono por 10 hectares de terra na zona

³⁰⁰ Apud Idem, 1934:361-363.

³⁰¹ Apud Idem, 1934:363.

³⁰² Decretos de 30 de dezembro de 1920. No contrato, toda a região desde Manguinhos até a raiz da serra estava contemplada com obras, segundo a cláusula IV, com 12 pontos de ação, desde o aterro da enseada de Manguinhos, passando pela construção do canal principal entre Manguinhos e Raiz da Serra e dos diques de contenção, até as obras de saneamento das bacias hidrográficas da baixada e pontes para automóveis de carga de 5 toneladas nos rios que cruzassem as estradas. Idem, 1934:364-365.

rural, agrícola e pastoril. Após a autorização, o consórcio se tornou a sociedade anônima *Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense*, passando a funcionar a partir de 11 de março de 1921, através de uma concessão do Ministério de Viação e Obras Públicas³⁰³.

Contudo, o Tribunal de Contas, em sessão conjunta das Câmaras em 29 de abril de 1921, recusou o registro do termo de transferência alinhavado pelo decreto n. 14.588, mostrando diversas carências, imprecisões e divergências de ordem jurídica, legal, normativa. O Ministro da Viação pediu ao Tribunal de Contas, em 1 Agosto de 1921, que reconsiderasse a decisão, enviando um termo suplementar³⁰⁴. Ainda assim, o Tribunal de Contas, em mais uma sessão conjunta, de 16 de Agosto, decidiu manter a decisão anterior por subsistirem os fundamentos que originaram a primeira decisão.

Com tal rejeição do Tribunal de Contas, o Ministro apela ao Presidente da República, expondo seu descontentamento com a resposta do órgão fiscalizador que, segundo ele, nem sequer analisou os novos argumentos. Assim, reiterou a escolha que o presidente necessitava tomar, no seu ponto de vista: (1) ou considerava sem efeito a transferência de bens, enfrentava as reclamações dos antigos contratantes e despendia soma vultuosa para cobrir os custos dos compromissos de saneamento do estado do Rio de Janeiro num momento de apertura para os cofres da nação (2) ou convencido, como estava, de bem defender o interesse público, mandava tornar efetiva a transferência, executava o contrato e constituía as obras de beneficiamento e supervalorização dos terrenos dessecados, sem ônus para o Tesouro, como o próprio presidente já havia declarado em mensagem de 3 de Maio de 1921³⁰⁵. Diante das duas “alternativas”, o Presidente da República, por despacho de 1 de Setembro de 1921, mandou executar o contrato e aprovar o projeto para a execução das obras de Manguinhos, registrado pelo Tribunal de contas sob protesto³⁰⁶.

No entanto, em 31 de Dezembro de 1921 ainda seria criado um novo órgão, a *Fiscalização da Baixada Fluminense*, para avaliar e fiscalizar o trabalho da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, sob a chefia de João Batista de Moraes Rego. Em 29 de Abril de 1922, a Fiscalização da Baixada Fluminense ficaria responsável pela centralização fiscal de todas as obras de saneamento nas baixadas do estado do Rio de Janeiro. Em agosto de 1922, a Fiscalização da Baixada Fluminense, apresentou um

³⁰³ Idem, 1934:364-365.

³⁰⁴ Aprovado pelo decreto n. 14.907 de 13 de Julho de 1921. Idem, 1934:367.

³⁰⁵ Apud Idem, 1934:367.

³⁰⁶ Por decreto n. 15.036 de 4 de outubro de 1921. Idem, 1934:367

substitutivo ao projeto de Alencar Lima à Inspetoria de Portos, todavia o Ministério aprovou por fim, em 3 de Outubro de 1922, a proposta de Alencar Lima. Em 7 de Janeiro de 1924, a lei orçamentária ainda autorizou a revisão do contrato, com redução dos trabalhos e das respectivas despesas, podendo até ser modificado ou substituído o regime de concessão; ainda neste caso saiu vencedora a proposta de Alencar Lima, não sendo efetivada revisão alguma no projeto.

Apesar das inúmeras vitórias políticas do engenheiro Alencar Lima, os trabalhos por ele sugeridos e firmados por contratos e decretos não foram em sua grande maioria executados. Nem mesmo foi iniciada a execução do tal canal principal que resolveria o problema dos alagamentos da baixada. Em 12 de Dezembro de 1922, o Ministro da Viação e Obras Públicas suspenderia as desapropriações, tendo a Empresa já desapropriado várias propriedades por toda a baixada guanabarina num valor de 2.126:920\$788³⁰⁷. As únicas obras, em todo o período desde 1921 até Fevereiro de 1931, ano de sua extinção, foram as executadas em Manguinhos: o aterro parcial da enseada de Manguinhos, o desmonte do morro do Pedregulho (com discussão entre a técnica hidráulica e mecânica, desde 1922 até 1931) e a dragagem dos rios da região e abertura de sete canais (entre 1922 e 1926)³⁰⁸.

Em fevereiro de 1926 e fevereiro de 1929, a Empresa de Melhoramento da Baixada Fluminense ainda solicitaria ao Governo autorizações para novos estudos para completar as obras de Manguinhos, sendo os requerimentos atendidos³⁰⁹. Em 3 de dezembro de 1930, Alencar Lima, insistindo no assunto, enviou nova proposta de barragem das águas da baía da Guanabara para toda a baixada, com abertura do canal principal, fechamento das embocaduras dos rios, canais de navegação, retificação e desobstrução dos rios, construção de canais secundários, colonização das áreas saneadas, num valor total de 62.000:000\$000. Para tanto, propôs a obtenção de empréstimos de banqueiros americanos no valor de 10 milhões de dólares, com prazo de

³⁰⁷ Sítios Meriti e Rafael; Fazendas S. Bento, Aurora, Tinguá, Retiro e Glória, Chacrinha, São José; e 2 casas em Tinguá. Idem, 1934:378.

³⁰⁸ Canais do Cunha, Faria, Jacaré, Instituto, Benfica, Timbó, e Alegria. Idem, 1934:369.

³⁰⁹ O primeiro (Fev/1926) seria executado, através do Ministro da Viação, sendo os estudos contratados com o engenheiro Aristides Ferreira Figueiredo, que encaminhou os estudos ao ministério. Desta forma, o Inspetor de Portos elaborou uma nova instrução, com base nos planos apresentados, procurando reunir todas as questões relativas a Manguinhos, submetendo ao Governo as modificações, em Maio de 1928. Enquanto o segundo (Fev/1929), entregue ao Inspetor Hildebrando de Araújo Góes, ao engenheiro Maurício Japert da Silva, à Comissão Agache e a um representante da Empresa de Melhoramentos, que em Janeiro de 1930 levaria em conta ainda planos de prolongamento do Porto do Rio, do Aeroporto e da entrada das estradas de ferro no bairro industrial de Manguinhos e na zona portuária da Capital. Idem, 1934:373-374.

dois anos, garantidos pela hipoteca das terras beneficiadas e o penhor das rendas correspondentes. Os trabalhos técnicos seriam feitos em 1 ano e a colonização e produção em 2 anos.

Não aceitando tal proposta, o Governo Provisório de Getúlio Vargas assinou o decreto n. 19.653, prevendo a rescisão do contrato com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense em 2 de fevereiro de 1931, e em 12 de fevereiro entregou todos os materiais e imóveis à Fiscalização da Baixada Fluminense³¹⁰, além dos terrenos desapropriados. Esta, de março a abril de 1931, suspendeu os trabalhos em Manguinhos, por considerar as despesas realizadas insuficientemente correspondentes aos rendimentos, e nomeou, em julho de 1931, uma nova comissão de avaliação dos terrenos, instalações e aparelhamentos, com representantes dos ministérios do Trabalho, da Fazenda e da Viação. No início de 1932, seria extinta a Fiscalização da Baixada Fluminense, ficando os trabalhos da baixada sob a jurisdição do novo Departamento Nacional de Portos e Navegação, que assinou a rescisão do contrato entre a União e a Empresa em 29 de fevereiro de 1932.

Neste processo, dois pontos são fundamentais à interpretação do saneamento da baixada no período analisado.

O primeiro ponto reside na influência política de Alencar Lima, que mesmo com diversos obstáculos de ordem burocrática, técnica e financeira consegue passar toda a década com a concessão dos serviços de saneamento do Ministério de Viação e Obras Públicas, executando, contudo, muito pouco do que havia prometido em contrato. Desta forma, nem mesmo as seções e órgãos técnicos puderam barrar a sua permanência nos serviços, pelo menos até a “revolução de 1930”. No que tange à região de baixada ao fundo da baía de Guanabara, onde se situava Meriti, praticamente nenhuma obra foi feita, a não ser a limpeza dos rios Macacú e Aldeia em meados de 1920. Não obstante, vários terrenos, chácaras e fazendas da região seriam desapropriados em 1922 em favor da Empresa. No começo da década de 1930, estes terrenos seriam aproveitados, a partir da entrega dos bens da Empresa ao governo, para a construção de núcleos coloniais pelo Ministério do Trabalho, se destacando na localidade o Núcleo Colonial São Bento, a alguns quilômetros de Meriti seguindo pela nova rodovia Rio-Petrópolis inaugurada em 1928 (atual Av. Pres. Kennedy).

³¹⁰ Num valor total, avaliado pela fiscalização, de 92.436:816\$676.

O segundo ponto relevante posto em discussão se refere à própria imagem da baixada dentro do contexto da construção da nação. Nas propostas ficam sublinhadas a força política do discurso do saneamento da baixada. Esta região serviria como local de passagens das novas rodovias que se inaugurariam a partir do final da década de 1920, para a formação de colônias agrícolas ou mesmo para abrigar os “flagelados do nordeste”. As modificações da organização espacial e social da baixada, nos primeiros anos da década de 1930, modificariam o ambiente sob o qual a Escola Regional de Meriti agia, fazendo com que Armanda e seus colaboradores necessitassem repensar as suas práticas pedagógicas, como veremos na terceira parte desta dissertação.

Mesmo que as obras do governo de Raul Veiga tenham dado esperança a Penna de conseguir uma vitória na campanha pelo saneamento, como a efetivação de políticas públicas de saneamento, e que o saneamento começasse a surtir algum efeito, estas resoluções não impediram que nos últimos anos da Primeira República uma outra epidemia se abatesse sobre a região da baixada guanabarina. Em 1928-29, uma grande epidemia de febre amarela se abateu sobre a localidade, ocasionando grande quantidade de mortes principalmente na região de São Gonçalo. De acordo com Benchimol, foi o sinal derradeiro da incompetência das oligarquias em gerir os destinos da nação, principalmente em matérias de saúde pública³¹¹. O tráfego de passageiros nos trens teve que ser controlado, o controle médico foi intensificado e a polícia de focos (procura de focos do inseto transmissor) passou a ser mais rígida³¹². Para Löwy, esta epidemia ocasionou o “fim das certezas” quanto ao controle da Febre Amarela no Brasil³¹³.

Em Meriti, assim como no restante da baixada, a Febre Amarela de 1928-29 seria devastadora, necessitando a Escola Regional de Meriti de grande apoio por parte da Diretoria de Saneamento Rural, através de material sanitário e medicamentos. Armanda, no relatório anual de 1928, agradeceu o “auxílio inestimável” da Diretoria e ao ilustre médico do serviço a “bondade que dispensa aos nossos doentes-alunos e famílias-necessitadas de tratamento no hospital”. Segundo Armanda, nesta epidemia,

³¹¹ BENCHIMOL, 2001:84; 121-125.

³¹² LINTZ e PARREIRAS, 1930.

³¹³ LÖWY, 2006:160-168.

Nossos alunos foram vacinados e revacinados. Estiveram em tratamento com o médico da Escola, dr. Paulo Trigo de Macedo, 65 alunos. O impaludismo este ano teve um surto assustador. Poucos escaparam. A dedicação do nosso médico teve muitas oportunidades de se evidenciar³¹⁴.

A estrutura dos serviços se mantém até a virada da década de 1930, com a chamada “Revolução de 1930”. Com esta desorganizou-se momentaneamente o Departamento Nacional de Saúde Pública e seus serviços auxiliares, além de ser rescindido o contrato com a Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense. O DNSP foi transformado numa das seções do Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. Para Hochman e Fonseca,

apesar das inúmeras alterações que sofreu, nenhuma representou uma mudança importante, tendo em alguns momentos significado a própria paralisação das atividades. No que dizia respeito à saúde pública, o MESP significava o DNSP, herdado da República Velha³¹⁵.

Quanto às obras de saneamento vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, foram entregues à Fiscalização da Baixada Fluminense momentaneamente e, logo após, em 1932-33, repartidos entre a Comissão Fundadora do Núcleo Colonial São Bento (Ministério do Trabalho), a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (Ministério da Viação e Obras Pública) e a Inspetoria de Engenharia Sanitária para as obras de saneamento dos campos de Santa Cruz (Ministério da Educação e Saúde Pública)³¹⁶.

O trabalho de saneamento da baixada do Estado do Rio de Janeiro foi iniciado de forma técnico-científica durante a Primeira República, porém muito ainda precisava ser feito para a conquista de uma condição satisfatória do saneamento na região. Restava aos populares tentar lutar contra as doenças e aos governos estudar os antecedentes dos trabalhos de saneamento da baixada e propor novos planos. Neste ambiente, os intelectuais da Escola Regional de Meriti se puseram para cuidar dos corpos e dos espíritos das crianças, de seus pais e de toda a localidade.

³¹⁴ ALBERTO, 1928:7.

³¹⁵ HOCHMAN e FONSECA, 1999:82

³¹⁶ GÓES, 1934:375-439.

A grande ocupação populacional na baixada do estado do Rio de Janeiro se constituiu principalmente com a construção dos Caminhos Novos e Estradas que traziam as mercadorias do interior para o porto da Capital, nos séculos XVIII e XIX. Esta população vinha sofrendo com os males da doença e da insalubridade desde o seu estabelecimento na região e teve, ainda no século XIX, um diagnóstico de suas epidemias, embora não houvesse uma definição etiológica para estas moléstias. Na virada do século XIX para o século XX passou por um momento de agravamento das condições de vida, no período de construção das estradas de ferro. Diversas doenças como a cólera, a febre amarela e a malária atingiam a população da região, sem que esta tivesse uma ação do poder público.

Contudo, nesta virada de século, um aspecto modernizador arrebatou os intelectuais e o Estado, gerando propostas e ações de transformação do Brasil em um país civilizado e moderno. No começo do século XX, com uma visão diferenciada da atuação médica sobre a população, através de uma perspectiva higienista e do relevo dado ao nome de Oswaldo Cruz no combate à febre amarela no Rio, o Estado passa a se utilizar dos serviços de engenheiros e médicos para atuar sobre a região e aumentar sua ocupação sobre o território. Assim, nasceram comissões de saneamento que procuravam impedir que as doenças atingissem os trabalhadores das estradas de ferro e de outras obras do Ministério da Viação e Obras Públicas, trabalhos para os quais os médicos do Instituto Oswaldo Cruz foram chamados.

Neste período, o descontentamento com os destinos da República recém-nascida e a força do texto de Euclides da Cunha, realçada por seus críticos e pelo Grêmio Literário Euclides da Cunha, corroboraram a leitura dos intelectuais que foram ao interior e olharam para as regiões onde trabalhavam com outra lente que não simplesmente a de técnicos enviados por um ministério. Da divulgação dos resultados destas expedições e de preocupações nacionalistas advindas do período da Primeira Guerra Mundial, nasceram Ligas, Movimentos e Associações para a salvação do país, tendo por bandeiras a Defesa Nacional, a Educação, a Saúde, entre outras. Na Capital, uma mudança de formas de sociabilidade se realiza, proporcionando a presença das mulheres em novos lugares sociais e a adesão destas a estes movimentos.

No âmbito destes movimentos, a visão de uma incorporação dos sertões ao conjunto da nação se mostrava latente, e mesmo a compreensão de que sem essa

incorporação não haveria uma nação autenticamente brasileira. A ignorância, o atraso e a doença deveriam ser combatidos pelo Estado – acusado de burocrático e excessivamente político –, e enquanto este não tinha uma atuação eficaz sobre a população, a elite intelectual da Capital Federal propunha movimentos que levassem à população educação e saúde. Sem isto, esta população sertaneja não poderia atingir a civilização e conquistar sua nacionalidade.

Sob este fundamento, Armanda Álvaro Alberto criou a Escola Proletária (e depois Regional) de Meriti. A Escola deveria ser um espaço para que a pobre e insalubre população de Meriti, na baixada do estado do Rio, pudesse almejar a sua inclusão no ideal pátrio, por meio da educação, da saúde e do trabalho, com alegria e solidariedade. Este empreendimento privado foi construído com a colaboração de diversos intelectuais atuantes na Capital Federal, constituindo-se com o passar dos anos em um modelo exemplar para a educação no interior. Ao mesmo tempo, a figura de Armanda se construía, a partir da sua vinculação como professora e diretora da Escola, como um nome importante nos meios intelectuais na década de 1920.

Na próxima parte, procurarei perceber, nos discursos destes atores, quais conceitos foram postos em jogo, explícita ou implicitamente, na construção da Escola Regional de Meriti. Em um breve panorama dos debates sobre educação, desde o Iluminismo, passando pelas escolas novas européias, até o início do século XX no Brasil, buscarei os rastros dos *repertórios* que possibilitaram as concepções destes educadores e sanitaristas. Assim, procurarei discutir a possibilidade de uma trajetória como a de Armanda Álvaro Alberto e de outros colaboradores da Escola de Meriti preocupados com processos educativos e sanitários inovadores no Brasil da Primeira República.

II Parte

Educação e Saúde na construção de um modelo educativo na década de 1920: “antecedentes”.

Os métodos de educação, venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, da Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consente a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si, são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia. Em nosso meio, poucos são os professores capazes de os empregar com segurança; faz-se necessário, portanto, antes de tentar a escola ativa, preparar os mestres para ela.
(Discurso de Armanda Álvaro Alberto para a I Conferência Nacional de Educação, 1927)

Durante a I Conferência Nacional de Educação, Belisário Penna pronuncia a tese de Armanda Álvaro Alberto sobre a Escola Regional de Meriti (ERM), escola infantil localizada em um sertão próximo do Rio de Janeiro, da qual Armanda era diretora. Deste pronunciamento, retiro inicialmente o primeiro ponto conclusivo de Armanda sobre a sua escola. Para a professora, os métodos da educação deveriam estar baseados na liberdade e no trabalho, e somente um método que levasse em conta tais aspectos seria digno de ser adotado naquele tempo. Para Armanda, eram poucos os professores realmente preparados para empregar tal metodologia.

Mas a que conceitos e métodos foram vinculados o ensino e o fazer educativo na Escola Regional de Meriti? Esta pergunta baliza a reflexão deste capítulo que pretende compreender a proposta pedagógica da Escola Regional de Meriti a partir dos conceitos que forjaram as visões de mundo e as práticas na escola e na vila de Meriti. Para tanto, far-se-á uma incursão, no percurso da relação entre educação e saúde desde o iluminismo europeu até o início do século XX no Brasil, procurando nas falas de alguns atores envolvidos, na trajetória pessoal de Armanda, na história da ERM e nos discursos do médico Belisário Penna leituras dos teóricos e dos principais conceitos envolvidos.

A pretensão principal deste empreendimento será perceber, nos discursos destes atores, quais conceitos foram postos em jogo, explícita ou implicitamente, na construção do lugar observado. Nos debates sobre educação, desde o Iluminismo, analisarei os rastros dos *repertórios* que possibilitaram as concepções destes educadores e sanitaristas. Nas práticas e políticas voltadas para a higiene, discorrerei sobre a emergência da higiene escolar e da puericultura, procurando perceber como os médicos tomaram para si os cuidados com a criança. Das práticas dos cuidados com a infância, nascem novas inserções das mulheres na vida social e também novas perspectivas pedagógicas no final do século XIX. Assim, procurarei explicar a possibilidade de uma

trajetória como a de Armanda Álvaro Alberto e de outros educadores preocupados com processos educativos inovadores no Brasil da Primeira República. Por fim, examinarei perspectivas pedagógicas nascidas das experiências de educadores com formação em medicina, vendo nestas possibilidades de *repertório* que fossem adequados às lutas por saúde e educação nas décadas de 1910 e 1920, que seriam utilizados de forma própria experimental na Escola Regional de Meriti. Assim, algumas pistas podem ser encontradas, tornando compreensível a teia de conceitos que buscava “em diferentes experiências, respostas às questões da prática, criando um sistema próprio de ensino”³¹⁷.

Para Ana Mignot, Armanda não usava teorias específicas de grandes educadores do velho mundo na construção de sua escola, mas a partir de suas leituras de textos destes teóricos, de outras várias leituras e de sua própria experiência no campo da educação, ela teria composto uma ação teórico-prática que procurava se adaptar ao meio meritiense. Entre estes autores, estavam Pestalozzi e Montessori – que Armanda cita nominalmente em alguns de seus escritos –, mas também outros, nos quais, mesmo implicitamente, parece haver alguma inspiração, seja pela leitura destes, que pode ter sido feita por Armanda, seja pela própria localização de Armanda numa *comunidade de experiência* na qual os conceitos da Escola Ativa e da Escola Nova européia começavam a ser debatidos.

II.1. EDUCAÇÃO E SAÚDE NOS SÉCULOS XVIII-XIX: AS MUDANÇAS NA IMAGEM E NOS CUIDADOS COM A CRIANÇA

As idéias de liberdade e expansão das individualidades relacionadas à criança e à educação infantil, expressas na conclusão de Armanda, remetem, por vários caminhos, à clivagem feita na virada dos séculos XVII para o XVIII entre a idade adulta e a infância e às especificidades da condição da criança³¹⁸. Segundo os estudos de Ariès, antes do século XVII, a vida física e o espírito do infante contavam muito pouco e as fronteiras entre os mundos de uma criança maior e do adulto eram tênues, ao que se conclui do compartilhamento do trabalho cotidiano, dos jogos de diversão, do padrão uniforme do vestuário e da promiscuidade das práticas sexuais³¹⁹. Até então a criança era vista como

³¹⁷ MIGNOT, 2002:177

³¹⁸ ARIÈS, 2006; BADINTER, 1985; BORGES, 1983; MARQUES, 2000.

³¹⁹ Idem, 2006; Idem, 2000: 23.

uma tabula rasa, um corpo sem vida e sem alma, que necessitava ser cuidado até que alcançasse mínimas condições de sobrevivência³²⁰. Neste tempo, segundo Ariès,

o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem (...) Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.³²¹

Nesta sociedade, as crianças maiores logo tomavam parte no mundo dos adultos e não tinham um projeto de formação gradual tal qual se pensou a partir do final do século XVII. Foi neste período que se inaugurou uma nova forma de pedagogia pensando e projetando, racional e empiricamente, uma maneira de conduzir estas crianças ao mundo adulto³²². Na Europa, a infância adquire um novo status social, transformando a imagem da mãe, da família, da educação e mesmo da sociedade em face dos cuidados com este ser frágil. A análise de Badinter demonstrou que, após 1760, diversas publicações recomendavam às mães cuidar pessoalmente dos filhos, amamentá-los e ser mãe amorosa antes de tudo, engendrando o mito do instinto materno, do amor espontâneo de toda mãe pelo filho. Assim, cresceu a exaltação do amor materno como um valor natural e social, conveniente à espécie e à sociedade³²³.

A família, neste sentido, também será redefinida, como um espaço auto-suficiente e íntimo, âmbito da natureza, em contraposição aos perigos e corrupção da civilização, embora a família seja cada vez mais considerada a célula formativa da sociedade, que garante a educação dos cidadãos. Para as mães, o papel de zelosa genitora, à qual será dada a função da criação minuciosa e cotidiana. Para os pais, uma posição secundária, compartilhando a preocupação da esposa e agradecendo a sua dedicação pelos filhos³²⁴.

Esta modificação da visão sobre a criança foi a base formadora dos discursos pedagógicos da época moderna e influenciou praticamente todas as propostas para a

³²⁰ BORGES, 1983:6

³²¹ ARIÈS, 2006:99.

³²² CAMBI, 1999:214-215

³²³ BADINTER, 1985: 145-146.

³²⁴ PERUGA, 2000:31

educação infantil desde então. A obra de Rousseau delineou um importante veio da pedagogia contemporânea, principalmente por sua contribuição em *Emílio*(1762). Cambi destaca três aspectos fulgurantes da contribuição rousseauiana à pedagogia, sejam eles: (1) descoberta da infância como idade autônoma e dotada de características e finalidades específicas, (2) o elo entre motivação e aprendizagem e (3) a atenção dedicada à relação entre liberdade e autoridade no ato educativo³²⁵.

Esta idéia de autonomia e especificidade da criança abriu caminho a boa parte dos estudos de educação posteriores, para uma análise da pedagogia como estudo das práticas educativas e para a experimentação de novos processos de ensino-aprendizagem e de novos olhares sobre o ambiente, a sociedade, a família, o corpo e a mente da criança. Assim, as noções de “autonomia” e “especificidade” presentes nas propostas pedagógicas posteriores foram formuladas a partir das demandas de cada tempo. Não podemos ver nesta semelhança conceitual a aplicação de uma teoria moderna na contemporaneidade ou uma evolução das idéias pedagógicas, numa chave da história das idéias que, nas palavras de Foucault, “procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue”. Antes procuro estabelecer suas especificidades, mostrar sua irreduzibilidade e salientar suas arestas exteriores³²⁶.

Na época de Rousseau, a sociedade européia passava de uma velha economia rural para começar a se estabelecer nas cidades, causando grandes modificações nas estruturas sociais e nos modos de vida dos homens. No tocante à população infantil, como sublinhou Marques, isto se refletia tanto no aumento do número de crianças quanto na elevação da taxa de mortalidade infantil³²⁷. Este quadro ia de encontro aos interesses mercantis da nação, num período em que segurança e riqueza eram vistas como capacidade de gerar moedas, colocá-las em circulação e aumentar a população. Neste contexto, a preocupação com a contabilização de nascimentos e mortes ganha corpo, tornando possível ver a situação da população com um pouco mais de clareza, criando uma idéia objetivada da população que possibilitasse uma análise dos rumos da sociedade³²⁸.

³²⁵ CAMBI: 1999: 346-347

³²⁶ FOUCAULT, 1972:172

³²⁷ MARQUES, 2000:25

³²⁸ SENRA, 2005:64 “Por volta de 1750, graças ao refinamento progressivo desses procedimentos, visualizavam-se, finalmente, a morte e a miséria, em suas reais dimensões: em certos bairros de Londres, ocupados pela população proletária, a morte ‘ceifava’ de 80% a 90% das crianças pequenas. (...)” E os números no restante da Europa não eram muito diferentes. ROSEN, 1994 Apud Idem, 2000: 26.

A partir deste período, o número de habitantes que estava estabilizado até então começa a crescer rapidamente, o que em geral significava uma alta na taxa de natalidade e uma baixa na de mortalidade. Contudo, nas cidades, os falecimentos superavam os nascimentos e mesmo assim a população da cidade continuava a crescer, demonstrando que o crescimento das cidades estava ligado fundamentalmente ao acréscimo de população rural. De acordo com a análise de Rosen, o crescimento da população implica necessariamente aumento do número de crianças, entretanto a taxa de mortalidade infantil crescia assustadoramente, e em particular entre os mais pobres³²⁹. O mito do despovoamento (ou o temor da diminuição da população), tanto quanto a idéia da falta de alimentação no futuro – própria de Thomas Malthus – assombravam a sociedade européia, gerando maiores cuidados com a saúde e principalmente a saúde da criança³³⁰.

Neste sentido, o romance pedagógico de Rousseau e os escritos de vários outros pensadores da época tinham, em grande parte, preocupações com a saúde da população infantil. Segundo Cambi, em *Emílio* o tema de uma ‘educação higiênica’ caracterizava a idade infantil, para que não se criassem no menino hábitos inaturais e nefastos³³¹. Neste sentido, Rousseau considera os hábitos ‘naturais’ aqueles que melhor conduziriam a criança a uma boa formação, principalmente defendendo o aleitamento materno, indo de encontro ao ‘comando’ da criança pelo adulto – que poderia passar para a criança os modos funestos da sociedade – e também sendo contrário ao uso de fraldas – que cercearia a liberdade de movimentos. Segundo Silva,

para Rousseau a formação de Emílio passava, também, pela educação do corpo (...) alimentação, vestuário e exercícios. (...) Rousseau [contudo] era contrário às práticas médicas, pois elas ‘aviltam a coragem do homem e o levam a desaprender de morrer’, já que ele objetivava aproximar o homem do estado de natureza...³³²

Rousseau recomenda o exercício do corpo, dos órgãos e dos sentidos, entendendo-os como aspectos que desenvolveriam os instrumentos das crianças para construir o seu conhecimento. O entendimento humano passava pelo entendimento dos sentidos sendo a razão sensitiva o suporte da razão intelectual³³³. Por isso, este afirma a importância da

³²⁹ ROSEN, 1994:117

³³⁰ MARQUES, 2000:26

³³¹ CAMBI, 1999:348

³³² SILVA, 1998:63

³³³ GARANHANI e MORO, 2000:112-113

saúde e robustez do corpo, reivindicando este papel para a higiene³³⁴. Deste modo, ele descrevia:

se quiser cultivar a inteligência de seu aluno, cultive as forças que ela deve governar. Faça-o exercer continuamente seu corpo; torne-o robusto e sadio para torná-lo sábio e sensato: que ele trabalhe, aja corra grite, esteja sempre em movimento; que seja homem pelo vigor, e logo o será pela razão (...) a verdadeira razão do homem não se desenvolve independentemente do corpo; é a boa constituição deste que torna as operações do espírito fáceis e certas³³⁵.

Para Rousseau, o meio ideal para a educação da criança estaria fora do tempo histórico, no estado de natureza. A liberdade no estado de natureza, exposta por Rousseau em uma abordagem filosófica e política, foi criticada por educadores posteriores, principalmente através de perspectivas que tomavam como base empírica a experiência com as crianças em idade escolar, como na obra de Pestalozzi³³⁶.

Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em Zurique e era filho de um pastor protestante de origem italiana e adepto de concepções voltadas ao romantismo, tendo participado do movimento pela emancipação suíça. Embora inicialmente seu trabalho tenha sido orientado pelos princípios político-filosóficos rousseauianos de educação, alcançou grande sucesso na Europa com uma concepção de educação voltada à reflexão da prática educativa. Assim, através da sua experiência com crianças em Neuhof, e mais tarde em Yverdon, produziu uma obra pedagógica de grande fôlego³³⁷.

Armanda ressaltou o trabalho de Pestalozzi como um dos grandes educadores a serem seguidos, parecendo, para Mignot, ter se constituído desde cedo como uma aspiração para uma futura carreira que foi sendo alimentada aos poucos³³⁸. A jovem Armanda desde pequena já reconhecia esta personalidade como modelar e aos 13 anos, ao participar de um concurso promovido pela revista Tico-Tico, revelava um sonho para o futuro ano de 1906:

Creio que o maior desejo dos meninos e meninas no ano de 1906 é o mesmo que eu nutro: estudar muito para poder mais tarde, seguindo o

³³⁴ PERUGA, 2000:33

³³⁵ ROUSSEAU apud CERIZARA, 1990:134.141

³³⁶ MACHADO, 1986:9

³³⁷ CAMBI, 1999:417-420

³³⁸ MIGNOT, 2002:145

nobre empenho do benemérito Pestalozzi, procurar ser útil à minha pátria ensinando aos inocentinhos desprotegidos da sorte a nossa belíssima língua e a geografia desta terra incomparável.³³⁹.

De acordo com Mignot, a leitura de Armanda não teria se limitado a simples momentos de fruição, mas constituiu uma espécie de “exercício espiritual” que treinava para o futuro. A principal obra de Pestalozzi, *Leonardo e Gertrudes* (1781), conquistou grande público tanto na Alemanha, quanto na Europa como um todo, se espalhando mais tarde pelos Estados Unidos. Esta obra, ambientada primeiramente numa casa e depois em uma aldeia, narra uma reforma gradual feita pelo esforço da heroína Gertrude, modelo a ser imitado. Lutava pela família, filhos, propriedade, vencendo todos os obstáculos e se tornando a grande educadora da aldeia³⁴⁰. Ato de amor pela criança, a educação popular significava, nas palavras de Freitag, “a luta contra o preconceito, a ignorância, o obscurantismo, a credice e a maledicência popular”³⁴¹.

Esta obra da ‘fase juvenil’ do educador suíço foi influenciada sobretudo pelo pensamento de Rousseau, por alguns aspectos do movimento romântico (como a exaltação da imaginação) e pelos problemas da população agrícola de Neuhof. A partir de 1774, Pestalozzi acolheu rapazes órfãos em Neuhof para educá-los através de leitura escrita, cálculo e trabalho e esta experiência, juntamente com os princípios rousseauianos, deu corpo a sua obra inicial que foi aclamada na Europa³⁴². Sua experiência inicial em Neuhof durou até 1779, orientada principalmente pelos princípios de educação segundo a natureza, educação familiar e finalidade ética da educação.

Com seus estudos posteriores, Pestalozzi compôs uma concepção que este chamava de intuitiva, por desenvolvimento natural, com aproveitamento e organização da experiência por atividades coordenadas, como explicitou Lourenço Filho³⁴³. Pestalozzi dizia que em seu método,

tudo é fundado na ação. Primeiramente, porque os elementos dos conhecimentos sucessivos são encontrados na própria criança; depois porque é ela que em si mesmo produz os signos representativos dos objetos e instrumentos que sirvam a ação. O aluno deve ser levado a tornar visível e sensível o que tenha concebido (...) Deve-se

³³⁹ ALBERTO, A. Arquivo Pessoal. Apud Idem, 2002:145

³⁴⁰ Idem, 2002:145-146

³⁴¹ FREITAG, 1994:68

³⁴² CAMBI, 1999:417

³⁴³ LOURENÇO FILHO, 2002: 227

considerar e empregar a ação em todos os momentos e por todas as formas... A criança não se instrui senão pelo exercício, devendo assim mais praticar que estudar. Quando os elementos da educação e da instrução caminharem juntos, eles se tornarão vivos e animados...³⁴⁴

Pestalozzi produz assim uma pedagogia baseada na percepção provocada pela ação prática, que para este seria a base para a educação. Esta apreensão não deve ser precedida pela palavra, mas anterior a ela, partindo do concreto para o abstrato. A criança deve sentir os objetos, ao invés de ouvir falar deles. Com esta posição, de acordo com Garanhani e Moro, o educador superou o dualismo corpo-mente que vigorava no pensamento pedagógico e, a seu modo, reforçou a educação física na infância como condição para o desenvolvimento da razão, idéia já presente em Rousseau³⁴⁵.

Armanda Álvaro Alberto, ao que tudo indica, tinha passado parte de sua infância na Europa e entrado em contato com parte desta produção, no período entre 1901 e 1903, quando seu pai, Álvaro Alberto Silva, viajou para estudar na Bélgica. Nem no arquivo da educadora, nem nos arquivos da Escola Regional de Meriti foram encontradas muitas referências ao período infantil de Armanda. Uma das poucas exceções é uma biografia de seu pai, produzida por Júlio Novaes em 1908, para a Revista da Sociedade Brasileira de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro³⁴⁶.

Segundo documentos encontrados por Mignot no arquivo pessoal de Armanda, “assim como o seu irmão Álvaro Alberto da Motta e Silva, Armanda não freqüentou escolas na infância. A mãe, Maria Teixeira da Motta e Silva, responsabilizou-se pela educação dos filhos”, assim como de outras crianças entre parentes e filhos de amigos para os quais a mãe de Armanda fazia papel de explicadora e professora, mesmo sem homologação oficial³⁴⁷. Além disso, é provável que, vivendo na Europa, os pais de Armanda conhecessem alguma língua do velho mundo, ensinando aos seus filhos, que podiam ler os livros dos escritores europeus, não traduzidos, em sua grande maioria, para o português naquela época³⁴⁸.

³⁴⁴ Apud LOURENÇO FILHO, 2002:227

³⁴⁵ GARANHANI e MORO, 2000:113

³⁴⁶ MIGNOT, 1999: 79-80

³⁴⁷ Idem, 1999: 80.

³⁴⁸ Outra fonte de Armanda para conhecer os educadores do velho mundo foi o contato com o Colégio Jacobina, onde lecionavam professoras americanas, alguns colaboradores como Heitor Lyra e José Oiticica e os membros da própria família Jacobina Lacombe, da qual vários familiares tinham estudado na Europa. LACOMBE, 1962.

Como ressalta Bigheto³⁴⁹, as propostas pedagógicas e livros que aportavam no cenário brasileiro na Primeira República foram trazidos por intelectuais que viajavam para a Europa e traziam leituras que não poderiam ser feitas por aqueles que não lessem as línguas européias. Emílio de Rousseau só foi traduzido no Brasil na década de 1960, o único texto traduzido integralmente de Pestalozzi, *A carta de Stans*, só foi traduzido na dissertação de mestrado de Dora Incontri em 1991, até bem pouco tempo não existia uma tradução de Fröbel³⁵⁰ e não encontra-se tradução para Basedow – considerados basilares para o movimento pela Escola Nova no Brasil. E mesmo alguns autores na própria Europa não tinham traduções para o francês, o que, em alguns casos, facilitaria a leitura destes autores por parte do público brasileiro³⁵¹.

Deste modo, para pensar na leitura dos autores europeus vinculados à educação num ambiente brasileiro, torna-se necessário uma história intelectual que leve em conta as trajetórias pessoais dos membros da elite nacional. E, neste sentido, preparar adequadamente os mestres para empregar com segurança os métodos da escola ativa – como pretendia Armanda – seria uma tarefa árdua, para os poucos educadores nacionais que tiveram a possibilidade de ir a Europa e conhecer alguma língua do velho mundo. Contudo, alguns conceitos que estavam em voga nos debates pedagógicos no final do século XIX na Europa chegaram ao Brasil, sendo lidos de acordo com a leitura destes poucos conhecedores e aplicados a partir de um entendimento próprio das questões nacionais.

A metáfora do jardim para simbolizar o cultivo dos corpos e das mentes, materializada no ambiente meritiense, foi uma destas idéias que deram força ao discurso de Armanda em seu empreendimento. Esta metáfora já se encontrava nos discursos do começo do século XIX até que, em 1839, Fröbel criou o primeiro Jardim de Infância³⁵², instituição onde as crianças seriam como flores a serem regadas pelo jardineiro (professor). Ao explicar a proposta de Fröbel, Lourenço filho escreveu:

Com um jardim não podemos proceder como fazemos ao construir um objeto, uma casa ou uma máquina. Um canteiro envolve qualidades da terra, umidade e calor, para que as sementes brotem.

³⁴⁹ BIGHETO, 2006:5

³⁵⁰ Em 2001, a obra “A Educação do Homem” de Fröbel foi traduzida por Maria Helena Câmara Bastos e publicada pela Editora da Universidade de Passo Fundo.

³⁵¹ Idem, 2006:5

³⁵² CAMBI, 1999:425

Maiores relações de conjunto não de ser assim apreendidas ou, ao menos, sentidas como presentes e atuantes³⁵³.

Esta metáfora foi um dos sustentáculos da proposta educativa Armanda Álvaro Alberto para Meriti. Na leitura de Mignot sobre a escola de Armanda,

florir o espaço escolar, simbolicamente, representava que o trabalho de educar envolvia semear, cultivar pacientemente. Essas cerimônias constituíam-se em erigir de marcos com os quais escreviam a história da escola e a inscreviam na história da educação. Transformadas em ocasiões especiais, assinalavam inícios, términos, recomeços: inauguração, despedida da escola, lançamento da pedra fundamental do novo prédio³⁵⁴.

Estas cerimônias faziam com que a escola sempre fosse lembrada pelo seu ambiente cercado de jardins floridos e trazia sempre em mente a semelhança entre o cultivo das plantinhas e o cuidado com as crianças, além da própria experiência de crescimento da escola.

Em uma folha anexa ao primeiro relatório anual da Escola Regional de Meriti (1921) podemos verificar um exemplo de como a construção material da escola estava ligada à construção de seu jardim. Nesta, Armanda lembrava a contribuição de Roquette-Pinto para a sua Escola, e demonstrava como as lembranças da escola estavam ligadas às árvores plantadas no seu jardim. Este ato de deixar sua contribuição para florir o espaço escolar foi uma constante na história da escola, pela qual passaram diversos educadores e cientistas de grande fama no cenário nacional durante as décadas de 1920-30. Colaborar com o plantio de uma árvore na Escola Regional de Meriti, neste caso, significava mais do que simplesmente colocar mais uma plantinha no jardim, mas celebrar a construção de um ambiente saudável para os alunos e para a vila de Meriti que estava sendo construído em conjunto, fosse por Armanda e seus colaboradores, fosse pelos próprios meritienses. Segundo Mignot, a cada semente plantada crescia o sonho de Armanda em construir sua escola regional³⁵⁵.

³⁵³ LOURENÇO FILHO, 2002:228

³⁵⁴ MIGNOT, 2002:78

³⁵⁵ Idem, 2002:78-9. O maior sonho de Armanda, a inauguração do prédio ideal para seu Lar-Escola foi comemorada com o plantio de mais de 30 árvores. ALBERTO, 1928:2.

Não se pode afirmar com certeza até que ponto Armanda tinha conhecimento dos conceitos e teorias de Fröbel, ou mesmo se esta haveria de fato lido os trabalhos deste educador, embora se possa ver na pedagogia da Escola Regional de Meriti alguns aspectos presentes neste autor. Nos jardim de Fröbel, tal qual na escola de Armanda, existiam canteiros e áreas verdes, para estimular as mais variadas atividades na criança, sob a orientação do educador³⁵⁶, além de atividades organizadas de jogos, brincadeiras e canto.

Outro aspecto presente na experiência fröbeliana que parece ter informado conceitualmente, direta ou indiretamente, o sistema criado por Armanda foi a relação entre os jardins de infância, a criança e a família. Fröbel pretendia implantar um estado de espírito, “um estado ideal de cuidados racionais com as crianças e sua educação, a ser desenvolvido no seio das famílias”³⁵⁷, e para isto não visava somente às crianças da instituição, mas também às mães de família e às noivas em preparação para o casamento³⁵⁸. Este exemplo foi seguido em outras experiências educativas e na Escola Regional de Meriti se materializou como o “Círculo de Mães”, em 1925, considerado por Lourenço Filho como o primeiro fundado no Brasil, embora esta experiência tenha se inspirado na realização do Colégio Grambery de Juiz de Fora, de acordo com a própria Armanda. No círculo de mães não só se fazia a coordenação do trabalho da escola com a família, mas também disseminava conhecimentos de higiene, educação doméstica e educação familiar³⁵⁹.

A experiência iluminista e romântica da educação na Europa dos séculos XVIII e XIX foi importante para a construção da prática pedagógica da Escola Regional de Meriti ao colocar a criança como um ser dotado de especificidade, que deveria ter uma educação higiênica natural. Por um desenvolvimento “natural”, a educação, através do aproveitamento e organização das experiências das crianças, precisaria construir atividades coordenadas para ajudá-las a construir conceitos abstratos a partir do concreto. A esta perspectiva, se uniu a metáfora do Jardim como uma forma de perceber a delicadeza do trato com as crianças, cultivando-as pacientemente. Este cultivo da infância foi simbolizado por Armanda através das árvores e das flores do jardim de sua Escola. Estes conceitos e outros conceitos serviram de repertório para o sistema de ensino de Armanda, trazendo uma ligação íntima e recíproca entre os cuidados com o

³⁵⁶ CAMBI, 1999:426

³⁵⁷ Apud LOURENÇO FILHO, 2002:228

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Idem, 2002:268; MIGNOT, 2002:195-197

corpo da criança e o seu desenvolvimento mental. Ainda assim, é importante ressaltar que a discussão de uma relação entre instâncias semelhantes ao par corpo-mente foi umas das mais recorrentes e complexas questões da tradição intelectual ocidental³⁶⁰.

II.2. HIGIENE, SAÚDE E CUIDADOS COM A INFÂNCIA

Este tipo de experiência de cuidados com as crianças não foi especificidade daqueles que propunham pedagogias e experimentavam a educação da infância, mas também foi um campo dominado fundamentalmente pela medicina. Os cuidados com o desenvolvimento mental estavam, ao longo dos séculos XVIII e XIX, estreitamente ligados aos cuidados com o corpo. Neste tópico, procurarei fazer um breve histórico da relação entre medicina, cuidados com a criança e formação de um novo campo disciplinar – a Higiene – que procurou criar condições de salubridade e defender a moralidade e a saúde dos indivíduos e da sociedade.

Entender a formação das concepções higienistas na Europa será importante para a compreensão das perspectivas de educação que aliavam cuidados médicos e a prática educacional, sobretudo no que diz respeito aos conceitos e práticas das escolas novas e ativas, nas quais médicos de formação se puseram a construir propostas pedagógicas. Estas teorias educacionais, mais tarde, ajudariam Armanda a construir suas próprias reflexões sobre a educação. Para construir o discurso sobre este período europeu, utilizarei o exemplo inglês, não como um processo modelar para a Europa, mas buscando neste os primeiros exemplos de preocupação com a saúde da criança.

O otimismo ilustrado, baseado na força do intelecto humano, motivou parte da intelectualidade européia a confiar em sua força de ação sobre todos os aspectos da vida, modificando as formas de pensar a sociedade e de agir sobre ela. A razão deveria combater a superstição. Nesta mudança, ganhara relevo as atividades ligadas à construção da sociedade, tendo como seu embrião as crianças, que necessitavam de maiores cuidados para sua boa formação, assegurando seu futuro. De acordo com Seidler, a filosofia política, as doutrinas morais, os interesses econômicos, as teorias

³⁶⁰ De acordo com Peruga, seria simplista concluir que, com a ilustração, um materialismo determinista inverteu o dualismo idealista de larga tradição platônica, agostiniana e cartesiana, que estabelecia a separação entre corpo e alma, com a primazia da alma frente ao corpo. Durante os tempos medievais e modernos houve outras formas de conceber a relação entre essas instâncias, como na medicina galênica, baseada na conexão entre estados físicos e anímicos através dos humores. O que parece ser a pedra do toque do complexo debate do século XVIII foram suas implicações tanto intelectuais como sociais. PERUGA, 2000:37

médicas e a pedagogia, ou seja, tudo o que tinha a ver com o destino do homem foi conduzido para a análise da realidade da criança, tanto como objeto da compaixão humana, quanto como tema científico e meta da razão estatal. Modificou-se de modo acentuado a significação e a posição da criança na sociedade³⁶¹.

Estas transformações, advindas de uma sociedade que tentava responder ao grande crescimento populacional das cidades, à industrialização, e às novas condições de trabalho, modificaram lentamente os discursos e as práticas de cuidados com o corpo e a mente. Ao mesmo tempo, aumentava a demanda por cuidados por parte dos indivíduos e das famílias. Os hospitais deixaram de ser um lugar de caridade, assistência e convalescência, modelo típico do início do século XVIII, para se transformar, aos poucos, em espaço dos médicos, que baseados no exame clínico, na anatomia patológica e nas estatísticas compunham um novo perfil para as doenças³⁶². Esta trajetória não pode ser dissociada da organização de políticas de saúde, de exaltação explicitamente moral e científica e secretamente econômica, e da consideração das doenças como problema político e econômico colocado às coletividades, como ressaltou Foucault³⁶³.

Como explicitou Rosen, a concepção de uma medicina com contornos de ciência social e uma escala de intervenção política mais abrangente teve seu ponto culminante no século XIX europeu. As discussões da época mostram, segundo o autor, uma formulação conveniente para declarar a saúde do povo como um objeto de inequívoca responsabilidade social e proclamar os efeitos das condições econômicas e sociais sobre a saúde e a doença como problemas a serem submetidos à investigação científica. Neste sentido, o objetivo da saúde pública seria ‘estudar as condições de vida dos grupos sociais e determinar os efeitos destas condições sobre a saúde’. A medicina deveria, de acordo com a análise de Rosen, intervir na política e na sociedade assinalando e removendo os obstáculos que impedem o bom funcionamento dos processos vitais³⁶⁴.

A grande taxa de mortalidade entre as crianças neste período proporcionou a criação de instituições especialmente dedicadas às crianças como o Hospital dos Enjeitados de Londres (1741) e a produção de textos sobre o tema como *Um ensaio sobre a amamentação e o manejo das crianças* de William Cadogan. Este ensaio, escrito diretamente para os administradores do Hospital, defendeu os direitos da criança

³⁶¹ SEIDLER, 1976:203; MARQUES, 2000:26-27.

³⁶² PORTER, 2004:175.

³⁶³ FOUCAULT, 1979:193-194

³⁶⁴ ROSEN, 1980:80-83. Para ROSEN, este discurso teria nascido particularmente na França, nas décadas de 1830-40, com uma abordagem de questões sócio-médicas produzidas por médicos e teóricos sociais.

à vida e à liberdade e confirmou algumas regras empíricas sadias para amamentação, alimentos, vestimentas e exercícios. Em 1769, George Armstrong abriu o primeiro Dispensário para a Criança Pobre, e nos primeiros 12 anos esta instituição tinha cuidado de pelo menos 35000 crianças³⁶⁵. A este se seguiu a criação do Dispensário Geral (1770), pelas mãos do médico John Letsom e um grupo de associados, com a função distintiva de oferecer cuidados médicos nas casas a todos os incapacitados de irem ao dispensário³⁶⁶.

Diante do grande número de enfermos e mortos que tomavam conta das cidades, este discurso passa a ser cada vez mais utilizado entre os grupos dirigentes das sociedades europeias. Segundo Latour, nos preceitos discutidos pelos higienistas estavam as primeiras traduções do conflito entre a saúde e a riqueza e mesmo de uma grande variedade de interesses sociais³⁶⁷. Uma medicina das condições de vida e do estado das coisas começa a ser divulgada, conformando concepções que se pretendiam capazes de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. Tomando estas teorias, as esferas políticas decisórias puderam lançar mão das representações da medicina, objetivando resolver a demanda social.

Em Londres, na segunda metade do século XVIII, começaram a ser construídas benfeitorias e melhoramentos públicos. Foram derrubados prédios arruinados ou que estavam no caminho das novas vias de circulação, drenadas áreas alagadas, pavimentadas e iluminadas as ruas. As principais vias foram alargadas e planificadas, novos prédios de tijolos e quarteirões com quadras abertas surgiram. Houve avanços no suprimento de água e no sistema de esgotos, com a introdução gradual de bombas a vapor e canos de ferro. A população mais abastada migrava para os novos bairros, enquanto os mais pobres ocupavam as áreas mais antigas e insalubres. E estas práticas se espalharam pela Europa e pelos Estados Unidos ao longo do século XIX. Contudo, imperfeições existiam e em sua maior parte a água vinha de rios poluídos e fontes de superfície³⁶⁸.

Apesar da melhora nas condições de vida urbana, este movimento foi desigual, persistindo as áreas insalubres, principalmente nos bairros onde moravam os mais pobres. Segundo Rosen, quando o impacto da industrialização se fez sentir num ritmo cada vez mais veloz, nas primeiras décadas do século XIX, não foi possível controlar

³⁶⁵ ROSEN, 1994:118-119

³⁶⁶ Idem, 1994: 125.

³⁶⁷ LATOUR, 1986; LIMA, 1999:93-95.

³⁶⁸ ROSEN, 1994: 127-129

este processo. Os males excederam os benefícios iniciais, refletindo em mudanças na mortalidade. As taxas de mortes declinantes na Inglaterra na virada do século XVIII para o XIX voltaram a crescer³⁶⁹.

Neste período começa a se instaurar um novo termo nos manuais e tratados de saúde: Higiene. Segundo Vigarello, apesar deste termo ter originado um artigo da enciclopédia, nenhum título no século XVIII comportava tal denominação. A higiene, que até então era um adjetivo que qualificava a saúde, se torna um conjunto de dispositivos e saberes que favorecem a sua conservação. Para este autor, a mudança na nomenclatura dos tratados de saúde, de ‘manutenção’ ou ‘conservação’ da saúde para higiene, no início do século XIX, demonstra não somente a especialização de uma disciplina particular dentro da medicina como uma mudança de estatuto. Desta forma, os preceitos higiênicos eram discutidos, divulgados e elaborados por médicos, engenheiros, educadores, arquitetos e por toda a sorte de intelectuais que viam seu fazer como fundamental à construção da sociedade. O discurso higienista se aproxima do político, desempenhando papéis no ordenamento das cidades e de vários locais públicos³⁷⁰.

As diversas publicações com recomendações higiênicas pretendiam modificar as relações familiares, produzindo novas regras para os cuidados, e novas obrigações tanto aos pais quanto aos filhos. De acordo com Foucault, no discurso destes manuais, a família deixa de ser apenas uma teia de relações, inscrita num estatuto social de parentesco, para se transformar em um mecanismo de transmissão de bens,

deve tornar-se um meio físico, denso, saturado, permanente, contínuo que envolva, mantenha, organize-se como o meio mais próximo da criança; tende a se tornar, para ela, um espaço imediato de sobrevivência e de evolução³⁷¹.

Isto proporciona uma relação mais estreita entre os membros que constituem a família e uma inversão de eixos nos laços conjugais. O casamento, de junção entre duas ascendências, passa a matriz para a descendência, fabricando condições possíveis da criança chegar a maturidade.

³⁶⁹ Idem, 1994: 129-130.

³⁷⁰ VIGARELLO, 1985:200

³⁷¹ FOUCAULT, 1979:199

Não obstante, a situação das crianças e das mulheres nas fábricas era precária e preocupava os partidários do higienismo. Esta condição era vista como um entrave ao desenvolvimento saudável da criança, o cidadão do futuro. Assim, nos discursos higienistas, cada vez mais se procurou resguardar as mães e as crianças do trabalho fabril³⁷². No relatório da Junta Geral de Saúde de 1858, Greenhow escreveu em seu estudo, publicado por John Simon:

A subtração da criança aos cuidados maternos e a conseqüente substituição da dieta natural pelo alimento artificial, que provavelmente é uma das causas da enorme mortalidade infantil em locais onde a população feminina está em sua maior parte empregada em fábricas, talvez seja um mal inerente ao moderno sistema fabril. Se ele pode ser realizado sem uma interferência indevida nos direitos dos trabalhadores, isto é problema que não me cabe aqui considerar³⁷³.

Com este movimento, na análise de Vigarello, a própria imagem do pobre e a miséria mudam, tornando-se mais inquietantes e ameaçadoras à sociedade industrial. Este foi um período de transformação da pedagogia destinada aos pobres, onde as práticas de higiene ocupariam lugar crucial, somadas ao discurso da ordem e da moralidade³⁷⁴. A Higiene seria definida em 1870-71 por Eduard Reich como “o conjunto de princípios que tem como objetivo manter a moralidade e a saúde do indivíduo e da sociedade, destruir as causas de doenças e enobrecer física e moralmente o homem”³⁷⁵. Da higiene das cidades à higiene de seus habitantes, do asseio da arquitetura ao asseio dos corpos, se pretendia modificar os costumes dos menos favorecidos e expulsar supostos vícios, latentes ou visíveis, modificando e criando práticas corporais³⁷⁶.

³⁷² O combate ao trabalho infantil também estaria mais tarde presente na concepção da Escola Regional de Meriti na qual, a diretora em vários relatórios reclamava dos pais que retiravam as crianças da escola para trabalhar. Não obstante, na própria escola, os alunos deveriam aprender os trabalhos manuais e domésticos, na prática, para que tomassem gosto pelo trabalho, o que gerava crítica dos pais das crianças.

³⁷³ Apud ROSEN, 1980:99. Apesar da intensa luta dos trabalhadores durante as décadas de 1830-40 e das vitórias com a aprovação do primeiro Ato Fabril em 1833 – que protegia somente as crianças –, do Ato das Minas e Carvoarias de 1842 – que proibia o emprego de mulheres e crianças menores de 10 anos –, do Ato de 1847 – que diminuía as horas de trabalho para 58 horas semanais para mulheres e crianças – e do novo Ato Fabril de 1950 – que reduziu a jornada para mulheres e jovens de seis da manhã às seis da noite – as condições no final da década de 1850 continuavam alarmantes. ROSEN, 1994:206-208

³⁷⁴ VIGARELLO, 1988:151

³⁷⁵ REICH. *System der Hygiene* Apud ROSEN, 1980:107-108

³⁷⁶ VIGARELLO, 1988: 151

Os princípios higiênicos foram largamente difundidos ao longo do século XIX, chegando ao Brasil, e sendo muito estudados e difundidos na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro³⁷⁷. Os médicos formados nas faculdades de medicina no Brasil, assim, conheciam esta tradição de estudos e, analisando a situação do país nas primeiras décadas do século XX, utilizaram este discurso procurando modificar as condições de miséria do país. Entre estes, estava Belisário Penna, um dos mais destacados médicos da campanha pró-saneamento do Brasil. Baseados em sua formação na Faculdade de Medicina, os argumentos de Penna eram praticados por ele e por outros médicos que utilizavam o espaço escolar da ERM para divulgar e difundir noções de higiene. Em *O Clamor da Verdade* (1921), Belisário Penna afirma a relação entre os cuidados médicos e sociais, clamando por uma consciência sanitária nacional:

O médico higienista precisa ser sociólogo. Além de tratar os doente deve estudar as doenças coletivas, aplicar os meios de prevenilas, e encarar os assuntos sob os aspectos morais e econômicos do meio físico e da sociedade em que vai agir.

Ele deve levar mais longe a sua nobre missão, e divulgar, e difundir ininterruptamente noções científicas, preceitos seguros de higiene, profilaxia e eugenia, em todas as classes, a fim de formar a consciência sanitária nacional, que ensinará cada indivíduo a agir por iniciativa própria, dando-lhe a conhecer o que tem direito de exigir das classes diretoras³⁷⁸.

A relação metonímica entre medicina e ciência social, originada na França das décadas de 1830-40³⁷⁹, foi aqui tomada por um discurso da década de 1920 no Brasil, reafirmando a força do discurso higienista como uma possibilidade de modificar as relações sociais e políticas. Este discurso tomaria não somente o debate de ordem política e social, mas também, e principalmente, a educação e o cuidado com a infância, tanto na Europa quanto no Brasil.

³⁷⁷ GONDRA, 2004

³⁷⁸ PENNA, 1921c:194

³⁷⁹ ROSEN, 1980: 80-83

II.3. HIGIENE ESCOLAR E EDUCAÇÃO INTEGRAL

O discurso de Belisário Penna, visto acima, tem raízes na sua formação nas faculdades de medicina pelas quais passou³⁸⁰. Os discursos contidos nas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) podem ajudar a compreender a relação entre o discurso higienista ensinado na instituição e as idéias divulgadas pelos médicos que passaram por estas instituições no século XIX. Para tanto, utilizarei a análise de José Gondra sobre as teses da FMRJ procurando nestas a formação de um discurso sobre a higiene escolar, numa perspectiva que deveria conciliar a educação física, moral e intelectual da criança³⁸¹. Deste modo, procurarei explicitar as concepções de educação infantil que foram discutidas no Brasil durante o século XIX e foram tomadas como *repertório* por Penna.

No Brasil, como demonstrou Gondra, as discussões acerca da higiene, e da relação desta com a educação infantil, foram o foco de várias teses na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ). A intelectualidade médica brasileira, no século XIX, propôs um projeto de formação a ser desenvolvido nas escolas, colocando nos princípios da racionalidade médica a base da construção material das escolas e dos programas escolares, numa perspectiva civilizatória. Na narrativa destes, salta a dualidade entre a natureza – de rara beleza topográfica, botânica, climática e celeste – e a cidade – feia, suja, fétida, insegura, doente, negra, imoral e iletrada. A ação educativa e civilizadora eliminaria os fatores adversos, os vícios, produzindo uma nação regenerada e grandiosa para os indivíduos, a sociedade e o Estado³⁸².

A chave de leitura higienista na educação, que tomou corpo na Europa do século XIX, teve sua correspondente no Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, através da leitura dos médicos da FMRJ. A idéia de educar física, intelectual e moralmente a criança, que esteve presente como um aspecto da pedagogia do Iluminismo desde Rousseau, foi a tônica de um discurso utópico de educação divulgado pelos médicos da corte. O autor francês, tido como o pai da pedagogia contemporânea³⁸³, foi um dos mais citados entre os doutores formados na FMRJ³⁸⁴.

³⁸⁰ Este começou seu curso na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e terminou na Faculdade de Medicina da Bahia.

³⁸¹ GONDRA, 2004.

³⁸² Idem, 2004:22

³⁸³ CAMBI, 1999:342

³⁸⁴ Foram 23 citações a Rousseau por 10 teses, sendo superado em citações somente por Michel Levy, com 26 citações por 6 teses. GONDRA, 2004: 541-552.(Anexo 6).

As pesquisas sobre aspectos do higienismo no Brasil revelaram nos últimos anos que os médicos não tinham o controle das políticas de saúde pública. Como ressaltou Tânia Pimenta, este eram, em alguns momentos, chamados a aconselhar sobre a saúde pública e mesmo assim tinham dificuldades de fazê-lo, pelas dificuldades da elite médica para impor as medidas preconizadas, além do dissenso entre o próprio grupo³⁸⁵. De acordo com a análise de Edmundo Coelho, os médicos não teriam meios econômicos, políticos ou sociais para levar a cabo um projeto de medicalização, resumindo-se o palavrório médico apenas ao discurso que não conseguia penetrar de fato na sociedade³⁸⁶.

Não obstante, o discurso, fundado no aspecto da ordem e da moral, propunha uma pedagogia higienista para toda a sociedade, que promoveria a melhora do homem no futuro através da educação da criança. Em tom de pregação moral, Antonio Portugal, em 1853, escreveu em sua tese, fazendo referência à relação entre a moral e aperfeiçoamento físico³⁸⁷:

Quando o baixel da vida vaga no mar encapelado das paixões, e a bússola da razão desnordeada não pode levá-lo ao porto desejado, o da salvação, é isto uma das condições para que se realize o dito de que – o viver é sofrer. (...) Esta vida será melhorada, mas não de todo sanada, pois que o homem tendo-se achado com a razão desvairada pela embriaguez das paixões lançou-se aos prazeres sensuais sem reservas e o seu organismo pelo muito prestar-se a estes desejos irresistíveis, a estas tendências inabaláveis por demais desregradas, ficou de alguma sorte deteriorado e carregando sobre si o peso da dor e dos sofrimentos, que muitas vezes servem de legado a infeliz prole³⁸⁸.

Na perspectiva de Portugal, que pode ser vista como um exemplo de um discurso mais amplo entre a elite médica, o desregramento e a embriaguez das paixões levariam à perdição, fruto de uma vida irracional. E o dever da educação seria melhorar um pouco a vida de sua prole, futuro da nação, mesmo que esta não pudesse ser saneada como um todo. Assim, aos poucos, um novo rumo seria dado à nação.

³⁸⁵ PIMENTA, 2004.

³⁸⁶ COELHO, 1999.

³⁸⁷ GONDRA, 2004:226-227

³⁸⁸ Apud Idem, 2004:226-227

No estudo elaborado por Gondra, observamos que as teses referentes ao tema da educação discorriam sobre três temas básicos: (1) a influência da educação física no homem (6 teses); (2) as regras de higiene escolar para a conservação e desenvolvimento das forças físicas e intelectuais(8 teses); e (3) a educação física, intelectual e moral da mocidade em sua interface com a saúde (2 teses). Não obstante, entre estes grupos a interseção entre os argumentos era clara, mostrando certa unidade discursiva. Na tese de Antonio Gomes (1852)³⁸⁹, fica patente a relação entre a educação física, moral e intelectual:

Mas, para que ele [o homem] possa elevar-se à posição excelsa para que fora destinado, incessantes cuidados em prol de seu desenvolvimento físico, da perfeição de seu moral, e da cultura de sua razão e inteligência são altamente necessários. Dirigir o físico, aperfeiçoar o moral, e cultivar a razão e inteligência, tal é o tríplice fim à que se propõe a educação. O homem será um raquítico e fraco, robusto e forte, um demônio ou anjo, um ignorante ou um sábio, conforme a educação que se lhe tiver dado. Tratar da educação, no que diz respeito ao físico do homem, tal é a tarefa de que nos encarregaram. (...) ³⁹⁰

O médico, na sua tese, tomou para si a tarefa de tratar da educação física, moral e intelectual do homem e lhe dar condições de elevar-se. Caso contrário, este seria fraco, raquítico e ignorante: um demônio. Esta educação foi designada educação integral.

A prescrição da agenda médica para a educação deveria ser levada a cabo pelos professores e diretores das escolas que, no entanto, não estavam preparados no conhecimento do método e nem tinham um espaço escolar adequado, segundo a perspectiva dos formuladores destas normas. Estes problemas foram sugeridos por Vasconcellos (1888), quando em sua tese fez um diagnóstico sobre as condições materiais das escolas:

Entre nós, felizmente já se vai compreendendo a utilidade destes exercícios; é verdade que os professores ainda não estão, em grande número, industriados no método a estabelecer, tanto que vemos as crianças começarem estes exercícios simultaneamente pelos dois

³⁸⁹ Esta tese faz parte da primeira categoria analisada por Gondra, com teses intituladas “Influencia da educação physica no homem”. Idem, 2004:150.

³⁹⁰ Apud Idem, 2004:151

graus. Além disso, os professores fazem executar esta parte do programa de ensino, nas próprias salas de aulas, muitas vezes tão acanhadas que mal tem espaço para a mobília escolar. Os resultados a colher-se nestas condições, não podem ser satisfatórios e transforma-se assim esse poderoso modificador em uma inutilidade.³⁹¹

Quanto às prescrições para a educação escolar, o conteúdo do discurso médico fazia diversas observações, tais como a localização, dimensão e arquitetura dos estabelecimentos – com a preocupação maior de distanciar as escolas de focos de infecções e aplicar os preceitos de construções higiênicas –; a proibição do contato entre meninos de diferentes idades; a normatização dos tempos e tipos de aulas e recreios; a quantidade, qualidade e rotinas de alimentação; as vestimentas a serem utilizadas; a organização dos quartos, do sono, dos sentidos, das excreções e dos banhos; a natureza do trabalho físico e intelectual; e os princípios morais e disciplinares nas relações escolares e nos próprios conteúdos³⁹². Ainda assim, para Armonde (1874), nem todas as questões podiam ser pontuadas, dado o montante de problemas suscitados pela relação entre educação e higiene. Este, no princípio de sua tese, deixa clara a intenção de produzir uma relação entre a causa educacional e a questão da saúde, alicerce da melhora do estado sanitário, da civilização e do engrandecimento moral e material da corte e de seus habitantes³⁹³:

Vamos, pois descrever, de maneira geral o estado da educação física, moral e intelectual da juventude, nesta grande e importante cidade.

À medida que discorreremos, falaremos das relações existentes entre esse estado e a saúde dos habitantes, procurando mostrar que moléstias há entre nós, cujo desenvolvimento é devido à imperfeita educação; concluindo que, com o aperfeiçoamento desta, muito ganharão o nosso estado sanitário e a nossa civilização, a nossa futura grandeza, seja material ou moral.

A educação, todos o sabem, compreende três ramos: educação física, moral e intelectual. Tão íntimas são as relações que entre si guarda esta tríplice ramificação, que muitas questões não podem ser completamente classificadas (...)

³⁹¹ Apud Idem: 2004:335

³⁹² Idem, 2004:153-154

³⁹³ Idem, 2004:155

Belisário Penna entrou na FMRJ em 1886, tendo concluído seu curso na Faculdade de Medicina da Bahia em 1890. Muito provavelmente este teve contato com a bibliografia referente ao tema da higiene. Sem embargo, para além dos princípios de higiene, Penna teve contato com um novo tipo de ensino na FMRJ, proveniente das inovações da Reforma Sabóia (1880-1889), que previam o ensino prático e o ensino livre na FMRJ. Nesta, o “ensino prático” e o “ensino livre”, conceitos vindos da vanguarda do desenvolvimento científico alemão, foram colocados como bandeira de ordem, mudando profundamente as condições materiais de ensino, criando novas instalações e ampliando os laboratórios e abrindo cursos abertos a todos os interessados³⁹⁴. Além dos conhecimentos teóricos, Belisário Penna e outros médicos formados no final do século XIX tinham uma formação que lhes proporcionava condições de agir com mais eficácia sobre os problemas da nação.

Na preleção de higiene, realizada em 1925, na Escola Regional de Meriti, Penna propunha com veemência a prática destes preceitos:

A prática dos preceitos de higiene individual, escolar e familiar, deve constituir hábito banal, como tem sido até agora o seu desrespeito.

Os hábitos higiênicos já se encontram arraigados em alguns povos, sobretudo nos de origem anglo-saxônica, que são, por isso os mais robustos, mais resistentes e de mentalidade mais equilibrada. Não somente a higiene individual, a domiciliar e a escolar, mas a pública e a social constituem constante e especial preocupação dos seus governos e classes dirigentes³⁹⁵.

Penna, assim como diversos médicos na virada do século XIX para o século XX, propunha um caminho paralelo entre a educação e a saúde. Esta tendência higienista possibilitou, não somente no Brasil mas em toda a Europa e Estados Unidos, propostas pedagógicas que realçaram as relações entre a visão da criança e as formas escolares da educação, tanto pela via da puericultura, que ditava a racionalização e padronização da educação em saúde, quanto pelas vias pedagógicas do Ativismo e da Escola Nova, na qual alguns educadores eram médicos de formação.

³⁹⁴ FERREIRA, FONSECA e EDLER, 2001:75.

³⁹⁵ PENNA, 1925:3

II.4. PUERICULTURA, ATIVISMO E ESCOLA NOVA

A segunda metade do século XIX, no tocante à educação infantil, mostrou-se fértil em conexões entre as propostas médico-higienistas e idéias pedagógicas. No campo da medicina, com a puericultura, os médicos procuraram assumir sua missão civilizatória, ambicionando arregimentar as consciências e impor regras para o exercício de cada um dos pequenos cuidados com as crianças³⁹⁶. Ao mesmo tempo, no seio dos projetos pedagógicos do Ativismo e da Escola Nova estava uma relação entre os discursos da psicologia, da biologia, da medicina e da nutrição, formando sistemas de ensino, que guardavam certa especificidade entre si, apesar de, em geral, manterem uma linha geral.

A puericultura é definida hoje em dia como “o conjunto de técnicas empregadas para assegurar o perfeito funcionamento físico e mental da criança, desde o período da gestação até a idade de quatro ou cinco anos, e, por extensão, da gestação à puberdade”. Tal definição está baseada no pressuposto de que a atenção à criança pensada em todos os seus aspectos – biológicos, psicológicos e sociais – pode prevenir doenças, auxiliar na expressão genética livre de influências do meio resultando em “um adulto mais saudável, com melhor qualidade de vida e, certamente mais feliz”³⁹⁷.

Contudo, como demonstram Bonilha e Rivorêdo, esta concepção foi fruto de discussões ao longo do século XX, principalmente a partir dos anos 1960, com um grande número de publicações que criticaram o caráter neutro e positivo da puericultura. Através do referencial teórico das ciências sociais, sublinharam-se os aspectos políticos e econômicos desta prática social, explicitando motivos, objetivos e conseqüências que ultrapassavam uma simples elaboração de normas científicas para o desenvolvimento da criança³⁹⁸.

No Brasil do final do século XIX, os primeiros textos sobre instituições de educação infantil da República colocavam a puericultura como um meio de educar as crianças e as mães pobres. A criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), fundado por Moncorvo Filho em 1889 no Rio de Janeiro, foi um dos meios para promover a organização familiar e, logo, uma organização social que julgavam adequada. De acordo com Kuhlmann Jr., afora o serviço de creche, esta instituição tinha

³⁹⁶ MARQUES, 2000:34

³⁹⁷ FERREIRA, Aurélio, 1999; RICCO, R. et al, 2000. Apud BONILHA e RIVORÊDO, 2005: 7

³⁹⁸ BONILHA e RIVORÊDO, 2005: 7-8

como objetivos oferecer cursos para as mães, inspecionar e regular as amas de leite, estudar as condições de vida da criança pobre, providenciar proteção contra o abuso e a negligência para com menores, inspecionar escolas, fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias, complementando, planejando e conformando os cuidados familiares³⁹⁹.

A educação da mulher previa sua preparação nos “mistérios da puericultura”, de modo a que estas se tornassem mães-modelo e agissem conforme seu ‘destino’ de cuidar do destino da nação. A puericultura também foi incluída, como matéria a ser ensinada, nos programas das escolas normais, local não somente de formação profissional, mas também de educação feminina, de futuras mães. O médico baiano Alfredo Ferreira de Magalhães, diretor da filial do IPAI em Salvador, em relatório sobre o Congresso internacional de Proteção à Infância em Bruxelas (1913), refere-se a propostas de incluir o ensino da puericultura já no Jardim de Infância. Enquanto aos meninos eram destinados os jogos de construção, às meninas a boneca poderia ser um brinquedo mais instrutivo, transformando-se as escolas em “uma amável escola de mamãezinhas”⁴⁰⁰.

Desde a reforma do ensino no estado da Bahia, em 1895, Alfredo Magalhães lecionava a disciplina de “Higiene Geral e Infantil” no curso normal. Suas dez lições sobre a puericultura, iniciadas em 1910, pretendiam acompanhar o movimento progressista que se desenhava no velho mundo, relacionando a puericultura preventiva e definitiva com a eugenia – que almejava o aperfeiçoamento da raça pelo controle de casamentos e reprodução e pela educação higiênica e moral –, visando o desenvolvimento físico, psíquico, intelectual e moral da criança e da nação. Para Alfredo Magalhães, a “colaboração médico-pedagógica” era “uma necessidade inadiável e indispensável ao progredimento nacional”⁴⁰¹. Para Belisário Penna, em sua *Preleção de Higiene*,

o professor que tiver conhecimentos de biologia, de higiene, de puericultura e de maternologia prestará à sociedade serviços incomparavelmente mais valiosos do que um médico competente e caritativo, que se limita a tratar de seus clientes, sem se preocupar com os meios de extinguir as doenças.

³⁹⁹ KUHLMANN Jr., 2000:12; FERREIRA e FREIRE, 2005:310

⁴⁰⁰ Idem, 2000: 13

⁴⁰¹ Idem, 2000: 13-14

A escola de hoje, depois das maravilhosas conquistas das ciências, a partir do meado do século passado [XIX], não se destina mais à simples alfabetização e ao ensino de rudimentos de aritmética.

A sua missão é principalmente educadora, no sentido mais elevado desta função de ordem física, moral e social.

À mulher está reservada essa missão sublime, através da escola primária.⁴⁰²

Ao citar este discurso de Penna, vale destacar o ambiente em que este se pronunciava e qual o seu público. Penna, neste discurso, está diante das próprias professoras da Escola Regional de Meriti, das autoridades locais – provavelmente não só de Meriti, mas de outros locais da baixada – e dos moradores daquela vila pobre na zona rural limítrofe à Capital. Neste sentido, o médico procura divulgar e reforçar aspectos da puericultura, voltados para a educação infantil, sendo três os principais nesta citação, a saber: a formação e engajamento do professor em matérias médicas; a educação como promotora da constituição física, moral e social da criança e a primazia da mulher como a formadora das novas gerações. Este pronunciamento, não somente procurava dar força ao discurso médico no meio rural, como também procurava incentivar as professoras ao conhecimento de princípios médicos higienistas e dar legitimidade de ação a estas no meio meritiense.

No Brasil, o aspecto da incorporação feminina foi fundamental para a estratégia de higienização da infância, envolvendo a assistência materno-infantil e a divulgação de diretrizes sobre a educação das mães, do controle dos casamentos e da sexualidade. Como analisam Ferreira e Freire, o principal agente divulgador desta causa foi o médico Arthur Moncorvo Filho, que associou ao tema da puericultura a constituição da nação brasileira, desenvolvendo modelos institucionais e ideológicos que expressavam uma percepção médica com a pretensão de incorporar-se ao poder público, mas que acabou assumindo ares de uma cruzada pessoal⁴⁰³. Este objetivava a reprodução eugênica da população e a educação física e moral das crianças.

A incorporação das mulheres ao projeto médico-pedagógico foi um aspecto relevante, num momento em que se reorganizavam as relações de gênero na nova ordem

⁴⁰² PENNA, 1925:6

⁴⁰³ FERREIRA e FREIRE, 2005: 310-311. Esta experiência que pretende criar, através de um modelo ideológico médico, um sistema nacional, público, institucionalizado e centralizado de saúde e que toma relevo de cruzada pessoal pode ser encontrado no exemplo de Belisário Penna e sua campanha pelo Saneamento do Brasil.

republicana vigente. A visão da mulher na virada do século XIX para o século XX era, e ainda é, objeto de intenso debate, especialmente no que tange à dicotomia entre a liberdade feminina e o seu destino de mãe e esposa, zelosa de seu lar⁴⁰⁴. Para além da dualidade entre o público e o privado, a virada para século XX inaugura uma nova sociabilidade, que exigia mulheres prendadas, capazes de conversar, agradar e circular pelos espaços sociais da vida mundana nas associações e salões literários. As escolas para as mulheres deveriam preparar para o exercício destes novos papéis sociais numa cidade que se urbanizava⁴⁰⁵. Dando à mulher, além da responsabilidade do lar, do cuidado dos filhos e dos trabalhos domésticos, a organização de festas e reuniões, a caridade e a filantropia.

Às mulheres, no ideário burguês europeu, estava destinada a filantropia, fundamentada, segundo Marques, “quase que exclusivamente na expectativa da modificação de comportamentos e atitudes, em busca de uma mobilidade social, de corações e espíritos, dos membros das classes populares”⁴⁰⁶. As visitas para cuidados com a saúde, iniciadas na Inglaterra em 1770 no Dispensário Geral de Letsom, foi tornada compulsória em 1840 e destinada às mulheres:

Se algumas senhoras benevolentes pudessem congregar-se para formar comitês distritais para visitar e inspecionar o estado de saúde das crianças indigentes doentes e relatar ao Comitê do Dispensário Universal para a Criança Pobre, do qual tornar-se-iam uma parte integrante, quantas lágrimas de gratidão não rolariam dos olhos de pais inconsoláveis, ao vê-las tão prestativas, resgatando da morte seus rebentos desesperançados e adoentados.⁴⁰⁷

Em 1862, a prática de visitas domiciliares pelas mulheres estava relativamente organizada, através do estabelecimento da *Associação das Senhoras para a Reforma Sanitária* de Manchester e Salford. Partindo destes dois distritos, as visitas se prolongaram pelos quarenta anos seguintes, transformando-se em ocupação para as senhoras de elite, ricas e educadas, que preenchiam seu tempo ocioso assistindo os necessitados. Desta experiência, nasceram novas formas profissionais em saúde destinadas às mulheres – enfermeiras treinadas e parteiras credenciadas – e uma nova

⁴⁰⁴ SOIHET, 1989

⁴⁰⁵ MIGNOT, 2002:127

⁴⁰⁶ MARQUES, 2000:35

⁴⁰⁷ MC CLEARY, 1933:84 Apud MARQUES, 2000:36

forma da medicina chegar ao seio das famílias, através das Escolas para Mães formadas pelas Associações de Senhoras, com o intuito de oferecer aulas de economia doméstica, palestras de saúde, orientações culinárias e demonstrar cuidados especiais com os bebês, com a limpeza das roupas e das habitações.⁴⁰⁸

Assim como na Europa, a incorporação das mulheres de classes altas e médias foi um dos pólos da assistência sanitária materno-infantil, engajadas em ações de auxílio aos pobres de instituições filantrópicas de base assistencial, como demonstraram Ferreira e Freire. As *Damas da Assistência à Infância* atuaram sempre em parceria com os médicos ligados ao IPAI, cabendo a esta associação ensinar na prática novas técnicas de cuidados com a criança, confeccionar roupas a serem doadas para famílias pobres, organizar festas para arrecadar donativos, em especial brinquedos. Esta mobilização das mulheres pelos médicos era apoiada em quatro princípios: (1) a vocação biológica e missão social da mulher-mãe; (2) a elevação das funções maternais a profissão científica moderna; (3) a responsabilidade da mãe pela correta formação moral dos filhos; e (4) a transmissão pela mulher dos valores e habilidades necessários à inserção produtiva dos filhos na sociedade⁴⁰⁹.

As mulheres, no princípio do século XX, começavam a tomar parte nas questões sociais, seja nas funções educacionais, científicas, nas artes ou nas letras. De acordo com Mignot, a jovem Armanda procurava se espelhar sobretudo no exemplo de Júlia Lopes de Almeida, uma das mais famosas escritoras da época⁴¹⁰. Esta representava a imagem de uma mulher que conseguia conciliar as atividades domésticas com o mundo das letras, abordando temas de seu tempo com leveza e sabedoria. O texto de Júlia Almeida incitava as leitoras a refletirem sobre a educação e a condição feminina, difundindo um novo ideal de mulher, a guardiã do progresso⁴¹¹.

A autora divulgou uma visão onde, por meio do trabalho, a mulher poderia fugir da apatia, da ociosidade e da frivolidade, podendo encontrar sentido para sua vida, e tornando-a mais sedutora aos olhos dos homens. No lugar dos romances de folhetins, esta propunha a leitura de revistas instrutivas e de agricultura, onde as mulheres

⁴⁰⁸ MARQUES, 2000:36-37

⁴⁰⁹ FERREIRA e FREIRE, 2005:311

⁴¹⁰ Júlia Lopes de Almeida nasceu em 1862, no Rio de Janeiro, filha do médico e professor Valentim José da Silveira Lopes, Visconde de São Valentim. Iniciou sua vida literária escrevendo folhetins e contos para a *Gazeta de Campinas*(1881), na cidade onde morou na infância. Mudando-se para o Rio de Janeiro, passou a escrever em *A Semana*, a partir de 1887, casando-se com o diretor da revista. No início do século XX notabilizou-se como escritora, com produção vasta que abrangia romances, contos, literatura infantil, teatro, jornalismo, crônicas e obras didáticas. MAGALDI, 2007:26.

⁴¹¹ MIGNOT, 2002:146-147

aprenderiam a plantar, semear, cultivar pomares, criar galinhas, colher ovos, vender a produção, fazer a escrituração da fazenda, cuidar dos enfermos, colaborar com o progresso⁴¹². Deste modo, poderiam educar os colonos rurais nas técnicas de agricultura e pecuária e nos cuidados médicos-higiênicos, para que estes se fixassem no campo. Educar os filhos dos imigrantes seria uma das atividades mais nobres a serem empreendidas.

Não obstante, estes cuidados estavam imersos em considerações de ordem moral que pretendiam mostrar o valor do trabalho e rechaçar a ignorância e a vagabundagem. Em *Correio da Roça* (1913)⁴¹³, Júlia Almeida escrevia:

Li há vários dias que ‘a estatística prova que o maior contingente de delinquentes é fornecido pelos analfabetos’. Cada espírito que vocês tiram das trevas da ignorância é a probabilidade de um criminoso a menos. Assim vocês vão cultivando para o bem terras e almas.⁴¹⁴

Para Reis, Júlia Almeida cumpria a função de “dirigir a mulher de volta ao lar, para a sagrada missão de mãe e, como professora, para o seu sublime papel de missionária da civilização”⁴¹⁵. Não obstante, as condições de vida na zona rural eram deficientes, sendo especialmente difícil para as mulheres conviverem com o pagamento relativamente baixo e a condição de isolamento. Isto gerava abandono ou transferência das escolas das áreas mais precárias em curto prazo, com a fixação das professoras nas áreas urbanas, onde poderiam ter alguma importância social e conseguir um casamento em uma família local⁴¹⁶.

Este ambiente das cidades brasileiras, que proporcionavam uma nova inserção da mulher nos espaços de sociabilidade, trazia um outro elemento de valorização da relação entre a Educação e a Saúde: a entrada, ainda que tímida, de conceitos pedagógicos europeus fundados nas teorias das escolas novas e do ativismo. Estes princípios, fundados em práticas educativas com base em estudos de psicologia, biologia e medicina, proporcionaram uma nova forma de ver a experiência de educação

⁴¹² MIGNOT, 2002:147

⁴¹³ Este romance epistolar foi lançado primeiramente em folhetim no jornal *O país* de 7 de setembro de 1909 a 17 de outubro de 1910. Depois publicado pela Francisco Alves do Rio de Janeiro em 1913. (fonte: GT A Mulher na Literatura. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística. Catálogo: Júlia Lopes de Almeida. Disponível on-line: www.amulhernaliteratura.ufsc.br)

⁴¹⁴ ALMEIDA, 1987:134 Apud Idem, 2002:148

⁴¹⁵ REIS, 1991:80 Apud Idem, 2002:148

⁴¹⁶ O’NEIL, 1975:28 Apud Idem, 2002:148

nas classes médias e altas. Apesar de não ter frequentado desde a infância uma escola formal, a jovem Armanda frequentou esporadicamente desde 1910 o Colégio Jacobina, organizado pela família Jacobina Lacombe e que contava com a participação de professores americanos, ingleses e intelectuais brasileiros, como Heytor Lyra⁴¹⁷.

Baseado nos métodos do Colégio Progresso, criado em 1878 pela americana Miss Eleanor Leslie Hentz, em Santa Teresinha⁴¹⁸ – onde haviam estudado Isabel Jacobina Lacombe, Marieta Jacobina Rabello e Francisca Jacobina Lacombe –, o Colégio Jacobina foi fundado em 1902, procurando tornar o ensino mais agradável e transformou-se em um espaço de sociabilidade, onde professores, alunos, vizinhos e a família dos alunos tinham um pacto social de sensibilidade. No Colégio Jacobina, as aulas de Linguagem, Redação, Caligrafia, Recitação, Geografia, Francês, Física, Calistenia, Botânica, Desenho, Geografia, História, Música e Religião se compunham com cantos, recitais, merendas, recreios, orações e palavras de conselho⁴¹⁹.

Armanda, em 1910, havia se mudado para o bairro do Flamengo, região para a qual a elite carioca se dirigia após a reforma de Pereira Passos. Nas vizinhanças do Colégio, seguindo os novos hábitos de lazer recém descobertos e valorizados como benéficos à saúde, tomava banho de mar. Neste espaço conheceu as alunas do Colégio, pertencentes às famílias Aguiar, Buarque, Niemeyer, Osório de Almeida, Rodrigues Peixoto, Rios Bastos e Teixeira⁴²⁰. Ampliando seu círculo de amigas, passou a ir ao Colégio, em 1910, e participou entre 1912 e 1914 do Curso Especial de Literatura, ministrado pelo inglês Mr. Norie, recém-chegado da Inglaterra⁴²¹. Entre 1917 e 1919, Armanda já dava seus primeiros passos no magistério, como professora do próprio Colégio Jacobina. Uma de suas ex-alunas, Beatriz Osório, lembrava em 1952 num artigo sobre Armanda, publicado no Jornal Traço de União – organizado pelas alunas do Jacobina –, as aulas de Armanda:

Lembro-me das aulas nos jardins do colégio, sentadas no gramado, ao redor da cara mestra, que trazendo ao colo uma coleção de flores e bichinhos que nós, as alunas apanhávamos em nossas

⁴¹⁷ LACOMBE, 1962; Idem, 2002:126

⁴¹⁸ A influência do Colégio Progresso na renovação da educação feminina foi registrada em textos de Rui Barbosa, Silvio Romero e Olavo Freire. LOURENÇO FILHO, 1962; Idem, 1962:8-12.

⁴¹⁹ MIGNOT, 2002:128

⁴²⁰ LACOMBE, 1962: 113-118; Idem, 2002:126

⁴²¹ Idem, 2002:136

excursões ‘científicas’, por Paineiras ou Silvestre, ia saciando a curiosidade e aumentando a vontade de saber (...)

Tudo isso aprendíamos sem fazer grande esforço, tão vivas e tão coloridas eram as aulas de Mandinha [Armanda], precursora da ‘Escola Ativa que mais tarde tantos adeptos conquistou. Os deveres de casa constavam sempre de animal ou vegetal que tivéssemos à mão para que fosse possível desenhá-lo.

Em casa, animadas pelo espírito da professora, possuíamos o nosso museu, plantávamos feijões, milho, e criávamos lagartas para observarmos a metamorfose completa das borboletas. Tudo isso era feito com método e seguido de pequenos relatórios anotados diariamente⁴²².

A esta época, alguns princípios do Ativismo começavam a chegar ao Brasil, seja através dos professores estrangeiros que lecionavam nas escolas nacionais, seja através dos professores brasileiros que tinham condições de entrar em contato com estas teorias. Fruto das transformações de uma sociedade que se diversificava e se massificava na virada do século XIX para o XX, o ‘ativismo’ surgiu de diversas e idiossincráticas experiências de psicólogos, médicos, filósofos e educadores em forjar uma pedagogia de cunho mais científico e, ao mesmo tempo, que sublinhasse as necessidades e capacidades da criança, através do cultivo de sua liberdade. Segundo Cambi, a massificação da vida social, a evolução dos grupos subalternos, a criação de novos estilos de vida e o dualismo entre o crescimento da democracia e da participação e a conformação social criaram um ambiente propício, no século XX, para novas propostas educativas derivadas do pragmatismo americano, do marxismo, do totalitarismo, do personalismo cristão e do crescimento científico da pedagogia⁴²³.

As pedagogias das escolas ativas, com suas especificidades, tinham como característica comum e dominante a valorização da atividade da criança. Esta deveria ser libertada dos vínculos da educação familiar e escolar tradicional, em prol de uma educação “espontaneamente ativa”. Dentro de uma perspectiva que relia as experiências do Iluminismo de Rousseau e do Romantismo de Pestalozzi e Fröbel, esta concepção apostava no afastamento do ambiente artificial da cidade e na liberação da criança dos vínculos sociais do mundo adulto. Procurava o “interesse espontâneo” da criança no ambiente externo, no contato com a terra e com a natureza.

⁴²² Apud Idem, 2002: 138

⁴²³ CAMBI, 1999:509-513

O ato de sair das salas, ir ao gramado do jardim livremente, colher flores, criar bichinhos entre outros aprendidos e empregados por Armanda no Colégio Jacobina, mostravam uma afinidade com uma pedagogia que começava a ganhar o mundo em um movimento que se pretendia internacional. Para Cambi,

“o ‘ativismo’ estava ampla e nitidamente consciente de ter operado uma reviravolta profunda na pedagogia ocidental, mantida com empenho missionário, além da vontade de afirmar-se através de associações internacionais (...) e congressos, nos quais eram afirmados e defendidos os princípios da educação nova”⁴²⁴.

A valorização da atividade, do interesse e da liberdade da criança e a centralidade do estudo do ambiente, eram associados a uma nova socialização, ao antiintelectualismo e ao antiautoritarismo nas relações educativas, procurando atingir a “aprendizagem real e orgânica” baseada na motivação e no interesse da criança⁴²⁵.

A proposta das escolas novas era aplicar tais princípios – próprios das novas teorias da psicologia, da biologia, da medicina e das ciências humanas – à realidade da criança, forjando teorizações a partir da prática pedagógica. Estas escolas eram “portabandeiras e modelos” de uma nova experiência educativa que almejava a participação ativa dos cidadãos na vida social e política da nação e, ao mesmo tempo, uma voz de protesto contra a sociedade industrial e tecnológica. Este modelo foi desenvolvido, majoritariamente, a partir de uma concepção ideológica democrática e progressista, apesar de guardar em si própria uma compreensão individualista do homem, inclinada à noção de autonomia da consciência e de liberdade pessoal de escolha como necessidades essenciais⁴²⁶. Entre os mais destacados fundadores e adeptos de concepções da escola nova estiveram Cecil Reddie (Inglaterra), Edmond Demolins (França), Ovide Decroly (Bélgica), Hermann Lietz, Gustav Wyneken e Georg Kershensteiner (Alemanha), Edouard Claparède (Suíça), John Dewey (Estados Unidos) e Maria Montessori (Itália).

De acordo com Cambi, estes experimentos foram iniciados na Inglaterra, por Cecil Reddie (1858-1932), que abriu uma escola para meninos entre 11 e 18 anos que contrapôs ao “programa formativo antiquado” (línguas mortas à frente e línguas vivas e

⁴²⁴ Idem, 1999:526

⁴²⁵ Idem, 1999: 526

⁴²⁶ Idem, 1999:515

ciências deixadas de lado) o desejo de “conseguir um desenvolvimento harmônico de todas as faculdades humanas” para que os meninos estivessem “em condições de cumprir todos os objetivos da vida”. Assim, a escola deveria ser “um pequeno mundo real e prático” que associasse “a inteligência (...), a energia, a vontade, a força física, a habilidade manual, a agilidade”⁴²⁷. Recorrendo explicitamente a esta perspectiva, Edmond Demolins (1852-1907), na França, criou a *École des Roches*, vendo no campo a realização destes ideais, baseando-se na idéia de que num local onde há muito a fazer (semi-selvagem) as crianças teriam “plena liberdade” e poderiam morar em “casas confortáveis”, tendo a sensação da vida real – numa família saudável e feliz. Inspirada nos dois primeiros, Hermann Lietz, na Alemanha, produz a sua própria escola no campo destinada às crianças. Nestes exemplos, o contato com a terra era fundamental para a educação, pois além de dar a sensação de liberdade, a terra era vista como o elemento predominante nas atividades econômicas e sociais⁴²⁸.

Na Alemanha, foram diversos os empreendimentos de escolas novas e adaptadas às condições do campo ou vinculados à natureza, porém a disseminação destes ideais se deu numa característica diferente das propostas anteriores. A principal crítica colocada às escolas de Reddie, Demolins e Lietz estava no seu aspecto de “ilha privilegiada, destinada a poucos afortunados, de boa extração econômica e social, e radicalmente distante dos problemas emergentes com a escola de massa”⁴²⁹. A escola de Gustav Wyneken se diferenciou deste modelo ao adotar um modelo antiburguês e libertário, influenciando a juventude alemã até a Primeira Guerra, dentre ela o mais famoso foi Walter Benjamin, seu aluno⁴³⁰.

Enquanto isso, outras propostas surgiam, como a de Kershensteiner centralizando no conceito de “escola de trabalho” – o aluno deveria ser introduzido ao trabalho, atividade fundamental do homem⁴³¹ –, como a de August Heyn na escola-jardim – colônias escolares no subúrbio de Berlim criadas em terras do governo, onde crianças de 10 a 14 anos eram educadas, enquanto produziam hortaliças para o abastecimento de Berlim – ou como a de Wilmersdorf que tomando o conceito de “escola de trabalho” criou uma “comunidade educativa” onde os alunos, “jovens lavradores”, trabalhavam e podiam comprar os produtos comercializados pela escola

⁴²⁷ Idem, 1999:515.

⁴²⁸ Idem, 1999:515-516. Segundo Alberto Sampaio, Lietz teria influenciado Armanda na construção da Escola Regional de Meriti. Ver parte 3.3. desta dissertação.

⁴²⁹ Idem, 1999:516.

⁴³⁰ Idem, 1999:516.

⁴³¹ Idem, 1999:517.

pela metade do preço⁴³². Nestas últimas concepções, a questão das massas é colocada muito mais como inclusão na produção e no mundo do trabalho, ao contrário da concepção libertária de Wyneken⁴³³.

Armanda certamente conhecia os conceitos fundamentais da Escola Ativa, embora não se possa definir ao certo quais teóricos e teorias esta conhecia pela leitura dos originais e quais esta conhecia pelas aulas no Colégio Jacobina. No entanto, podemos ver no comentário da ex-aluna Beatriz Osório sobre as aulas de Armanda e na apresentação de Lourenço Filho ao livro de Laura Jacobina a presença de métodos da escola ativa no Colégio Jacobina:

Logo ao primeiro contato, o que nele mais me deveria impressionar não era o fato de se haver constituído como um centro de renovação técnico-pedagógica, como realmente era e continuou a ser. Não posso, por exemplo, esquecer que já antes de 1930 suas classes primárias representavam das mais belas realizações do sistema de “centros de interesse” de Decroly, quando ainda esse educador belga lutava por implantar-lhe os princípios nas escolas de seu próprio país.

A renovação técnica é certamente de maior importância na vida de uma instituição de ensino. Mas o que logo me fazia distinguir o Jacobina de outras escolas era o ambiente, que ali se criara, de um cálido sentimento de simpatia humana, daquilo que com simplicidade podemos chamar de “ar de grande família”, logo a uma primeira visita sensível. Poucas casas de ensino conheço em que essa condição, indispensável a uma obra verdadeiramente educativa, exista de modo tão envolvente.⁴³⁴

Ovide Decroly foi um médico belga formado na Faculdade de Medicina de Grand (1896). Este recebeu prêmios e viajou em aperfeiçoamentos de estudos pelas universidades de Berlim e Paris. Na volta à Bélgica, passou por estágio em clínicas de neurologia e foi nomeado chefe do serviço de crianças retardadas e médico inspetor das classes especiais de anormais, em Bruxelas. Em 1901, começou sua carreira pedagógica, fundando um Instituto para se dedicar à pedagogia diferencial (dos

⁴³² OLIVEIRA, 1968:102-103.

⁴³³ As concepções alemãs de escola ativa, baseadas na conexão entre natureza e educação, se tornaram conhecidas no Brasil na virada da década de 1920-30, como pode ser comprovado por OLIVEIRA, 1968:102-103 e SAMPAIO, 1968:110.

⁴³⁴ LOURENÇO FILHO, 1962.

deficientes), em Uncle, desenvolvendo pesquisas através desta experiência. Estendeu posteriormente seu trabalho para as crianças não-deficientes e em 1907 fundou em Bruxelas a École de l'Ermitage, uma escola nova que o tornaria famoso e o elevaria a professor do Instituto Superior de Pedagogia de Bruxelas, a lecionar a disciplina de psicologia da infância na Universidade e a ter seu trabalho experimentado e oficializado nas escolas públicas belgas⁴³⁵.

Dentre os conceitos chaves de Decroly, dois aparecem como principais: a abordagem global do ambiente pela criança e a concepção dos centros de interesse. Para Decroly, a “globalização” é o atributo predominante da psique infantil. Os conhecimentos e as sensações infantis se formariam através de um conjunto de dados atrelados a um interesse vital, do mais concreto para o abstrato, do simples para o composto, do conhecido para o desconhecido, do geral ao particular. Assim, a criança deveria entrar em contato com o outro (sociabilidade) e com a natureza, de forma livre, para que se criassem neles noções, que por sua vez se transformariam em expressões⁴³⁶.

Na teoria de Decroly, os interesses da criança estão ligados ao que ele considerava como as “necessidades fundamentais do homem”: de alimentação, de lutar contra as intempéries, de defesa dos perigos e de agir e trabalhar. Esta concepção das necessidades, baseada na cultura evolucionista e biofisiológica do positivismo, gerava uma pedagogia baseada em três momentos, ou grandes fases do pensamento: observação, associação, expressão. A criança deveria, a partir da tomada de uma necessidade fundamental, formular noções concernentes e, por conseguinte, se interessar em relacioná-la com outras noções, para por conclusão formular uma manifestação concreta (trabalhos manuais, modelagem, desenho) ou abstrata (linguagem, leitura, escrita)⁴³⁷.

Assim como na experiência de Decroly, a proposta de escola nova de Maria Montessori surgiu de uma experiência de formação médica. Nascida em Chiaravalle, Itália, Maria Montessori transferiu-se com a família para Roma ainda na infância. Formou-se em ciências contábeis e mais tarde ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade de Roma, embora não tenha concluído o curso. Matriculando-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Roma, torna-se a primeira mulher formada em Medicina da Itália, em 1895. Em 1896, representou a Itália em um congresso

⁴³⁵ LOURENÇO FILHO, 2002:280; CAMBI, 1999:527

⁴³⁶ Idem.

⁴³⁷ Idem.

feminista em Berlim e iniciou sua carreira, como assistente na Clínica psiquiátrica da Universidade de Roma, dedicando-se ao tratamento de crianças excepcionais e deficientes⁴³⁸.

Em 1898, no Congresso Pedagógico de Turim, ressaltou a importância dos cuidados com a criança deficiente, consideradas até então como condenadas. Defendeu o seu direito à instrução como uma exigência maior do que para as crianças normais. Após sua participação neste congresso, foi encarregada pelo Ministro da Instrução Pública a organizar um curso para professores sobre métodos de educação para crianças deficientes, em Roma. Assim nasce em 1899 uma Escola Estadual de Ortofrenia, para as crianças deficientes das escolas de Roma e para as crianças dos asilos de loucos, da qual Montessori foi diretora até 1901. Procurando estudar mais profundamente os problemas de ordem pedagógica, formou-se em Filosofia e frequentou cursos de Psicologia Experimental na Universidade de Roma, assumindo a cátedra de Antropologia Pedagógica e publicando livro homônimo em 1904⁴³⁹.

Iniciando um trabalho de organização de abrigos populares e escolas infantis, em 1906, colabora com um projeto de saneamento dos bairros populares de Roma. Este trabalho abriria espaço à formação do famoso projeto da “Casa dei Bambini”, em 1907, e que seguia

um ideal da casa e da família moderna dos operários, socializados em uma comunidade de vida que devia conciliar a mãe e a trabalhadora, aproveitar todos os serviços e todas as instalações que a saneassem e a espiritualizassem, fazer da casa dos pequenos, em seu interior, um de seus elementos essenciais, interessando a responsabilidade e a boa vontade de todos os pais coabitantes na higiene e no desenvolvimento da escola, habituando-os a interessar-se pela educação dos filhos⁴⁴⁰.

Uma das principais tarefas deste trabalho seria conciliar o saneamento e a higienização da região à construção de hábitos de higiene entre as crianças da localidade e de seus pais, criando um ambiente salubre e livre de moléstias. Depois da primeira Casa dei Bambini, no quarteirão de San Lorenzo, surgiram outras em Roma e mais tarde em Milão. Sobre as crianças de Roma, Montessori diria,

⁴³⁸ MACHADO, 1986:1; BORGES, 1952:12

⁴³⁹ Idem, 1986:1-3

⁴⁴⁰ CALÒ, 1978:306 Apud MIGNOT, 2002:150

foram essas maravilhosas crianças, essas pobres e simples crianças de Roma, que me indicaram o caminho da justiça; foram elas que me persuadiram da tarefa à qual fui chamada: renovar a educação, combater com todas as minhas forças os antigos preconceitos da escravidão da criança, e, portanto, do homem; libertar sua alma de tantas cadeias, ajudá-la a viver e ajudar a humanidade a construir um mundo melhor⁴⁴¹.

Este projeto, segundo Mignot, teria inspirado o trabalho de Armanda primeiramente em Angra dos Reis e depois na Escola Regional de Meriti. Os ideais de educação sanitária e higiênica difundidos na ERM procuravam, assim como na experiência de Montessori, criar melhores condições sanitárias à Vila de Meriti. Francisco Venâncio Filho, um dos fundadores e principais sócios da ERM, ao explicar os símbolos do processo pedagógico praticado na escola diria sobre a bandeira da saúde:

A cultura da **Saúde**, que torna o ser humano “antes de tudo um forte”, pelos preceitos da higiene, prevenindo contra a enfermidade e que, depois dela, facilmente a combate, menos que ensinada, é praticada, diariamente, no interregno escolar e principalmente na convicção da necessidade de sua prática doméstica, por via da qual se vão infiltrando, lentamente, entre os adultos, de casa, os mesmos hábitos.⁴⁴²

Sobre o sistema de d. Armanda, Lourenço Filho faria a seguinte avaliação, reforçando a relação entre o projeto Montessoriano, a Escola Regional de Meriti e a organização de campanhas visando a educação das crianças e dos pais dos alunos, em particular junto às populações pobres:

Inspirada a princípio em Montessori, Armanda Alberto organizou, em breve, um sistema próprio, visando não só a educação das crianças, mas a dos pais dos alunos, problema muito particular às nossas populações rurais, e que não lhe escapou ao espírito. A escola

⁴⁴¹ Apud MACHADO, 1986:3

⁴⁴² VENÂNCIO FILHO, 1952:34

organiza campanhas de higiene, concursos de trabalhos e arte, entre os moradores da localidade, e abre a sua biblioteca à população.⁴⁴³

A própria Armanda dava grande valor à pedagogia de Montessori, baseada principalmente na experiência e na experimentação com as crianças para que se atingisse uma forma adequada às especificidades locais. Para Montessori, o adulto deveria ajudar a criança de forma indireta, com uma orientação atenta, porém não coercitiva, organizando um ambiente propício e um equipamento escolar sob medida para as crianças sem, contudo, prescindir da relação pedagógica. Esta pedagogia dava ênfase às atividades senso-motoras da criança, desenvolvidas por exercícios da vida prática e por um material didático cientificamente organizado⁴⁴⁴.

D. Armanda, envolvendo os professores convidados no processo pedagógico, costumava sugerir o conhecimento do trabalho de alguns educadores que considerava pertinentes à prática pedagógica da ERM, como Montessori e Pestalozzi. José Montes, que foi contratado como professor de carpintaria por mais de 30 anos na escola, expressou assim a relação com as indicações de Armanda

Ela me indicou Montessori. (...) É, e alguma coisa também sobre Pestalozzi, e eu até tenho alguma coisa... Isso nos dava mais condições de penetrar nessas obras de caráter social, porque Pestalozzi foi um grande educador, fez muita coisa importante, cuidou das crianças... Então, nos dava condições para a gente procurar seguir as pegadas desses grandes mestres, desses velhos mestres, isso nos ajudava muito...⁴⁴⁵

A pedagogia da Escola Regional de Meriti, formada com alguns conceitos da Escola Ativa, tinha nos trabalhos manuais, entre eles a carpintaria e a jardinagem, um alicerce importante, onde a criança experimentaria concretamente as suas atividades senso-motoras e seria habituada ao trabalho, que de acordo com Venâncio Filho, seria “função orgânica do ser normal, equivalência exterior de uma energia interna armazenada”⁴⁴⁶. Ou nas palavras da própria Armanda, citadas no princípio deste

⁴⁴³ LOURENÇO FILHO, 2002:268

⁴⁴⁴ MONTESSORI, 1965; CAMBI, 1999-532; MACHADO, 1986:9-14

⁴⁴⁵ Entrevista com José Montes Apud MIGNOT, 2002: 193.

⁴⁴⁶ VENÂNCIO FILHO, 1952:34

capítulo, o trabalho “leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si”.

A prática médico-pedagógica da Escola Regional de Meriti, mesmo que baseada em princípios já anteriormente discutidos e divulgados, não se encerra em uma conclusão óbvia de teorias vindas da Europa e dos Estados Unidos. O modelo criado em Meriti foi forjado através tanto da especificidade da leitura destes teóricos da educação feita pelos atores envolvidos quanto da especificidade sanitária de uma vila na baixada do estado do Rio de Janeiro, que sofria com as moléstias endêmicas e epidêmicas na virada do século XIX para o século XX. Além disso, a união entre os esforços dos médicos sanitaristas e dos educadores para construir uma Vila de Meriti salubre e educada tinha ainda grande relação com a descoberta dos sertões, a partir da leitura do texto de Euclides da Cunha, no começo do século XX e com o nacionalismo militante da década de 1910.

No próximo capítulo procurarei analisar o discurso e a atuação de Armanda Álvaro Alberto e de outros responsáveis pela Escola Regional de Meriti e a relação construída entre Educação e Saúde. Partindo da experiência da educadora na organização de sua escola de acordo com o meio, procurarei compreender como a Escola foi constituída para cuidar dos corpos e das mentes das crianças e da população da Vila de Meriti e mostrar como, a partir destes discursos e do posicionamento dos atores, a Escola Regional de Meriti se tornou – de experiência – um dos exemplos para a construção de novos empreendimentos país afora, vendo nestes debates a construção dos campos da educação e da saúde na década de 1920, numa época de definição de posições das políticas públicas na República.

III Parte

Construindo um Meriti Salubre e Educado:
a Criança, a Família, o Ambiente, a Escola.

Inaugurada a 13 de fevereiro deste ano[1921], a nossa Escola conta hoje dez meses de doze dias de existência. Nos primeiros dias de julho passou-se do prédio em que fora inaugurada para este mais espaçoso. Relativamente aos modestos recursos de que dispomos, não tem sido infrutífera a tentativa de fundar uma escola nos moldes desta. Se sofremos alguns desapontamentos, devem antes ser atribuídos à nossa inexperiência em certas questões, tanto maior quanto não temos sob os olhos nenhum modelo a seguir.⁴⁴⁷

Assim Armanda Álvaro Alberto abre seu primeiro relatório anual da Escola Proletária de Meriti, que viria a se tornar um marco da construção da instituição, lançando suas bases, divulgando seus objetivos principais e alinhando algumas das propostas que se tornariam molas mestras do seu desenvolvimento posterior. Depois do primeiro ano de atuação da escola na vila de Meriti, de inúmeras dificuldades encontradas e alguns apoios importantes, o primeiro apontamento de Armanda sobre o estabelecimento se refere a sua inexperiência na condução de algumas questões do funcionamento da escola. Contudo, afirmou a sua perspectiva de educação, voltada para a população proletária do interior e baseada num ambiente escolar construído pelo próprio meio, sem modelos pré-determinados a seguir. Ainda assim, para a diretora Armanda, alguns avanços tinham sido obtidos.

Nesta análise das relações entre saúde e educação na Escola Regional de Meriti, presente nesta dissertação, entre os anos de 1921 e 1932, três conjuntos documentais terão maior relevância: os relatórios anuais da escola, o arquivo pessoal de Belisário Penna e o livro-documentário produzido por Armanda em 1968. Destes, os relatórios terão um maior relevo, por se mostrarem como uma grande fonte do cotidiano escolar em seus percalços. Não obstante, a leitura do livro de Armanda e de textos do arquivo de Penna – tanto do próprio quanto de terceiros – possibilitarão uma leitura da escola, das condições sanitárias da baixada e das discussões concernentes por outras personalidades que fundaram ou colaboraram com a instituição.

Sobre os relatórios de Armanda, Carlos Drummond de Andrade publicou, em 15 de janeiro de 1945 no jornal *Folha Carioca*, um trabalho chamado “uma escola viva”. Neste momento, Drummond de Andrade era chefe do gabinete do Ministério de Gustavo Capanema (o foi entre 1934 e 1945) e colaborava nos suplementos literários do

⁴⁴⁷ ALBERTO, 1921:1.

Correio de Manhã e da *Folha Carioca*. Pouco depois, neste mesmo ano, deixou o gabinete de Capanema, ingressou no Partido Comunista à convite de Luiz Carlos Prestes, sendo co-editor da *Tribuna Popular* e foi trabalhar na Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional à convite de Rodrigo Franco de Andrade, aposentando-se do serviço público neste órgão em 1962⁴⁴⁸. Armanda enviava seus relatórios para os sócios, professores, pais dos alunos, amigos intelectuais, além de associações e repartições públicas que julgava concernentes. Na sua crônica, Drummond de Andrade dizia sobre os relatórios de Armanda:

Se os relatórios burocráticos são sempre envoltos numa camada de tédio, há outros, os escolares, que podem oferecer-nos a sugestão dos documentos sociológicos e mesmo o interesse dos romances. Contar a vida de uma escola, durante um ano, é tarefa que deveria seduzir o escritor, ou despertar em quem não o fosse o desejo de sê-lo, porque nada há mais vivo e rico de humanidade, mais cheio de problemas e sugestões, do que o funcionamento da comunidade escolar. (...)

O relatório não é, pois, em si, coisa enfadonha. Saiba-se escrevê-lo, isto é, saiba-se ver o que está aí para ser visto, sentido e interpretado, e logo se conseguirá isto que, aparentemente, é tão difícil: interessar o povo na vida escolar. Que sabem os pais da escola? Nada ou quase nada. (...)

Mas há escolas que chamam, que continuam a chamar, na indiferença geral, não só os pais como todos os homens (...) Escolas teimosas, que querem vir até nós, já que não vamos até elas. Entre estas, figura a Escola Regional de Meriti, que há dezoito anos funciona em Caxias e é uma pequenina e grande casa devotada à educação do povo nas suas camadas mais singelas.

Todos os anos, o trabalho escolar é passado em revista e miudamente analisado em seus êxitos e falhas. Estabelecimento mantido por uma fundação e situado em zona rural, recebe os filhos de pequenos lavradores e trabalhadores da cidade, aos quais dá ensino primário e doméstico e as primeiras noções de ensino industrial, dentro das possibilidades e interesses da região.⁴⁴⁹

⁴⁴⁸ ARINOS FILHO, 2003:143-144;150.

⁴⁴⁹ ANDRADE, 1968:133-134.

Os relatórios anuais da Escola Regional de Meriti são a principal fonte de pesquisa, considerando a abrangência, a qualidade e a quantidade de informações descritas por Armanda sobre a escola, sua construção, sua estrutura e mesmo sobre a vila de Meriti⁴⁵⁰. Nos relatórios, a questão da saúde se mostra em diversos momentos, seja lamentando a fraca assiduidade dos alunos em períodos de epidemias, seja procurando atendimento médico para as crianças de sua escola e mesmo para a população da vila. Além disso, a partir da criação do Círculo de Mães e do Concurso Janelas Floridas, a proposta de uma Meriti salubre sai das portas da Escola e ganha toda a vila, procurando criar na região condições sanitárias adequadas.

A Escola Regional de Meriti contou, em sua infra-estrutura, com o Lar-Escola (prédio escolar propriamente dito), a Biblioteca Euclides da Cunha e o Museu Regional de Meriti. Tinha como princípios orientadores gerais a “Saúde”, a “Alegria”, o “Trabalho” e a “Solidariedade”, fixados em cartazes na parede da Escola e pretendia uma educação sem notas, prêmios e castigos⁴⁵¹. Entre as professoras, algumas eram contratadas na Capital e outras – mais abastadas e com mais “senso patriótico” – eram voluntárias, fossem por amizade a Armanda ou congruência de objetivos nacionalistas. As despesas eram cobertas por doações de amigos e compatriotas, que em 1922 constituíram uma Caixa Escolar e em 1924 transformaram esta na Fundação Dr. Álvaro Alberto⁴⁵². Ao longo de sua história, a Escola Regional de Meriti contou com a colaboração de diversos intelectuais do país, que viam na Escola uma grande alternativa à construção nacional, fosse pela transformação de Meriti através da experiência de Armanda, fosse pelo exemplo que esta Escola poderia dar ao país.

Neste capítulo, procurarei compreender, partindo da experiência da educadora e de seus colaboradores, como a Escola foi constituída para cuidar dos corpos e das mentes das crianças e da população da Vila de Meriti. Esta análise terá por base uma das primeiras diretrizes dadas por Armanda – o aperfeiçoamento da Escola pelo seu próprio meio, capacitando a Escola para agir eficazmente sobre o meio – e será dividida entre as preocupações em relação à criança, à família, e ao ambiente meritiense, procurando, contudo, relacionar estas dimensões no processo educativo da escola. Através dos cuidados com as pessoas e o ambiente de Meriti a Escola Regional foi

⁴⁵⁰ Infelizmente, alguns relatórios anuais do período não foram encontrados no acervo.

⁴⁵¹ ALBERTO, 1997:447. Embora nos primeiros anos Armanda tivesse agido contrariamente aos seus princípios, dando provas aos seus alunos para selecionar as crianças para as turmas adiantadas ou atrasadas. ALBERTO, 1921; ALBERTO, 1922.

⁴⁵² ALBERTO, 1997:450.

construindo suas “feições próprias”, vinculadas aos ideais de civilização dos seus construtores e, ao mesmo tempo, levando em consideração os problemas de parte da população daquela localidade.

III.1. A CRIANÇA

Desde sua fundação, a Escola Proletária de Meriti tem uma preocupação específica com as crianças daquela localidade. No primeiro relatório anual, depois de se referir ao objetivo e premissa mais básica da Escola e agradecer aos inúmeros auxílios que recebeu, a diretora passa a citar suas preocupações e dificuldades. Segundo Armanda,

Ao lado dessas contribuições todas, que tanto tem concorrido para que se cumpra o nosso programa, temos topado com dificuldades que até hoje não puderam ser vencidas. A maior, aquela que mais nos tem aligido(sic), é a falta de assistência médica para as nossas crianças. Assim, das fichas de saúde, indispensáveis, só a parte das mensurações pôde iniciar-se, tarefa essa confiada à Srta. Emília Saldanha da Gama, do Museu Nacional, a quem já devemos dez fichas. Note-se que um dos médicos do Posto de Profilaxia Rural prestou-se gentilmente, durante meses, a examinar os meninos aqui na Escola. Mas é de uma assistência mais complexa que necessitamos (...)⁴⁵³.

A questão dos cuidados médicos era a principal dificuldade da Escola Proletária de Meriti naquele momento inicial. Uma constante que se repetiria pelos anos, principalmente em períodos de epidemia. Para entender tal preocupação com a saúde das crianças, remonto aos capítulos anteriores, a preocupação higienista que tomou as idéias e ações na passagem do século XIX para o século XX e ganhou força no Brasil principalmente nas décadas de 1910-20. A falta de uma melhor estrutura de serviços de saúde no interior, mesmo depois do DNSP e do SPR, provocava dificuldade às escolas no que tangia à saúde das crianças e à presença destas nas atividades educacionais.

As doenças continuavam grassando na região e impedindo as crianças de ir à escola. Não obstante, a Escola tinha a colaboração do Serviço de Profilaxia Rural, no

⁴⁵³ ALBERTO, 1921:3.

cuidado com as crianças, e de uma funcionária do Museu Nacional, que fazia as medições. Os membros dos movimentos de incorporação do sertão, vinculados aos órgãos públicos, num primeiro momento, já colaboravam com os cuidados de saúde das crianças da instituição. Mesmo assim, eram constantes, no primeiro ano, as faltas por motivos de doença, principalmente o impaludismo nas crianças e nos familiares destas⁴⁵⁴. Além disso, no primeiro ano, os principais motivos que levaram as crianças a sair da Escola, segundo os comunicados dos pais, foram “ganhar a vida”(5 alunos), “mudarem-se de Meriti”(12), “moravam distante demais”(2), “foram estudar em outra escola”(6), “um não tinha roupa com que viesse diariamente [e] um não tinha companhia”⁴⁵⁵.

A fraca assiduidade era somada à oscilação no número de matrículas de alunos. Segundo os relatórios anuais, ao longo dos anos, os níveis de assiduidade melhoraram⁴⁵⁶, principalmente por três motivos: a ocupação do cargo de médico escolar; o ensino de trabalhos manuais; e a eliminação dos “vadios”.

A união entre os médicos da campanha pelo saneamento e os diretores da Escola Regional de Meriti proporcionou, nestes primeiros anos, a mudança nos números de frequência dos alunos da Escola. Mesmo em períodos de epidemias as crianças se mantinham na escola, pois ali eram vacinadas, revacinadas e tinham cuidados médicos periódicos. Com o passar do tempo, mesmo com as críticas de alguns pais como veremos a seguir, a maioria dos familiares, a partir da educação higiênica que recebia, reconhecia na Escola um lugar salubre, buscando-a para curar suas doenças. Somando-se a isso, a instituição promovia outras medidas que serão explicitadas na seqüência. Obstante a isso, as epidemias continuavam violentas na baixada, como descrevem os relatórios anuais.

Em abril de 1922, o médico Hugo dos Santos Silva passou a colaborar com a escola. Tornando-se sócio benfeitor, o médico examinava as crianças periodicamente⁴⁵⁷, além de contribuir para a elaboração das fichas de saúde e, mais para o fim do ano, estender seus serviços de saúde para as famílias dos alunos, desamparados do Posto de

⁴⁵⁴ ALBERTO, 1921:5.

⁴⁵⁵ Armanda solicitava aos pais que comunicassem por escrito ou verbalmente os motivos de retirada dos alunos. ALBERTO, 1921:6.

⁴⁵⁶ No segundo ano estas faltas diminuíram drasticamente. Se o aluno que menos faltou em 1921 teve 13 faltas e o mais assíduo da classe atrasada – com dificuldades de aprendizado – teve 22 faltas, em 1922 a aluna Irene Soares não faltou um único dia, e o mais assíduo da classe atrasada, Isaura Maria da Conceição, teve 8 faltas. ALBERTO, 1922. Enquanto, nos outros anos, cada vez mais Armanda se felicita pelas assiduidade das crianças.

⁴⁵⁷ num total de 10 vezes desde abril até o final do ano. Idem, 1922.

Profilaxia Rural, que havia sido retirado⁴⁵⁸. Além disto, o cuidado com a alimentação, a instalação de um chuveiro, as aulas de ginástica sueca, a instalação de uma farmácia de urgência e o envio de crianças para tratarem dos dentes no Instituto Moncorvo formavam a estrutura de cuidados com a saúde da criança no estabelecimento. Com o passar do tempo, os cuidados com as crianças foram aumentados e outros médicos sucederam o dr. Santos Silva⁴⁵⁹ na função, cuidando tanto das crianças quanto das famílias. Nos anos posteriores, durante as férias, manteveram-se em atividade a assistência médica e os trabalhos manuais⁴⁶⁰.

Assim, na maioria do tempo, a Escola fazia o papel de cuidar da população de Meriti, ou pelo menos daqueles que tivessem contato com a Escola. No relatório do primeiro ano, todavia, Armanda queixava-se dos pais dos alunos, que “se aborrecem porque levamos ou aconselhamos a ida ao Posto Médico aos doentinhos”. Para a diretora, “contudo, estamos aqui para educar, portanto, para vencê-las – convencendo pouco a pouco todos da razão de ser de nossas determinações”⁴⁶¹. Aos poucos, os pais que deixavam de levar as crianças à Escola por motivo de doenças e para trabalhar, passaram a levar as crianças para a Escola, pelos cuidados que a Escola poderia proporcionar naquela região carente de infra-estrutura, indo, estes mesmos, procurar a Escola e os seus serviços de acordo com a necessidade e o conhecimento que possuíam. No começo da década de 1930, com a presença do médico, de uma professora-enfermeira e de uma aluna-auxiliar, de acordo com Armanda, “arvorou-se a Escola numa espécie de posto de Saúde Pública”⁴⁶². Os serviços públicos de saúde – como a Inspeção de Higiene do Estado do Rio, a Inspeção de Profilaxia da Tuberculose e a Diretoria de Saneamento Rural – enviavam medicamentos e material sanitário para a Escola, na falta de um posto local.

A profissionalização da mulher – seja no magistério, na saúde pública ou mesmo nas carreiras científicas – foi um componente relevante no processo de modernização e na construção das políticas públicas no país, como tem sido destacado nos últimos anos

⁴⁵⁸ Idem, 1922:3.

⁴⁵⁹ Este se manteve na Escola por um ano, de 5 de Abril de 1922 a 5 de Abril de 1923. ALBERTO, 1923:6.

⁴⁶⁰ Esta foi para Armanda uma forma de “aperfeiçoamento pelo meio”, pois as crianças e mesmo a população necessitavam de assistência médica – pois o posto havia sido retirado – e de uma ocupação rentável que lhes fizesse permanecer na Escola ao invés de sair para trabalhar e possivelmente não voltar mais. ALBERTO, 1997:447.

⁴⁶¹ ALBERTO, 1921:4.

⁴⁶² ALBERTO, 1968e:52.

nas análises históricas⁴⁶³. Para Lina Faria, a mulher na primeira metade do século XX, para se tornar profissional de saúde com território de decisões e atuação demarcado, precisou vencer obstáculos como os pressupostos das diferenças anatômicas tradicionais entre homens e mulheres que vigorava no século XIX – com as diferenças de capacidades emocionais, intelectuais e físicas que gerariam aptidões próprias. De acordo com a autora, na América Latina, com a crescente urbanização, o aparelhamento do Estado, as ideologias de modernização e de construção nacional e o surgimento das grandes epidemias criariam novas possibilidades para as educadoras sanitárias, enfermeiras de saúde pública e para o trabalho feminino⁴⁶⁴.

A Escola Regional de Meriti estava envolvida neste processo. O acolhimento de professoras recém-formadas nas escolas normais, a criação das funções de professora-visitadora e, mais tarde, de professora-enfermeira comprovam a relação entre a entrada da mulher nas profissões em saúde e a Escola Regional. Belisário Penna incentivaria, em seu discurso *Preleção de Higiene* (1925) para a ERM, à mulher-professora o conhecimento dos princípios da higiene, da puericultura, da biologia e da maternologia para aplicá-los aos alunos, prestando “à sociedade serviços incomparavelmente mais valiosos do que um médico competente e caritativo, que se limita a tratar seus clientes, sem se preocupar com os meios de extinguir as doenças”⁴⁶⁵.

A educação voltada para o trabalho, em seus aspectos do trabalho doméstico e dos trabalhos manuais (para as meninas), da carpintaria (para os meninos) e da jardinagem (para ambos), era outra das ações para que as crianças se mantivessem na Escola. Para além deste objetivo, Francisco Venâncio Filho explica o princípio orientador do trabalho na Escola, em 1925, dizendo que “todo (...) corpo de conhecimentos elementares mais exatos, experimentais, concretos, tem uma finalidade geral e humana: – o trabalho”⁴⁶⁶. Para o educador,

O Trabalho que é função orgânica do ser normal, equivalência exterior de uma energia interna armazenada, torna-se, na educação contemporânea, objetivo predominante, E como quem tem

⁴⁶³ ROCHA, 2003 (Cap. 3); CASTRO SANTOS e FARIA, 2004; ROCHA, 2005; FERREIRA e FREIRE, 2005; FARIA, 2006; AZEVEDO e FERREIRA, 2006; CASTRO SANTOS, 2008.

⁴⁶⁴ FARIA, 2006: 175-180.

⁴⁶⁵ PENNA, 1968s:73.

⁴⁶⁶ VENÂNCIO FILHO, 1952:35.

preparo trabalha melhor e é portanto mais apto e deve ser mais feliz é urgente criar a convicção de que é ele uma finalidade na vida⁴⁶⁷.

Desta forma, a Escola deveria preparar as crianças para uma vida apta, feliz, possibilitando a realização de sua finalidade mais humana. Contudo, para Venâncio Filho,

Nas classes pobres, em que a miséria é, muitas vezes, vizinha próxima, como se dá com quase todas as populações rurais brasileiras, o trabalho é indispensável à manutenção das próprias escolas.

A criança mal lhe desponta a adolescência, ou pelas contingências ou pela incompreensão dos pais, atira-se, desde logo, ao ganho áspero da vida, seja no recinto doméstico, sempre melhor, seja no torvelinho rude da indústria. Os males não se contam. Quanto obtuário diminuído, fossem outras as condições! (...) Daí este duplo inconveniente; a criança não perfaz o seu aprendizado; a escola não vê o termo do seu objetivo. Como solução, sem subterfúgio, fixar pelo trabalho remunerado a criança à Escola. Foi a contingência que se defrontou a Escola Regional de Meriti.⁴⁶⁸

O objetivo era fazer com que as crianças, além de aprender o trabalho, pudessem vender a sua produção. Conseguindo algum rendimento, logo, não precisariam sair da escola para trabalhar. Não obstante, as famílias meritienses criticavam muito o trabalho das crianças na escola, pelo menos nos primeiros anos. Esta barreira foi vencida, ao longo dos anos, com políticas de aproximação entre a Escola e as Famílias⁴⁶⁹ e com a possibilidade das crianças venderem seus produtos entre os sócios da Escola e mesmo em eventos na Capital⁴⁷⁰. Se ‘sair para “ganhar a vida”’ era um dos principais motivos para a retirada das crianças da Escola nos primeiros tempos, já no final da década de 1920 mesmo que as crianças parassem de freqüentar as aulas elas se mantinham produzindo nas reuniões de trabalhos manuais da Escola para conseguirem aumentar

⁴⁶⁷ VENÂNCIO FILHO, 1952:35.

⁴⁶⁸ Idem, 1952:35.

⁴⁶⁹ Ao longo deste capítulo este processo de aceitação ficará mais claro. ALBERTO, 1922:8; ALBERTO, 1923: 8-9; ALBERTO, 1926:1-2;4-7.; ALBERTO, 1928:4-7; ALBERTO, 1930:3-4.

⁴⁷⁰ Como o trabalho das meninas era mais vendável do que o dos meninos, que quase não conseguiam vender sua produção, aos meninos era dada uma pequena remuneração diária quando se ocupavam em confeccionar ou preparar o material da própria Escola. ALBERTO, 1968e:48. Os trabalhos manuais também eram estendidos aos moradores de Meriti, que podiam, juntamente com as crianças vender seus produtos ALBERTO, 1997:448. Idem, 1968e:37.

sua renda. Ainda assim, a cada nova geração de alunos, a questão da crítica ao “trabalho” em detrimento do “estudo”, voltava à discussão, mesmo que Armanda considerasse a “vida doméstica da Escola” cada vez mais organizada⁴⁷¹.

O outro aspecto relevante do aumento de assiduidade na Escola de Meriti se refere à dita *inflexibilidade com que se eliminam os vadios ou alunos menos aproveitáveis*⁴⁷². Esta norma da Escola de Meriti fez com que o número de alunos se estabilizasse e com que a escola não tivesse problemas com os alunos assíduos. No entanto, demonstrava uma inabilidade da Escola em cumprir seus objetivos de educar os sertanejos e, como veremos a seguir, uma forma de reproduzir no sertão a organização de uma elite. No discurso enviado a Primeira Conferência Nacional de Educação (1927), Armanda escreveu

Para a formação das turmas vigora o grande desenvolvimento intelectual, podendo o aluno passar de uma para outra em qualquer época, porque não se fazem exames nem se corre ou estaciona a espera dos colegas. Os anormais, os inadaptáveis ao regime da Escola e os que faltam sem justificativas são eliminados⁴⁷³.

Em 1923, um aluno seria expulso da escola, por em cumplicidade de um segundo praticar um furto. A “anormalidade” do aluno já teria sido percebida há tempos, e este estava a ponto de ser eliminado, contudo, pela ausência da diretora num primeiro momento não o foi⁴⁷⁴. Segundo Armanda,

Como, porém, não usamos de processos adequados a anormais, não pode pesar a responsabilidade de um insucesso. Para garantia de nossas pesquisas, acompanhamos a vida de cada criança, fora daqui, tomando nota em livro especial de quanta informação colhemos – de sorte que podemos assegurar que conhecemos aqueles por cuja educação nos responsabilizamos⁴⁷⁵.

⁴⁷¹ ALBERTO, 1930:5.

⁴⁷² ALBERTO, 1926:6; ALBERTO, 1923:13.

⁴⁷³ ALBERTO, 1997:449. Em 1928, 3 alunos ainda seriam eliminados. ALBERTO, 1928:7.

⁴⁷⁴ ALBERTO, 1923:13. Em 1923, 17 alunos foram eliminados, e 4 foram suspensos por doença. Idem, 1923:11.

⁴⁷⁵ Idem, 1923:13.

Assim, Armanda se exime da responsabilidade pelos alunos “anormais” perante os sócios, revelando um outro ponto fundamental para a análise: uma visão sobre o aspecto da moralidade e da normalidade. Apesar da ida dos intelectuais da Capital ao Sertão, procurando ver nele um fator importante da brasilidade – a ponto de valorizar o componente regional na formação da escola –, estes não estavam preparados para lidar com a maior parte da população sertaneja. Para esta população a instrução não era um valor em si e não justificava, em diversos momentos, a manutenção dos filhos na escola. O sentido da experimentação de Armanda se mostra como uma pesquisa, onde se escolhe um objeto específico de análise e, contudo, as características da população sertaneja acabam se tornando dificuldades para a Escola que passa a não atingir diretamente os sertanejos, mesmo estando no sertão. No relatório de 1922, ao comemorar a melhora da freqüência dos alunos em quantidade e em qualidade, a diretora exclamou, “todos os bons elementos do ano passado voltaram e concluíram o ano letivo. Assim, vai-se ao poucos formando uma elite, de todo em todo necessária às nossas tentativas pedagógicas”⁴⁷⁶.

Armanda, em 1932, ao comparar o perfil dos alunos nos primeiros anos da Escola e na passagem da década de 1920-30 concluía, “entre os primeiros figuravam filhos de comerciantes e outros moradores abastados; entre os que freqüentam agora todos são de famílias proletárias”⁴⁷⁷, mostrando que, tomando como premissas a manutenção de um padrão de normalidade civilizado, a maioria dos alunos era de famílias que conheciam alguns códigos de civilidade. Juntando-se a isso, o fato de que as crianças de famílias pobres ou paupérrimas eram retiradas da escola para trabalhar ou circulavam com os pais por diversas regiões do Estado em busca de trabalho e logo se mudavam. Desta forma, os sertanejos ignorantes, doentes e incivilizados – os alvos principais da incorporação do sertão – não eram atingidos diretamente pela ação da escola.

Todavia, a Escola Regional de Meriti foi um pólo importante de divulgação dos ideais de higiene e civilização pelo interior. Em 1925, foi inaugurado um curso público de Higiene Rural promovido pela Escola, e ministrado pelos médicos Belisário Penna e Savino Gasparini⁴⁷⁸. Estes realizaram uma série de conferências na Escola e nas

⁴⁷⁶ ALBERTO, 1922:4.

⁴⁷⁷ ALBERTO, 1968e:48.

⁴⁷⁸ MIGNOT, 2002:194. Não obstante, estas conferências populares foram interrompidas em 1926. ALBERTO, 1928:9.

redondezas e se tornaram respectivamente sócio benemérito e sócio benfeitor⁴⁷⁹. Dentre as diversas conferências realizadas pela Escola de Meriti uma pode ser encontrada no arquivo pessoal de Belisário Penna⁴⁸⁰. Esta preleção, realizada no dia 12 de Julho de 1925 no Cinema de Meriti, coloca os princípios básicos das idéias de saneamento divulgados por Penna, levando em consideração a importância da escola primária, da professora e das crianças no contexto de formação de uma consciência sanitária nacional. Para Penna,

Essa escola é um empreendimento auspicioso, que exprime melhor do que palavras os sentimentos, altruísticos, patrióticos e humanitários da sua fundadora e dos seus dignos e abnegados colaboradores.

É um produto de iniciativa particular, digno de imitação e do incentivo e colaboração, material, moral e intelectual de todos aqueles que desejam sinceramente contribuir para a evolução do organismo brasileiro, dentro das leis imutáveis da Biologia humana, dos preceitos científicos da Higiene, da Eugenia e da Educação intelectual, moral, e cívica, de que resultam a saúde física e mental⁴⁸¹.

Neste começo de discurso podemos perceber a valorização dos motivadores deste empreendimento educacional e o apoio de um médico importante no cenário nacional à iniciativa de Armanda. A chancela de Penna ao trabalho de Armanda Alberto valoriza o seu trabalho frente aos locais e dá certa legitimidade científica ao trabalho. Penna afirmou, neste e em outros discursos, a sua visão de que a proposta da Escola Regional de Meriti seria a solução para os problemas sanitários dos sertões, que deveria ser imitada por todo o Brasil. Neste ponto, estava a função patriótica da escola, por contribuir "para a evolução do organismo brasileiro", numa linha guiada pela ciência da biologia, da higiene e da eugenia. Eugenia aqui tem uma leitura voltada para um viés que conecta o saneamento com uma evolução dos genes nacionais⁴⁸².

Esta evolução orgânica do Brasil deveria se dar, de acordo com Penna, pela divulgação dos ideais higiênicos para as crianças, modelando-as, e pelas crianças, para

⁴⁷⁹ ALBERTO, 1926:11 anexo II.

⁴⁸⁰ A cópia datilografada, encontrada no Arquivo Pessoal de Belisário Penna, não tem o texto completo, contudo esta foi republicada na íntegra no Livro-Documentário de Armanda Alberto, em 1968.

⁴⁸¹ PENNA, 1925:1.

⁴⁸² STEPAN, 2004:345-55

que estas transmitissem seus conhecimentos aos seus pais. Neste sentido, continua seu discurso:

É na escola, e mais que tudo, na escola primária, quando bem compreendida pelos que as dirigem a sua inestimável finalidade social, moral e cívica, que se modela o caráter da criança, em cujo cérebro maleável e receptível se gravam indelevelmente os fatos observados, os ensinamentos ministrados.

Ninguém mais do que a criança tem direito à civilização e às conquistas da ciência acumuladas pelas gerações que se vem sucedendo desde milênios. A criança é o começo do homem, e o começo, dizia Aristóteles, é a metade do todo.

Ela é a esperança do futuro, a segurança da nacionalidade e a garantia da raça, quando bem gerada e convenientemente cuidada, como é o desespero do futuro, a fraqueza da nacionalidade e a degeneração da raça, quando mal gerada e descuidada⁴⁸³.

Ou seja, a grande função da escola primária seria moldar as crianças, através da qual se estaria moldando a sociedade. Aplicando uma teoria educacional e psicológica sob a qual a criança tem o cérebro maleável e suscetível ao molde, Penna pretende investir no repasse dos conhecimentos científicos para as gerações posteriores na "esperança do futuro", "segurança da nacionalidade" e "garantia da raça", as crianças, que só o serão se bem cuidadas e bem modeladas. Não somente o Brasil precisava ser modelado, mas as crianças o precisavam primeiro para a partir daí se modelar o Brasil. O incentivo da instrução seria a solução dos problemas da nação, que solucionaria os flagelos da ignorância e da doença e alçaria a nação a um posto respeitável. Seria tarefa também das crianças de Meriti salvar a nação. Segundo Penna,

Como o povo, a criança é imitadora, porém mais do que ele é assimiladora e fixadora.

Por isso o aspecto mais notável e benéfico da educação escolar bem orientada, não é só o de preparar intelectual e moralmente a futura mãe de família ou o futuro cidadão para a luta pela vida, mas sobretudo o de transformá-los em preciosos instrumentos educativos do meio em que vivem.

⁴⁸³ PENNA, 1925:1-2.

São bem conhecidos o prazer e a tendência das crianças em revelar conhecimentos ignorados, ou que elas supõem ignorados pelas pessoas de mais idade.

A criança em idade escolar, instruída em noções práticas, claras e seguras de história natural e de higiene, é um elemento apreciável de propaganda no seio da família e entre as pessoas das respectivas relações⁴⁸⁴.

Assim, o papel da criança é, por sua qualidade de querer falar sobre seus conhecimentos adquiridos, ser um bom instrumento de divulgação científica e de propaganda sanitária. Esta função deve ser apoiada pela professora com responsabilidade, no sentido da consciência do importante trabalho que está sendo exercido: a formação de uma nação respeitável. Por outro lado, ainda segundo a conferência referida,

Não é possível instruir e educar convenientemente crianças anêmicas, desnutridas, com o cérebro irrigado por sangue pobre ou intoxicado.

[Logo,] O professor que tiver conhecimentos de biologia, de higiene, de puericultura e de maternologia prestará à sociedade serviços incomparavelmente mais valiosos do que um médico competente e caritativo, que se limita a tratar de seus clientes, sem se preocupar com os meios de extinguir as doenças⁴⁸⁵.

Contudo, na perspectiva discursiva de Armanda, a criança não deveria ser modelada pelo professor, ou pelo menos não diretamente. Baseando-se nos seus conhecimentos das experiências das escolas ativas, Armanda valorizava a “liberdade da criança” para observar, experimentar, descobrir e fazer por si, como explicitado pela própria no texto da I Conferência Nacional de Educação

Os métodos de educação, venham eles da Suíça, dos Estados Unidos, da Itália, desde que se baseiem na liberdade, que consente a plena expansão da individualidade, e no trabalho, que leva a criança a observar, a experimentar, a descobrir e a fazer por si, são os únicos dignos de serem adotados hoje em dia⁴⁸⁶.

⁴⁸⁴ PENNA, 1925:4.

⁴⁸⁵ Idem, 1925:6.

⁴⁸⁶ ALBERTO, 1997:451.

Este princípio estava alicerçado na percepção pedagógica das escolas novas e do ativismo, principalmente apropriado de Montessori. Como já observamos, a formação de Armanda Alberto esteve vinculada, desde o princípio do século XX, à educação ativa divulgada e ensinada no Colégio Jacobina. Em uma nota do texto de Edgar Sussekind de Mendonça⁴⁸⁷, fica evidenciado o conhecimento de Armanda do texto de “Casa dei bambini”, de Montessori, através do exemplar dado de presente por Francisco Venâncio Filho. O depoimento da ex-aluna Beatriz Osório⁴⁸⁸ demonstra uma postura das aulas de Armanda bem próxima do Ativismo. Segundo Edgar Sussekind,

Embora não se trate de formar exclusivamente pessoas para um ambiente que será o mesmo durante toda a vida, a regionalização progressiva se impõe, pois o que essencialmente importa é ensinar a noção controlada pelo fato, e este, na escola primária sobretudo, existe no ambiente atual do aluno. Exemplificação colhida no imediatismo é condição indispensável para que todos cheguem a abstrações gerais, que são o patrimônio comum dos instruídos. Dos verdadeiros instruídos, dos que, pela assimilação do exemplo oportunamente escolhido e regionalmente controlado, adquiriram não somente o conceito contido no exemplo, mas também o método para adquirir, por seu próprio esforço, todo um mundo de conceitos correlacionados⁴⁸⁹.

Nesta perspectiva, mais do que criar crianças imitadoras – pela assimilação e fixação dos conhecimentos científicos – se pretende formar as crianças, com “o dever estrito de preparar quem (...) recebe [a instrução] para manejá-la benfazejamente, para si e para os outros”, como escreveu Heitor Lyra da Silva no texto que deveria ser lido no lançamento da pedra fundamental do edifício da Escola Regional de Meriti⁴⁹⁰. Apropriando-se de alguns conceitos das escolas novas, Armanda pretendia construir sua própria forma de educar as crianças de Meriti, adotando o princípio de “não interromper

⁴⁸⁷ O texto é de 1925, porém as notas foram colocadas somente na edição de 1952, na Revista Educação, da ABE.

⁴⁸⁸ Ver parte II.4. desta dissertação.

⁴⁸⁹ MENDONÇA, 1968:16.

⁴⁹⁰ SILVA, 1968:65. Este texto foi produzido para o lançamento da pedra fundamental do novo prédio da Escola Regional de Meriti, em 1925, porém Heitor Lyra, nesta oportunidade, discursou de improviso. Contudo, o texto foi lido por Edgar Sussekind na inauguração do edifício em 1928. ALBERTO, 1928:1-2.

uma atividade interessante”, ao mesmo tempo em que entrelaçava a mais e mais os conhecimentos nos exercícios que se executava⁴⁹¹.

Heitor Lyra era um grande incentivador da entrada de conceitos das escolas novas no Brasil. Havia sido professor de Edgar Sussekind e Francisco Venâncio⁴⁹² no Ginásio Nacional, professor do Colégio Jacobina e incentivava a experiência da Escola Regional de Meriti. No discurso escrito sobre a Escola, criticava perspectivas que viam na pura e simples instrução⁴⁹³ uma virtude intrínseca. Para o educador, uma instrução mal orientada era uma arma perigosa, pois trazia consigo uma visão errônea de que a instrução poderia transformar por si só “cada indivíduo em fator social útil, de elevá-lo moralmente, de fornecer-lhes melhores elementos de conforto e felicidade”⁴⁹⁴. Apesar da crítica a uma educação modeladora da criança⁴⁹⁵, a Escola Regional de Meriti tinha um objetivo maior, de aperfeiçoar o meio/região e a nação. Para Heitor Lyra

A Escola Regional de Meriti quer evitar que uma instrução mal orientada possa vir a agir como fator de dispersão, quer ligar intimamente a instrução e o trabalho, quer aperfeiçoar e não escravizar à terra a população infantil que nela vai labutar, quer que essa população saiba viver mais racionalmente ajudando a sanear o meio e conhecendo os recursos de higiene individual e coletiva; quer que ela possa executar um trabalho mais eficiente portanto mais remunerador, conseguindo assim materialmente viver melhor; finalmente, quer que ela aprenda a discernir no ambiente que a cerca, nas coisas mais simples e aparentemente mais banais, assim como na solidariedade humana, todo o tesouro de beleza que encerram, elevando as almas e enobrecendo a vida⁴⁹⁶.

Não obstante, a perspectiva de Penna, de que através da modelação das crianças se poderia chegar aos pais e, por conseqüência, à salubridade da região não era totalmente oposta aos objetivos dos fundadores e do Conselho Administrativo da

⁴⁹¹ Esta forma tem alguma semelhança com a proposta dos “centros de interesse” e da “globalização” em Decroly. Ver Parte II.4. desta dissertação.

⁴⁹² MIGNOT, 2002:189.

⁴⁹³ Instrução é aqui entendida como “mero conhecimento de leitura, da escrita e das contas.” SILVA, 1968:65.

⁴⁹⁴ Idem, 1968:65.

⁴⁹⁵ Esta crítica vinha sobretudo da apropriação dos métodos das escolas novas européias, principalmente das características da “valorização da atividade da criança”, de uma “educação espontaneamente ativa”, do “interesse espontâneo da criança” Ver Parte II.4. desta dissertação.

⁴⁹⁶ SILVA, 1968:66.

Escola. Voltando à explicação de Francisco Venâncio Filho sobre a bandeira da saúde como um dos símbolos da Escola, podemos perceber um outro ponto fundamental:

A **Cultura da Saúde**, que torna o ser humano “antes de tudo um forte”, pelos preceitos de higiene, prevenindo contra a enfermidade e que depois dela, facilmente combate, menos que ensinada, é praticada, diariamente, no interregno escolar e principalmente na convicção da necessidade de sua prática doméstica, lentamente, entre os adultos, de casa, os mesmos hábitos⁴⁹⁷.

Apesar dos membros principais do Conselho considerarem a produção de um ambiente propício para a boa formação da criança como mais importante do que a educação como modelagem, estes não ignoram a passagem lenta dos preceitos de higiene das crianças para os adultos em suas casas, e até vêem esta como uma possibilidade frutífera. E mais do que isso. O parágrafo de Venâncio Filho demonstra uma releitura do *repertório* adquirido por ele através de *Os Sertões* de Euclides da Cunha. Se no texto de Euclides, o sertanejo é “antes de tudo um forte”, embora fraco moralmente, na sentença do educador, seria a “cultura da saúde” que tornaria o ser humano “antes de tudo um forte”. Estabelece-se, assim, uma contradição de termos, onde a expressão “antes de tudo” perde sua força para os preceitos de higiene e combate às doenças, que deveriam ser praticadas na Escola Regional de Meriti, antes de ensinadas. As crianças deveriam levar para casa a convicção da necessidade da prática cotidiana da higiene, passando lentamente esta certeza para os adultos.

Se por um lado Belisário Penna e Armanda Alberto eram informados por *repertórios* diferentes, por outro estes intelectuais foram formados em uma mesma *comunidade de experiência*, fazendo com que sua ação coletiva visasse ao objetivo maior de cura dos males do sertão, do sertanejo e, por conseguinte, do Brasil. Ainda assim, estes teriam dificuldades de chegar aos sertanejos, como vimos, sendo alguns considerados *vadios* e *inadaptados* à Escola. Nos próximos tópicos, a análise estará centrada na forma como (os conhecimentos de) educação e saúde chegam às famílias dos alunos e à população de Meriti em geral, através dos cuidados com o ambiente.

⁴⁹⁷ VENÂNCIO FILHO, 1952:34.

III.2. A FAMÍLIA

A primeira vez que as vozes das famílias das crianças aparecem nos relatórios anuais da Escola Proletária de Meriti, Armanda as expressa da seguinte maneira:

Incontáveis tropeços de outra ordem surgem quase diariamente, de que resultam às vezes sérios prejuízos. São-nos opostos pelas famílias: pais que exigem que seus filhos levem cartilhas de leitura para “estudar em casa”, outros que não compreendem porque a limpeza e arrumação da Escola hão de ser confiados aos alunos, outros que se aborrecem porque levamos ou aconselhamos a ida ao Posto Médico aos doentinhos, outros que não mandam as crianças às aulas, aos sábados, dia consagrado aos trabalhos manuais e ao desenho... dessas dificuldades é um não acabar mais. Contudo, estamos aqui para educar, portanto, para vencê-las – convencendo pouco a pouco a todos da razão de ser de nossas determinações⁴⁹⁸.

Para Armanda, a oposição das famílias dos alunos aos métodos e aconselhamentos da Escola, ocorrida quase diariamente no primeiro ano, era uma das principais dificuldades da instituição⁴⁹⁹. Além disto, os obstáculos provenientes das doenças nas crianças e nas famílias destas impediam estas de ir a Escola. Poucas eram as famílias que atendiam à solicitação da escola de informar os motivos de retirada dos alunos da Escola. A partir de 1922, novas iniciativas de inclusão das famílias no programa da Escola, e nas suas preocupações procurariam vencer as objeções impostas pelos familiares das crianças, em nome do princípio de “aperfeiçoamento de acordo com o meio” e da formação de um “lar-escola”⁵⁰⁰ que ultrapassasse as barreiras entre a Escola e a Família.

No final do relatório anual de 1921, Armanda anuncia que, em 1922, o horário das aulas seria modificado, para atender a “muitas crianças [que] precisam prestar serviços em casa antes da vinda para a Escola”, o horário passaria a ser de 10hs às 14hs. Em 1922, as famílias dos alunos – juntamente com as próprias crianças – passaram a ser

⁴⁹⁸ ALBERTO, 1921:4.

⁴⁹⁹ Além desta foram consideradas as dificuldades com a falta de assistência médica às crianças, a falta das aulas de ginástica sueca e cânticos infantis e a carência de bons livros didáticos em língua portuguesa. ALBERTO, 1921:3.

⁵⁰⁰ Ver também MAGALDI, 2007:Capítulo 2.

amparadas pelos serviços clínicos do médico da Escola e o acervo da Biblioteca da Escola começou a ser utilizado pelas famílias de alguns alunos. Além disso, uma proposta surge no relatório deste ano. “O ‘dia da sociabilidade’, que consistiria numa reunião a prazo certo das famílias dos alunos e outros íntimos da Escola, e em que se diriam versos, comédias, etc., seguidos de merenda preparada e servida pelas meninas”, que, contudo, não foi experimentado, apesar de ser considerado “um dos pontos interessantes dos nossos planos para 1922”⁵⁰¹.

A aproximação entre Escola e Família foi um dos pilares da proposta educacional da Escola Regional de Meriti. Não somente se pretendia aproximar as famílias dos alunos da escola, mas transformar a escola numa grande “casa de família”, lar do qual faria parte as famílias de todas as crianças educadas na escola. Assim, a Escola Regional de Meriti foi concebida como um lar-escola, onde as crianças e professores teriam a sua disposição utensílios domésticos diversos, tal qual uma casa “civilizada”. Em 1922,

Mais que todas essas aquisições, entretanto, avulta aos meus olhos o início de nossa instalação de casa de família, com louça, mobília acrescida, utensílios domésticos, um fogareiro e roupa de mesa e copa – primeiro degrau vencido para a realização do lar-escola que entrevemos no futuro... Só nos faltava a utilíssima máquina de costura, único ponto do programa deixado em branco. Mas, nem essa agora nos falta, porque, este mês, foi-nos oferecida por d. Antonio Venâncio. Deste modo, de tudo o que nos propúnhamos como programa para 1922, pouquíssimo deixou de ser levado a cabo, como adiante veremos, e muito foi realizado a mais⁵⁰².

No relatório do ano de 1923, Armanda conseguiu melhorar a infra-estrutura de seu lar-escola com aquisição de fogão, louça, panelas, roupa de cama, camas para os casos de indisposições súbitas e cadeiras, o suficiente para contentar as necessidades do estabelecimento⁵⁰³. De acordo com a análise de Ana Magaldi,

É interessante observar que a casa a que se procurava identificar a escola seria a casa dos populares, característica da

⁵⁰¹ ALBERTO, 1922:3.

⁵⁰² Idem, 1922:3.

⁵⁰³ ALBERTO, 1923:1.

comunidade em que aquela se situava, de modo a ser enfatizada a idéia de inserção harmoniosa da instituição na cultura da região. No entanto, longe de expressar o espaço doméstico dos populares tal como era visto em seu tempo pelos formuladores do projeto educacional, aquela representação era a de uma casa idealizada, uma casa que, construída imaginariamente pelos educadores envolvidos, seria resultante de sua ação transformadora, isto é, uma casa popular do futuro desejado⁵⁰⁴.

Uma das objeções de várias famílias aos métodos da escola residia no fato de que os trabalhos domésticos da escola estavam entregues às crianças. Armanda tinha, desde o primeiro ano, tomado a educação doméstica como um dos pontos principais do programa da escola, dividindo em 1922 os trabalhos da casa em 2 comissões de alunos: a Doméstica (dividida em subcomissões por serviços) e a de Jardinagem⁵⁰⁵. Esta medida era destacada “pelo progresso moral que tem proporcionado às crianças (sentimento de responsabilidade, decisão, etc.)”⁵⁰⁶. Segundo Armanda, era ensinado “como se faz um lar higiênico, alegre e confortável (...) a um, como a outro sexo”⁵⁰⁷. Não obstante, em pouco tempo, começaria a surtir efeito a integração entre Escola e as famílias dos alunos, como ressalta a própria Armanda em 1923:

A Escola, integrada em sua função de centro da vida local, quer na cidade, quer na roça, principalmente na roça, essa Escola dos nossos sonhos está-se esboçando a meus olhos... A Escola Proletária não é mais este recinto só: ela já penetrou por muitos lares adentro, já atraiu até cá a alma de muita família. Casos interessantes vos contaria se o tempo nos sobrasse. Um, recente, bastará. O pai do pequeno Licínio, sem pedido nosso, espontaneamente, assumiu o papel de diretor dos trabalhos de carpintaria dos meninos empenhados em concurso. Consta-me que deixou até de ir aos seus afazeres um dia ou dois. E eu nem sequer tinha o prazer de conhecer o sr. Monteiro Serodio. Que será, então, quando tivermos o cinema, o alto-falante, os

⁵⁰⁴ MAGALDI, 2007:73.

⁵⁰⁵ As Subcomissões eram no relatório de 1923: Encarregada “dos filtros”, “do lavatório”, “do Banheiro”, “da limpeza da casa”, “do fogão”, além de um “ajudante da biblioteca”, e um “auxiliar do museu”. Em 1923 também foi criada uma “Comissão Operária”. ALBERTO, 1923:7. Depois ainda seria nomeada uma “dona de casa” e uma encarregada da merenda, em 1926, modificando-se e acrescentando-se de acordo com os serviços e questões cotidianas. ALBERTO, 1926:6.

⁵⁰⁶ ALBERTO, 1922:5.

⁵⁰⁷ ALBERTO, 1923:8.

concertos populares (divago). A boa vontade não tem limites, e é com ela e com a minha própria fé, que conto⁵⁰⁸.

Os médicos Belisário Penna e Savino Gasparini⁵⁰⁹, envolvidos nas Conferências Populares e nos Cursos de Higiene em 1925-26⁵¹⁰, aos poucos foram se inteirando dos métodos da Escola, e colaborando, com a doação de remédios, com a sua influência sobre os colegas de postos sanitários vizinhos e com a divulgação da “obra grandiosa, de construção social e moral, da nossa nacionalidade”⁵¹¹. Belisário Penna, em *Higiene e Educação Popular*, já ciente dos métodos da Escola, provavelmente entre o final de 1925 e 1926⁵¹², escreveu:

Ali se cuida de fato, com inteligência e carinho, da saúde das crianças, se acompanha cientificamente o seu desenvolvimento físico e intelectual, se ensinam e se praticam preceitos de higiene, se forma um ambiente de alegria, se realizam trabalhos manuais, domésticos, de jardinagem e se implanta entre os discípulos o espírito de ordem, asseio, de cooperação e solidariedade, dentro de uma disciplina ativa e consciente, alcançada sem castigos e prêmios. O ensino é intuitivo, ministrado de acordo com a psicologia de cada aluno e com o aproveitamento das tendências que revela.⁵¹³

Contudo em 1928, ainda haveria reclamações – que foram constantes nos primeiros anos – contra o excesso de trabalho domésticos das crianças na escola, e mesmo contra o excesso de brincadeiras na escola⁵¹⁴. Uma outra medida, iniciada em 1924, procuraria aproximar Escola e famílias: a instituição do cargo de professora-

⁵⁰⁸ Idem, 1923:12.

⁵⁰⁹ Belisário Penna proferiu uma palestra em 12 de Julho de 1925 no Cine Meriti, abrindo a série de conferências sobre higiene rural. Savino Gasparini, segundo ele mesmo, esteve pela primeira vez em Meriti em novembro de 1925. GASPARINI, 1968:85.

⁵¹⁰ Segundo Gasparini, as Conferências Populares revelavam uma ligação direta entre a Escola e o público sempre com algum proveito, “a ação civilizadora” da Escola se projetava na vida social da localidade. Idem, 1968:87.

⁵¹¹ Idem, 1968:86.

⁵¹² Esta possibilidade está baseada no fato de que Penna tomou mais contato com a Escola Regional de Meriti a partir das Conferências Populares de Higiene realizadas em 1925, e do Museu de Higiene Popular – citado neste texto como recém inaugurado havia poucos dias – ter sido visitado em 1926 pelos alunos da Escola em companhia de Belisário Penna.

⁵¹³ PENNA, 1968h:80-81.

⁵¹⁴ ALBERTO, 1928:6.

visitadora⁵¹⁵. Segundo o relatório anual de 1926, esta professora tinha uma função fundamental nesta relação.

Suas impressões e observações constam do “Livro de Generalidades” que, segundo Maria Montessori, é escrito de colaboração com o médico. Nunca é demais encarecer o papel desempenhado pela visitadora, levando de lar em lar o espírito da Escola e trazendo-lhe de volta, as informações precisas para a eficiência de sua ação, de que é principal fator a realidade da situação de cada um de seus alunos.⁵¹⁶

A união entre a professora-visitadora e o médico, nas visitas às famílias, levava os princípios de higiene, os cuidados clínicos e o “espírito da Escola” para dentro das casas de Meriti, trazendo de volta informações para melhor cuidar do corpo e do espírito daquela população. Savino Gasparini lembrou em seu texto a importância da professora-visitadora como um “traço de união” entre a Escola e as famílias, ao organizar as “fichas onde constam os dados sobre o ambiente material e moral da família”⁵¹⁷. Todavia, o problema da constante troca de professoras nos serviços da escola prejudicava este e outros serviços⁵¹⁸. Em seus anos mais favoráveis foram feitas 46 visitas a domicílios e em outros menos propícios, apenas 25 ou até menos⁵¹⁹. Gasparini, ao analisar o prolongamento da ação educativa higiênica da escola ao lar das famílias, fez referência a um segundo “traço de união”, o Círculo de Mães.

Fundado em 1925, o Círculo de Mães foi uma forma da própria diretora Armanda se aproximar das mães das crianças, a maioria delas analfabetas⁵²⁰, corrigindo “falhas encontradas” pela Escola na educação doméstica das crianças. Os sete deveres das mães vinculadas ao Círculo pretendiam assegurar que estas frequentassem e cumprissem as regras ditadas por Armanda, que cooperassem ao máximo com a Escola e que, em caso de eventuais problemas, estes fossem rapidamente verificados e

⁵¹⁵ Segundo o relatório de 1928, já antes de 1924 Armanda e outros membros da Escola visitavam as famílias dos alunos, embora não registrassem estas visitas e os dados colhidos em livro especial. ALBERTO, 1928:7. Sobre o assunto das enfermeiras visitadoras e profissionalização feminina ver a primeira seção deste capítulo.

⁵¹⁶ ALBERTO, 1926:7.

⁵¹⁷ GASPARINI, 1968:87.

⁵¹⁸ Na quarta seção deste capítulo farei referência ao problema da instabilidade das professoras no cargo.

⁵¹⁹ Respectivamente, 1926 e 1928.

⁵²⁰ ALBERTO, 1997:448.

repelidos pela Diretora, mantendo “bem alto o prestígio da Escola”. No texto de Gasparini consta a lista de deveres:

Deveres

- 1º - Freqüentar com assiduidade as aulas do Curso para mães.
- 2º - Cumprir fielmente, em casa, os preceitos de higiene, educação familiar, ensinados naquelas aulas, compatíveis com as condições de cada família.
- 3º - Não retirar os filhos da Escola antes que conclua o curso, salvo por motivo julgado justo pelo Círculo de Mães.
- 4º - Não criticar desfavoravelmente, diante dos filhos, os atos da Escola; fazê-lo francamente, à Diretora da Escola.
- 5º - Assistir frequentemente às aulas dadas a seus filhos e manifestar suas impressões à Diretora da Escola.
- 6º - Ser solidária com a sua presença às festas, conferências e outras reuniões promovidas pela Escola.
- 7º - Agir, em relação a todo aluno da Escola que encontre na rua, como se se tratasse de seu próprio filho, e comunicar à Diretora as irregularidades de conduta que acaso observe em meninos confiados a sua orientação.

“Cooperai com as Professoras”!

Ajudai a manter bem alto o prestígio da Escola de vossos filhos.⁵²¹

Nas reuniões, Armanda educava as mães em matérias de higiene, educação familiar e economia doméstica, procurando preparar a cooperação que sonhava entre as famílias e a Escola⁵²². Do mesmo modo que o trabalho da professora-visitadora, o Círculo de Mães tinha o propósito de ser um caminho de mão dupla. Segundo a avaliação de Armanda, em 1932,

Sob certos aspectos, (...) o Círculo de Mães supera qualquer outra realização do mesmo gênero feita pela Escola. As relações daquelas mulheres conosco, pela franqueza que usam, chegam a ser tocantes. Comparecem com um ou dois filhinhos ao colo ou pela mão e, ao redor da mesa da sala de refeições, assim como aprendem, também ensinam o seu bocado... De suas confidências, queixas,

⁵²¹ GASPARINI, 1968:87.

⁵²² ALBERTO, 1997:448.

críticas, é que recolhemos a melhor parte do material informativo de que a Escola carece para se por em dia com a vida local⁵²³.

Esta seção dos trabalhos da Escola se tornou conhecida como o “primeiro Círculo de Mães do Brasil”, embora, já se tivesse notícias de experiências semelhantes em outros colégios, como, por exemplo, no Colégio Grambery de Juiz de Fora⁵²⁴. Esta idéia de originalidade surgiu a partir do discurso de Armanda enviado à primeira Conferência Nacional de Educação e foi reforçada pela presença de Armanda na Seção de Cooperação da Família da ABE e pelas palavras de Lourenço Filho em *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, em 1930. Para além da questão do ineditismo, a experiência do Círculo de Mães da Escola Regional de Meriti teve o mérito de ser a forma pela qual Armanda experimentou os conceitos e práticas divulgadas e discutidas na Seção da ABE. Segundo Mignot,

Por intermédio do Círculo de Mães, Armanda deu forma à compreensão de que a educação não era um simples problema técnico. A escola tinha que se legitimar na comunidade na medida em que respondesse às suas aspirações. Não era suficiente que os alunos vivessem na escola a experiência democrática de participação. Cabia à escola, como centro da vida cultural, irradiar sua ação para as famílias, diluindo as fronteiras que impediam uma ação na vida da comunidade⁵²⁵.

Assim, a Escola respondia às aspirações das mães através da cultura da saúde, e da educação física, intelectual e moral. E procurava quebrar as barreiras dos primeiros tempos entre família e Escola. As mães eram tratadas nos Círculos como alunas da Escola, embora numa forma de educação bem mais prescritiva e menos liberada do que com as crianças. Além das aulas, era distribuído um grande número de folhetos e revistas concernentes aos assuntos tratados⁵²⁶. O Círculo pretendia assim educar as mães para que estas agissem de acordo com os preceitos divulgados pela escola. Dentre as principais queixas de Armanda estava o fato de que os pais retiravam as crianças da

⁵²³ ALBERTO, 1968e:52.

⁵²⁴ Segundo Mignot, a criação do Círculo de Mães de Armanda teria sido inspirada pela experiência do Colégio Grambery. MIGNOT, 2002:195.

⁵²⁵ Idem, 2002:196.

⁵²⁶ As mães chegam a ser tratadas nos relatórios anuais como “mães-alunas”, das quais Armanda conta o número de faltas e interesse na participação. ALBERTO, 1926:5.

Escola para trabalhar tão logo fizessem 10 ou 11 anos, sempre antes que terminassem o 3º Grau do programa escolar⁵²⁷. Belisário Penna via com muito bons olhos a aproximação entre a Escola e os pais, para que não se inutilizasse a orientação educativa da Escola. De acordo com Penna,

A Influência da escola estende-se aos pais das crianças, com os quais se relacionam a Diretora e as Professoras, entre elas uma visitadora, estabelecendo uma convergência de esforços, para que no lar não se inutilize a orientação educativa da Escola.

As mães visitam à vontade a Escola, acompanham a educação dos filhos e, num dia da semana, em hora determinada, ali se reúnem para receber lições de higiene, de puericultura, maternologia, de educação domiciliar, dentro das normas de biologia e da moral⁵²⁸.

Nas falas de Belisário Penna e Armanda Alberto, fica claro um outro aspecto da visão dos intelectuais da Capital vindos à baixada. A valorização da região, tão propalada, estava antes nas suas possibilidades civilizadoras e nos discursos que estes faziam sobre a região no momento em que demonstravam suas ações civilizadoras do que naquilo que estes viam na localidade, fosse no ambiente ou nas famílias. Apesar de vários intelectuais envolvidos na formação da Escola louvarem a melhora das condições de salubridade na baixada na virada da década de 1910 para 1920, no meio desta mesma década de 1920 as críticas novamente se fariam constantes. Os pais seriam, assim, acusados de não saberem educar seus filhos adequadamente⁵²⁹. Em Meriti, a Escola Regional seria proclamada como um local protegido da ação das doenças e da ignorância.

Não obstante, o círculo que deveria ter uma periodicidade semanal não conseguiu se manter assim por mais de um ano. Se em 1925 o Círculo contava com 25 inscritas e reuniões semanais, em 1926 este número diminuiria para 18, enquanto a diretora se lastimava por não ter dado o curso com o rigor desejado. Na maior parte do ano, o curso não foi feito primeiramente por motivo de doença da diretora e depois pelos compromissos desta com a arrecadação da campanha para a construção da “Nossa

⁵²⁷ ALBERTO, 1968e:48.

⁵²⁸ PENNA, 1968h:81.

⁵²⁹ Embora para Armanda este problema fosse menor do que a questão econômica. ALBERTO, 1926:6.

Casa”⁵³⁰. Ainda assim, considerando que a obra patriótica da Escola impunha deveres, Armanda não considerava a possibilidade extinguir o Curso para as mães⁵³¹.

Dois anos depois, ainda com dificuldades de ministrar o curso da forma que achava adequada, Armanda propôs para o ano seguinte, a transformação do “Círculo de Mães” no “Círculo de Pais e Professoras”. A proposta era incluir mais os pais⁵³², através de uma sessão noturna mensal, e as professoras no projeto – considerando que Armanda só conseguia dar as aulas, no máximo, 2 vezes por mês, o que considerava pouco. Uma professora da Escola e voluntárias da seção de cooperação da Família da ABE, organização à qual Armanda considerava o seu círculo filiado, dariam as aulas quando Armanda não pudesse comparecer⁵³³. Contudo, ao que parece a proposta não deu muito certo. Em 1930, o Círculo de Mães praticamente não se reuniu e mesmo a professora-visitadora – por motivo de doença – não pôde realizar sua função no segundo semestre, ficando a Escola quase sem um contato direto com os pais neste ano⁵³⁴. Ao fazer um balanço do Círculo de Mães em 1930, Armanda escreveu, no jornal *Correio da Manhã* de 29 de Junho de 1930, o artigo *Escola Regional de Meriti – um aspecto feminista de sua ação social*, no qual fez as seguintes observações:

Nestes cinco anos de seu funcionamento, um ou outro pai tem-se interessado, sem contudo poder freqüentar com regularidade as reuniões, mesmo quando realizadas em dias de feriados. Por este motivo o regulamento e o programa escritos para o nosso ‘Círculo’ – a que demos feição acentuada de escola – são particularmente destinados às mães, que aí recebem noções de higiene, economia doméstica e educação familiar. Esse curso é mais ou menos um resumo de todo o nosso programa de ação social regional – e nos tem valido, ao lado dos resultados educativos, o melhor campo de observação da vida proletária entre nós.

O que essa observação para logo evidencia é que o nosso homem do povo, em geral, está reduzido à função pecuniária, no seio da família. O trabalho, a luta diária, esmaga-o. Mesmo quando consegue ter tempo, o espírito cansado recusa-se ao que lhe exija esforço. E a mulher, livre da tarefa operária (pelo menos enquanto os

⁵³⁰ A “Campanha da Nossa Casa” era para a Construção de um lar-escola nos moldes ideais, com adaptação ao meio meritiense, sendo o projeto feito pelo arquiteto Lucio Costa.

⁵³¹ ALBERTO, 1926:5.

⁵³² Naquele ano o Círculo de Mães contou com a presença de 23 mães e 2 pais. ALBERTO, 1928:5.

⁵³³ Idem, 1928:5.

⁵³⁴ ALBERTO, 1930:6.

filhos são pequeninos, segundo os nossos registros), embora assoberbada pela faina doméstica, é quem ainda encontra ocasião para se ocupar da criança. Interessada pelos filhos, vai-se interessando pela sua escola, que, por sua vez, procura levar o interesse materno até a comunidade.⁵³⁵

Nesta publicação, Armanda colocaria suas maiores intenções com o Círculo de Mães, por um lado ensinar às mães a viver uma vida mais civilizada e a colaborar com a Escola, e por outro observar a vida social local. A Escola procurou assim “levar o interesse materno até a comunidade”, enquanto esperava que as mães, “interessadas pelos filhos”, fossem se “interessando pela sua escola”. Mas ainda assim, a queixa constante de que os alunos não concluíam o programa da Escola continuaria⁵³⁶. Sobre o tema, Armanda concluiu, em 1932, dizendo “É esta a gente para quem foi feita a Escola Regional de Meriti”⁵³⁷.

A começar pela entrada dos médicos via Escola Regional de Meriti, se estabeleceu uma relação entre a Escola e os familiares dos alunos, através dos cuidados com a saúde da criança e de seus pais. Nos anos subsequentes, Armanda investiria na construção de sociabilidades, conforme tinha experimentado no Colégio Jacobina⁵³⁸. Nas conferências populares e no círculo de mães, por sua vez, procurava se aproximar de familiares e demais moradores de Meriti no intuito de educar a mente e cuidar dos corpos, fazendo com que os próprios meritienses construíssem uma vila salubre e educada. Neste sentido, a cooperação do povo do meio rural seria fundamental ao empreendimento. Estas iniciativas experimentais procuravam cuidar dos corpos e espíritos dos meritienses e, ao mesmo tempo, construía as próprias trajetórias dos atores, construindo seus movimentos na Capital e devolvendo à Escola apoios de intelectuais e educadores. Educando o sertanejo se construiria a nação, na visão destes intelectuais.

⁵³⁵ Apud MIGNOT, 2002:198.

⁵³⁶ Até 1932, somente 3 alunos tinham concluído o curso, Manoel das Chagas em 1929 e Jovelina da Conceição e Maria Isabel de Oliveira em 1930. Destes, só a Jovelina e Manoel foi concedido o certificado de conclusão do curso, pois, segundo Armanda, somente estes dois freqüentaram as aulas na Escola mais de 3 anos consecutivos. ALBERTO, 1930:2;4. Na 5ª. Conferência Nacional de Educação, Armanda só se refere à conclusão de 2 alunos. ALBERTO, 1968e:48.

⁵³⁷ Idem, 1968e:48.

⁵³⁸ Sobre Armanda e o Colégio Jacobina ver a parte 2.4. desta dissertação.

III.3. O AMBIENTE

Além de agir diretamente sobre as famílias das crianças, a Escola Regional de Meriti tinha em seu programa uma ação sobre o ambiente meritiense. O objetivo maior de “ser uma acabada escola regional: aperfeiçoada pelo próprio meio (...), capaz de reagir eficazmente sobre ele”⁵³⁹ foi realizado em grande parte através das atividades de inclusão do meio meritiense para dentro da Escola e da saída da Escola para fora de suas cercas. Dentre estas ações estava a formação do Museu Regional de Meriti, a criação de alguns concursos – no qual se destacou o Concurso Janelas Floridas – e as Conferências Populares de 1925-26, além de algumas propostas voltadas para os operários (embora estas últimas não tenham se concretizado).

Nestas ações, estava outro importante foco das intervenções dos intelectuais que objetivavam a integração dos sertões. Ao cuidar do ambiente de Meriti, cuidavam do próprio sertanejo e de sua condição de sobrevivência. Era através da política sanitária – englobando a profilaxia das doenças, o saneamento, a educação sanitária – que estes atores imaginavam construir uma nova nação.

O Museu Escolar da Escola Proletária de Meriti foi criado, “incipientemente”, em 1921, com a contribuição da “boa vontade” das alunas do Colégio Jacobina – que doaram uma coleção de História Natural com 154 espécimes –; com a doação de 160 mudas de árvores e a promessa de uma completa coleção de botânica de Antonio Pacheco Leão – diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre 1915 e 1931 –; com a doação de 24 espécies da zoologia brasileira pelo Museu Nacional; e pela promessa de Roquette-Pinto – do Museu Nacional – de classificar os exemplares da coleção de Zoologia do Museu Regional. A própria diretora Armanda doou uma coleção de madeiras brasileiras com 15 amostras, um chocalho de cascavel, rendas de fibras vegetais e outros vários objetos, enquanto Francisco Venâncio, uma coleção de madeiras do estado do Rio com 9 amostras, uma coleção mineralógica com 24 exemplares, além de vários outros objetos listados em anexo ao primeiro relatório anual. Além destas contribuições, nas aulas de Estudos da Natureza iniciadas em novembro deste ano, as crianças eram estimuladas a contribuir com o museu escolar recolhendo na

⁵³⁹ ALBERTO, 1921:1.

natureza de Meriti aquilo que achasse de interessante. Foram recolhidos 12 insetos, um tatu, 2 cobras corais, 1 cobra verde, e vários outros animais⁵⁴⁰.

Os professores Edgar Roquette-Pinto e Antonio Pacheco Leão, representantes de duas das principais instituições científicas da Capital, eram grandes entusiastas e colaboradores do museu que, juntamente com a mudança do nome da Escola (1924), passou a se chamar Museu Regional de Meriti. Armanda se surpreendeu no segundo ano ao perceber que as promessas destes dois cientistas reconhecidos eram cumpridas, aumentando, e muito, a consistência das informações contidas no museu e a quantidade de espécies do Museu. Estes foram elevados em 1922 à categoria de sócios benfeitores da Escola⁵⁴¹. A presença de Roquette-Pinto foi tão marcante na Escola que Armanda, ao finalizar seu primeiro relatório, em 1921, e lembrar-se do esquecimento da visita do cientista, incluiu e distribuiu a nota:

– Nota Necessária –

Depois de distribuído este relatório foi que verifiquei nele não figurar um acontecimento da maior importância para a Escola: a presença do Professor Roquette-Pinto no dia 1 de novembro, trazendo consigo seus dois filhos, Paulo e Beatriz. Inteirou-se o eminente cientista de nossas atividades costumeiras, deu opinião sobre os programas já elaborados ou ainda em elaboração; viu a biblioteca com suas 132 obras registradas, detendo-se, por fim, diante das estantes onde começa a formar-se o futuro museu escolar. Aí, apreciou as contribuições dos próprios alunos, colhidas na natureza local. Sua promessa, feita naquele dia de um constante auxílio do museu Nacional, alguns dias depois era cumprida, com a remessa de uma linda coleção zoológica de 24 espécimes.

Antes de nos deixar, o Professor Roquette-Pinto plantou uma árvore, lembrança de sua primeira visita, enquanto as crianças, ao redor, cantavam “Hino à Árvore”, de Olavo Bilac e Francisco Braga⁵⁴².

No ano seguinte, Roquette-Pinto, em 29 de Julho, comemorou juntamente com as crianças a inauguração da Caixa Escolar, plantando uma mangueira-símbolo da Caixa

⁵⁴⁰ ALBERTO, 1921:1-2 e anexo (“Donativos feitos à Escola Proletária de Meriti durante o ano de 1921” p. 9-12). As cobras e outros animais mais perigosos eram caçados pelos pais das crianças na própria localidade.

⁵⁴¹ ALBERTO, 1922:2.

⁵⁴² ALBERTO, 1921: anexo (Nota necessária).

que se tornou conhecida pelo carinhoso apelido de “mangueirinha do dr. Roquette”. Nesta época, Roquette-Pinto já tinha se tornado padrinho das crianças da Escola de Meriti⁵⁴³. Segundo o relatório,

Consistiu quase toda a festividade no plantio da mangueira-símbolo, a que se seguiu a “Oração à Árvore”, de Guerra Junqueiro – dita e interpretada magnificamente para as crianças pelo Padrinho, Prof. Roquette-Pinto, e o “Cântico das Árvores”, entoado pelo conjunto de alunos⁵⁴⁴.

O biólogo Pacheco Leão, embora sem tanta popularidade com as crianças da Escola, também contribuiu muito para a formação do acervo do Museu Regional de Meriti. Além das referidas 160 mudas, no ano seguinte o Jardim Botânico contribuiu com a organização de um herbário de plantas econômicas ou típicas das regiões brasileiras na Escola⁵⁴⁵ e, em 1926, com uma coleção didática de botânica⁵⁴⁶ e com os cuidados com as mudas de árvores do “Calendário Florido” da Escola. O próprio Pacheco Leão se responsabilizou, no Jardim Botânico, pelos cuidados com as mudas que seriam plantadas dois anos mais tarde na inauguração da nova casa-escola⁵⁴⁷.

De sua parte, o Museu Nacional fez, em 1922, a classificação de boa parte das coleções zoológicas do museu escolar⁵⁴⁸ recebidas até aquele momento, e se tornou nos anos seguintes um colaborador constante do Museu Regional de Meriti. O material recolhido pelas crianças e por seus pais e os demais donativos para o Museu Regional eram levados para o Museu Nacional, que os classificava e devolvia ao Museu Regional de Meriti, muitas vezes enriquecido por outros espécimes que faltavam na coleção enviada⁵⁴⁹. As excursões programadas pela Escola quase sempre incluíam, em cada ano,

⁵⁴³ Ainda outro fato pode ser ressaltado para evidenciar a importância de dr. Roquette-Pinto e da arborização na Escola e nas redondezas. Em 1923, Armanda lamentou o fato de que os alunos jardineiros deixaram a “mangueirinha do dr. Roquette” morrer ao fazer um ano e de que estes mesmos alunos “não souberam livrar da tosa dos cabritos vadios” “os eucaliptos, plantados na Avenida Nilo Peçanha por ocasião da Festa da Árvore”. Estes acontecimentos, para Armanda, foram mais graves e afetaram muito mais a escola do que a expulsão de um aluno por furto dentro da Escola. (Cf. 1ª. Seção deste capítulo). Não obstante, Armanda comemorava, “ao menos viva a substituta da mangueirinha, chegando a vicejar como as outras árvores do jardim – para a reabilitação dos nossos alunos jardineiros.” ALBERTO, 1923:13. Estes fatos mostravam também alguma inabilidade dos alunos em cuidar das árvores plantadas.

⁵⁴⁴ ALBERTO, 1922:1.

⁵⁴⁵ Idem, 1922:3.

⁵⁴⁶ ALBERTO, 1926:8.

⁵⁴⁷ Idem, 1926:4.

⁵⁴⁸ ALBERTO, 1922:3.

⁵⁴⁹ Como, por exemplo, em 1926, quando foram restituídas 3 caixas de material zoológico ao Museu Regional pelo Museu Nacional. ALBERTO, 1926:8.

visitas ao Museu Nacional e ao Jardim Botânico, dentro das possibilidades financeiras da Caixa Escolar (depois Fundação Dr. Álvaro Alberto)⁵⁵⁰. Destarte, os cientistas do Museu Nacional e do Jardim Botânico, ao mesmo tempo em que faziam seu trabalho especializado, trabalhavam na vulgarização (ou divulgação) da sua ciência⁵⁵¹.

Afora os donativos das instituições científicas e a contribuição destes dois grandes nomes, o acervo do Museu Regional de Meriti tinha como seu mais importante papel a construção de uma coleção regional de zoologia e botânica. Em 1926, o Museu Regional recebeu 66 donativos diversos e, em 1928, este número subiu para 165, em sua grande maioria dos próprios alunos ou de moradores da vila⁵⁵². Estas peças eram recolhidas durante ou para as aulas de “Estudos da Natureza”, considerada uma das mais importantes matérias do curso. Os programas deste curso – assim como de todos os outros – foram sendo criados com a prática educacional da Escola em Meriti e tinham papel relevante não somente para que as crianças conhecessem a sua região e o seu país como para “espalhar um pouco de cultura entre os adultos”⁵⁵³.

Orlando de Carvalho, em *Ensaio de Política Econômica*, de 1934, ao se referir à Escola como “viva e em constante movimento de adaptação”, ressaltou a importância do aprendizado da natureza pelas crianças e do método utilizado por Armanda. O programa dos “Estudos da Natureza”, feito pela própria diretora entre 1921 e 1923 – e reproduzido no artigo do livro de Carvalho⁵⁵⁴ –, mostra a busca de uma integração entre os conhecimentos científicos e a realidade observada pelos pequenos meritienses. Em seu livro, Carvalho reproduz também as instruções do programa, que iniciava da seguinte forma:

Nenhuma outra matéria oferece, como esta, campo tão largo à curiosidade e à iniciativa da criança. O próprio material, quase sempre colhido por ela mesma, leva-a à observação e às pesquisas melhor que os ensinamentos da professora. Compete à professora despertar a simpatia (essencial em nosso programa) pelos seres inferiores, dirigir e ajudar discretamente os alunos, preferindo que se

⁵⁵⁰ Por ex. ALBERTO, 1923:12.

⁵⁵¹ De acordo com Dominichi Sá, “no Brasil, assim como na Europa, a vulgarização e a especialização coincidiram historicamente, mas enquanto no Velho Continente os personagens pouco se confundiam, restringindo-se a especialização aos profissionais institucionalizados e alargando-se a vulgarização com a popularidade das revistas de grande público, no Brasil, seus personagens foram os mesmos, vários deles passeando pelos dois gêneros do discurso científico.” SÁ, 2006: 174.

⁵⁵² ALBERTO, 1926:8. ALBERTO, 1928:8.

⁵⁵³ ALBERTO, 1997:450.

⁵⁵⁴ CARVALHO, 1968:118-120

corrija mutuamente; ensinar-lhes só os nomes indispensáveis e os fatos que estiverem ao alcance imediato de sua observação e experiência.

Quando o aluno fizer uma pergunta para cuja resposta não esteja preparado, dir-lhe-á a professora que só mais tarde, estando mais adiantado, poderá receber a explicação desejada. Não esquecer que a uma criança fala-se com franqueza, sempre.

Por vezes, é conveniente começar o estudo – seja de animal, de plantas, da água, etc. – pela leitura (feita pela professora) de uma poesia ou trecho em prosa em que o assunto da lição se revista de encanto e simplicidade. No “Livro das Crianças”, de Zalina Rolim, nas “Poesias Infantis”, de Bilac, no “Livrinho das Aves”, de R. Von Ihering, e outros de nossa Biblioteca, a professora encontrará páginas adequadas (...)⁵⁵⁵.

As instruções continuam, indicando para as professoras os caminhos para levar as crianças a conhecer a sua natureza. Depois das poesias, passar-se-ia à descoberta pelas próprias crianças das cenas da natureza, do canto dos pássaros, depois ainda o estímulo com algumas cantigas de roda e brinquedos e então se começaria a desenhar a natureza ou a reproduzi-la modelando com barro aquilo que observavam. Após a familiarização com o ambiente, as próprias crianças eram estimuladas a fazer “descrições”, sempre acompanhadas de desenhos do natural e motivadas no sentido do gosto. E, assim, seguem-se 6 páginas de descrições das instruções para levar as crianças a conhecer, de maneira “livre”, por sua “curiosidade e iniciativa”, a natureza que os envolvia⁵⁵⁶, podendo aos poucos agir sobre ela. Nestes métodos, Carvalho via se realizar

uma obra de educação rural que não pode ser desprezada, nem esquecida, num momento em que o país, pelos seus órgãos mais expressivos, se declara necessitada de reforma e apela para o povo, no

⁵⁵⁵ CARVALHO, 1968:120. Carvalho, no texto original, reproduziu outros programas considerados “especiais”, porém, na edição do Livro-Documentário, Armanda inseriu a seguinte nota antes da listagem dos programas “Para não alongar demais esta transcrição, reproduziremos apenas um dos programas. (Nota de A.A.A.)”. Isso pode demonstrar o interesse de Armanda em divulgar especialmente seu programa de “Estudos da Natureza” considerando que dentre os programas este, e não outro, foi destacado. Idem, 1968:117.

⁵⁵⁶ Idem, 1968:120-125

seu sentido de enriquecer a economia com a força criadora da técnica agrícola e industrial⁵⁵⁷.

Os “Estudos da Natureza” da Escola Regional de Meriti eram colocados como uma forma de educar as crianças e a população de Meriti para agirem eficazmente sobre o meio – juntamente com a Escola e através dela – para lutar contra os males encontrados no ambiente. Francisco Venâncio Filho indicava a “Alegria” como o princípio norteador dos “Estudos da Natureza”, segundo ele introduzidos por métodos de americanos⁵⁵⁸. Segundo o membro da diretoria, esta matéria substituiria as “antigas ‘Lições de coisas’”, trazendo, “com o trato carinhoso de flor necessária à vida, pelo ensinamento do espetáculo da Natureza”, outros ensinamentos como o do desenho, da geometria, da linguagem, entre outros⁵⁵⁹.

Para além das questões acima referidas, a relação entre Natureza e a Escola Regional de Meriti guarda uma ligação íntima com as reflexões das escolas novas e ativas da Europa. O contato com a terra e com a natureza, através de excursões e de estudos do ambiente natural, era um dos princípios destas novas perspectivas educativas do final do século XIX, que foi reproduzido na Escola Regional⁵⁶⁰. Alberto Sampaio, naturalista do Museu Nacional, ao relatar para a Sociedade Nacional de Agricultura uma visita à Escola Regional de Meriti, na qual estiveram presentes diversas autoridades, aproximava a experiência de Armanda à de Lietz, na Alemanha. Segundo ele,

Pondo em conta esses sábios ensinamentos de Ferrière (A Lei Biogênica e a Escola Ativa), de que não basta alfabetizar, pois seria deixar os alfabetizados ao léu da sorte, condenados ao naufrágio da vida, a Escola Regional de Meriti, benemérita e esplêndida realização de sua emérita diretora Da. Armanda Álvaro Alberto, orienta-se nos moldes lietziãos das Landersie-Hungsheime da Alemanha, isto é, o Lar da Criança no Campo, na tradução literal de Lourenço Filho⁵⁶¹.

⁵⁵⁷ CARVALHO, 1968:117. O momento em que Carvalho colocou estas palavras tem uma ligação íntima com as lutas políticas no início da Era Vargas, a idéia de uma “República Nova” – que deveria ser industrializada e forte – e com o apelo estatal por reformas que transformassem o país.

⁵⁵⁸ VENÂNCIO FILHO, 1952:34.

⁵⁵⁹ Idem, 1952:34-35.

⁵⁶⁰ Armanda tinha apreendido este princípio no Colégio Jacobina, como pode ser visto no depoimento de uma ex-aluna, reproduzido na parte II.4..

⁵⁶¹ SAMPAIO, 1968:110.

Na Alemanha, segundo Cambi, a experiência de Lietz estava ligada a uma chave mais aristocrática, inspirada nas experiências da Inglaterra com Cecil Reddie (1858-1932) e da França com Edmond Demolins (1852-1907). Na concepção francesa a escola deveria ser colocada no campo, “num parque semi-selvagem que ‘deixa ainda muitos afazeres aos mestres e aos alunos’”. Neste ambiente, as crianças deveriam andar em “plena liberdade e morar em “casas confortáveis”, lembrando o ambiente doméstico de modo a manter totalmente “a sensação da vida real como se encontra numa família saudável e feliz”⁵⁶².

Estas experiências de escola ao ar livre e em contato com a natureza, proporcionando aulas práticas sobre o ambiente, foram muito divulgadas e experimentadas na Espanha assim como em diversos países europeus⁵⁶³. No caso espanhol, estudado por Martinez, “as escolas ao ar livre ofereciam aos mestres uma boa oportunidade de expor o ensino de novas perspectivas metodológicas”⁵⁶⁴. Segundo Martinez, estas escolas foram consideradas como um lugar excepcional para os estudos do entorno natural da perspectiva do *Nature Study* e, progressivamente, além de ocuparem-se de melhorar a saúde das crianças – considerado o primeiro objetivo das escolas ao ar livre espanholas –, contribuíram também para a introdução das ciências da natureza e de uma determinada perspectiva metodológica no currículo escolar espanhol⁵⁶⁵.

No caso da Escola Regional de Meriti, estava presente a concepção de divulgação de novas perspectivas metodológicas tanto relacionadas à natureza como à educação em geral, e mesmo à questão dos cuidados com a saúde das crianças, embora a chave de leitura dos intelectuais brasileiros estivesse na incorporação dos sertões ao corpo nacional e na salvação do sertanejo interiorano, da indolência, da doença e da ignorância. Se no caso europeu, as crianças eram levadas para o campo/natureza em busca de liberdade, conforto, ambiente saudável e felicidade, no caso meritiense, como descreve Carvalho,

O meio é inesperado, para 40 minutos do centro urbano da capital do país: a massa é pouco instruída; a cidadezinha é pobre e

⁵⁶² CAMBI, 1999:515-516. Ver mais sobre a discussão da experiência alemã na primeira parte desta dissertação.

⁵⁶³ MARTINEZ, 2000:172-182.

⁵⁶⁴ Idem, 2000:175.

⁵⁶⁵ Idem, 2000:177.

mal ajambrada; a topografia é agreste, e a escola tem de lutar com o mal maior do impaludismo.

No entanto, lentamente, vê-se que caminha para as suas finalidades, com a força de mover montanhas, realizando, a cada ano, uma parcela de seus planos extensos e se fortificando, para o futuro, no coração de seus alunos e no dos habitantes de Meriti⁵⁶⁶.

Estes estudos se completavam com excursões por Meriti e seus arredores – observando a natureza, as indústrias e criações locais⁵⁶⁷ –, pelas plantações na escola e pelas arborizações nos arredores de Meriti. Cuidar do corpo e do espírito dos meritienses passava por conhecer e cuidar do ambiente de Meriti. Para isso, contribuíram os alunos da Comissão de Jardinagem da Escola, aprendendo, na prática, a cuidar das pequenas plantas⁵⁶⁸. O programa de Jardinagem também foi formulado por Armanda, a partir dos problemas e soluções encontrados pelos alunos⁵⁶⁹. Em 1925, em acordo com a municipalidade, a Escola promoveu a arborização de algumas ruas centrais do povoado⁵⁷⁰. Contudo, pelas obrigações com o projeto de construção da “Nossa Casa”, a Escola não conseguiu se envolver plenamente na arborização de Meriti⁵⁷¹. Em 1926, outra contribuição para este trabalho foi a preparação do terreno para o Jardim Escolar pelos trabalhadores do Horto de Niterói, enviados pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro através de Janot de Mattos⁵⁷².

Neste jardim foram plantada, em 1928 durante a inauguração do novo Lar-Escola, as árvores-símbolos da escola e as árvores que compunham o “calendário florido” da Escola⁵⁷³. No evento, considerado o mais importante da história da Escola por Armanda, foram plantadas estas árvores por grandes personalidades que fundaram e formaram a Escola. As árvores-símbolos e a personalidade que a plantou demonstrava diversos aspectos da instituição, enquanto as árvores do calendário e da ladeira de

⁵⁶⁶ CARVALHO, 1968:115. Quanto ao tempo de viagem até Meriti, há que se lembrar que Carvalho publica este texto em 1934. Na década de 1920, as professoras demoravam em média 2 horas para chegar a Escola, segundo os relatos de Armanda.

⁵⁶⁷ Só no ano de 1926 foram feitas 27 excursões locais. ALBERTO, 1926:5.

⁵⁶⁸ Mesmo que em alguns casos fossem derrotados pela natureza, como no caso da mangueirinha do dr. Roquette ou dos eucaliptos da Av. Nilo Peçanha.

⁵⁶⁹ ALBERTO, 1923:2.

⁵⁷⁰ MENDONÇA, 1952:38.

⁵⁷¹ Armanda planejava, entre 1926 e 1931, a arborização das principais avenidas e das proximidades da Estação de Meriti para a comemoração dos 10 anos da Escola, mas, pelos compromissos com a construção do Lar-Escola e com os arremates depois da construção da mesma, não conseguiu levar à frente estes objetivos naquele momento. ALBERTO, 1926:10; ALBERTO, 1928:9; ALBERTO, 1930:8.

⁵⁷² ALBERTO, 1926:4.

⁵⁷³ ALBERTO, 1928:2.

subida para a Escola – ao longo da cerca – faziam uma homenagem aos grandes colaboradores da Escola, pessoalmente ou através de suas instituições. Nas palavras de Armanda,

Encerramos o nosso maior dia com o plantio das árvores-símbolos e do calendário florido pelas mãos dos amigos prestimosos ou de seus representantes. Assim, plantaram: o Ipê de flores douradas, símbolo da Fundação providente, - o Comte. Álvaro Alberto [da Motta e Silva]; a Laranjeira, riqueza da região, resumo de sua poesia popular, símbolo da Escola – a diretora; a Mangueira, sugestiva da força maternal do Círculo de Mães – a Viúva Álvaro Alberto; a Carnaúba, providência vegetal, imagem da ação social pretendida pela Escola – o professor Edgar de Mendonça; o Umbuzeiro, planta predileta de Euclides da Cunha, representando a Biblioteca que o tem como patrono – o Dr. Venâncio Filho; a Paineira, árvore da Beleza – D. Júlia Lopes de Almeida. De sentinela junto à porteira a Palmeira Merity foi plantada pelo doador do terreno, - Dr. Bernardino Jorge.

No calendário florido, alameda que se estende de lado a lado do jardim – foram plantadas, duas a duas, árvores que florescem sucessivamente em cada mês do ano, pelas seguintes pessoas: D. Maria dos Reis Santos e General Raymundo Seidl; D. Maria R. Gomes e Comte. Álvaro Alberto da [Motta e] Silva; D. Maria Lyra da Silva e Dr. Ernesto de Barreiros e Comte. Coriolano Martins; D. Maria Zilda Felgueiras e Dr. Lourenço Borges; D. América Xavier da Silveira e Dr. Savino Gasparini; D. Anita Sussekind de Mendonça e Dr. Belisário Penna; Mrs. Clara Curtis e Snr. Lucio Costa; D. Edina Fernandes e Dr. Octavio Veiga; D. Maria do Carmo Bandeira e Snr. Américo de Figueiredo; D. Maria Amália de Castro Silva e Dr. Laffayette de Freitas.

Ao longo da cerca ainda as suas paineiras guardam outros nomes amigos: Irene Sussekind de Mendonça, Vera Delgado de Carvalho, Hugo dos Santos Silva, Elsa Blasi, Brites Álvares, Mary Lamar (Colégio Bennett), Laura Lacombe (Curso Jacobina), Raul Caldas, Dina Fleisher Venância, Nathalina Martins, Emilia de Macedo, Alice d'Avila Aguinaga, Julia Cortines, Georgina Ferreira e Alice Carvalho de Mendonça. Gravados em placas de metal, unidos aos troncos das árvores duradouras, viva a Escola tanto quanto elas, e tanto viverão eles em sua gratidão⁵⁷⁴.

⁵⁷⁴ ALBERTO, 1928:2.

Como explicitou Mignot, florir a escola e a vila tinha um simbolismo fundamental para Armanda, representando o trabalho de educar, que era visto à semelhança da semente e do cultivo paciente para mais tarde colher os frutos, através de uma “linguagem das flores”⁵⁷⁵. No discurso que seria proferido por Heitor Lyra da Silva no lançamento da pedra fundamental este diria:

O que acabamos de entregar ao solo não é uma pedra, mas uma semente. Ela há de germinar, a planta crescerá, transformar-se-á em árvore frondosa, capaz de abrigar em sua sombra acolhedora todos os que a procurarem, vizinhos deste lugar, e capaz de atrair pelo seu porte majestoso, pela beleza de seus ramos erguidos para o céu, a atenção dos que passarem, cétricos ou distraídos⁵⁷⁶.

Para além da metáfora, o discurso de Heitor Lyra pronunciado depois por Edgar Sussekind – na inauguração da nova casa – traz um novo componente para a análise. A árvore (Escola) deveria abrigar todos os meritienses que a procurassem e ser capaz de atrair irresistivelmente a atenção dos que por ali passassem, fossem locais ou não, ignorantes por falta de conhecimento, de oportunidade ou por indolência. E para atrair e se aproximar do povo de Meriti, Armanda lançou a proposta dos Concursos de Utilidades (a partir de 1923), de Criações (a partir de 1926) e, o principal deles, de Janelas Floridas (a partir de 1923). Estes concursos tinham como objetivo declarado a aproximação entre a Escola e a população de Meriti, para que a Escola conhecesse o ambiente local e pudesse formular ações eficazes para aquela região. No relatório de 1922, Armanda já explicita seu desejo de criar o Concurso das Janelas Floridas,

Novidade, só uma: anunciamos para o dia 10 de junho um concurso para as meninas, com prêmios, porque será disputado fora da Escola. Será o concurso das “janelas floridas”, certamente o primeiro, em Merity. Não duvidamos estarem as nossas alunas preparadas para ele. Deveras nos interessamos, o Comitê e eu, pelo sucesso da tentativa – fazendo votos para que a influência da Escola na vida deste recanto do Brasil se evidencie assim, em manifestações que a aformoseiem⁵⁷⁷.

⁵⁷⁵ MIGNOT, 2002:75-79.

⁵⁷⁶ SILVA, 1968:65.

⁵⁷⁷ ALBERTO, 1922:8-9

O objetivo de aformosear, de embelezar Meriti, estava manifestado desde a primeira idéia do concurso. A iniciativa da escola procurava influenciar a vida social meritiense, combatendo-lhe a fealdade e o desconforto. Na construção destas atividades estava também o desejo de motivar o gosto pelo trabalho, pela carpintaria, jardinagem ou pecuária. O Concurso das Janelas Floridas e o Concurso de Utilidades tiveram sua primeira edição em 1923, o primeiro dirigido para as meninas, o segundo para os meninos⁵⁷⁸. Ao contrário das matérias, a distribuição de prêmios era um incentivo aceito por Armanda nos concursos. Explicando seus motivos para os seus sócios, ela escreveu:

Uma explicação. A distribuição de prêmios nestes dois concursos não é uma quebra de normas adotadas. É que destinados a trazer uma parcela de beleza à vida sem encantos deste povoado, são eles manifestações de atividade fora da Escola. De mais a mais, é preciso contentar as famílias... no caso, diretamente interessadas⁵⁷⁹.

Além do incentivo ao trabalho e do embelezamento da vida de Meriti, a diretora achava necessário agradar as famílias, para que houvesse uma aproximação entre estas e a Escola, diminuindo a resistência aos métodos e às iniciativas da instituição.

O Concurso de Utilidades (1923), destinado aos meninos, tinha como objetivo incentivar os trabalhos de carpintaria. Nesta disputa tomaram parte 9 alunos-operários, servindo de juízes Rosa de Oliveira e Edgar Sussekind de Mendonça. O sr. Monteiro Serodio assumiu o papel de diretor dos trabalhos de carpintaria, segundo Armanda por livre vontade, deixando de ir ao seu próprio trabalho alguns dias para ajudar as crianças⁵⁸⁰. Seu filho, Licínio Serodio, era aluno da escola e entrou na disputa com 11 trabalhos, todos excelentes e foi colocado fora do concurso. Do mais, todos os alunos inscritos foram contemplados, sendo os meninos Agostinho de Almeida e Gabriel Jorge Miguel os vencedores⁵⁸¹. Os prêmios oferecidos foram utensílios de trabalho, “a meninos tão ativos”, como ressaltou Armanda.

⁵⁷⁸ ALBERTO, 1923:8-9.

⁵⁷⁹ Idem, 1923:9.

⁵⁸⁰ Idem, 1923:12.

⁵⁸¹ Idem, 1923:9.

Contudo, este concurso parece não ter tido público, fosse dentro ou fora da Escola, pois este não teve continuidade ao longo dos anos⁵⁸². Em 1926, com a morte de Heitor Lyra, Armanda prometeria o nome da sala de trabalhos manuais da “Nossa Casa” como uma homenagem a este importante incentivador da Escola. Segundo ela, o seu retrato seria “o estímulo sempre presente ao trabalho, a esse desprezado trabalho das mãos pelo qual ele se batia com a fineza e a doçura de um Apóstolo”⁵⁸³. Em 1928, já na nova casa, após ouvir a opinião da família de Lyra e obter a aprovação do Conselho Administrativo e da Assembléia Geral da Fundação, Armanda usou a quantia de 2:000\$000 – fruto de uma doação de Heitor Lyra ainda em vida – na instalação de uma oficina de trabalhos em madeira na sala que levava o nome do educador⁵⁸⁴. Assim, a diretora procurava corresponder à intenção do doador e incentivar os alunos ao interesse pela carpintaria.

No caso do Concurso das Janelas Floridas, a recepção foi completamente diferente e o concurso acabou por se tornar amplamente conhecido nas redondezas e na Capital Federal. Como já referido, o Concurso das Janelas Floridas tinha a pretensão de “Combater a fealdade e o desconforto de Meriti, dar-lhe a alegria das flores e a sombra das árvores”, pois, entre os “nossos roceiros”, “são notórios a indolência e o descaso por tudo o que não seja o estritamente necessário ao seu viver de incultos, sem uma parcela de intuição na arte de aformosear a vida”⁵⁸⁵. Embelezar a vida e educar os colonos rurais eram premissas apreendidas por Armanda do exemplo e da escrita de Julia Lopes de Almeida⁵⁸⁶. A escritora foi uma grande incentivadora e divulgadora do concurso na Capital. Armanda, mais tarde, lembraria da presença de Julia de Almeida neste Concurso:

Por ocasião do 2º Concurso das Janelas Floridas, em setembro de 1924, foi das mãos de Júlia Lopes de Almeida que uma das nossas alunas recebeu o 1º prêmio por ter sabido florir com tanto gosto as janelas de sua casa de sapê. (...) Quanto à autora de ‘Jardim Florido e ‘Correio da Roça’, na ocasião daquela sua passagem, plantou uma paineira no jardim da Escola como símbolo dos concursos Janelas Floridas. Quando a Escola se mudou para a sede

⁵⁸² Outro fato que evidencia o baixo público dos trabalhos de carpintaria da Escola é a pouca vendagem dos trabalhos dos meninos. ALBERTO, 1968e:48.

⁵⁸³ ALBERTO, 1926:10.

⁵⁸⁴ ALBERTO, 1928:8-9.

⁵⁸⁵ ALBERTO, 1997:447.

⁵⁸⁶ Ver parte 1.4. desta dissertação. Para mais ver MIGNOT, 2002:146-148; MAGALDI, 2007:25-57.

própria, a pequena árvore foi transplantada e hoje se encontra em pleno viço⁵⁸⁷.

Júlia de Almeida publicou, em outubro de 1924, uma crônica na qual se mostrou maravilhada com as iniciativas da Escola. Numa “terra de tão doce nome e tanto pó”, a cronista viu uma “obra de larga visão moral, espírito humanitário, social e moderno” sendo realizada por “uma das mais inteligentes e mais cultas das nossas patricias, de cuja mocidade irradiante se estende em largo círculo uma claridade fecunda e civilizadora”⁵⁸⁸. Para Júlia, esta obra patriótica realizava uma verdadeira transformação nos hábitos e na higiene das crianças, e através delas uma mudança nos seus pais e irmãos mais velhos. Aos seus olhos, as Janelas Floridas eram

luxo de arte e de bom gosto num recanto podrento e tristonho da Leopoldina! Pois a linda verdade é que, chegada a hora do concurso, várias choupanas ou casebres de barro e coberta de palha ostentavam, nas suas janelinhas e muros de taipa, festões de verbena, de hera, ou de melão de São Caetano, em molduras graciosas e bem dirigidas! Mãozinhas brancas, pretas, cablocas ou mulatinhas, com o auxílio das mãos paternas, já interessadas no caso que se tinham dedicado ao doce mister de beleza e de poesia. Não te posso dar aqui todo o programa dessa Escola, criada e dirigida por Armanda Álvaro Alberto, mas espero ter ocasião de falar-te nela mais detidamente e o que tiver esquecido agora, nomearei depois⁵⁸⁹.

Contentando uma de suas inspiradoras, Armanda se pôs a fomentar seu concurso, levando mais e mais a Meriti a higiene e a civilização através das flores. Em 1923, foram entregues 7 prêmios, em 1924, 13, em 1925, 41, em 1926, 64 prêmios⁵⁹⁰. Ainda no primeiro ano, os meninos tinham participado na feitura das jardineiras e pediram para participar nos próximos anos. Contudo, se a Escola ajudava a aformosear o ambiente meritiense, sofria com os mesmos problemas dos moradores, entre eles a

⁵⁸⁷ “Notas sobre o Concurso Janelas Floridas” (Arq. Pessoal de Armanda), dezembro de 1952 Apud MIGNOT, 2002:139.

⁵⁸⁸ Nesta crônica, Júlia Almeida lembraria ser a vila de Meriti localizada em uma das estações mais próximas da Leopoldina, apresentando-a para as mulheres nascidas e criadas em Botafogo que, segundo a autora, só conheceriam da Rua do Ouvidor ao Leblon, com escala por Santa Tereza, achando que só seria boa e habitável esta zona urbana. Assim, convida as moças a irem àquela localidade rural próxima e presenciar os feitos da Escola Regional de Meriti. ALMEIDA, 1968:59.

⁵⁸⁹ Idem, 1968:60

⁵⁹⁰ ALBERTO, 1926:4.

falta d'água. Em 1928, Armanda não conseguiria dar muitos prêmios, pois, além da falta de capacitação das professoras que estavam na escola naquele ano, a falta d'água eliminou vários concorrentes.

Belisário Penna afirmou a prática do “culto à natureza” em Meriti, cultivando a “arte da vida sã, da vida operosa e da moralidade, seja na Escola, no Lar, ou mais tarde, na oficina e na sociedade”⁵⁹¹. Juntando-se a ele, Gasparini, ao escrever sobre o Concurso Janelas Floridas para o periódico “Saneamento”(Dez/1926), do Serviço de Saneamento Rural, afirmou a sua aprovação aos métodos da instituição. Segundo ele,

Na sua ação direta ao lar, [a Escola] não cuida somente de modificar, como vimos, a vida do ambiente material e moral, higienizando a casa e educando principalmente a mulher, despertando, também, o gosto pelas coisas da arte. Para isso foi organizado um original concurso de “Janelas Floridas”. É um encanto para a vista o aspecto que vão tomando as modestas casas pobres dos moradores, cujas portas e janelas se enfeitam de flores dispostas com esmero⁵⁹².

Na pista do sucesso deste concurso, Armanda propôs um outro em 1926. O Concurso de Criações viria complementar a relação entre a Escola Regional de Meriti e a população daquela região, criando uma forma da instituição conhecer as pequenas chácaras existentes naquela localidade e incentivando o trabalho entre os moradores de Meriti. No primeiro ano, o concurso excedeu todas as expectativas de Armanda. Numa disputa que previa “animar somente a criação de galinhas”, concorreram 20 moradores, com criações de galinhas, porcos, cabras e abelhas, ampliando os objetivos da Escola. Para compor a comissão julgadora escolheu Maria da Luz Carvalho e Edgar Sussekind de Mendonça, que juntamente com Armanda ia conhecer as criações⁵⁹³.

Isto fez com que Armanda pensasse em, para os próximos anos, incrementar a Escola com a manutenção de colméias e a criação de bicho da seda, para ensinar às crianças e aos pais, com o exemplo e o ensino, novas formas de ganhar a vida no meio rural. No espírito de “aperfeiçoamento pelo próprio meio para agir sobre ele”, Armanda percebeu algum interesse dos moradores pela criação e estimulou aos pais a criação de

⁵⁹¹ PENNA, 1968h:81.

⁵⁹² GASPARINI, 1968: 1968:88.

⁵⁹³ ALBERTO, 1926:4-5. ALBERTO, 1928:4-5.

cabras, segundo ela “facílisma na localidade”, para provisão de leite aos próprios filhos⁵⁹⁴.

Para Savino Gasparini os concursos juntaram “o útil ao agradável”, despertando o gosto estético, o embelezamento das casas, melhorando a saúde e promovendo a criação. Assim, a Escola fazia uma “transformação higiênica do interior”⁵⁹⁵. Ao explicar a importância dos concursos aos sócios da Fundação providente, a diretora dava ênfase, mais uma vez, ao conhecimento da região e ao estreitamento de laços entre a Escola e a população de Meriti:

Nunca é demais repetir aos consócios da Fundação a importância que atribuímos a estes concursos. Pouco a pouco vão sendo compreendidos pelos moradores, alguns dos quais já concorrem todos os anos, fazendo espontaneamente boa propaganda entre as suas relações. Por outro lado, são ótimo pretexto para travarmos conhecimento nos meios mais afastados da Escola, e desse modo fazemos idéia exata da vida local em seus aspectos os mais variados⁵⁹⁶.

Contudo, a Escola pretendia inicialmente uma aproximação maior com população, através da educação dos adultos, a começar pelos trabalhadores da fábrica de explosivos Rupturina. Este desejo de proporcionar uma educação mais formalizada para os adultos não pôde ser efetivado⁵⁹⁷. Em anexo ao primeiro relatório, Armanda explicou ser de sua vontade a criação de um curso noturno, para os proletários, paralelo ao curso diurno das crianças. Entretanto, pela “dificuldade de arranjar um professor, e sobretudo a falta de iluminação conveniente, à parte outros obstáculos menores” foi obrigada a um “adiamento indefinido”. O objetivo era “proporcionar instrução elementar aos operários da fábrica de Rupturita”. Esperando a luz elétrica – que estaria para chegar, “segundo informações recentes” –, Armanda pretendia vencer rapidamente os empecilhos menores, que naturalmente desapareceriam⁵⁹⁸.

No artigo de Francisco Venâncio Filho, depois de quatro anos, este desejo também se tornou explícito, porém lembrando a dificuldade de modificar uma

⁵⁹⁴ ALBERTO, 1926:4-5. Este ensino estava de acordo com as prescrições de Júlia Lopes de Almeida para as mulheres cultas.

⁵⁹⁵ GASPARINI, 1968:89.

⁵⁹⁶ ALBERTO, 1928:4-5.

⁵⁹⁷ Pelo menos até 1932.

⁵⁹⁸ ALBERTO, 1921:13.

mentalidade já formada. Para ele, o fato da Escola ser custeada a princípio por uma indústria local – Explosivos Rupturina – era uma expressão da “compreensão de que, na fase guerreira-industrial que vamos vivendo, intermédia às que Augusto Comte estabeleceu, é à indústria que cabe o custeio desses empreendimentos de solidariedade humana”, a educação das crianças e dos adultos⁵⁹⁹.

Neste ano, como possibilidade de educar os moradores adultos, foi criado o curso público de higiene rural para divulgar entre os moradores de Meriti os princípios sanitários. Ao descrever estas conferências populares, Gasparini as colocou como o traço de união mais forte entre a instituição e a população de Meriti, embora, reconhecesse que este tinha menos eficácia do que os contatos diretos com as mães, promovidos pelo Círculo de Mães e pelas professoras-visitadoras. Por sua vez, Armanda também considerava as conferências como boas oportunidades para estreitar os laços da Escola com o meio⁶⁰⁰. Em 1925 foi organizada a primeira série de conferências, num total de 7 encontros realizados com projeções luminosas. Os temas foram a Educação Sanitária do Povo, Verminoses, Impaludismo, Sífilis, Alcoolismo e Tuberculose, ministrados em sua maioria por Penna⁶⁰¹.

Não obstante, estas conferências foram interrompidas em 1926, do que se queixava constantemente Armanda⁶⁰². Em 1932, Armanda ainda alimentava a esperança de criar esta aproximação através do ensino para os adultos, fosse lamentando o fim dos cursos populares de higiene ou vislumbrando a utilização das salas e da biblioteca para ensinar adultos, embora o vislumbre ainda esbarrasse na falta de luz elétrica. A Escola Regional estava a par dos problemas de Meriti e procurava se aliar às organizações locais, como esclarece Armanda:

Não podemos compreender o educador desinteressado das questões sociais. Nesse caso, falha ao compromisso de melhorar a sociedade, o qual assumiu, tacitamente, quando, pela primeira vez, tomando a mãozinha de seus primeiros alunos, reproduziu o gesto pestalozziano de quem inicia e conduz para diante. Sentindo qual é a atitude da Escola Regional, a Frente Negra de Meriti, veio pedir-lhe a colaboração. Sala de aula. Biblioteca, tudo lhe será franqueado, logo que tenhamos a luz elétrica. Então, os elementos negros mais

⁵⁹⁹ VÊNANCIO FILHO, 1952:34-36.

⁶⁰⁰ ALBERTO, 1968e:52.

⁶⁰¹ GASPARINI, 1968:87-88.

⁶⁰² ALBERTO, 1928:9; ALBERTO, 1930:8. ALBERTO, 1968e:52.

progressistas – entre eles muitas mulheres – subirão a noite, depois do dia afanoso do trabalhador – a encosta íngreme da Escola – mais Regional, por certo, depois dessa colaboração⁶⁰³.

Além de apoiar o movimento negro meritiense, a Escola ainda teria outras incursões sobre a vida social e política local, promovendo a campanha pelo lançamento de uma ponte sobre o rio Merity, ao lado do Centro Beneficente de Merity, e incentivando um festival de Cinema em Meriti, promovido por um grupo de moradores que eram sócios contribuintes da Escola⁶⁰⁴. Em 1923, Armanda já comemorava a entrada de 22 moradores de Meriti na sociedade da Fundação mantenedora como um fato-sintoma da vitalidade do empreendimento, do apoio dos sertanejos a sua perspectiva de construir uma escola aprimorada pelo meio⁶⁰⁵. Com o tempo até mesmo as instituições de educação vizinhas apoiavam e, às vezes, contribuía com as iniciativas da Escola Regional de Meriti, como a Escola Paroquial de Meriti, Escola Pública de Vigário Geral, o Grupo Escolar de Cordovil e a Escola México, mesmo que nos primeiros tempos houvesse alguns problemas⁶⁰⁶. Em 1932, além do aumento da participação dos moradores na caixa escolar, Armanda se felicitava pela iniciativa destes em produzir um ambiente social saudável e educado, através de associações entre os meritienses⁶⁰⁷.

Conhecendo e fazendo a criança conhecer o seu ambiente e o ambiente pátrio, a Escola Regional de Meriti levava às crianças os ideais de higiene, da boa educação e do conhecimento da natureza, através de métodos inovadores no Brasil. Sem embargo, procurava divulgar estes mesmos ideais para os pais dos seus alunos e para os moradores de Meriti. Para Armanda,

Alguns fatos podem indicar o que se vai conseguindo, sem aulas especiais, em moral e civismo. Contam os alunos: “salvei um

⁶⁰³ ALBERTO, 1968e:53.

⁶⁰⁴ ALBERTO, 1926:10; ALBERTO, 1968e:53.

⁶⁰⁵ ALBERTO, 1923:5.

⁶⁰⁶ Em 1923, a Escola Regional comemorou com a Escola Paroquial de Meriti a “Festa da Árvore” e o “3º aniversário da fundação da Escola” Idem, 1923:9. Contudo, somente em 1930 a Escola Regional teria um relacionamento melhor com as escolas vizinhas, Como evidencia o relatório: “Outro fato auspicioso não previsto para tão cedo foi o estabelecimento de relações amistosas com as escolas públicas locais, devidas ainda, de início à boa vontade da Professora D. Zilda Soares. Para que referir ao que eram essas relações antes da ação de nossa colaboradora? Além da amizade fraternal que mantemos com o grupo escolar de Cordovil, vão nos chegando, de outros subúrbios da Leopoldina, o testemunho da simpatia de suas escolas.” Idem, 1923:9; ALBERTO, 1930:3-5.

⁶⁰⁷ ALBERTO, 1968e:53.

marimbondo que estava atolado (7 anos); ajudei a uma velhinha a atravessar a linha do trem (9 anos); liberei uma menina de ser apanhada por um automóvel (9 anos); apanhei um caco de vidro que estava no caminho (11 anos); soltei os passarinhos de meus irmãos e disse-lhes que o gato os comeu (12 anos) é menina bem se vê... e muito mais. Notemos, no entanto, com sinceridade, que as plantas ainda não merecem a mesma solicitude. Ninguém, entre estes meninos do povo, aqui dentro padrinhos das plantas que cultivam, lá fora já se lembrou de praticar um ato de proteção às árvores maltratadas dos caminhos⁶⁰⁸.

Ainda havia o que se fazer em Meriti.

III.4. A ESCOLA

A Escola Regional de Meriti era mantida pela união da iniciativa de particulares, intelectuais da Capital que tinham por objetivo levar ao interior do país cultura, higiene e os valores da civilização, como o trabalho e o gosto pelas artes. Para tanto, contava, em sua estrutura com o próprio Lar-Escola, o Museu Regional e a Biblioteca. Com a doação de educadores do Colégio Jacobina, do Colégio Bennett, do Instituto Central do Povo, de Movimentos como a Liga contra o Analfabetismo e a Liga Pró-Saneamento do Brasil, a Escola conseguiu levar a Meriti um pouco destas idéias. A principal financiadora inicialmente foi a fábrica de Explosivos Rupturina, sendo em 1922 criada a Caixa Escolar e em 1924 a Fundação Álvaro Alberto. Contudo, entre as professoras, o despreparo afligia Armanda:

É sabido que o principal, o único fator de eficiência dos métodos modernos é o professor. Infelizmente, desde que inauguramos a Escola, não temos tido maior preocupação que a de preparar os professores por meio de aulas, empréstimo de livros, excursões, etc. É doloroso constatar que, depois de tanto trabalho, quando começam a agir razoavelmente, deixam-nos, nomeados para escolas do governo (quase todos são normalista) ou outro emprego vantajoso. Outros não podem continuar por inadaptáveis aos métodos adotados⁶⁰⁹.

⁶⁰⁸ ALBERTO, 1928:6.

⁶⁰⁹ ALBERTO, 1997:449.

O problema do despreparo das professoras e da grande rotatividade destas foi notado em todos os relatórios anuais da Escola. Com isto, os programas deveriam ser feitos com a ajuda da experiência das professoras com as crianças, para que fossem adaptados ao meio não puderam ser aperfeiçoados desta forma. A própria Armanda produziu os programas de Estudos da Natureza, de Geografia, de Higiene e de Jardinagem, enquanto o de Desenho foi escrito por Edgar Sussekind, o de História por Francisco Venâncio, o de Economia Doméstica pela professora Maud Mathis – do Bennett – e os de cálculo e geometria adaptados por Heitor Lyra e por Laura Araripe, de Paula Vera⁶¹⁰. Junto às aulas, ao ar livre ou no prédio da Escola eram promovidos passeios externos, no Rio de Janeiro, a instituições como o Jardim Botânico, o Museu Nacional, o Museu de Higiene Popular e a Exposição do Centenário.

A excursão ao Museu de Higiene Popular foi sugestão do próprio Belisário Penna, quando este estava recém-criado em 1926. Na oportunidade, segundo Armanda, “o Dr. François Norbert, fundador do estabelecimento modelar, e o Dr. Belisário Penna, Amigo sempre ao nosso lado, deram aulas acompanhadas de cinema à criançada”. A visita ao Museu passaria a ser obrigatória no entender da diretora⁶¹¹. Belisário Penna era um entusiasta do Museu criado por Norbert, e sobre este escreveu no artigo “Escola Prática de Higiene”:

Em assunto de educação higiênica, nada existe, entre nós, comparável ao Museu de Higiene Popular, destinado a prestar inestimável serviço ao ensino prático da etiologia e profilaxia das endemias que mais castigam e torturam o povo brasileiro.

A sua inauguração, a 1º do corrente mês, não compareceu um único representante da higiene federal⁶¹².

Ao se referir ao Museu de Higiene Popular e à Escola Regional de Meriti, Belisário Penna mostrava todo o seu descontentamento com os poderes públicos, e dava à iniciativa particular o crédito de ser a forma daqueles que queriam fazer algo pelo país levarem a cabo seus ideais patrióticos. Aqui, não se pode desligar este

⁶¹⁰ ALBERTO, 1997:449.

⁶¹¹ ALBERTO, 1926:5.

⁶¹² PENNA, s/d, 4.

descontentamento da tentativa de Penna de construir um órgão público essencialmente técnico. Para Penna, em 1925-26

A Escola Regional de Meriti fundada há quatro anos pela jovem e exímia educadora, Da. Armanda Álvaro Alberto, e o Museu de Higiene Popular, inaugurado há poucos dias em Niterói, feito e organizado pelo provector clínico e higienista Dr. François Norbert, são duas valiosas instituições de educação popular, que revelam a eficiência da iniciativa particular, quando orientada por inteligências esclarecidas, almas idealistas e corações sensíveis, que se não limitam a sonhar e sentir, mas realizam, com patriótica abnegação, os ideais, e gozam o prazer sem par da sua realização e dos benefícios que espalham, através de penosos trabalhos de luta incessante e diária, para convencer os próprios beneficiados⁶¹³.

Neste trecho, Penna mostra uma outra face da Escola Regional de Meriti: a de ser uma iniciativa particular, com orgulho de sê-lo. Nas falas de todos os diretores e incentivadores ficavam claras as idéias do fracasso dos poderes públicos e de que a iniciativa particular era a forma encontrada para construir o Brasil imediatamente, esperando que a médio ou mesmo longo prazo o Governo fizesse a sua parte. Não obstante, não se pode esquecer que estes mesmos protagonistas procuraram lutar pela construção de serviços públicos estatais. No campo da Saúde, Belisário Penna teve participação ativa na construção do DNSP nos seus anos iniciais e mais tarde, no governo provisório de Vargas assumiu durante alguns meses o MESP⁶¹⁴. No campo da Educação, a criação da ABE foi fruto de um interesse pela mudança através da política partidária e os principais educadores envolvidos na construção da Escola Regional foram signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, dirigido aos governos pela educação pública⁶¹⁵. Ainda assim, para Armanda

Sem a iniciativa particular, o Brasil não resolverá tão cedo o problema da educação do seu povo, simplesmente porque faltam à União e aos estados os recursos financeiros suficientes. A Escola Regional de Meriti tem por máxima aspiração ser reproduzida em todo o país. Que os fazendeiros, os industriais, os capitalistas fundem

⁶¹³ PENNA, 1968h:80.

⁶¹⁴ HOCHMAN e FONSECA, 1999.HOCHMAN, 2001.

⁶¹⁵ CARVALHO, 1998; XAVIER, 2002.

escolas para os filhos de seus colonos sitiantes, operários, empregados... Peçam aos poderes públicos ou aos centros de educação, como a Associação Brasileira de Educação, os programas, mesmo as professoras, no que não haverá prejuízo para o governo. E aqueles que só dispõem da boa vontade fundem associações como a nossa [ABE], que o ocupar-se da criança ainda é a mais humana das funções da nossa espécie⁶¹⁶.

Estas iniciativas, no entender de Edgar Sussekind, deveriam ser dos poderes públicos, contudo, pela falta destes, a sua Escola procurava resolver os problemas daquele recanto, próximo à Capital. Dentre as três séries de problemas estariam a manutenção dos alunos na Escola; o incentivo e proteção a indústria local; e a irradiação da higiene, da beleza e da educação⁶¹⁷. Utilizando-se mais uma vez da máxima de que a Escola Regional de Meriti deveria ser um exemplo, publicou em Junho de 1925:

A Escola Regional de Meriti, com o que já conta de regionalizado em seu ensino, pode ser e ambiciona ser um exemplo. Inclui, por conseguinte, junto à sua fase inicial de construção, tipicamente regional, uma fase necessária de repercussão posterior.

– Repercussão?

– Assim abertamente o desejamos, com a sinceridade que exclui qualquer idéia menos desvaída: se tomamos para campo de experiência a pequena povoação fluminense de Meriti, não foi para constituir um exemplo de perfeição, ou mesmo apurada qualidade, mas foi para constituirmos um *exemplo de possibilidade de realização*, que mais valesse porque nos cercamos, justamente, das menos vantajosas das condições locais. Justamente por causa das péssimas condições peculiares a uma povoação desorganizada parasitando um grande centro, onde a civilização, por mal compreendida, só mostra o reverso da medalha – região nem tipicamente urbana, nem tipicamente rural; justamente por isso é que podemos afirmar que o pouco que aí venceu poderá vencer *em qualquer parte do Brasil*. Somos um pequeno grupo de professores cariocas, atentos dia a dia à vontade de quem nos reuniu; contamos apenas com os recursos materiais da Fundação Álvaro Alberto de exclusiva iniciativa particular;⁶¹⁸

⁶¹⁶ ALBERTO, 1997:451.

⁶¹⁷ MENDONÇA, 1952:38.

⁶¹⁸ Idem, 1952:40. Itálicos já estão presentes no texto original.

Neste discurso de Edgar, a dimensão da proximidade da Capital se mostra com grande força. Alguns professores da Capital, num ambiente nem tipicamente rural, nem tipicamente urbano, tinham a pretensão de construir um “exemplo de possibilidade de realização em qualquer parte do Brasil”. A proximidade da Capital fazia com que estes pudessem militar nos movimentos e associações da Capital, construindo-os, e ao mesmo tempo ter uma experiência no sertão, fazendo com que desta pudessem tirar exemplos aplicáveis. Estes exemplos, segundo ele, se não serviriam como “exemplo de perfeição”, serviam como exemplo de que é possível, procurando incentivar outros empreendedores particulares. No texto de Armanda, também aparece clara esta perspectiva:

Sendo Meriti um distrito meio rural, meio operário, de população instável (os assentamentos no Livro de Generalidades provam-no de sobra), ora em caminho de sanear-se, portanto, de reter os habitantes, futuras alterações podem ser feitas, segundo o tipo que venha a predominar em sua heterogênea população. A proximidade do Rio de Janeiro, se lhe traz inegáveis vantagens, traz-lhe, em troca, desvantagens séria⁶¹⁹.

Para os membros da diretoria da Escola, dentre estas desvantagens, estava a intenção dos pais em fazer com que os filhos seguissem um caminho de “estudo” e não de “trabalho”. A perspectiva regional da Escola era de que os sertanejos se mantivessem no meio rural, produzindo aí seu sustento, através da pecuária, da agricultura, dos trabalhos manuais, da jardinagem, da carpintaria. Deste modo, tinham uma educação muito voltada para o trabalho como valor e para o aperfeiçoamento das crianças em profissões. Não obstante, os pais destas queriam que suas crianças estudassem, para que fossem cultas, ao modo da Capital, que se tornassem bacharéis. Assim, além da queixa constante de que os pais tiravam as crianças para trabalhar antes de terminar o 3º grau fundamental, Armanda também fazia outra:

Além desse caso geral, de vez em quando, aparece este outro: - o do aluno que “precisa tirar exames num colégio da cidade” e lá se vai, no encalço do bacharelato, deixando-nos à espera que a

⁶¹⁹ ALBERTO, 1997:448-449.

ação lenta, porém certa do Círculo de Mães se faça sentir, um dia... Porque é preciso acentuar: ao lado da causa econômica, atua, embora em grau menor, a orientação defeituosa dos pais.⁶²⁰

A procura do bacharelato na Capital era um problema para estes intelectuais que, na própria Capital, lutavam contra o ensino enciclopédico, contra a “Razão Pomposa”⁶²¹. Como explicitou Dominichi Sá, em seu estudo sobre os intelectuais brasileiros nesta época, a crítica à idéia de uma ‘cultura da memória’, de reter o máximo de informações, se fazia sentir. Para os intelectuais desta década, o homem de ciência que lia, lia e relia o que encontrava era um ser “antigo”. Essa geração pertencia à ‘cultura da inteligência’⁶²². A união desta perspectiva anti-bacharelesca e a valorização do sertão – e tentativa de manutenção do sertanejo em seu habitat – produziu, em Edgar Sussekind de Mendonça, um dos maiores críticos da perspectiva de que a vitória do interiorano pobre brasileiro estava no estudo das lições para um dia chegar a ser bacharel. Ser por um lado se conseguia contar com o apoio das mães, que apreendiam a visão da escola principalmente no Círculo de Mães, Sussekind escreveria sobre os pais:

Mas não conteis com a aceitação, pelos pais do ensino não livresco, como o nosso: a preparação de seus filhos para a vida profissional, para a vida conformada com os ditames do trabalho, sendo uma continuação de destinos, seu e deles, os atemoriza; querem os filhos pertencendo a um outro mundo, que não aquele em que passaram a sua existência de vencidos... Quando, em nome da boa cultura popular, contrariamos frequentemente essa má vontade dos pais contra o ensino manualizado, bem percebemos que estamos tocando em um mal maior a combater, pois essa descontinuidade ambicionada da vida paterna e a de seus filhos revela uma nação de descontentes...⁶²³

Para Sussekind, a visão dos pais era contraproducente, pois revelava antes o descontentamento com as condições do campo e do sertanejo no Brasil, do que um desejo de vencer na vida. O descontentamento dos pais não deveria ser com a Escola ou com a vida no sertão, mas com a estrutura social e política do Brasil. Assim, os pais

⁶²⁰ ALBERTO, 1926:6.

⁶²¹ SÁ, 2006:107-142.

⁶²² Idem: 2006:136.

⁶²³ MENDONÇA, 1968:20.

deveriam ter orgulho de seu trabalho. E esta era uma função das excursões por Meriti. Em suas palavras,

Colocar o filho no ambiente da atividade da atividade do pai, já é um passo, é um passo contra a corrente da opinião local; mas não basta: é preciso que a escola, em turmas, visite os trabalhadores locais em flagrante atividade, para que eles, pais de nossos alunos, percebam que a escola lhes veio ensinar a ter orgulho de uma tarefa que ela eleva à dignidade de suas aulas⁶²⁴.

Deste modo, a Escola Regional pensaria na pátria inteira, fixando o sertanejo no campo, valorizando-o, divulgando os ideais da civilização e levando uma vida melhor àquela população ignorante, pobre e doente. Segundo Edgar Sussekind de Mendonça, nas aulas, com o tempo, valorizando a si próprios, os meritienses aprenderiam as riquezas do Brasil, de cada uma de suas grandes regiões, contemplando o retrato de Euclides da Cunha, “mestre de regionalismo que não deixou de ser conjugando os aspectos regionais de sua obra numa inspiração comum, genuinamente brasileira”. Euclides seria o gênio tutelar da nacionalidade brasileira e através do seu exemplo, a Escola Regional de Meriti procurava preparar a Escola Nacional, pois, para Edgar Sussekind, não era compreensível a nacionalidade sem que esta contivesse “as linhas características de cada região, diretamente ensinadas para ser sinceramente compreendida”⁶²⁵.

Contrário a esta posição, Tristão de Athayde, logo se coloca em “O Jornal” de 27 de setembro de 1925.

Condição Primordial de Eficácia

E o que de excelente escreveram os senhores Francisco Venâncio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça, sobre essa tentativa muito interessante e bem orientada da Escola Regional de Meriti. A não ser aquele absurdo de “região dando lição de moral” para justificar o emprego da moral prática, de moral leiga, em vez de moral religiosa, por um qualquer preconceito de anti-clericalismo ou de liberalismo muito pouco realista, muito pouco “regionalista”. Aliás, é necessário, por sua vez, que a necessidade de adaptação da escola às variedades de meios e de gentes, condição primordial de sua

⁶²⁴ Idem, 1968:20.

⁶²⁵ Idem, 1968:22.

eficácia não degenere justamente no que há de acanhado e de perigoso no regionalismo. Defendendo-se da objeção, escreve o sr. Edgar Sussekind de Mendonça que isso “é uma questão de confiança na unidade brasileira”. Infelizmente, nesse assunto não há questões de confiança e sim de desconfiança⁶²⁶.

A crítica de Alceu Amoroso Lima, o intelectual católico que tomou o codinome Tristão de Athayde, residia principalmente no combate do ácido anti-clericalismo de Edgar e sua posição de desconfiança da unidade nacional. O regionalismo da Escola Regional de Meriti era criticado por pretender que o sertão e os sertanejos pudessem ter uma postura mais acertada, se agissem de acordo com a sua “natureza interiorana”, do que um ‘homem de ciência’ da Capital.

Segundo análise de Ana Magaldi, a primeira República foi palco de uma importante disputa da Igreja Católica e de intelectuais alinhados com o seu posicionamento pelo Brasil como uma “nação católica”⁶²⁷. Ao longo da década de 1920, estes tomaram iniciativas propondo a revisão do processo em curso de laicização do ensino, principalmente entre 1924-26, na introdução das “emendas católicas” na revisão da Constituição pelo governo de Artur Bernardes. Previam o reconhecimento do catolicismo como a religião da maioria do povo brasileiro e a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas, contudo estas emendas foram rejeitadas pelo presidente⁶²⁸.

Por sua vez, na questão do regionalismo, a posição de Edgar Sussekind foi mais vitoriosa do que vencida no debate. Tanto que em 1931, a Associação Brasileira de Educação, na sua Semana de Educação, traria como tema geral a “Escola Regional” em seus vários aspectos⁶²⁹. As conferências foram depois publicadas no livro *A Escola Regional*, publicado pela ABE, e tinham o objetivo de analisar a construção das Escolas Regionais, com a pretensão de criá-las em ambientes urbanos, rurais, marítimos e fluviais.

Para Belisário Penna, em seu discurso neste encontro (*A Educação Rural – O Problema e sua enorme importância social e econômica*), a escola, o saneamento e o incremento da pequena propriedade deveriam ser capazes de modificar radicalmente o meio social brasileiro, levando à “prática de virtudes higiênicas do asseio, da

⁶²⁶ ATHAYDE, 1968:31.

⁶²⁷ MAGALDI, 2007:100.

⁶²⁸ Idem, 2007:100.

⁶²⁹ CARVALHO, 1998:161.

temperança, da laboriosidade e do conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturais e essenciais à vida – a terra, a água, o ar e o sol”⁶³⁰. Na perspectiva do engenheiro Barbosa de Oliveira, cada tipo de região brasileira devia procurar a sua própria forma regional de escola, que valorizasse o seu trabalho e suas aptidões⁶³¹. Em comum a vários depoimentos estava o exemplo da Escola Regional de Meriti, como uma afirmação de que era possível construir escolas regionais.

Esta perspectiva de Educação Rural/Regional foi um dos pólos de discussão ao longo do século XX no Brasil. Nesta, o ensino rural era visto como uma forma de manter a população do campo produzindo na sua localidade de origem, suprir necessidades de uma população carente e impedir, assim, o êxodo rural para os grandes centros. No outro pólo estava a posição que via na industrialização dos grandes centros a forma de desenvolvimento do país, apostando em uma educação que formasse trabalhadores para as indústrias e demais funções próprias dos centros urbanos. Ao longo da trajetória da Escola Regional de Meriti, Armanda se posicionou na primeira vertente deste embate, colocando o ensino agrícola/rural como um dos sustentáculos de sua escola, mesmo quando Caxias, a antiga Meriti, já havia deixado de ser uma localidade rural⁶³².

Através das propostas educativas da Escola Regional de Meriti, criadas a partir de demandas regionalizadas e de conceitos das escolas novas, educadores e médicos levaram ao sertão próximo saúde e educação. Ao criar a sua Escola Regional, Armanda Álvaro Alberto construiu um lugar de divulgação dos ideais de educação e saúde na baixada do estado do Rio de Janeiro, possibilitando que médicos e educadores procurassem salvar o sertão a partir do espaço escolar. Ao cuidar do corpo e do espírito de suas crianças, esta educadora procurou criar uma relação entre professora e aluno baseada nas noções de liberdade da criança e “interesse espontâneo”. Não interromper uma atividade interessante para a criança era uma das premissas de Armanda na construção das práticas educativas da sua instituição. Junto a isso, uma assistência

⁶³⁰ Penna, propôs a distribuição de terras para os humildes homens da terra, alicerçado no fato de “90% das famílias brasileiras” não possuírem “lar próprio nem qualquer trecho de terras” Apud CARVALHO, 1998:163.

⁶³¹ OLIVEIRA, 1968:97-105.

⁶³² MENDONÇA, 2006:138-141.

médica para as crianças criaria condições para que estas crianças pudessem, livres da doença, se livrar de qualquer probabilidade de se transformarem em ignorantes.

Assim, para além do ensino, as principais ações da Escola eram no sentido de criar um ambiente propício para que as crianças aprendessem, desde pequenos e em todos os ambientes – na Escola, na Casa e na própria vida social da Vila – a ter uma vida saudável com uma formação física, moral e intelectual. Na escola, estes educadores procuraram formar um ambiente ideal, que chamaram de Lar-Escola ou “Casa de Família”, para que os alunos aprendessem na prática cotidiana da Escola os hábitos de higiene, trabalho e cuidado com a natureza. Na família, através das professoras visitantes, do Círculo de Mães, dos Concursos e da tentativa de aproximar as famílias da instituição, procuraram mudar os hábitos das famílias das crianças de modo a que, em casa, as crianças pudessem viver em um ambiente que não fosse contraditório com a experiência escolar, sã alegre e confortável. Na vila de Meriti, pelas conferências populares, pelos concursos abertos ao público em geral e pela abertura da Escola às demandas por saúde, educação e progresso do povo de Meriti, pretendia construir uma vila mais educada, embelezada, saneada e dedicada ao trabalho de forma a que os alunos pudessem viver neste ambiente. Desta forma, deveriam aprender, antes pela construção de um ambiente propício à construção de espíritos e corpos sãos, do que pela modelação pela professora.

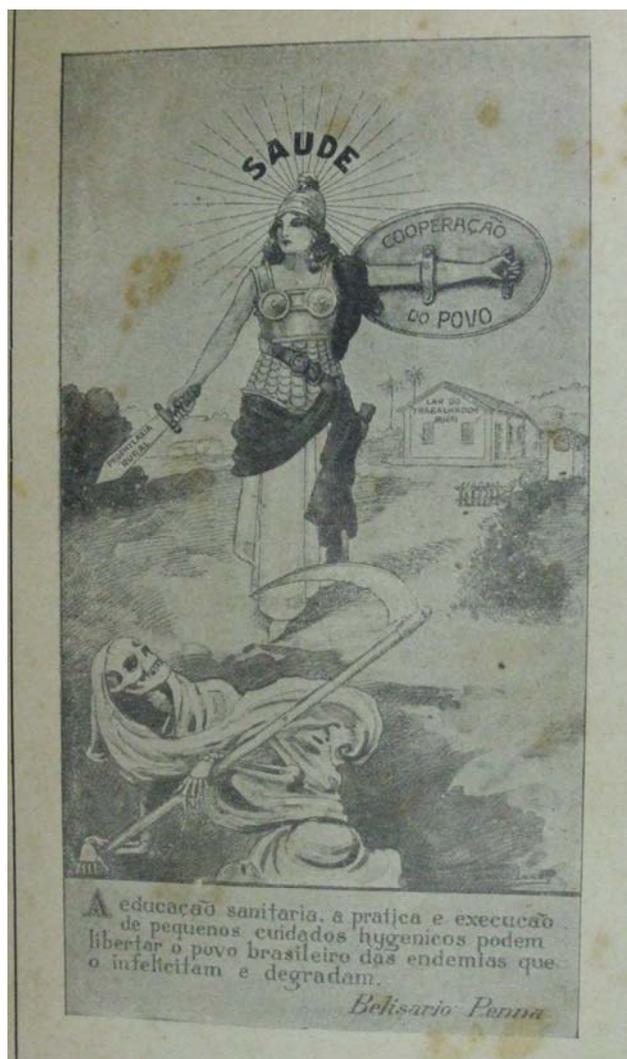
Neste ponto, estava a discordância inicial entre a perspectiva de Belisário Penna e a professada por Armanda. Enquanto, Armanda via o empreendimento educativo muito mais como uma construção de um ambiente propício, Penna apresentava um discurso de modelação do cérebro maleável e receptível da criança. Esta perspectiva de Armanda tinha sua razão de ser na sua leitura dos métodos das escolas ativas, que eram contrárias às propostas de educação que não tivessem como centro as experiências sensitivas e motoras da própria criança. Com o crescimento da relação entre Penna e a Escola Regional de Meriti, o discurso do médico muda, valorizando as práticas educativas da Escola. O médico Savino Gasparini, que atuou colaborando na divulgação de educação sanitária e conseguindo apoio de outros médicos para a Escola, também valorizou as práticas educativas da Escola de Meriti, ao perceber nestas uma forma de realizar a campanha sanitária no sertão.

Com o tempo, na construção da Escola Regional de Meriti surgiram exemplos de práticas educativas e sanitárias que ao serem discutidas na Capital geraram críticas positivas e negativas. Os posicionamentos dos educadores envolvidos, afirmando os

conceitos adotados por estes, geraram respostas dos intelectuais que discutiam a formação do Brasil e os caminhos da República através da bandeira da Educação. Afirmando sua posição de iniciativa particular, laica e regional, estes produziram, com seus aliados, um discurso de caso exemplar de possibilidade de construção da educação e saúde no Brasil. Assim, através da constituição da Escola Regional de Meriti, estes intelectuais procuraram transformar a Vila de Meriti em um lugar salubre, educado e formoso, na expectativa de que através deste exemplo o Brasil fosse edificado nestes moldes.

Conclusão:

Cuidando do Corpo e do Espírito em Meriti,
Construindo a Nação Brasileira



PENNA, *Hygiene para o Povo*, 1924, p. 2.

Com esta imagem, Belisário Penna iniciou seu livro *Hygiene para o povo*⁶³³. E eu termino esta dissertação. Mais do que nas palavras impressas, a força está na simbologia das representações gráficas. A **Saúde** luta contra a **Morte** e a espanta, defendendo o **Lar do Trabalhador Rural**, com a **Profilaxia Rural** como espada e a **Cooperação do povo** como escudo.

A Morte, na percepção dos intelectuais no Brasil dos anos 1920, era tanto a morte física quanto a morte pela ignorância, que não permitia a estes brasileiros dos sertões a participação na nação brasileira. Ela era causada, sobretudo, pelo descaso e o abandono dos poderes públicos para com as populações rurais do interior do país, tomadas pelas endemias rurais. E, enquanto esta não fosse detida, continuaria ceifando a vida de brasileiros. Com a proteção da Saúde, a morte ficaria no limbo, esquecida do

⁶³³ Esta representação já havia sido impressa em divulgações da campanha pró-saneamento em jornais e em um cartão postal do DNSP.

que proporcionou, e pode proporcionar, a indivíduos em todas as idades. O médico, e por que não dizer, o educador, seriam aqueles que levariam a saúde até o meio rural.

A Saúde, envolta em sua armadura – os conhecimentos científicos –, seria capaz de espantar a morte. Desde que tivesse os instrumentos necessários para fazê-lo. O primeiro, para o ataque, seria a profilaxia rural. Esta deveria ser feita de forma contínua e com um plano nacionalizado de políticas públicas. O médico traria a saúde até toda a população rural, se os governos tivessem uma postura técnica e o interesse de salvar a nação. O segundo, para a defesa, a cooperação do povo. Sem esta, o ataque estaria desprotegido, considerando que o povo, ao não manter as práticas higiênicas e educativas em seus lares e ambiente, faria com que a Saúde fosse atingida e o meio rural voltasse a ficar desprotegido perante a Morte. A Saúde, num ambiente iluminado – pelas luzes do conhecimento, talvez –, contrasta com a Morte, na escuridão.

A Profilaxia Rural, arma da Saúde contra a Morte, para Belisário Penna devia ser organizada e executada por técnicos e através da centralização dos serviços públicos uniformizados, para produzir resultados em todo o Brasil. A arma desfiaria golpes de hidrografia sanitária, exames clínicos, educação sanitária, vacinas e cirurgias, ajudando a heroína a combater seu oponente. Saneando o solo, as águas e as habitações. Sempre em punho, a Profilaxia Rural estaria apontada para a Morte, sempre que ela chegasse perto do Lar do Trabalhador Rural ou de seu ambiente. Não obstante, na falta de um Posto Sanitário adequado, a Escola poderia, sempre através do médico, agir em algumas funções próprias da Profilaxia Rural. Ela teria na outra mão, como companhia, um escudo, que lhe ajudasse a proteger este ambiente e aqueles que vivem nele e a própria Saúde, que poderia perder para a Morte sem uma proteção.

A Cooperação do Povo seria esta proteção, este escudo. Só com a ajuda das próprias populações rurais, a Saúde conseguiria manter a Morte afastada indefinidamente. A função do povo seria assimilar e aplicar os ideais higiênicos e colaborar para manter o ambiente saudável e formoso. A Escola e o Posto Sanitário seriam os locais de divulgação destes ideais e da busca da cooperação do povo. Nisto, as professoras teriam uma função fundamental, de ensinar e aplicar a educação sanitária em suas instituições. Assim, o povo poderia aprender como cooperar com a Profilaxia Rural, protegendo a Saúde e seu próprio Lar.

O Lar do Trabalhador Rural seria protegido pela Saúde, sendo o lugar adequado para a vida daquele indivíduo. Desta forma, o homem do campo deveria se manter nesta localidade, se valorizando e valorizando o seu trabalho. Nisto, a Escola colaboraria

exatamente ao criar no trabalhador rural o orgulho de si, de sua natureza, de seu trabalho, de sua vida. Ao construir um Lar para si e para a sua família, protegida pela Saúde, o Trabalhador Rural teria a tranqüilidade para colaborar com o país. Teria, de uma forma maior e melhor, como colaborar com a Saúde, protegendo esta das investidas da Morte. Ao se valorizar e cuidar do seu ambiente, ele construiria uma vida feliz, saudável e próspera.

Tomando por fim a frase da legenda, “A educação sanitária, a prática e execução de pequenos cuidados higiênicos podem libertar o povo brasileiro das endemias que o infelicitam e degradam”, as ações do povo trabalhador rural não deveriam ser necessariamente grandes e substanciais. A execução de pequenos cuidados já colaboraria, e muito, para salvar o povo das doenças do sertão, tão degradantes para com o povo.

Em *Cuidando do Corpo e do Espírito num Sertão Próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932)*, procurei demonstrar como um grupo de intelectuais da Capital Federal foi a Meriti, procurando divulgar seus ideais de saúde e educação e salvar aquela localidade dos males que afligiam o país. Trabalhando em Meriti, estes pretenderam construir o Brasil, através da ação coletiva e do exemplo de possibilidade.

A união entre estes intelectuais proporcionou um aspecto rico e diversificado de atuações e de possibilidades de ações coletivas que curassem a Vila de Meriti da doença e da ignorância. A Escola Regional de Meriti procurou divulgar os ideais higiênicos e sanitários e colaborar para que o trabalhador rural se mantivesse em seu habitat natural, orgulhando-se de si mesmo. A prática de cuidados higiênicos, de saúde e de educação da Escola pretendia fazer com que o povo se libertasse das “endemias que o infelicitam e degradam” e com que as crianças desde pequenas se acostumassem a viver em um ambiente saudável e feliz, mantendo a obra de embelezamento da Vila pela Escola.

Ao utilizar um *repertório* de conceitos de educadores proveniente do Iluminismo e do Romantismo Europeu do século XVIII e do ativismo e das escolas novas do século XIX, os educadores que construíram a Escola de Meriti procuraram dar funções próprias a estes conceitos a partir das experiências na baixada do Estado do Rio de Janeiro. Assim, formaram novas práticas, que eram adaptadas ao próprio meio, de

acordo com as suas visões das demandas daqueles habitantes locais. Estas práticas pedagógicas tiveram oportunidades de se constituir e conseguir apoios importantes em círculos intelectuais da Capital, dos quais estes mesmos educadores faziam parte. As experiências do descontentamento com os rumos políticos da República e do diagnóstico dos males dos sertões brasileiros eram frutos da ineficácia dos políticos da época em cuidar das demandas em Educação e Saúde do país.

Esta geração comungou de uma mesma *comunidade de experiência*, que viu na doença e na ignorância os principais problemas do país, produzindo soluções para estes problemas. A grande divulgação das campanhas de salvação do Brasil durante as décadas de 1910-20 e o acirramento dos debates na Capital Federal criaram conexões entre as propostas de educadores e médicos, que viam, nos mesmos objetivos, possibilidades de uma ação conjunta através de movimentos *reformistas*. Para os educadores, a saúde seria um fator fundamental da construção de práticas educativas consistentes. Para os médicos, a partir de um outro *repertório*, a educação era fator preponderante para que os ideais sanitários fossem transmitidos e as respostas às demandas em saúde tivessem um caráter duradouro.

Na área da medicina, a higiene era um foco importante de ações teórico-práticas que procurava organizar a sociedade de acordo com padrões de salubridade. Contudo, no Brasil, estes médicos não conseguiram efetivamente maior voz, pelo menos até 1919-1920. Mesmo que princípios de higiene fossem aplicados, estes estavam sob o encargo e o controle das instituições políticas. A epidemia de gripe espanhola de 1918, uma das mais devastadoras de todos os tempos, expandiu a *estrutura de oportunidades políticas* que tinha sido formada a partir do questionamento dos problemas da nação. Com a catalisação do movimento pela epidemia, este consegue uma vitória parcial, a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e do Serviço de Profilaxia Rural, conseguindo um primeiro passo das reformas pretendidas. Ao formar órgãos no Estado, os médicos do Movimento Sanitarista criaram Postos de Profilaxia Rural pela baixada, construindo uma estrutura de serviços públicos de saúde na localidade.

No começo da década de 1920, mais precisamente em 1921, Armanda Álvaro Alberto e seus colaboradores Francisco Venâncio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça iniciam a sua iniciativa pedagógica, que tinha um caráter privado. Nesta instituição, a união entre educação e saúde se fez sentir pela organização de ações para cuidar da saúde das crianças e das famílias destas e para colaborar com o estabelecimento de um ambiente saudável em Meriti. Aos poucos, mais e mais

educadores e médicos confluíram para a Escola, ajudando a produzir ações coletivas de cuidados em educação e saúde para aquela população.

Educadores e Médicos buscaram naquele sertão próximo um local de experiência nos seus respectivos campos, saneando e educando aquela população. A ida destes intelectuais para esta localidade proporcionou-lhe alternativas discursivas e formas de pensar e agir voltadas aos sertanejos e a aquisição de novos partidários para suas cruzadas patrióticas. Apesar desta ação coletiva, eles guardavam especificidades de seus campos, que em alguns momentos se mostravam não somente como diversas, mas como divergentes. Não obstante, no contato entre eles, foi possível uma unidade de propósitos fundamentais: curar o sertanejo, doente e ignorante.

Contudo, guiar aquela população de um sertão próximo, de uma área de fronteira entre o interior e a Capital, fazia com que aparecessem facilidades e dificuldades próprias. Quanto às facilidades, estavam a possibilidade de trafegar pelo Sertão e pela Capital, a oportunidade de ter uma experiência de educação e saúde no sertão e a conveniência de poder discutir as questões referentes à formação da Escola nos principais círculos intelectuais da época. Quanto às dificuldades, estavam na permanência das professoras na Escola – pois tão logo conseguissem emprego na Capital largavam o trabalho no sertão –, a idéia daquele homem fronteiro de valorizar as práticas da Capital em detrimento das suas – sendo que os intelectuais que foram ao sertão tinham uma postura oposta – e a própria resistência da população sertaneja frente aos costumes civilizados e a uma nova ordem normativa baseada na salubridade.

Ao conseguir atingir algumas metas, os responsáveis pela instituição e seus colaboradores passam a afirmar o seu empreendimento como um exemplo de possibilidade de sucesso na educação do sertanejo, que deveria ser seguido. Não por imitação, mas procurando, a exemplo da Escola de Meriti, olhar para cada localidade do país e construir escolas adaptadas às condições de cada região. Deste lugar de fala, divulgam sua Escola, gerando repercussões positivas e negativas. Com a repercussão da instituição na Capital, em sua maioria de caráter positivo, os intelectuais que fundaram a Escola constroem suas próprias carreiras, assumindo para si uma postura de afirmação dos seus pontos de vista.

Assim, através da produção coletiva deste projeto educativo, se pretendeu construir o Brasil, pela idéia da experiência que deu certo e pode ser repetida por todo o país, mesmo que ao criar a Escola, inicialmente, Armanda e seus colaboradores não tivessem esta idéia em mente.

Fontes Primárias e Bibliografia

FONTES PRIMÁRIAS

ARQUIVO DA ESCOLA REGIONAL DE MERITI – INSTITUTO HISTÓRICO DE DUQUE DE CAXIAS

RELATÓRIOS ANUAIS DA ESCOLA REGIONAL DE MERITI

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Proletária de Merity no ano de 1921.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Proletária de Merity no ano de 1922.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Proletária de Merity no ano de 1923.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Regional de Merity no ano de 1926.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Regional de Merity no ano de 1928.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Regional de Merity no ano de 1930.*

CARTAS

Sociedade Nacional de Agricultura à Exma. Sra. D. Armanda Álvaro Alberto (ACF). 31 de Outubro de 1931.

Sociedade Nacional de Agricultura à Exma. Sra. D. Armanda Álvaro Alberto (ACF). 27 de Outubro de 1932.

Sociedade Nacional de Agricultura à Exma. Sra. D. Armanda Álvaro Alberto (ACF). 29 de Outubro de 1932.

Sociedade de Amigos de Alberto Torres à Exma. Sra. Consocia D. Armanda Álvaro Alberto. 23 de Fevereiro de 1933.

Publicação: MORAES, Dalva Lazoni. *Esboço Histórico-Geográfico do Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias: Arsgráfica, 1978.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *Leituras Infantis.* (1978l)

ALBERTO, Armanda Álvaro. *Era uma vez...* (1978e)

ARQUIVO PESSOAL DE BELISÁRIO PENNA – CASA DE OSWALDO CRUZ

PENNA, Belisário. *Histórico do Serviço Rural desde junho de 1918 a 31-X-[1]1920.* Datilografado, 1920h.

PENNA, Belisário. *Relatório do Serviço de Profilaxia Rural, na região do estado do Rio de Janeiro limítrofe ao Distrito Federal, apresentado ao Presidente do Estado do Rio dr. Raul Veiga*. Datilografado, 15/Jul/1920r.

PENNA, Belisário. Preleção de Hygiene. *Conferência realizada na Escola regional de Merity, no dia 12 de Julho de 1925, pelo Dr. Belisário Penna*. Datilografado, 1925.

PENNA, Belisário. *Escola Prática de Hygiene*. Datilografado, s/d.

BIBLIOTECA DA CASA DE OSWALDO CRUZ

PENNA, Belisário. *Saneamento do Brasil: Sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; é moralisal-o*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1918.

PENNA, Belisário. *O Clamor da Verdade*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1921c.

PENNA, Belisário. *Prophylaxia do Impaludismo no Brasil. Conferência realizada a 22 de Novembro de 1921 como parte do curso intensivo de Hygiene Rural*. São Paulo: Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo/ Fundação Rockefeller, 1921pi.

PENNA, Belisário. *Hygiene para o povo. Amarellão e Maleita. Combater esses dois flagellos endêmicos é educar o povo; é sanear o solo, as águas e a habitação; é praticar a prophylaxia dos climas brasileiros*. São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobato e Cia., 1924.

A ESCOLA REGIONAL DE MERITI (LIVRO-DOCUMENTÁRIO) – 1921-1964.

Publicação: ALBERTO, Armanda Álvaro. *A Escola Regional de Meriti (Documentário). 1921- 1964. Rio de Janeiro: MEC-INEP-CBPE, 1968.*

ALBERTO, Armanda Álvaro. *Uma Experiência de Escola Regional*. Trabalho Apresentado à 5ª. Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação. Niterói, Dezembro de 1932. (1968e)

ALMEIDA, Júlia Lopes. *Um Maço de Cartas*. Publicado em Universal. Rio de Janeiro, Outubro de 1924.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Uma Escola Viva*. Publicado no jornal “Folha Carioca”, em 15 de janeiro de 1945.

ATHAYDE, Tristão de. (Alceu Amoroso Lima). *Condição Primordial de Eficácia*. Publicado em “O Jornal” do Rio de Janeiro, em 27 de Setembro de 1925.

CARVALHO, Orlando M. de. *Escola Viva e em Movimento*. In.: Ensaio de Política Econômica. (p. 47-74) Belo Horizonte: Edição “Os Amigos do Livro”, 1934.

GASPARINI, Savino. *Iniciativa Particular e Higiene Pública*. Trabalho publicado em Saneamento, Órgão do Serviço de Saneamento Rural, Ano I, n. 2, dezembro de 1926.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. (1930). *Notável Ensaio Brasileiro de Educação Renovada*. In.: _____. Introdução ao Estudo da Escola Nova. 1ª. Edição. São Paulo: Cia. de Melhoramentos, 1930.

MENDONÇA, Edgar Sussekind. *A Escola Regional (Realizações e projetos da Escola Regional de Meriti)*. Publicado primeiramente na Revista “A Educação”, vol. X, ns. 5 e 6, Julho de 1925.

OLIVEIRA, C. A. Barbosa. *A Escola Regional. Aspectos Urbano, Rural, Marítimo e Fluvial*. Tese apresentada à 4ª. Semana de Educação, da Associação Brasileira de Educação, 1931.

PENNA, Belisário. *Solução de um Problema Vital*. Conferência do Dr. Belisário Penna, promovida pela Escola Regional de Meriti e realizada no Cine Meriti, no dia 12 de Julho de 1925. [A mesma consta no Arquivo de Penna, contudo com outro nome e incompleta] (1968s)

PENNA, Belisário. *Higiene e Educação Popular*. s/d. [Provavelmente escrito entre o final de 1925 e 1926.] (1968h)

RANGEL, Alberto. *Grande Página da História de Nossa Evolução*. Carta do Escritor e Historiógrafo a d. Armanda Álvaro Alberto. Nova Friburgo, 19 de Dezembro de 1944.

SAMPAIO, Alberto J. *Projeção de uma Escola na Educação Brasileira*. Comunicado feito pelo Naturalista do Museu Nacional à Sociedade Nacional de Agricultura sobre uma visita à Escola Regional de Meriti, em 12 de Novembro de 1932.

SILVA, Heitor Lyra da. *Missão Educacional*. Discurso [que devia ser] pronunciado na solenidade do lançamento da pedra fundamental do edifício da Escola Regional de Meriti, em 22 de Abril de 1925.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A Escola Popular (Escola Regional de Meriti)*. Publicado primeiramente na Revista “A Educação”, vol. X, ns. 5 e 6, Julho de 1925.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Teses da I CNE)

Publicação: COSTA, Maria J. F. Ferreira da; SHENA, Denilson R.; SCHIMIDT, Maria. (orgs.) *I Conferência Nacional de Educação, 1927, Curitiba. Brasília: INEP, 1997.*

ABE. Relatórios das Seções. *Atividade da Associação Brasileira de Educação durante o ano de 1927.* (Tese n. 8)

ALBERTO, Armanda Álvaro. (1927) *A Escola Regional de Meriti – Uma tentativa de Escola Moderna.* (Tese n. 79).

ALBUQUERQUE, Antonio V. C. Cavalcanti. *Considerações Preliminares à Uniformização do ensino primário no Brasil.* (Tese n. 96)

PENNA, Belisário. *Por que se impões a primazia da educação higiênica escolar.* (Tese n. 1)

PENNA, Belisário. *Política Agrossanitária, Colonizadora e Educadora* (Tese n. 101)

PENNA, Belisário. *Qual o melhor processo para a Educação da Memória?* (Tese n. 102)

REVISTA EDUCAÇÃO

MENDONÇA, Edgar Sussekind. (1925) *A Escola Regional (Realizações e projetos da Escola Regional de Meriti).* Revista Educação – Órgão da Associação Brasileira de Educação, n. 35. Rio de Janeiro, Janeiro/1952.

VENÂNCIO FILHO, Francisco. (1925) *A Escola Popular – Escola Regional de Meriti.* Revista Educação – Órgão da Associação Brasileira de Educação, n. 35. Rio de Janeiro, Janeiro/1952.

ARQUIVO NACIONAL

Arranjo Boullier, Série Saúde IS1-113. 1916-1920. [Pasta de ofícios e correspondências sobre o debate da construção de fossas na zona rural do entorno da Capital Federal.]

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Regina. *O Enigma de Os Sertões.* Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998.

ABREU, Regina. *O livro que abalou o Brasil: a consagração de Os Sertões na virada do século*. História, Ciência, Saúde: Manguinhos. vol. 5, Suplemento Jul/98. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

ALMEIDA, Júlia. *Correio da Roça*. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1987.

ALONSO, Angela. *Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, José Cláudio. *Dos Barões ao Extermínio: uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.

AMADOR, Elmo. “Baía de Guanabara: um Balanço Histórico” In.: ABREU, Maurício. (org.) *Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: SMCTE, 1992.

ANDRADE, Olímpio de S. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4ª. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ARINOS FILHO, Afonso. *Itinerário poético de Drummond*. Revista Brasileira, fase VII, ano IX, n. 36, Jul-Set, 2003.

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. Estudos Históricos, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. *Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940*. Cadernos Pagu, n. 27, Jul-Dez, 2006.

BADINTER, Elizabeth. *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBOSA, Plácido; RESENDE, Cássio Barbosa. *Os serviços de saúde pública no Brasil, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, 1808 a 1907*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

BARROS, Ney Alberto. *Um pouco de História de Iguassú a Iguaçu*. Nova Iguaçu: Colégio Leopoldo Machado, 1993.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro*. Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre Amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

- BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da Liberdade: Estratégias de resistência escrava na ferrovia*. In.: Revista Pilares da História, Ano III, n.4, Mai/2004. Duque de Caxias: Instituto Histórico de Duque de Caxias, Rio de Janeiro: Ed. Renascer, 2004.
- BIGHETO, Alessandro. “O Clima Pedagógico Mineiro da Primeira República e o Caso Eurípedes Barsanulfo”. In.: LOMBARDI, José; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria. *Navegando pela História da Educação Brasileira* (CD-ROM). Disponível on-line: www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.
- BONILHA, Luís; RIVORÊDO, Carlos. *Puericultura: duas concepções distintas*. Jornal de Pediatria, vol. 81, n. 1. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria, 2005.
- BORGES, Piper. *Vida e Obra Gloriosa de Dra. Maria Montessori*. Revista Educação – Órgão da Associação Brasileira de Educação, n. 37, Rio de Janeiro, Julho/1952.
- BORGES, Sherrine. *História de um Amor: uma análise sobre a condição de mulher e exercício da maternidade*. Dissertação de Mestrado em Saúde Pública – Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1983.
- BRITTO, Nara. *Oswaldo Cruz: a construção de um mito na ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- BRITO, Nara. *La dansarina: a gripe espanhola e o cotidiano na cidade do Rio de Janeiro*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. IV, n. 1, p. 11-30, Mar.–Jun., 1997.
- CALDEIRA, Jorge. *Mauá: empresário do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CALÒ, Giovanni. “Maria Montessori (1870-1952)”. In.: CHATEAU, Jean. *Os Grandes Pedagogistas*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CAMPANTE, Délcio H. *Metodismo e Setores Populares: estudo sobre a proposta de trabalho do Instituto Central do Povo (Rio de Janeiro. 1906-1930)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Rio de Janeiro: IESAE/FGV, 1985.
- CARONE, Edgar. *A Primeira República (1889-1930). Texto e Contexto*. São Paulo: Difel, 1969.
- CARVALHO, Marta Maria C. de. *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CASTRO SANTOS, Luis A. de. *Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930)*. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 23, n.2, pp. 237-50, 1980.

CASTRO SANTOS, Luis A. de. *O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade*. Dados - Revista de Ciências Sociais, v. 28, n.2, pp. 193-210, 1985.

CASTRO SANTOS, Luis A. de. *A duras penas: estratégias, conquistas e desafios da Enfermagem em escala mundial*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 15, n.1, Jun-Mar, 2008.

CASTRO SANTOS, Luis A. de.; FARIA, Lina R. de. *A Reforma Sanitária no Brasil: ecos da Primeira República*. Estudos CDAPH, Série Ciência, Saúde e Educação. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CASTRO SANTOS, Luis A. de.; FARIA, Lina R. *A cooperação internacional e a enfermagem de saúde pública no Rio de Janeiro e São Paulo*. Horizontes, v. 22, n. 2, Bragança Paulista, Jul-Dez, 2004.

CATANI, Denice ; FARIA FILHO, Luciano. *Um Lugar de Produção e a Produção de um Lugar: a História e a Historiografia divulgada no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000)*. Revista Brasileira de Educação, n. 19, São Paulo, Jan./Abr., 2002.

CERIZARA, Beatriz. Rousseau. *A Educação na Infância*. São Paulo: Scipione, 1990.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: forense Universitária, 1982.

COELHO, Edmundo C. *As Profissões Imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1882-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COSTA, Jurandir. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Nilson do R. *Lutas Urbanas e Controle Sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), 1986.

DANTES, Maria Amélia. *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DUNLOP, Charles. *Os Meios de Transporte do Rio Antigo. Breve histórico das linhas dos subúrbios*. Edição do Serviço de Documentação dos Transportes, s/d.

FADEL, Simone. *Engenharia e Saneamento: A trajetória profissional de Fábio Hostílio de Moraes Rego (1870-1916)*. Revista da SBHC, v.3, n.1, pp 20-32, Jan-Jun/2005. Rio de Janeiro: SBHC, 2005.

FALCON, Francisco. *História Cultural e História da Educação*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, São Paulo, Mai./Ago., 2006.

FARIA, Lina. *Educadoras Sanitárias e Enfermeiras de Saúde Pública: identidades profissionais em construção*. Cadernos Pagu, n. 27, Jul-Dez, 2006.

FERREIRA, Aurélio. *Novo Aurélio Século XXI – O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999a.

FERREIRA, Luiz O. *José Francisco Xavier Sigaud: um personagem esquecido, uma obra reveladora*. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, vol. 5, n. 1, Mar-Jun, 1998.

FERREIRA, Luiz O. *Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43)*. História, Ciências, Saúde: Manguinhos, vol. 6, n. 2, Jul-Out, 1999.

FERREIRA, Luiz O.; FONSECA, Maria R.; EDLER, Flávio. “A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino”. In.: DANTE, Maria A. (org.) *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1930*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

FERREIRA, Luiz O.; FREIRE, Maria M. *Higienismo, Feminismo e Maternalismo: ideologias e práticas de proteção à infância no Brasil, 1899-1940*. Estudos do Século XX – Ciência Saúde e Poder, n. 5, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes(org.). *A República na Velha Província: Oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

FERREIRA, Marieta de M. *Em busca da Idade de Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

FERREIRA, Marieta de M.; PINTO, Surama C. “A Crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930”. In.: FERREIRA, J. e DELGADO, L. *O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 (O Brasil Republicano, v.1)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da Fundação de Iguassú: Comemorativa do Primeiro Centenário da fundação da villa em 15 de janeiro de 1833*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1933.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, José Luiz; DRUMMOND, José Augusto. *Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v.12, n.3, Rio de Janeiro, Set.-Dez., 2005.

FREITAG, Bárbara. *O Indivíduo em Formação*. São Paulo: Cortez, 1994.

- FRÓES, Vânia. *Município de Estrela (1846-1892)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1974.
- GANDINI, Raquel P.; RISCAL, Sandra A. “Manoel Bergstrom Lourenço Filho”. In.: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.
- GARANHANI, Marynelma; MORO, Vera. *A escolarização do corpo infantil: uma compreensão do discurso pedagógico a partir do século XVIII*. Educar, n. 16, p. 109-119. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.
- GEIGER, Pedro Pichas; SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Revista Brasileira de Geografia, Ano XVI, n.3, Jul-Set/1954. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.
- GERSON, Brasil. *O ouro, o café e o Rio*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1970.
- GÓES, Hildebrando de Araújo. *Relatório apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1934.
- GÓES, Hildebrando de Araújo. *O Saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro, 1939.
- GOULART, Adriana. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 12, n. 1, Jan.-Abr., 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*. Estudos Históricos, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro – Séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GONDRA, José. *Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- GUIMARÃES, Manoel L S. *Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos, n. 1, 1988.
- GUIMARÃES, Manoel L S. *História e Natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, vol. 7, n. 2, Jul-Out, 2000h.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. *Usos da História: refletindo sobre identidade e sentido*. História em Revista, v. 6, Pelotas, Dez/2000u.

- HABIB, Paula Arantes B. “*Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou*”: raça, eugenia e nação. Dissertação de Mestrado em História Social/UNICAMP. Campinas, SP, 2003.
- HABIB, Paula Arantes B. *Saneamento, eugenia e literatura: os caminhos cruzados de Renato Kehl e Monteiro Lobato (1914-1926)*. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH, História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos, 15 a 20 de Julho de 2007 (CD-ROM). São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007.
- HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In.: FERREIRA, J. e DELGADO, L. *O Tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 (O Brasil Republicano, v.1)*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso: médicos engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: As bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: ANPOCS/HUCITEC, 1998.
- HOCHMAN, Gilberto. *Logo ali, no final da avenida: Os Sertões redefinidos pelo movimento sanitaria da Primeira República*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 5, suplemento, Jul-1998l.
- HOCHMAN, Gilberto. “A Saúde Pública em Tempos de Capanema: Continuidades e Inovações”. In.: BOMENY, H. (org). *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV/Universidade São Francisco, 2001.
- HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. “O que há de novo? Políticas de saúde pública e previdência, 1937-45”. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- KEHL, Renato. “Proêmio”. In.: LOBATO, Monteiro. *Problema Vital*. Artigos publicados no *O Estado de São Paulo* e enfeixados em volume por decisão da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. São Paulo: Edição Revista do Brasil, 1918.
- KUHLMANN Jr., Moysés. *Histórias da Educação Infantil Brasileira*. Revista Brasileira de Educação, n. 14. São Paulo: ANPED, Mai-Ago/2000.
- LACAZ, Carlos da Silva. *Vultos da Medicina Brasileira*. 3 vol. São Paulo: Pfizer, 1966.
- LACERDA, Stélio; TORRES, Rogério. *Pelos Caminhos que a História Deixou*. Rio de Janeiro: Renascer, 2004.

- LACOMBE, Laura J. *Como Nasceu o Colégio Jacobina*. Rio de Janeiro: Soc. Graf. Vida Doméstica, 1962.
- LATOURE, Bruno. “Lê Théâtre de la Preuve” In.: SALOMON-BAYET, Claire. *Pasteur et la Révolution Pastorienne*. Paris: Payot, 1986.
- LEAL, Maria Cristina. “Heitor Lyra da Silva”. In.: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.
- LIMA, Ana; GONZÁLEZ, Emily; COUTINHO, Flávia. *Da Escola Proletária de Meriti à Escola Dr. Álvaro Alberto: o passado no presente*. Monografia em Pedagogia – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense/UERJ. Duque de Caxias: FEBF/UERJ, 2002.
- LIMA, Nísia T.; HOCHMAN, Gilberto. “Condenado pela raça, absolvido pela medicina: O Brasil descoberto pelo movimento sanitaria da Primeira República”. In.: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/CCBB, 1996.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.
- LINTZ, Alcides; PARREIRAS. *Notas e Estudos Epidemiológicos sobre a Febre Amarela (1928-1930)*. Estado do Rio de Janeiro, iterói: Empresa Gráfica de O Cruzeiro, Outubro/1930.
- LOBO, Eulália. *História do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.
- LOURENÇO FILHO, Manuel B. (?) *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. 14ª. Edição. Rio de Janeiro: EdUerj, 2002.
- LOURENÇO FILHO, Manuel B. “Apresentação”. In.: LACOMBE, Laura J. *Como Nasceu o Colégio Jacobina*. Rio de Janeiro: Soc. Graf. Vida Doméstica, 1962.
- LÖWY, Ilana. *Vírus, Mosquitos e Modernidade: a febre amarela no Brasil, entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- LUZ, Madel. *Medicina e ordem política. Políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MACHADO, Izaltina. *Educação Montessori: de um homem novo para um mundo novo*. 3ª. Edição. São Paulo: Pioneira, 1986.
- MACHADO, Roberto; et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

- MAGALDI, Ana Maria. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentvm/Faperj, 2007.
- MARQUES, Marília. *Discursos Médicos sobre seres frágeis*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2000.
- MARQUES, Alexandre dos Santos. *Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas*. Revista Pilares da História, Ano 4, n. 6, Abr./2006. Duque de Caxias: Instituto Histórico de Duque de Caxias; Rio de Janeiro: Ed. Renascer, 2006.
- MARTINEZ, José Mariano Bernal. *Das las escuelas al aire libre a las aulas de la naturaleza*. Areas – Revista de Ciencias Sociales, n. 20, Higienismo y Educación (ss. XVIII-XX). Murcia, Esp: Universidad de Murcia, 2000.
- MC CLEARY, G. *The Early History of the Infant Welfare Movement*. Londres: Lewis & Co., 1933.
- MENDONÇA, Sonia R. de. “Estado e Ensino Rural no Brasil: uma discussão historiográfica”. In.: _____. (org.) *Estado e Historiografia no Brasil*. Niterói: EdUFF/Faperj, 2006.
- MIGNOT, Ana. “Antes da Despedida: editando um debate”. In.: NEVES, Margarida; LÔBO, Yolanda; MIGNOT, Ana. *Cecília Meireles: a poética da educação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Loyola, 2001.
- MIGNOT, Ana Chrystina. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil*. Estudos Históricos, vol. 4, n. 8, p. 166-176. Rio de Janeiro: APDOC-CPDOC/FGV, 1991.
- MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 1ª. Reimp. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fund. Nac. de Material Escolar, 1976.
- NAGLE, Jorge. “A Educação na Primeira República”. In.: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III O Brasil Republicano. 2º Volume: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. *História Intelectual e História da Educação*. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, São Paulo, Mai./Ago., 2006.

- NOFUENTES, Vanessa. *Construindo a Nação: Liga contra o Analfabetismo no Estado do Rio de Janeiro (1916-1919)*. Anais do XII Encontro Regional de História – ANPUH/RJ. (publicação On-line) Niterói: ANPUH/UFF, 2006.
- NOVA IGUAÇU. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003)*. Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.
- NUNES, Clarice. “Cultura Escolar, Modernidade Pedagógica e Política Educacional no Espaço Urbano Carioca”. In.: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do Progresso: médicos engenheiros e educadores no Rio de Janeiro – 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Questão Nacional na Primeira República”. In.: DE LORENZO, Helena; COSTA, Wilma (orgs.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Unesp/Fapesp, 1997.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva. *O ouro e o café na região de Iguaçu: Da abertura de Caminhos à implantação da Estrada de Ferro*. Revista Pilares da História, Ano III, n.4, Mai/2004. Duque de Caxias: Instituto Histórico de Duque de Caxias; Rio de Janeiro: Ed. Renascer, 2004.
- O’NEIL, Charles. *The search for order and progress: brazilian mass education 1915-1935*. Tese de Doutorado em Filosofia – University of Texas at Austin, 1975.
- PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens Iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Tip. Colégio Afrânio Peixoto, 1968.
- PEREIRA, Waldick. *A Mudança da Vila (História Iguaçuanas)*. Nova Iguaçu: Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu/ Arsgráfica, 1970.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja. História Econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC-RJ, 1977.
- PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: Os Caminhos do Ouro*. Duque de Caxias: Gráfica Register, 1993.
- PERES, Guilherme. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Shaovan, 2000.
- PERES, Guilherme. *Armanda Álvaro Alberto e a Escola Regional de Merity*. São João de Meriti: IPAHB, s.d.

- PERUGA, Mónica. “*Ciencia de la salud*” y “*Ciencia de las costumbres*”: higienismo y educación en el siglo XVIII. *Areas – Revista de Ciencias Sociales*, n. 20, Higienismo y Educación (ss. XVIII-XX). Murcia, Esp: Universidad de Murcia, 2000.
- PIMENTA, Tânia. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera de 1855”. In.: NASCIMENTO, Dilene; CARVALHO, Diana. *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- PORTER, Roy. *Das Tripas Coração*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- REIS, Elisa Pereira. “Poder Privado e construção de Estado na Primeira República”. In.: BOSCHI, R. (org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.
- RAMOS, Jair de Souza. *O Poder de Domar do Fraco: Construção de autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2002.
- REIS, Maria. *Tessitura de Destinos: mulher e educação*. São Paulo – 1910/20/30. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.
- RICCO, R.; et. al. “Atenção à saúde da criança e puericultura”. In.: RICCO, R. et. al. *Puericultura: princípios e práticas: atenção integral à saúde*. São Paulo: Atheneu, 2000.
- ROCHA, Heloísa H. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. São Paulo: Mercado das Letras/FAPESP, 2003.
- ROCHA, Heloísa H. *A educação sanitária como profissão feminina*. *Cadernos Pagu*, n.24, Jan-Jun, 2005.
- ROSEN, George. *Da Polícia Médica à Medicina Social. Ensaio sobre a história da assistência médica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo: Hucitec/Unesp; Rio de Janeiro: Abrasco, 1994.
- RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1979.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *O Brasil "modelado" na obra de Belisário Penna (1916-1935)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1998.
- SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da Medicina no Brasil: do século XVI ao século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1947.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *Pequena História da Medicina Brasileira*. São Paulo: DESA, Ed.USP, 1966.

SEIDLER, E. *El desarrollo de la pediatria moderna*. In: ENTRALGO P. (Org.) *Historia Universal de la Medicina*, v. 6. Barcelona: Salvat, 1976.

SENRA, Nelson. *O Saber e o Poder das Estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e as ciências*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SIGAUD, J. F. Xavier. *Du climat et maladies du Brésil ou statistique médicale de cet empire*. Paris: Chez Frontin, Masson et C. Libraires, 1844.

SILVA, André Felipe C. *Nos Meandros da Medicina Tropical: Arthur Neiva e os estudos sobre a Malária (1906-1940)*. Anais do XII Encontro Regional de História, Usos do Passado. Disponível On-Line: www.rj.anpuh.org/Anais/2006/Indice2006.htm. Niterói: ANPUH-RJ, 2006.

SILVA, Pierre. *A Cultura Corporal Burguesa: seu contexto histórico e suas primeiras sistematizações pedagógicas*. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1998.

SOIHET, Raquel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade: História Política da Cidade de Duque de Caxias*. (Edição revista e ampliada pela autora da dissertação de mestrado em História “Escavando o passado da Cidade: A Construção do poder político local em Duque de Caxias (1900-1964).” Niterói: UFF, 2002.) Duque de Caxias: edição da autora, 2006e.

SOUZA, Marlúcia Santos de. *Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na baixada fluminense*. Revista Pilares da História, Ano 4, n. 6, Abr./2006. Duque de Caxias: Instituto Histórico de Duque de Caxias; Rio de Janeiro: Ed. Renascer, 2006i.

STEPAN, Nancy. *Gênese e Evolução da Ciência Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

STEPAN, Nancy. “Eugenia no Brasil, 1917-1940”. In.: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego(orgs.) *Cuidar, Controlar, Curar: ensaios sobre saúde e doenças na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

SUCUPIRA, Newton. “Francisco Venâncio Filho” In.: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.

THIELEN, Eduardo; SANTOS, Ricardo. *Belisário Penna: notas fotobiográficas*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 9, n. 2, Mai-Ago, 2002.

TORRES, Teophilo. *La campagne sanitaire au Brésil*. Paris: Sociéte Générale d'Impression, 1913.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. “Apresentação”. In.: ANDRADE, Olímpio de S. *História e Interpretação de Os Sertões*. 4ª. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002a.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. “Edgar Roquette-Pinto”. In.: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002e.

VIDAL, Diana G. “Edgar Sussekind de Mendonça”. In.: FÁVERO, Maria de Lourdes; BRITTO, Jader. *Dicionário de Educadores no Brasil*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-INEP, 2002.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano. *História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)*. Revista Brasileira de História. v. 23, n. 45, São Paulo, 2003.

VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*. Lisboa, POR: Fragmentos, 1988.

XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

ZENHA, Celeste. *O Brasil de Rugendas nas edições populares ilustradas*. Topoi, n. 5, Rio de Janeiro, Dez-2002.